

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 250

JANEIRO - MARÇO

1961

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
A. C. FERREIRA REIS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1961

Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

TRABALHOS DE CLAUDIO GANNS

Nota — Em homenagem a Cláudio Ganns, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inicia, neste número, a divulgação de quatro estudos da autoria de Cláudio Ganns, versando temas em que se fez mestre e sobre os quais nos deixou os trabalhos que decidimos publicar. Dêsse modo a *Revista*, por seus dirigentes, presta mais uma homenagem àquele companheiro que tanto dedicou a ela muito de sua capacidade, de seu entusiasmo criador e de sua vigorosa personalidade no campo da inteligência e da pesquisa especializada.

As referidas elaborações de Cláudio Ganns compreendem:

- A) Memórias de Um Marinheiro Francês do Século XVII.
- B) Mapas portugueses do Brasil.
- C) A presença da Espanha no Brasil.
- D) Arquivo do Instituto Histórico.

C.D.R.

* * *

A — MEMÓRIA DE UM MARINHEIRO FRANCÊS, NO SÉCULO XVII

I — O MANUSCRITO

Encontrando-nos, entre 1954 e 1955, em Madrid, dedicávamos os escassos lazeres da nossa atividade profissional ao estudo de documentos que pudessem interessar à história de nosso país (Brasil).

Esse entretenimento do espírito é uma espécie de caçada. Faz-se necessário faro, curiosidade, paciência e pertinácia. Como naquele esporte cinagético, o trabalho preliminar é dos cachorros,

que levantam a caça; na pesquisa histórica — se o pesquisador não se quiser perder na floresta dos manuscritos, tem que se valer dos catálogos existentes.

Lendo um dêles, aliás excelente (Julian Paz «Catálogo de manuscritos de América», Madrid, 1933), foi que encontramos a seguinte indicação, relativa a um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Madrid:

(«Nº 102 — Voyages et campagnes diverses faites en Europe, en Asie, en Afrique et en Amérique depuis l'an 1694, jusque en 1697. Suite de mes campagnes et voyages à la Chine, aux Indes Orientales et Occidentales, au Brésil, jusques 1713. Dédié et envoyé à son altesse l'Infant Don Philippe, grand-amiral d'Espagne et des Indes en Octobre l'an 1740 par Louis de Chancel de Lagrange Chevalier des Ordres militaires de Saint-Louis et de Saint-Lazare, officier des vaisseaux du roy et cy devant capitaine général garde coste en Guyenne»).

(A dedicatória, escrita em papel separado, colada sôbre outro, onde se encontrava a fôlha de rosto do manuscrito).

Dito volume continha:

I — Uma cédula do rei Luís XV, concedendo ao autor dispensa, durante três anos, dos rigores das suas obrigações militares (datada de 12 de agosto de 1727. Firma autógrafa do rei, em pergaminho).

II — Passaporte e salvo-conduto, concedido ao autor por Luís XV. Versalhes, 12 de agosto de 1727. Firma autógrafa.

III — Dedicatória ao Infante Don Filipe, datada de Bayona, a 12 de novembro de 1740. Em castelhano. Está sôbre a fôlha interna do Ms.

O sumário do curioso documento é o seguinte:

- a) Prefácio. Começa: «C'est le talent des grands hommes...». Pág. 7;
- b) Campagne faite en l'année 1694 sur le vaisseau *L'Apollon*. Prise de Palamos. Pág. 9;
- c) Voyage des Indes Occidentales, ou siège de Cartagène, en Amérique en l'an 1697, arme sur *L'Apollon*. Pág. 29;
- d) Premier voyage des français à la Chine, années 1698, 1699 et 1700. Pág. 69;
- e) Campagne des Indes Occidentales ou de Vigo, en 1701 et 1702. Pág. 213;
- f) Campagne faite sur *L'Aurore* l'an 1703. Pág. 235;
- g) Voyage au Rochefort, à Toulon — 1704. Pág. 252;

h) Campagne du Brésil, faite contre les portugais, 1711 — Pág. 253;

i) Voyage fait à l'Île Royale, ou Cap Breton, en Canada. 1716. Pág. 308;

j) Campagne des deux vaisseaux... commandés par Mr. de Saint-André, pour les isles de l'Amérique, 1722 — folio 321;

k)...Projet indubitable pour trouver un passage par les mers du Nord et costes de Moscovie et Tartarie, à la Chine, Corée et le Japon. Pág. 329.

O compilador do catálogo comenta:

«Letra da época». Formato: 0,257 x 0,404. 361 páginas. Numerosos mapas, plantas e croquis vistas de costas, desenhos de canhões, etc. em côres, intercalados no texto ou em separado (Cêrca de 66 ilustrações). Encadernação em couro, da época. Pertenceu o Ms. a D. Maria Pukering. Falta o *ex-libris* com as armas dos Senhores de Chancel de Lagrange».

Fomos à Biblioteca Nacional de Madrid examinar pessoalmente o curioso documento em sua Seção de Manuscritos. Está ali classificado sob o número de ordem 1.188 (Reservado 201).

No final se declara em letra contemporânea:

«Este libro és de Dona Exira Maria Pukering».

São cêrca de 336 páginas de texto, em 169 folhas. A letra do Ms. é a do próprio autor do trabalho, como se verifica pela sua assinatura (no prefácio), em confronto com o texto original do Ms.

A dedicatória que se encontra em baixo da que está visível, conforme cópia fotográfica, feita pelo serviço da Biblioteca Nacional, dizia:

«Dédié à sa Magesté Victor Ame Second roy de Sardaigne et de Chipre, duc de Savoye et prince du Piémont».

Está porém sobreposta a outra dedicatória anterior, eliminada pelo próprio autor, com tinta que tornou esta última ilegível. É evidente que, nesta variação de oferecimentos, o autor procurava a proteção de amizades poderosas, através das quais pudesse acudir às despesas de sua publicação, propósito que foi, no entanto, sempre fracassado.

* * *

A atenção que nos despertou inicialmente o Ms. foi, como era natural, na parte que se referia à campanha de Duguay-Trouin no Brasil, com o assalto, tomada e resgate do Rio de Janeiro, em 1711 (55 páginas).

O episódio já nos era conhecido, não só pelas célebres «memórias» do ilustre e audacioso almirante francês, como ainda pela narração de outro companheiro da expedição: o oficial Duplessis Parceau. Agora aparecia-nos assim o terceiro relatório — que era também de outro componente daquela arrojada empresa: Louis de Chancel de Lagrange.

O nome dêle e o do irmão, que naufragou no regresso, constam na relação de oficiais, no livro famoso, que o próprio Duguay-Trouin fez anexar ao seu escrito, para lembrar os companheiros — das suas expedições de corsário.

Divergências entre os três escritos, conforme depois verificamos, no Rio, eram apenas de detalhes — porque os fatos essenciais foram os mesmos, embora vistos apenas de ângulos diversos em que cada um se colocava, ao narrá-los, anos depois de transcorridos os acontecimentos.

O próprio Duguay-Trouin modifica sensivelmente alguns episódios, do seu escrito de 1712, para o que foi publicado em 1740 — atribuindo neste, como objetivo da expedição, o de vingar a morte de Duclerc (1710) — o que no mais antigo não se encontra...

Mas o «depoimento» de Chancel de Lagrange traz duas «novidades» aos estudiosos. A primeira é que os desenhos, de sua autoria, serviram para depois Duguay-Trouin ilustrar a sua publicação, também de 1740, melhorando-os e aperfeiçoando-os, por mão de artista mais hábil.

A segunda é a lamentável carta autógrafa, até agora inédita, do Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, que nêle se insere, e que revela senão a culpa da autoridade fugitiva, que abandonou sempre a sua cidade na hora da luta — tanto em 1710 como em 1711 — pelo menos a sua subserviência despuddorada em face do invasor. É um triste documento de pusilanimidade...

Mas, além dêsse episódio histórico (assalto da Cidade do Rio de Janeiro) que a prática do corso, então legalizado, permitia, o Manuscrito continha várias informações preciosas sôbre as outras «Viagens e combates» em que tomou parte o chevalier Louis de Chancel de Lagrange, quer no Oriente, quer no Ocidente, passando mais de dois anos na China, tendo visitado a Índia e procurado atravessar, pelo norte da América, o caminho marítimo para a Ásia.

Além disso — ao contrário da tradição dos viajantes, que visitaram países fabulosos ou distantes — Chancel de Lagrange é um narrador exato, que não procura transfigurar o que viu, para impressionar os seus contemporâneos... Sôbrio testemunho de vista — sem mentiras nem exageros, das terras longínquas e

de acontecimentos singulares, como se encontram por exemplo em Marco Polo. Não precisou engrandecê-los com a imaginação, para torná-los extraordinários: a própria natureza dos episódios e acontecimentos é que lhes dava perspectiva excepcional.

Como marinheiro, que navegou por longos mares — Chancel de Lagrange seguiu a rota aberta por Cristóvão Colombo (1492), Américo Vespúcio (1501), Fernando de Magalhães (1519) e Sebastião del Cano; as suas viagens não tiveram aqueles cenários históricos de descobrimentos e travessias originais. Mas foi um dos precursores das grandes navegações, que depois tanto se desenvolveram. Antes dêles, temos que registrar as de Vasco da Gama à Índia (1497); a de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia (1500); a dos irmãos Pinzon (1499) Hojeda e Diogo de Lepe; as de Cartier ao Canadá (1534-42); a de Noort (1598), a de Drake (1577-1580); Pirard de Laval (1609-1611). Contemporâneos ou quase com as suas — há ainda que assinalar: as de Schouten (1615-1617), as de Dampier (1679), as de Cook (1773-79), as de Bougainville (1766-1769); as de Walter (1740); as de Petit-Thouars (1776-1779), as de Pages (1767-1776), as de Wagner (1751), as de Anson (1756), as de Richard (1767). Enfim, uma galeria de grandes navegantes que do século XV ao século XVII abriram as portas do mundo desconhecido e que permitiram, no último século, a continuação dos seus felizes seguidores em tantas viagens de circumnavegação — viagens estas agora já cientificamente organizadas — para melhor estudo e conhecimento dos novos mundos...

O nosso objetivo inicial seria de mandar copiar dêsse manuscrito original apenas a parte que se referisse ao Brasil, para traduzi-la e comentá-la, em confronto com outros documentos ainda inéditos dos arquivos de França (Biblioteca de l'Arsenal), dos de Espanha e de Portugal (Arquivo Ultramarino).

Nosso encontro fortuito, em Paris, na casa acolhedora do pintor Cícero Dias que é aqui uma espécie de consulado honorário para os brasileiros — com editôra e escritora de talento (a Senhora Jeannine Worme), fêz com que nosso primitivo projeto se ampliasse. — O autor era francês. O assunto, na sua totalidade, pelo ineditismo do depoimento, interessaria certamente ao público francês, e, através da língua universal, aos demais países. Fizêssomos um esforço maior — disse-nos então — e ela nos proporcionaria a edição parisiense.

O texto integral do manuscrito, que se acha em Madrid, foi assim totalmente copiado, em microfilmes. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, incumbiu-se, por diligência do seu diretor, Celso Cunha, de mandar fazer-lhe as cópias fotográficas ampliadas. As 66 gravuras coloridas também foram cuidadosamente re-

produzidas em Madrid — para a realização nesta edição francesa das «memórias» do chevalier L. Chancel de Lagrange, que, por certo, despertará curiosidade não só nos meios eruditos, mas também em outros círculos estudiosos — por ser trabalho até agora *inédito* de um oficial da marinha francesa, nos fins do século XVII até meados do século XVIII.

O interesse cultural que essa obra pode levantar — está na proporção dos 218 anos em que foi *ignorada*, por se considerar os seus originaes perdidos. Assim o pensava, ainda em 1916, A. Dujarric-Descombes. A descoberta recente do manuscrito original, escondido na Biblioteca Nacional de Madrid, ensejou a oportunidade feliz para que o trabalho de Chancel de Lagrange pudesse ser editado, projetando nova luz sobre a personalidade do seu autor, vagamente conhecido por outros estudos menos importantes e esparsamente publicados. Só agora a figura do marinheiro toma destacado relêvo na obra *inédita* que oferecemos ao exame e a atenção dos seus patrícios.

II — O SEU AUTOR

Louis de Chancel de Lagrange, autor destas *Voyages et combats* era natural de Périgord, onde nasceu, em 20 de setembro de 1678, no Castelo de Antoniac e onde veio a morrer em 1745. O seu nome e o de sua família constam de diversos «armoriais» franceses. Era pois originário de gente enobrecida pelo rei, por serviços que os seus antepassados haviam prestado ao país, sobretudo nas armas.

Resumamos aqui a sua vida, seguindo *pari-passu*, os estudos detalhados que nos deixou o seu único biógrafo, o erudito historiador perigordino, A. Dujarric-Descombes.

Filho legítimo de Léonard de Chancel, senhor de Lagrange e de Anna de Bertin, com quem o pai se casara em 9 de maio de 1666. A ela pertencia o Castelo de Antoniac. Dêse casamento nasceram cinco filhos: François Joseph — o mediocre poeta e escritor teatral, mais conhecido como autor das *Philippiques*, odes satíricas contra o Duque de Orléans; Louis e Pierre, que foram oficiais de marinha; Marguerite, que se casou em Paris, com um capitão do regimento dos guardas suíços; e Honore, que morreu cedo.

O casal paterno não viveu nunca em perfeita harmonia: depois de nascidos êsses filhos, teve de separar-se judicialmente. O pai faleceu em 1686 (12 de outubro): em seu testamento do comêço dêsse mê e ano (10-1-1686) deixou os bens disponíveis ao filho menor. A mãe ainda vivia, por volta de 1710-1711.

O irmão mais velho François Joseph e Louis de Chancel foram criados pelos cuidados da mãe viúva que, depois de os ter feito freqüentar um colégio local, no Périgord, passou-os para a rígida disciplina dos padres jesuítas, em Bordeaux (Colégio de Guyenne — 1688).

Terminados com êxito os estudos do filho mais velho, por quem a mãe nutria particular predileção, tratou Anne Bertin de levá-lo a Paris, nos começos de 1690, onde certamente, pela sua precoce predisposição para a poesia e para o teatro, procurou introduzi-lo na côrte. Louis de Chancel continuou sem proveito no Colégio de Guyenne.

Francisco Joseph, pela interposição de um parente bem relacionado, foi logo feito pagem da Princesa de Conti.

É dessa época (1695) o conselho de família, convocado pela viúva, para aprovar os «adiantamentos» que ela desejava fazer a êsse filho, a fim de que pudesse *comprar* um lugar digno na Côrte.

Pela mão do irmão poeta acabou Luis de Chancel também sendo introduzido na Côrte. Pedindo a Duquesa de Bourbon-Condé, filha do Rei e de Mme. de Montespan, a Francisco José, um irmão para o seu serviço, nêle entrou Louis de Chancel: aí se exercitou na ginástica, como nas matemáticas. Tinha então 13 anos. Saindo de Bordeaux em março de 1691, ficou por seis meses em Paris, numa pensão próximo as «Filles de Sainte-Elizabeth», perto do Temple, para tomar jeito e perder o sotaque gascão, que nêle era muito acentuado.

Durante os dois anos e meio em que foi pagem da duquesa, procurou Louis de Chancel recuperar o tempo perdido nos primeiros estudos. Tomou gôsto pelas ciências, pelo desenho, pelas fortificações, pela geometria e pela geografia sob a direção de Manesson-Malet, filho do autor dos *Travaux de Mars*.

Habitava então em Versalhes e acompanhava o Rei a Namour. Em fins de 1693 escolheu a carreira da Marinha, onde ingressou pela mão do Duque du Maine. Em março de 1694, recebeu carta de gentilhomen guarda-marinha, no departamento de Toulon. Aos 15 anos e meio estava êle contente de poder inaugurar a sua carreira, percorrendo o mundo! Ia assim começar a servir à marinha real, em cêrca de 40 anos, atingindo o oficialato, pela proteção fiel do Duque de Maine, cujo irmão o Conde de Toulouse era grande almirante.

Estreiou-se Louis de Chancel, como oficial de marinha, na frota encarregada de apoiar o Marechal de Noailles, no avanço sôbre a Catalunha. Tornou ao pôrto de Brest em 1696. No ano seguinte já se encontrava nas ilhas d'Hyères. Depois de uma

viagem às Índias Ocidentais, assistiu ao cêrco de Cartágena, na América e voltou a Rochefort. Fêz, em 1698, como aspirante do *L'Amphitrite*, comandado pelo chevalier de La Roque, a viagem à China. De volta a Port-Louis, dirigiu-se a Paris no fim do ano de 1700 e foi recebido, a 17 de dezembro seguinte, na Ordem de Saint-Lazare, da qual o Marquês de Dangeau era grão-mestre. Depois da campanha de Vigo, em 1702, voltou a Paris — onde encontrou o irmão mais velho provido no cargo de maître-d'hôtel da Senhora mãe de Philippe d'Orléans; a sua irmã Margarida, casada com Jean Baptiste Stoupe, capitão da Guarda-Suiça, sobrinho do General Stoppa; e o seu irmão mais moço — Pierre Jean — estudando para entrar no estado eclesiástico.

As promoções de janeiro de 1703 anunciam a nomeação de Louis de Chancel ao grau de «enseigne de vaisseau». Tinha então 24 anos. Seu primeiro cuidado foi dirigir-se ao Périgord, para ali procurar, na herança paterna, recursos que lhe seriam úteis. Não se tendo nunca casado, como celibatário convicto que era, teve de contentar-se com amores passageiros. Amores de marinheiro — com uma mulher em cada pôrto, mas que não marcam nunca, na sucessão das viagens, lembrança perdurável. Amores epidémicos que não deixam rugas no coração.

Em 1710 já Louis de Chancel era tenente-general guarda-costas marítimas. Três anos depois já êle comandava uma companhia franca de 100 homens, quando o rei o fêz capitão-general guarda-costas, na capitania de entre os dois mares, na Dardogna.

Seu exemplo, nesta época, tinha atraído o irmão mais moço, o qual, sentindo aversão para a vida eclesiástica, a que tinha sido destinado, foi encontrá-lo em Rochefort. Ali foi recebido na guarda de marinha, em cuja escola fêz tão rápidos progressos que na promoção seguinte já se emparelhava com o irmão. Mas não teve destino tão feliz: havendo tomado parte como aspirante (enseigne de vaisseau) na expedição contra o Rio de Janeiro, o seu navio na volta foi um dos arrastados pela tempestade que os afundou. (2) Com êle, *Le Fidèle*, naufragou o jovem marinheiro (Pierre) com o manuscrito inicial das «memórias» do seu irmão Louis, então já começadas.

Apesar da perda dêsses dois navios, com ricos despojos, a frutuosa expedição comercial ainda deu um lucro de 92% — conforme o próprio Duguay-Trouin afirma nas suas memórias.

* * *

Francisco José de Lagrange-Chancel, o irmão mais velho de Louis, desde menino (9 anos de idade) revelara-se com inclinação para a poesia e para o teatro. Êsses dons nem sempre os utilizou benevolmente, ao ponto de, ainda criança, haver montado, em

sua casa, pequeno palco onde êle mesmo representava peças da sua autoria, ridicularizando os vizinhos.

Daí vieram contratempos que obrigaram à viúva, Anne Bertin, a interná-lo com o irmão no colégio dos jesuítas em Bordeaux.

A sua veia poética e teatral aí se desenvolveu tanto que, já aos 17 anos — quando êle estava na côrte em Paris — uma tragédia sua *Jugurta*, era levada a cena sob a proteção de Racine, de quem êle se fizera discípulo.

Mais adiante, sendo antes amigo (desde 1713), depois se desentendeu com o Duque de La Force, que, segundo afirmam, quis aproveitar-se do original de uma sua peça inédita, que tomara para ler, desejando publicá-la sob o seu próprio nome. Afirmam os biógrafos de Lagrange-Chancel que, como êste protestasse com energia, passou a ser alvo das cóleras e perseguições do poderoso fidalgo. Dizem outros que a rutura foi por questões de mulheres. Talvez uma e outra coisa, naqueles tempos de licenciosidade e falta de escrúpulos. Tudo isso induziu o Duque a pedir ao Regente, para exilá-lo da Côrte. Foi assim que Lagrange-Chancel teve de recolher-se ao seu Castelo d'Antoniac (1717), que a mãe lhe deixara, fundando no Périgord uma academia literária (1718), da qual também fazia parte o seu irmão Louis. Aí projetou e executou Lagrange-Chancel a mais pérfida vingança contra os seus ex-protetores, escrevendo as três primeiras odes das suas sangrentas *Philippiques*, contra o Regente e a Côrte, as quais, embora não editadas, correram logo o mundo em cópias manuscritas. O seu êxito e o escândalo político conseqüentes foram enormes.

Sob forma alegórica — tão ao gôsto do tempo, com invocações latinas, gregas e mitológicas — o poeta por despeito causticava os maus costumes da época. Visava efeitos políticos e não literários. Parece que êle andou envolvido na conspiração abortada do Duque de Maine, para depor o Regente. Mas as suas malévolas insinuações desciam também à calúnia, em certos detalhes da vida privada. Um Aretino do século XVIII, que não guardou nenhuma gratidão pelos favores anteriormente recebidos...

O Regente então mandou-o prender, fugindo êle para Avinhão, a então Cidade dos Papas. Passou-se daí para Genes. Foi prêso em Arles, pelos agentes do rei, e mandado para o castelo de Tarascon, nas ilhas de Saint-Marguerite. Depois de dois anos de prisioneiro, pedindo a ilha por menagem, evadiu-se em 1722 (20/3) para Villefranche. Da Sardenha (Genes) vai para a Espanha. Perseguido pelos espiões do Rei de France que o tentaram assassinar em Madrid, após a divulgação do 4º *Philippique*, sai de Bilbao para Amsterdam, onde foi feito cidadão da Holanda.

pelos Estados Gerais. Morto o Duque de Orléans (dezembro de 1723) publicou ainda contra a sua memória, num gesto de deslealdade moral, que denunciava demasiado rancor póstumo, a sua 5.^o *Philippique*. Em 1725 foi afinal chamado pelo Duque de Bourbon, para reentrar em França — prestando serviços ao seu país, agora por dois anos até 1728, em missão secreta, contra a própria Holanda...

Recolheu-se depois à sua província natal, dedicando-se, por vaidade literária, à revisão de sua obra, teatral, de significação passageira, embora citado em Saint-Simon e Voltaire — mas sobretudo ao estudo da história local. No próprio castelo de Antoniac, que o vira nascer em 1676, êle morreu aos 81 anos de idade, em fins de 1758.

* * *

A atitude de Louis de Chancel contra o irmão nos tempos da desgraça foi muito criticada, sobretudo pelo prefaciador das obras dêste (Lescure). Alega que Louis tivera ingresso na corte, por solicitação de François Joseph ao Duque du Maine. Entretanto havia esquecido a ambos. Sob a versão de Lemortey, adiantou que êle e sua mãe haviam escrito ao Regente, «lamentando a sua evasão e que êle não tivesse morrido há mais de 20 anos».

Havia aí um anacronismo — sublinhado por A. Dujarric-Descombes — porque Anna Bertin, na época da carta (1719), já havia morrido, há mais de oito anos...

Que diz, entretanto, essa famosa missiva? Ela foi mencionada na *Revue des autographes*, em janeiro de 1886 — e só foi publicada pelo seu comprador Mr. V. Diancourt, em seguimento a uma brochura curiosa por êste editada: Eis o seu texto exato:

«Monseigneur,

J'ai appris, avec une mortification très sensible, l'évasion de mon frère, sur les ordres que Votre Altesse Royale avoit donnés pour l'arrêter. Je vous proteste qu'il y a plus de trois années que je ne l'aye vu ni eu aucune relation avec lui par lettres, n'ayant eu de ma vie aucun sujet d'être content de sa conduite et je soy trop bien, après vingt et six années de service, comment un honeste homme qui a l'approbation au corps de la marine, doit se comparer pour ne pas ressentir vivement les fautes de celluy qui cause aujourd'hui l'affliction de toute notre famille, dont la parente souhaiteroit de toute son âme que Dieu l'eusse enlevé il ya 20 ans. Je vous supplie de croire, Monseigneur, que ce sont mes vrais sentiments. Vous en serez encore mieux convaincu par la suite de mes services et de mon attachement continuel à vos

intérêts, et à ceux du Roi. Je suis avec un très profond respect, de Votre Altesse Royale.

Monseigneur.

Le très humble et très obéissant serviteur.

A) Le *chevalier de Legrange-Chancel*.

A Rochefort, premier d'Avril, 1719».

«Vê-se — comenta A. Dujarric-Descombes — como o capitão de navio do rei se esforçava para separar a sua causa daquela do satírico. Não podia entretanto fazer esquecer a sua colaboração tornada pública pelo *Mercure de France*, nos trabalhos poéticos da Academia, fundada pelo seu irmão no Périgux e sua aceitação de um mandato que aquêlê lhe havia conferido perante Mr. Robert, tabelião real da cidade, a 5 de abril de 1718».

Não deveria Louis de Chancel ter-se manifestado, naquele ensejo ingrato protestando solidariedade ao rei contra o seu próprio irmão? Eis aí uma questão que só a sensibilidade de cada um pode responder. Mas em situação tão crítica, o silêncio importaria aos olhos do Regente, numa solidariedade moral com o caluniador. Ademais, Luis de Chancel era oficial de marinha distinto e já oficial superior. A ascensão na sua carreira honesta, dependia da boa vontade do Regente. Indispor-se com êste, pelos atos incorretos do irmão, seria sacrificar-se, sem nenhum proveito para o outro, que já estava perdido. Importaria apenas em belo gesto fraternal, belo mas inócuo.

Isso parece que os críticos esqueceram:

«O autor das *Philippiques* — acrescenta Dujarric-Descombes — devia depois demonstrar que, se tinha espírito cáustico, tinha também coração excelente — tanto assim que, esquecendo essa demarche indigna, perdoou mais tarde o irmão faltoso.

Entregue, por traição à polícia do Regente, o poeta fôra conduzido à fortaleza das ilhas de Sainte-Margueritte, próximo a Cannes — donde conseguiu evadir-se dois anos mais tarde.

Foi durante essa detenção do seu irmão, a 26 de dezembro de 1721, que Louis de Chancel foi feito cavalleiro de Saint-Louis. Não tardaria a se retirar do serviço.

Depois de diversas viagens, em várias províncias da França, obteve a 9 de dezembro de 1732, a comanderia de Périgux, dependente da Ordem de São Lázaro, no lugar do falecido commandeur de Cornau. Dessas viagens foram publicados, já neste século, alguns extratos das suas «Memórias» terrestres: um de Saintonge e dois outros da sua excursão no Périgord, mas o *infolio* manuscrito que as continha, esteve muito tempo à venda num anti-

quário de Paris (E. Charavay) por 200 francos, e acabou sendo adquirido em 1914, por um colecionador russo.

Sabe-se que Louis Chancel de Lagrange encontrou, a partir de 1725, generosa hospitalidade, sob o teto de seu irmão mais velho, no castelo de Antoniac — que os vira nascer.

Afora algumas idas a Paris, para tratar de interesses da família, sobretudo dos sobrinhos, ali passou, na tranqüilidade, os últimos anos de sua vida aventureira, agora solidário com o irmão, a escrever as suas «memórias» de marinheiro. Solidário até nas disputas locais, contra o maire de Périgux, em defesa dos privilégios e prerrogativas das famílias enobrecidas, perseguidas pelo fisco local.

O mais acérrimo adversário que François Joseph encontrou no Périgux foi o maire Martin (1733-36) com cuja filha se casaria depois, contra a vontade paterna, um filho de Lagrange, esquecido dos ódios familiares. O amor sobreposto bem acima das outras paixões — como entre Os Capuletos e os Montegui: Romeu e Julieta. Essa disposição filial, levaria o pai, cheio de rancor, a representar inútilmente contra o filho, ao Parlamento de Bordeaux e no processo decorrente (1746) a polemizar contra ele em verso — ao que este respondia no mesmo tom e rima.

Essas inimizades e malquerenças recíprocas chegaram ao ponto de, um dia, o filho mais velho de Martin, havendo encontrado o poeta, sexagenário nas ruas de Périgord, apoiado em uma bengala em virtude da gôta, ousou agredi-lo, em revide aos versos contundentes, atirados sobre o pai. Os filhos de Chancel, Anne-François e François-Victor — tenentes do exército, puseram-se à procura do covarde agressor e o encontraram em Metz. Seguiu-se um duelo. Martin queixou-se depois que os dois irmãos teriam querido assassiná-lo. O caso foi levado até o Conselho dos Marechais de França. Uma carta escrita em 15 de janeiro de 1738 a M. de Cablanc, nos certifica que, nesta data, o cavalheiro de Lagrange estava em Paris, fazendo, apesar também da sua gôta, ativas demarches para evitar a condenação do sobrinho, que se refugiara na Espanha.

Foi durante esta estadia em Paris, que Louis de Chancel endereçou a d'Hozier os títulos genealógicos da sua casa, que ele tinha ajudado o irmão a recolher. Dá notícia disso ao seu correspondente na mesma carta que ele fecha com sêlo que traz a divisa: *Chancel ne chancelle mie*. Dois meses depois de completar 67 anos a morte veio encontrar Louis de Chancel no pequeno Castelo de Antoniac — aos 23 de novembro de 1745.

Aqui terminam as informações históricas, fornecidas por Dujarric-Descombes — o sábio investigador que no Périgux levou a

estudar, no período de 40 anos (1878-1916), entre outras curiosidades locais, a vida dos dois irmãos: Lagrange-Chancel e Chancel de Lagrange. Outros detalhes se encontram no «Boletim da Sociedade de História e Arqueologia do Périgord», onde quase sempre êle publicava o resultado das suas pacientes pesquisas. Essas informações, acima resumidas, estão entremeiadas por observações e comentários do signatário destas linhas.

* * *

Louis de Chancel estreitou-se nas letras com algumas raras poesias (1726) — que foram mais tarde recolhidas em caderno especial que Dujarric-Descombes chegou a examinar. Escreveu ainda crônicas e Histórias terrestres, também em parte publicadas (Saintonge e Périgord).

A sua principal obra, estas «memórias» da vida do mar — permaneciam inéditas. O *Armorial General ou Registre de la noblesse de France*, cujo III tomo é de 1752 — diz o seguinte :

«Il y a laissé plusieurs volumes Mss, ornés de cartes géographiques qui contenoient la relation des voyages qu'il a fait dans les quatre parties du monde. Son frère aîné se dispose à les donner au public».

François Joseph, levando os últimos anos da sua vida a retocar com cuidado vaidoso a sua obra literária, preparando-a para uma hipotética posteridade, não teve mais tempo de cuidar da edição dos Mss. do irmão, morto antes dêle.

Hoje em dia entretanto, as «memórias» de Chancel de Lagrange ressurgem, com sabor de novidade, merecendo a atenção dos eruditos, por ser um depoimento curioso e verídico dos acontecimentos de que êle foi testemunha ocular ou participante.

A obra poética e teatral do irmão mais velho — que fêz sua época ainda no século passado, «agora não merece mais ser lida». É o julgamento incisivo de G. Lanson (*Histoire Illustrée de la Littérature Française* — Paris — Hachette — tomo I, pág. 412).

É assim a fortuna das letras, das ciências e das artes — que abate e esquece os títulos ilusórios — e vai buscar no fundo do passado, para o exaltar, um merecimento autêntico, que não foi quase conhecido pelos seus contemporâneos.

Paris, 11 de novembro de 1957. — *Claudio Ganns.*

BIBLIOGRAFIA

A — *De Louis Chancel de Lagrange:*

1. «Voyage à Saintonge». Extrait des mémoires (in *Revue de Saintonge et d'Aunis*. Tome XXXV — 4ème, 5ème, 6ème, 7ème livraison (1er octobre, 1er novembre, 1er décembre 1914 et 1er janvier 1915).
2. «Voyage de Paris, par le Poitou, Angoulême, et Périgord» (2-4-1730). Extrait du 2ème volume des Voyages. (in *Bulletin de la Société d'Histoire et Archéologie du Périgord* — Tome XVII — 1890, págs. 193-194, Tome XXXIX — pág. 239; Tome XLIII — 1916, págs. 287-300; págs. 322-336 — Tome XLIV — 1917, págs. 60-86).
3. «Portrait et Gestes du Roi Louis quatorze» — avec préface de A. Dujarric-Descombes (in *Bonne feuilles* — *Revue d'études historiques*, págs. 267-283).
4. «Livre premier ou recueil des chanson gayes, sérieuses et à boire, tant nouvelles que anciennes», par le Cher, de L.C. 1726. (ce Ms. appartenait au regretté capitaine Alberic Gros de Beler).
5. «Voyages tant par mer que par terre dans divers empires, royaumes, provinces, viles et nations avec les travaux maritimes, relations, sièges et expéditions militaires». (Ms. appartenant à Mr. L. Claverie, après à Mr. E. Charavay — vendu à un collectionneur russe, en 1914).
6. Chroniques — «Seconde ligue générale des potentats de l'Europe contre la France, depuis l'année 1802 jusques en l'an mille sept cent quatorze, que lapaix générale se conclut à Utrecht, à Restadt et à Bade, où la succession à la monarchie d'Espagne demeura à la France, le tout arrivé sous le règne de Louis quatorze dit le Grand». — par Lou C.C. de L. (Ms. en 2 vols. in folio — appartenait à l'abbé Audierne — A. Dujarric-Descombes a vu le *tome second*).

B — *Sôbre Louis Chancel de Lagrange.*

1. A. Dujarric-Descombes — Le chevalier du Lagrange Chancel — son voyage en Pédigord I — in *Bulletin de la Société historique et archéologique du Périgord*. Tome XLIII — 2ème livraison, págs. 136-152 (avril, mars, 1916) IIe partie (suite) — Tome XLIII — 3ème livraison, págs. 189-197 (mai, juin 1916). Reproduction en volume, avec la collab. de Mr. le Marquis de Fayole et de Mr. le Comte de Saint-Saud — Périgord-Ribes 1917.
2. Duguay-Trouin — «Mémoires» (ed. Amsterdam, 1736 — ed. 5-l. Paris, 1740).
3. Duplessis-Parccau — «Journal Historique ou Relation de ce quil est passé par l'escadre du Roy commandé par Monsieur Duguay-Trouin en 1711». «Extraits publiés par la «Revue Maritime et Coloniale» — décembre 1887, pág. 417; février 1888, pág. 298; juillet 1888, pág. 76 — par Mr. Alfred Doncau du Plan.

(Estas duas memórias sôbre a expedição de Duguay-Trouin, foram traduzidas em Português e publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

C — *De François Joseph de Lagrange Chancel.*

1. Oeuvres — 1734-35 — 3 volumes.
2. Oeuvres — 1742 — Paris, 3 volumes.

3. Oeuvres — 1758 — Paris, 5 volumes.
4. Oeuvres choisies — Paris, 1810.
5. Oeuvres choisies — Paris, 1830.
6. Les philippiques — 1er ed. (clandestine) de 1725.
7. Les Philippiques — ed. 1795, faite par son fils Victor Chancel.
8. Les Philippiques — ed 1831 — Avec notes de Amédée du Bast.
9. Les Philippiques — ed. 1858, Paris (Pref. de Lescure).
10. Les Philippiques — ed. 1878, Paris (Pref. et notes inédites de Labessade).
11. Les Philippiques — ed. 1878 (pref. A. Dujarric-Descombes).
12. Le Théâtre de M. de Lagrange — Amsterdam, 1700-1703 — 5 parties.
13. Poésies inédites — de F. J. de Chancel-Lagrange — publiés par Jules Delpit — Paris, 1878.
14. Peças teatrais de F. J. Lagrange-Chancel, com as datas de suas edições: *Aderbal, roi de Numides* (tragédie) — Paris, 1694, 1699, 1702; *Jugurta* — Amsterdam, 1759; *Alceste*, 1704, 1753; *Amasis* (tragédie), 1701, 1702, 1729, 1731; *Ariane* (tragédie), 1717; *Athenais* (tragédie), 1700, 1702, 1729; *Cassandre* (tragédie), 1706; *Cassius et Victorinus* (tragédie), 1733; *Ino et Mélizerte* (tragédie), 1703, 1715, 1733; *Medis, roy de Medes* (tragédie), 1702; *Meleagre* (tragédie), 1699, 1702, 1710; *Orestes et Pilade*, 1699, 1700, 1702, 1710, 1750.

D — Sur François Joseph Lagrange-Chancel.

1. «Armorial général ou Registre de la Noblesse de France» para d'Hozier. 3ème édition — Paris, 1752, págs. 329-334 (1ère éd. Tome I éd, 1738).
2. La Grande Encyclopédie — Tome XXI — Paris s/d.
3. «Biographie Universelle ancienne et moderne», de Michaud — Tome XXII — págs. 521-522.
4. «Larousse Universel du XIXe siècle» — ed. Paris, 1873 (págs. 72-73).
5. «Nouveau Larousse Illustré» — Tome Veme — Paris, pág. 533.
6. Avis de parents concernant Lagrange-Chancel — par Dujarric-Descombes. Extrait du Bulletin historique et philosophique — 1906.
7. Une Philippique inconnue et une strophe inédite de Lagrange-Chancel — recueillies par un bibliophile — Reims, 1886 (ed. Diancourt).
8. «Dictionnaire biographique» de Barré — Paris, 1848.
9. «Dictionnaire et biographie générale» de L. Jaubert — Paris, 1878, págs. 413-414.
10. «Dictionnaire biographique», de A. Dantes — Paris, 1875, pág. 556.
11. «Dictionnaire de Géographie et Histoire», par Alzobry et Brohelet — Paris, 1876, págs. 1.518-19.
12. Bulletin de la Société d'Histoire et Archéologie du Périgord. (Além dos acima citados, há outros trabalhos especialmente de Dujarric-Descombes, nos vols. I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X).
13. Lagrange-Chancel, poète périgourdin — par A. Dujarric-Descombes — Périgord, 1905.
14. Duque de Laforce — Un disciple de Racine: Lagrange-Chancel — In «Revue des deux Mondes» — n.º d'Avril, de 1953 — págs. 505-515.

E — *Histoire des voyages maritimes*

- BANCAREL (F.) — Collet. abrégée des voyages anciens et modernes autour du monde — Paris, 1808-1809 — 12 vols.
- BARROW (J.) — Histoire des découvertes, trad. de l'anglais par Targe. Paris 1766, 12 vols.
- BAUCHER DE LA RICHARDIERE — Bibliothèque universelle des voyages — Paris. 1808. 6 vols.
- CAT (Ed.) — Découvertes et explorations du XVII^e au XIX^e siècle — Paris. s/d — 1892.
- DELAPORTE (Abbé) — Le voyageur français ou la connaissance de l'ancien et du nouveau monde. 3^{ème} ed. Paris, 1769-1778, 24 vols.
- LA HARPE (de) — Abrégé de l'Histoire générale des Voyages. Paris, 1780. 1802. 33 vols. et 12 vols. de suppl.
- PREVOST (Abbé F.) — Histoire générale des Voyages — Paris, 1740-1789, 20 vols. (ibid. Paris, 1748, 1768. 72 vols.).
- THEVENOT (Melch.) — Relation de divers voyages curieux. Paris, 1696 — 4 part. en 2 vols.

F — *Voyages Autour du monde.*

- ANSON (G.) — Voyage autour du monde (trad. de l'anglais — Paris, 1750 — 4 vols.).
- ARAGO (J.) — Promenade autour du monde — Paris, 1822 — 2 vols.
- BENJAMIN DE TUDELE — Voyage autour du monde (1473) — ed. Paris, 1830.
- BOUGAINVILLE (L. A. de) — Voyage autour du monde — 2^{ème} ed. Paris, 1772. 2 vols.
- COOK (Jacques) — 1^{er} voyage (1769) — Paris. 1774 — 4 vols.; Second voyage (1772) — Paris, 1778, 5 vols.; 3^{ème} voyage (1776) — Paris, 1785. 4 vols.
- DAMPIER (Guilh.) — Nouveau voyage autour du monde (1679) — Amsterdam. 1701, 1712. 5 vols.
- DIXON ET PARTLOEK (capitaines) — Voyage autour du monde (1785-1788) — Trad. de l'anglais par Lebas — Paris, 1789.
- DRAKE (Fr.) — Voyage curieux fait autour du monde (1577-1580) — Paris, 1651.
- DU PETIT-THOUARS (A.) — Voyage autour du monde sur la frégate la «Vénus» (1836-1839) — Paris, 1840-1844. 10 vols.
- LABILLARDIERE — Relation du voyage à la recherche de «La Pérouse» (1791-1792) — Paris, an 8^o, 2 vols.
- LA PEROUSE — Voyage (1785-1788) — Ed. part. de Lesseps — Paris, 1831. Voyage autour du monde — rédigé par A. Millet — Mureau — Paris. 1797. 4 vols.
- LAPLACE — Campagne de circumnavigation de la frégate «L'Artémise» (1837-1840) — Paris, 1841-50, 6 vols.
- MARCHAND — Voyage autour du monde (1790-1792) — Paris, an 6-8-4 vols.
- PAGES (de) — Voyage autour du monde (1767-1776) — Paris, 1782, 2 vols.
- PIGAFETTA (V.) — Premier voyage autour du monde sur l'escadre de Magellan (1519-1522) — Paris, 1888.

ROQUEFEUIL (Camille de) — Journal d'un voyage autour du monde — Paris, 1823. 2 vols.

SPARMAN (A.) — Voyage autour du monde (1772-1776). Trad. de Le Tourneur — Paris, 1787. 3 vols.

VANCOUVER (F.) — Voyage de découvertes (1790-1795) — Trad. de l'anglais — Paris, an 8 — 3 vols.

Voyage autour du monde sur la corvette «La Bonite» (1836-1837) — Paris, 1845 — 52. 15 vols.

WOODER-ROGERS (cap.) — Voyage autour du monde (1708-1711). Trad. de l'anglais — Amsterdam, 1716. 2 vols.

B — MAPAS PORTUGUESES DO SÉCULO XVII

(BRASIL E ÁFRICA)

Existe na opulenta Biblioteca Nacional de Madrid uma valiosa coleção de mapas portugueses coloridos em aguada aí depositada na Seção de Mss — sob o nº 7.121 — que tem grande importância para o conhecimento da costa do Brasil, nos meados daquele século.

Não tanto pela perfeição do trabalho cartográfico, que é quase nenhum — pois ao seu simples exame visual, verifica-se desde logo que não se trata de nenhum especialista em desenho de mapas, que então já os havia excelentes, continuando a tradição dos Teixeira e dos Albernás — mas sobretudo, na parte do Brasil, pelas preciosas informações prestadas pelo marinheiro, que certamente as viu, não só pelas localizações topográficas das partes, das construções e outros acidentes do terreno.

Ditos mapas chegaram àquele centro de cultura, por doação de D. Luiz Uroz y Rio, entre outros 5.000 volumes da preciosa coleção que êsse abastado judeu navarrete ofereceu à Biblioteca Nacional de Madrid.

Já se achava indicado na obra de Julian Paz — *Catálogo de Manuscrito de América* (Madrid — 1935) e ali assinalado sob o nº 1.099 (pág. 484), pela seguinte forma :

«Atlas de las costas y los puertos de las posesiones portuguesas en América y Africa».

Letra del siglo XVII — 0,440 x 0,355, 35 mapas a la aguada. Encuadernación de pergamino (Usoz) 7121».

Os 18 mapas referentes ao Brasil foram intercalados em formato de livro, em fotos, na recente edição do *Derrotero General de la Costa del Brasil y memorial de las grandezas de Bahia* de Gabriel Soares de Sousa, edição comentada pelo historiador brasileiro Cláudio Ganns, e publicada pelo Instituto de Cultura Hispânica (Madrid, 1958). Serviram para ilustrar, com a diferença apenas de meio século àquele Mss seiscentistas.

Essa primeira divulgação trouxe, no Rio de Janeiro, para o assunto, o interesse de órgãos autorizados (como o Serviço do Patrimônio Histórico) e de especialistas em termos coloniais, como Wanderley Pinho, Hélio Viana, Comandante Carlos Carneiro, Gil Jaguaribe de Matos e despertou assim a idéia de novamente reproduzi-los, em edição artística perfeita, tanto quanto possível igual ao original, quer quanto ao tamanho (0,440 x 0,355): e ainda com a nitidez das quatro cores dessas aquarelas (heliogravuras).

Mas à idéia inicial de fazer-se apenas a edição brasileira, associou-se, juntando-se aos 18 mapas «Brasileiros», os outros 30 das demais possessões portuguesas da África, embora não tão importantes como aqueles primeiros.

Para êsse novo trabalho, associar-se-iam assim, em colaboração cultural conjunta, as iniciativas do Brasil (Serviço Nacional do Livro), da Espanha (Cultura Hispânica) e Portugal — o que felizmente se pretende fazer em breve — para levar a participação internacional de três países, na celebração portuguesa do 5º centenário de D. Henrique.

Como identificar a época dos mapas? meados do século XVII? Além de outros fornecidos pelos especialistas há o seguinte: no mapa 6 (Pôrto de Tamandaré) declara o autor que a planta foi feita pelo Capitão André Marin, soldado português, que àquela época andou ali combatendo os holandeses, segundo me faz lembrar o Sr. Hélio Viana.

O Ms. existente na Biblioteca Nacional de Madrid traz, na primeira página, em baixo da primeira gravura, a seguinte indicação a mão:

«Es de uso del Fr. Blaz de Linares y Saabedra, profeso de Sta. Maria la Real, de Aguilar del Campoo».

As enciclopédias assinalam o convento ali estabelecido no século IX, pelos padres premonstratenses e as notícias históricas indicam que com a secularização dos conventos, em 1830, os papéis desses estabelecimentos vieram para Madrid (Arquivo Nacional).

Até agora não há outra notícia sobre aquêle frade, mas por outra «memória» existente na Biblioteca Nacional, como observa José Ibanez Cerdá, sabe-se ao menos que êle não exerceu função de relêvo na vida conventual, pois não está indicado, como outros • estão, entre os seus abades ou superiores.

No final do Ms, em seu último desenho que é de Peñas y Costas de Garrachino, en el Mar del Sur, que difere bastante

dos demais do «álbum», há outra indicação, abaixo, escrita também à mão; que diz:

«Es echo por el Capitan de Mar y Guerra, D. Bicente de la Torre y Taglio».

Portanto, num mapa só de «possessões portuguesas» e escrito todo em português, só uma indicação em espanhol de uma remota colônia no Pacífico. Pouco provável portanto que seja de autoria espanhola, uma vez que faltam as colônias deste país. Esse nosso modesto modo de ver, trata-se de originais «esboçados» por marinheiro português, que viajou muito para o Brasil e África. Não era um técnico em cartografia, mas um curioso observador atento e seguro. Os seus cartões revelam uma ingenuidade primitiva e quase grosseira, mas apontam detalhes preciosos para o estudo e conhecimento dos lugares registrados.

As indicações dos fartalegos do nordeste Pernambucano, Paraíba, os detalhes sobre coisas de *interland* da Bahia, a sinalização da primitiva Rio de Janeiro (talvez a mais antiga até agora conhecida) e outras valiosas anotações, dão hoje ao trabalho de anônimo marinheiro uma valia inestimável.

O que é de presumir é que ele, sendo do norte de Portugal, viveiro de navegantes leigos, tivesse andado por Santander e ali seus «mapas» tivessem passado às mãos de Braz de Saavedra, possivelmente também marinheiro, que depois se fez frade, no convento próximo de Aguilar del Campoo.

Hipóteses que servirão de base para novos estudos e investigações.

Madrid — Novembro de 1959.

C — A PRESENÇA DA ESPANHA NO BRASIL

(Tese do 2º Congresso Internacional de Cooperação Intelectual)
Santander — 1956

I

A presença da Espanha, nas relações políticas com o Brasil, surge antes do nosso descobrimento.

De fato : pelo tratado de Tordezilhas (1494), ela renunciou, a favor de Portugal, a vantagem que lhe havia sido dada, de mão beijada, pelo Papa : isto é -- qualquer título que tivesse as terras descobertas, aquêem das 370 léguas de uma linha imaginária, contada do ponto mais remoto do arquipélago do Cabo Verde, e fixada de polo a polo.

Assim, quando navegantes espanhóis (Vicente Iañez Pinzon e Diogo de Leppe) em janeiro e fevereiro de 1500 atingiram a ponta de um cabo a que chamaram de Santa Maria de la Consolación, e subiram pela costa até a foz do Marañon ou rio das Amazonas (1) — indo aquêle até o Orenoco — estavam em frente de território que já haviam os seus reis cedido à coroa lusitana.

Daí — o propositado silêncio, sem anúncio da descoberta, só três meses mais tarde confirmada pela esquadra de Pedro Álvares Cabral (2).

Essa formosa «linha imaginária» passava, ao norte, por onde hoje está Belém, e, ao sul, em Laguna (Santa Catarina). Para as bandas de leste, localizavam-se as terras atribuídas, na partilha, a Portugal e, para a direção de oeste (o sertão brasileiro) as que realmente deveriam pertencer à Espanha.

É assim que se justifica haver a autoridade espanhola (cartas de concessão da Rainha) pensado em mandar ocupar, nos meados do século XVI -- a ilha de Santa Catarina e tentar explorá-la — do que nos dá notícia historiador argentino, em conhecida monografia (3).

* * *

Ainda na época remota da catequese inicial, já se assinalava, pela internacionalidade da Companhia de Jesus — entre os seus

devotados membros, a presença de pelo menos dois padres espanhóis no Brasil: a do venerável José de Anchieta canarino, primo, pelo pai, de Santo Inácio de Loyola, cognominado justamente: o «apóstolo do Brasil» (1534-1597), o verdadeiro fundador da cidade de S. Paulo — e a de Antonio Blasques (4). Jesuítas da Espanha foram também os que promoveram os primeiros aldeamentos de índios, na zona sul — que hoje é em parte do Brasil (RGS) — as famosas 7 missões, extintas depois pelos bandeirantes paulistas, a ferro e fogo. Ali, êles deixaram, logo no início, como batismo da terra, pela mão dos selvagens, a marca do sangue cristão, no martírio do padre Roque Gonzales de Santa Cruz, em Cayaró, e dos seus companheiros Alonso Rodrigues e Juán del Castillo, todos espanhóis (1628). Talvez venham a ser, santificados pela piedade brasileira, os primeiros nomes de nosso agiologó (5).

* * *

Nesse passado distante, na quase madrugada da nossa vida civil — registra-se ainda, a presença em Madrid (1586-1591) do admirável cronista do Brasil, Gabriel Soares de Souza, que aí «passou a limpo» o seu conhecido: «Roteiro» — cujo original espanhol, talvez para a leitura de Felipe II, foi por nós identificado, em 1955, na Biblioteca do Palácio do Oriente, e cuja edição o «Instituto de Cultura Hispánica» pretende agora publicar, com «introdução» nossa.

Quase da mesma época é a «História da Província Santa Cruz», de Pero Magalhães Gandavo — publicada em 1576 em Lisboa — o primeiro trabalho escrito e editado sobre o Brasil — cujo Ms original, ou cópia dêle, de 1574/75 estava entretanto adormecido, pelo sono dos séculos, na biblioteca do Escorial — e que mandamos microfilmear, para a edição crítica que pretendemos fazer, no Rio de Janeiro, no ano próximo — com Celso Cunha e Eustáquio Duarte, exímios sabedores e especialistas da nossa língua e da nossa história médica.

* * *

Nos começos da colonização geral — o 1º Governador do Brasil Thomé de Souza, quis confiar a direção das «entradas» para a descoberta das minas, primeiro — ao espanhol Felipe Guilhem, autor do novo método para observar as longitudes e, depois, efetivou a missão em Francisco Bruza de Espinoza, outro espanhol, «egresso do Peru, com prática de procurar metais» — a qual, entretanto, só se realizou em 1553, no govêrno seguinte de Duarte da Costa. A expedição começou ao sul, pelo Pôrto-Seguro (lugar da descoberta portuguesa) e teve a cooperação do padre Aspilueta Navarro, jesuita espanhol — dando uma volta pelo interior

do atual Estado da Bahia, atingindo a região das Minas Gerais e saindo, ao norte pelo Rio S. Francisco. (6)

* * *

Deve assinalar-se ainda a passagem no Rio (1583) da esquadra espanhola de Diogo Flores Valdez, que por ordem de Felipe II destinava-se ao estreito de Magalhães. De volta, descançou na Bahia, fundando um forte no Paraiba, que foi confiado ao comando de Francisco Castejon, espanhol, apoiado em 150 soldados.

* * *

Há ainda que lembrar, no primeiro século da descoberta, o navegante espanhol D. Rodrigo de Acuña, que deu nome aos «baixios de D. Rodrigo», onde naufragou e seus conterrâneos o abandonaram — quase na foz do Rio Cururipe (Alagoas), onde êle, na companhia do 1º bispo D. Pedro Sardinha foi aprisionado e comido pelos índios Caetés (1556).

* * *

Dessa vizinhança geográfica também são consequência as três memoráveis viagens espanholas, pelo interior do Brasil. A primeira delas, a mais célebre — é a arrojada descida de Francisco de Orelana (que abandonou a expedição de Gonçalo Pizarro), partindo do Peru, desceu o Rio Coca e veio ter quase às nascentes do Amazonas, deslizando por êle durante longos meses, percorrendo cêrca de 3.000 milhas e, através de peripécias e surpresas, heroismos e aventuras, acompanhado de outros espanhóis e de Frei Gaspar de Carvajal (que escreveu a «relação» dessa viagem (7), chegou afinal até o oceano Atlântico (1541). Estava descoberto o grande rio. O Amazonas ainda foi descrito, quase um século depois, pelo padre jesuíta Christobal de Acuña (1597-1675), também espanhol, que lhe fez a outra viagem (1639) acompanhando a Pedro Teixeira na descida até o mar, e publicou o «Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas» (1641). Há reimpressão, de Madrid, 1891. A segunda viagem, contemporânea da primeira, registram-na as crônicas do sul do país: a penetração do «adelantado» do Paraguai — D. Alvar Nunes Cabeza de Vaca, sucessor de D. Pedro de Mendoza — o qual, entrando pelo litoral catarinense (São Francisco), descobriu o salto do Iguaçu e foi atingir aquelas afastadas regiões do *hinterland* sul-americano (1541). (9)

A terceira viagem foi a de D. Luiz de Cespedes y Xeria, governador do Paraguai. Partiu êste do Rio, em 1628, onde se casara com D. Vitória de Sá, filha do Capitão Gonçalo de Sá. De S. Paulo fez caminho por Loreto, para atingir Assunção. (10)

Claro está, em quase tôdas essas travessias do território hoje brasileiro, os espanhóis as faziam, como quem pizasse o assoalho

da casa própria — seja porque elles eram realmente os seus proprietários, seja ainda porque, no período filipino, as duas coroas estavam unidas sobre a mesma cabeça real.

* * *

Salvador Corrêa de Sá (1602-1688) dos mais acreditados homens da colônia, administrador do Brasil e vencedor dos holandeses em Angola — que para cá viera menino e onde se criara, como «brasileiro», era natural de Cadiz — como o provou o historiador inglês Charles Boyer (11), embora fôsse filho de pai brasileiro e de mãe argentina (de Tucumán).

* * *

No domínio filipino (1580-1640) houve a absorção de Portugal, sob a coroa castelhana. Tivemos então três reis espanhóis do nome de Felipe — o II (1580-1598), o III (1598-1621) e o IV (1621-1640). Passou a Espanha, também, a governar o Brasil, colônia de Portugal. Essa direcção foi tão hábil que para não ferir susceptibilidades nunca se lhe sentiu a mão de ferro sempre se fez aqui através da luva de pelica de administradores lusos.

Afrânio Peixoto, homem de letras de talento, pecava em matéria histórica pela sua exagerada lusofilia. Alega, na sua «História do Brasil» (ed. S. Paulo, 1944) que a dominação espanhola só nos trouxera, em represália, os ataques dos seus inimigos: v.g., os males da invasão holandesa. Primeiro: não estamos certos de que esses males fôsem assim tão catastróficos, nem que ela não nos tivesse trazido também algum benefício cultural. Em segundo lugar: a dominação espanhola — que, digamos de passagem, em última palavra, primou por uma ação discreta não «de presença», mas ao contrário, de «ausência», que permitiu o nosso alargamento territorial. Éramos — como disse pitorescamente um cronista — um jacaré, saído do ovo de um camaleão.

Mas esse domínio espanhol «foi resultante e consequência da fraqueza lusitana», depois da louca aventura em África, do desastre de Alcacer-Kibir e da perda de D. Sebastião, digamos de passagem, desaconselhado por Felipe II, tio do rei português (12). De quem, pois, a culpa? Claro: de Portugal, que não soube ou não pôde mais defender-se e nos levou no arrastão da sua ruína, para ficarmos sujeitos ao cetro espanhol.

Mas a verdade é que, para a retomada do território pátrio, ocupado em parte pelos holandeses, a cooperação dos espanhóis fêz-se efetiva, pela contribuição, ainda maior que a portuguesa: 1º, com a armada de D. Francisco de Toledo Osorio (1625) na recuperação da Bahia, e, depois, com a outra armada do Almirante D. Antonio de Oquendo que, em 1631, veio combatê-los, próximo da Baía de Todos os Santos, derrotando o Almirante batavo Adrien

Peter que resolveu, num grande gesto, atirar-se ao mar, envolto no pavilhão de sua pátria.

Nessa batalha naval, pereceu também o almirante espanhol, D. Francisco de Vallencila (12 de setembro).

* * *

Esteve também no Brasil, chefiando outra armada, com 1.700 homens de terra, que se destinavam à expulsão dos holandeses, o mestre de campo General D. Luiz de Rojas y Borja, nobre espanhol, que havia militado em Flandres. Desembarcou em Alagoas, e, temerariamente, provocando os inimigos para combate, morreu na batalha de Mata Redonda (1636).

* * *

Na esfera da estruturação jurídica do Estado não deve ser esquecida, substituindo a codificação manuelina (1521) a permanência por quase três séculos, da genuína legislação espanhola, pela instituição das «Ordenações Filipinas» (1603), estabelecidas para Portugal, mas que também serviram ao Brasil, não só colonial, mas também imperial e republicano, como lei civil, até 1917 — quando foi promulgado, depois de mais de 60 anos de estudos e projetos, o nosso Código Civil. (13)

* * *

Por sucessivas incursões, no correr de mais de dois séculos e meio, os «bandeirantes» paulistas foram ultrapassando, na direção do oeste, a linha de demarcação fixada em Tordezilhas. Estendia com energia e audácia a área do país: no norte pela penetração e ocupação do Amazonas, expulsando os intrusos: ingleses e holandeses, a começar com Pedro Teixeira (1637-1639) indo até o Peru, e voltando até Belém, ou a seguir com Antonio Raposo Tavares (1598-1658) que, dizem, foi até o Pacífico (1651); na fronteira oeste empurrando o meridiano para as raias de Mato-Grosso, à busca insanável do ouro, com Pascoal Dias Moreira e os irmãos Leme; e sul, avançando cruelmente contra índios pacificados pelos jesuítas, chegando ao extermínio de Guaira — onde foram aprisionados cerca de 10.000!

Essas incursões eram feitas — desde que as coroas estavam reunidas, em detrimento do domínio espanhol, promovidas por portugueses ou brasileiros. De sorte que, quando Portugal em 1640 recuperou a sua soberania, já o Brasil, sua colônia, havia decididamente «marchado para oeste», duplicando ou triplicando a área desmesurada do seu território. (14)

* * *

A regularização diplomática dessa expansão geográfica, espécie de gigantismo territorial — tão pouca gente para tão longos

espaços — fêz-se entre Portugal e Espanha — pelo tratado de 1750 — em que influiu, com o seu talento político, o brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário do rei português, fazendo valer o *uti possidetis* do direito romano (ocupação mais antiga, de boa fé, na falta de justo título). Nova renúncia da Espanha, reconhecendo na evidência de nosso crescimento ultramarino, os germes de uma nação futura nascente.

* * *

Tivemos ainda, no início do século XIX — e não poderíamos esquecer-la, nesse rosário de fatos concatenados, sob a cadeia das ligações hispânicas com o Brasil, como se fôsse um fecho de colar — a presença nos conselhos do governo, da princesa espanhola, D. Carlota Joaquina que, como espôsa do rei D. João VI, aqui permanecendo de 1808 a 1821 — assistiu ao nascimento do Império brasileiro.

Não nos interessa a sua vida privada, denegrida com falta de elegância pelo «chantagista», seu secretário, D. José Prezas, que lhe publicou indiscretas «memórias», talvez apócrifas. Na vida pública, essa mulher excepcional, que conspirava em Buenos Aires, através de agentes secretos (F. Contacci) e quase trouxe prêso aos seus propósitos imperialistas — homens da estatura ímpar de Rivadávia — já mereceu a reabilitação, pela mão do notável historiador espanhol. (15)

Os audaciosos sonhos de ambição platina da rainha, a aglutinação das colônias do rio da Prata, reunidas com o Brasil, sob a mesma coroa unitária de «império americano», foi um dêsses rasgos de seu forte temperamento político, que ainda hoje merece ser reestudado acuradamente.

Esse projeto atrevido, era invariavelmente contrariado pela vontade mansa e esperta do Rei prudente (que parecia não ter vontade) — mas não desejava embarcar os destinos do «seu império», em aventuras de duvidoso remate.

* * *

Dessa atuação, em que se chocavam nos «entreveros», desde os tempos das investidas reciprocas na «Colônia do Sacramento», espanhóis e portugueses — ficou apenas a reminiscência da ocupação pelas tropas de D. Pedro Cervelhos, dos fortes de S. Miguel, Sta. Tecla e Sta. Tereza e da vila de S. Pedro (1763) no Rio Grande do Sul — e pela tomada por nós, provisória, da Cisplatina, tornada província do Reino Unido (convenção de 1821) e depois do Império, mas logo após restituída para a formação do Uruguai (1828). Mas ficou nítida, até hoje, na zona fronteira do sul, a expressão sonora e constante, tipicamente espanholizada da lin-

guagem gaúcha, tão pitoresca e ardente, nos seus arrebatamentos e peculiaridades . . .

* * *

Às vésperas de saírem, por imposição das côrtes portuguesas, desejosos de rápida constitucionalização, e ainda premidos pelo movimento popular, no Rio, tiveram D. João VI e os seus filhos que jurar, à falta de outro título idôneo, sôbre os princípios já estabelecidos, para a Espanha, pelas côrtes de Cadiz (1821).

* * *

Reza a crônica da época que D. Carlota Joaquina, acompanhando o marido, no regresso a Portugal (1821), antes do embarque, sacudira, amuada, as sandálias nos degraus do cais, para «nem sequer levar o pó do Brasil». Despeito, pela forçada renúncia aos sonhos do Rio da Prata, que o espôso sempre contrariara, nos seus propósitos imperialistas, ou simples ingratidão feminina ?

II

Se a presença da Espanha ultrapassa o terreno político, para projetar-se no campo literário brasileiro — não podemos deixar de mencionar duas figuras impressionantes: a ação catalítica de Luiz de Góngora, em nossos primeiros portos, coloniais, a começar em Gregório de Matos (1623-1692), no seu preciosismo de forma, e ainda hoje influindo, por outros dons singulares em nossa poética mais moderna ; e a sombra enorme de Cervantes, que se impõe à nossa imaginação, com a sua formidável criação : o «ingenioso Fidalgo D. Quixote de la Mancha», — o cavaleiro da triste figura — cujas loucas aventuras ganharam as primeiras palpitações emocionadas de nossa puerícia, como hoje conquistam, pelo genial simbolismo de sua ironia, as da nossa maturidade e dominam pela verve natural e expressiva no ridículo da sua caricatura mordaz, facilmente, até o entendimento popular, que se delicia com o burquesismo cauteloso de Sancho Pança.

* * *

As afinidades das duas línguas irmãs, ambas oriundas do velho galego, dariam, como consequência, entre outras, que Gil Vicente, D. Francisco Manoel de Melo e Luiz de Camões escreveram tão bem em português, como em castelhano e que temas brasileiros fôsssem tomados para entrecho de comédias espanholas (16). Tirso de Molina, como Cervantes, esteve em Lisboa e não obscurece a sua criação admirável, ter imitado em algumas delas, os autores portugueses. (17)

F. A. de Varnhagen, o nosso eminente historiador, já acentuara o papel das «novelas de cavalaria» na formação da nossa *psiché* colonial, quando eram quase a leitura exclusiva do nosso

primeiro século (18). E é sabido que a maioria dêsses temas tem origem no fabulário ibérico, como o «Amadis de Gaula», por exemplo.

O próprio Varnhagen, por outro lado, para publicar o seu «Cancioneirinho de Trovas antigas» (ed. de Viena, 1870 e 1872) valeu-se de um apógrafo que viu na biblioteca de um nobre espanhol em Madrid (1857), cópia de outro existente no Vaticano. E os trovadores que dêle constam são em maioria galegos e, em minoria, portugueses.

Modernamente ainda, prossequindo nesses estudos medievais, o nosso mais autorizado especialista, que é sem dúvida Celso Cunha, para as suas debatidas teses de concurso, já publicou, comentando-os com a precisão do seu saber filológico, os cancioneiros de João Zorro (1949), o de Gomes Charinho (1945) e ainda agora o de Martin Cadax (1956) dito de Vigo.

III

A presença de Espionceda (1808-1842) e de Campoamor também se fêz sentir na fase mais lírica da nossa poesia romântica (1819-1901). Ai, também se destacam outras ilustres figuras, como a de Vale Inclan; e ainda recentemente, êsse admirável Garcia Lorca, com a sua volta às genuínas fontes populares, que o «Cancionero Gitano», autêntica na poesia, e que as «Bodas de Sangre» perfuma, como escaldante rosa vermelha, todo o ambiente do teatro contemporâneo. (19)

* * *

A outra colossal figura, símbolo ou mito, que arrasta a nossa sensibilidade, embora não seja ela tipicamente espanhola — como o demonstrou Gregório Maraño (20) — foi na Espanha que inchou de imenso relêvo, que lhe deu universalidade.

É o audacioso conquistador de capa embuçada, o irrequieto sedutor, o espadachim amoroso que se chamou D. João Tenório.

Teatralizado, de início por Gabriel Téllez, que se celebrou na vida literária pelo pseudônimo de Tirso de Molina (21), na sua peça «El burlador de Sevilla», salta contemporâneamente dos versos de Zorrilla, como se fôsse a mágica de um artifício, num jôgo florido de palavras e emoções, que conquista tôdas as platéias. Recriado por Molière, por Goethe, por Byron e por Guerra Junqueiro e musicado por Mozart, assinala-se a repercussão do mito don-juanesco na literatura do Brasil. (Menotti del Picchia).

* * *

No palco, muitos brasileiros já aplaudiram peças dos irmãos Quintero e de D. Jacinto Benavente. Na novelística entramos na

intimidade da alma peninsular, sobretudo na região basca — pela mão do mestre Pio Baroja.

Na região de Avila e do Sul — passeamos conduzidos por Enrique Larretta — sobretudo na «Glória de D. Ramiro». Em outros pontos, Blasco Hanez é quem nos guia, seja nos laranjais de Valência, seja no teatro taurino de «Sangre y arena», ou Hem-nunguay, no seu estilo terso, na sua impressionante «Fiesta».

Se queremos ir à Granada, o nosso melhor «bedecher» serão os «contos judios» que Washington Irving ali escreveu, no interior de Alhambra; e se desejamos subir as montanhosas eminências, onde Ronda repousa, como águia solitária — a «Carmen» de Prooper Merimé será a melhor companheira, para harmonizar o nosso espirito indagativo com os sortilégios do panorama misterioso. Barris, também nos levaria a Toledo, por mais de oito dias...

A excursão turística pela Espanha, pode hoje fazer-se em viagem imaginária, sentado numa cadeira, com um bom livro na mão, um para cada região, escritos com o poder de evocação que as almas e as paisagens despertam, seja no gênio literário do espanhol, seja nos dos escritores de fora, por elas fascinadas.

* * *

No campo das idéias, não há brasileiro medianamente culto que desconheça os trabalhos do sábio universitário que foi D. Miguel de Unamuno, o independente bilbaíno; os belos ensaios, de um esteticismo sutil, de D. Eugenio d'Oug. ou os penetrantes estudos de D. Gregório Marañón.

Sobressai, entretanto, a todos êles, com a sua brônzea voz de carrilhão, a dominar os sinos menores — a figura excepcional que foi D. Orbegó y Gasset — crismado pelo nosso mais avançado crítico (Tristão de Athayde), como sendo um autêntico «grande de Espanha».

* * *

Como olvidar, quase em nossos dias, no âmbito das artes applicadas, que o arquiteto de fama, no Rio de Janeiro, foi o velho espanhol Adolfo Morales de los Rios — que também se fez professor, jornalista e historiador dos seus setores especializados — e cuja biografia lhe traçou o filho e sucessor, em reverente preto?

E não lembrar, tirando-a de imerecida penumbra, a memória do grande artista do piano que foi Glauco Velasques, que trouxe ao Brasil (como fala na Espanha) os acordes de uma sutil música de câmara, nascida da sua fina sensibilidade — sem dizer da sua origem espanhola?

E o tronco do nosso insigne compositor, que foi Lourenço Fernandes, não se embebe também em raízes que mergulham no solo ibérico ?

IV

As antigas e as novas pesquisas históricas, na busca de documentação precisa, feita aos arquivos da Espanha, desde os de Sevilha (Casa da Índia) aos de Tordeilhas (Simancas), passando pelos de Madrid (Biblioteca Nacional, Palácio do Oriente, Academia de la História, do Museu Naval, do Escorial) — devassados alguns por F. A. de Varnhagen (1849), por Pedro Soto Mayor (1914) e mais recentemente por J. Honorio Rodrigues (1950). (22) São repositórios preciosos que estão a desafiar a paciência e a pesquisa dos investigadores brasileiros. Há, nêles, muita novidade, para completar os pontos ainda em aberto, da nossa história.

Catálogos perfeitos de Manuscritos que interessam à América já estão publicados. O de Julián Paz — para o fundo da Biblioteca Nacional ; o de Bordona — para o do Palácio do Oriente ; o da coleção Navarrete, no Museu Naval ; o de Zarco Cuevas, para o Escorial, o do Padre Francisco Manoel Alves para Simancas; o de Rodrigues -- Monino -- para a Real Academia de la História; nesta incluindo os dois da coleção J. B. Muñoz e o de Tudella — «Los Mss de América nas bibliotecas de Espanha» (Ed. Madrid, 1954).

São repositórios valiosos que ficam aliás a desafiar a coragem dos novos investigadores para onde o nosso Ministério do Exterior (Itamaraty) já está agora, felizmente aparelhando novas equipes — por iniciativa do seu chefe, que possam selecionar e colher documentos microfilmados, interessando à história do Brasil. É uma tradição imperial, que a administração republicana vem patrioticamente restabelecer.

* * *

No campo cultural haverá ainda intercâmbio proveitoso — com iniciativas de publicações úteis, de lado a lado. Conhecemos, em língua espanhola, as edições do Renato de Mendonça : «Breve história del Brasil» (Ed. Madrid, 1950) e «Antología de la Poesía Brasileira» (Madrid, 1952) — de Cassiano Ricardo — a tradução do poema : «Mártir Cerere» (Madrid, 1953) — todos do «Instituto de Cultura Hispânica» — de Carlos Drumond de Andrade — «Poemas», version e prólogo de Rafael Santos Torroela (Ed. Adonais) ; «Três poetas brasileiros» (Bandeira -- Schmidt e Drumond) — por Leonidas Sobrinho Porto, etc.

Em sentido contrário — isto é — trabalhos espanhóis passados ao português — quase os ignoramos — talvez por ser mais fácil a nós a leitura do castelhano, do que aos espanhóis o conhecimento da nossa língua. De tema espanhol, em língua portuguesa, sabemos que existe o estudo de Alberto Silva sobre a rainha Joana, a louca.

Haverá ainda aí um vasto campo, ainda não de todo cultivado, onde a tarefa dos «adidos culturais» poderá, com proveito para as duas pátrias, exercer com inteligência, sua recíproca atividade.

Mais recente, Eduardo Portella, ex-bolsista em Espanha (1953/54), filho de espanhol, aqui redigiu os «Aspectos de la poesia brasileira contemporanea» (Ed. da revista Guadalupe). Era o ensaio para vãos mais altos. Agora, iniciando com êxito crítica literária no Rio, destaca a maestria de Busone e descobre na nova poesia de João Cabral de Melo a influência do «Cid».

Existe publicada a tradução espanhola que G. Vicente Paya fez da conferência que Viana Mooj proferiu sobre: «Uma interpretación de la literatura brasileira» (Rio, 1953).

O poeta João Cabral que aqui se dedicou (Barcelona) ao raro artesanato do livro impresso à mão, fez ali amizade com Miró, o grande artista plástico, do que resultou um belo estudo crítico com o nome do pintor (Ed. dos Cadernos de Cultura, nº 9 — Ministério da Educação e Saúde — Rio).

O professor José Carlos Lisboa catedrático de literatura espanhola no Rio, percorreu em outro ensaio agudo, com a habitual competência, sobre «Teatro de Cervantes» (Ed. dos Cadernos de Cultura, nº 16 — Ministério da Educação e Saúde — Rio).

Há ainda que assinalar outro problema que interessa à sorte das nossas relações culturais: há livros de escritores brasileiros que já estão traduzidos para o espanhol, mas na Argentina, no Peru e no México, mas são ainda pouco conhecidos na Espanha. É o caso de Gilberto Freyre, de Tristão de Athayde, de Manuel Bandeira. Ficamos assim ilhados no confinamento territorial, quando haveria vantagens recíprocas no entendimento transatlântico.

★ ★ ★

A participação continuada de brasileiros e espanhóis em congressos e conferências e formados, no setor médico, jurídico e em outras zonas da ciência, as exposições de artes plásticas, os concertos de música ou canto, as visitas de escritores, a criação das cadeiras de estudos superiores, nas Universidades — a instituição de «bolsas» para brasileiros na Espanha e espanhóis no Brasil, como foram ajustados nos acordos culturais — vem proporcionando atualmente, sob a égide do «Instituto de Cultura Hispânica» a

brasileiros um conhecimento mais profundo da alma espanhola e da sua viva cultura, que, felizmente, não se revela só no «flamengo», na tourada e na prosa. Seria demasiada simplificação. Não que sejamos contrários a essas manifestações do folclore, da música e da ecologia. Temos sadio paladar, para provar e «desgostar» também essas expressões genuínas da vida de um povo.

É outro, porém, aqui o desdobramento. Queremos ver, em conjunto, de uma perspectiva mais alta: a torre de um minarete árabe — de onde melhor observaremos a paisagem granadina.

O intercâmbio das idéias, continuando progressivamente, através de missões de estudo, de conferências universitárias, de contactos entre alunos e professores, na coexistência intelectual, familiar, afetuosa e humana dará agora, como no passado a presença da Espanha no Brasil, seguida da maior compreensão, da nossa vida intelectual, pela ampliação dos cenários e irradiação mais aguda do espírito, em nossas miradas pelo mundo.

Rio de Janeiro, 1º de julho de 1956.

NOTAS AO TEXTO

As naus espanholas, historicamente, foram as primeiras que encontraram terras do Brasil:

(1) *Vicente Yañez Pinzon e sobrinhos* — Deixaram Palos em meados de novembro de 1499 e chegaram ao Cabo Santa Maria de la Consolación a 26 de janeiro (Pedro Martyr) de 1500, ou a 20 do mesmo mês segundo outros.

Diego de Lepe — Deixou Palos em dezembro de 1499 (Las Casas) e alcançou a mesma *Punta del Leste* de Pinzon em princípios de março de 1500.

Pinzon explorou minuciosamente toda a costa setentrional do Brasil, descobriu a foz do Amazonas, deteve-se na do Oiapóc (que tomou o seu nome) e fez da mesma o primeiro levantamento cartográfico (carta de marear) de que há notícia. Lepe seguiu a sua esteira, fazendo idênticos levantamentos. Com essas cartas de navegação, (de que se serviu o cartógrafo espanhol Juan de La Casa para a complementação do seu famoso planisfério de outubro, 1500) nascem a cartografia e a geografia do Brasil.

Pinzon, pela Capitulação Real de Granada, 5 de setembro de 1501, foi nomeado capitão e governador geral das terras setentrionais do Brasil. Foi assim, historicamente, o primeiro donatário de terras brasileiras, cargo de que não se apossou face ao reconhecimento espanhol de que as ditas terras pertenciam à circunscrição portuguesa, de acordo com o estabelecido em Tordesilhas.

No Planisfério de La Casa a primeira histórica representação, em mapa, de todo o litoral norte do Brasil. Com ele apareceu o Brasil, geograficamente.

Alonso Velez de Mendoza, terceiro expedicionário espanhol às terras do Brasil, deixou a Espanha em outubro de 1500. Chegou à costa norte

já revelada por Pinzon (guiado por sua carta de navegação) em fins de dezembro. Já então, Pedro Álvares Cabral havia aportado à costa leste e seu mensageiro Gaspar de Lemos, de volta a Portugal, já tinha explorado essa costa de Porto Seguro até o cabo São Roque.

A primeira descrição geográfica completa da costa do Brasil (da foz do Prata ao Oiapoc) foi feita pelo geógrafo espanhol Martim Fernandez de Enciso na sua *Suma de Geographia*, Sevilha, 1519.

As primeiras históricas observações astronômicas, com instrumentos científicos, feitas no Brasil foram as de André de Sam Martim, cosmógrafo da frota de Fernão Magalhães. Essas observações (fixação da longitude pelo cálculo das distâncias lunares) foram feitas na Bahia de Guanabara (Rio a 17 de dezembro de 1519). Sam Martim observou ainda e descreveu pouco depois um eclipse solar, o primeiro historicamente revelado nos céus austrais. Os resultados dessas observações, constantes do *Diário* do astrônomo, foram integralmente transcritos por João de Barros, (*Década* III, liv. V, cap. X)

A primeira bússola de variação de que há notícia (Humboldt, *Cosmos*, III) descoberta pelo sevilhano Filipe Guilhem, foi pela primeira vez experimentada no litoral brasileiro pelo cosmógrafo Alonzo Santa Cruz, da armada de Sebastião Caboto. Filipe Guilhem, nome que mais tarde se encontraria entre os primeiros funcionários do governo geral do Brasil, chegou com a família, como colono, com Vasco Tourinho, donatário da Capitania do Espírito Santo.

As primeiras expedições de penetração no Brasil foram dirigidas por espanhóis: Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, do litoral catarinense à foz do Iguaçu; Francisco Bruza de Spinoza, pelos sertões de Bahia e Minas, em 1554. Cristobal Saavedra repetiu o itinerário de Alvar em 1551.

O primeiro caminho regular de comércio interior, no Brasil, foi estabelecido pelos espanhóis (Varnhagen, I, c. XVI) entre Assunção e São Vicente (ver também as viagens, Assunção-São Vicente-Assunção, dos espanhóis Francisco Cambarota e Juan de Salazar).

Primeira exploração do Amazonas, em toda a sua extensão: Orelana, 1542 (Nota de Eustáquio Duarte).

Gil Monilla — «El descubrimiento del Marañon» (Sevilha, 1954).

(2) — Está assim inteiramente errada a patriótica tese de Duarte Leite, no "Descobrimento do Brasil" (Pôrto, 1931) e, ao que sabemos aqui sustentada apenas pela autoridade literária de Afrânio Peixoto. Rodolfo Garcia, com autoridade de historiador, em documentação farta, em parte ainda inédita, prova com exuberância a prioridade espanhola no descobrimento do Brasil — seguindo aliás o rasto de Sauthey, Varnhagen e Capistrano de Abreu.

Oliveira Lima, no «Livro do Centenário» (1900) publica curiosa e estudada memória sobre «O descobrimento do Brasil» (Tomo I, pág. III, XXXVII) em que aborda o problema das «primeiras explorações e negociações diplomáticas» já estudado antes por Varnhagen (Revista do Instituto).

(3) Eurique de Gandia — «Gregorio de Pesqueira» projeto ignorado de gobernación de la costa del Brasil (1536) — edição de Buenos Aires, 1935.

(4) Salvador Lopes de Herrera — «El Padre José de Anchieta, fundador de Sam Paulo de Piratininga» (Edição de Cultura Hispânica — Madrid, 1954).

(5) Alberto Silva — «Dos españoles en la historia del Brasil» (edição: Cultura Hispânica — Madrid, 1953).

(6) Está publicado o «relatório de Aspilcudá não só nos documentos jesuíticos — como ainda reproduzido na tese sobre «as entradas» de José Luiz Baptista (Congresso Nacional de História — Rio — 1914 — Tomo 2).

(7) «Descubrimiento del Rio de las Amazonas» (según la «relación hasta ahora inédita»... como ótros documentos referentes a Francisco Orellana y seus companeros). Edição de Sevilha, 1894, com introdução de J. T. Medina, o sábio polígrafo chileno.

(8) A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1865 — Tomo 28, p. I — 171/265) publicou a tradução da relação de C. de Acuna.

Ver ainda: Artur Cesar Ferreira Reis: «Descobrimento da Amazônia» (Rio, 1942).

(9) Os «comentários» de Cabeza de Vaca, com a narração da viagem foram escritos pelo seu secretário e publicados por Navarrete. Southey — «História do Brasil» edição trad. de 1862 — Capitulo V do 1º Tomo (ps. 159/224) dá-lhe bem feito resumo.

(10) Afonso de Taunay — grande historiador paulista das «bandeiras» publicou, nos «Anais do Museu Paulista» a curiosa relação dessa viagem, extraída do Arquivo das Índias (Sevilha).

(11) Inicialmente pelo *Jornal do Comércio* — Rio — 25-2-1951. Posteriormente, no livro: «Salvador Corrêa and the struggle for Brasil and Angola» (edição Rondon, 1952).

Sobre Salvador de Sá existem duas contribuições importantes: a portuguesa de Albino Forjar Sampaio (1938) e a bandeira de Clado Ribeiro Lessa (1940). Há ainda de Luiz Norton — «A dinastia dos Sás no Brasil» (Lisboa, 1943).

(12) Afonso Danvila. El «rey Don Sebastião de Portugyl» «Fellippe II». (Edição Madrid, 1954).

(13) Candido Mendes publicou êsse «Código Filipino» nos seus estudos de direito pátrio (Rio, 14ª edição, 1870) acompanhado de erudita introdução (LXXXVII págs.) o comentário sintético do Seguío — e Candido de Oliveira: «Legislação comparada» — Rio, 1903 — capítulo 8º das Ordenações Filipinas.

Êsses eminentes juristas não escondem a superioridade do texto espanhol em confronto com o anterior português.

(13 A) Curioso de observar — essa legislação alienígena, foi mantida pelas nossas duas constituições: a imperial (de 1824) e a republicana (de 1891) — enquanto não fôsse estabelecida outra com «bases de justiça e de equidade».

Do ponto de vista histórico-político, sobre o chamado «período filipino» no Brasil, convém consultar a substanciosa tese de Lucio José dos Santos: «O domínio espanhol» (1º Congresso de História — 1944 — Tomo I — ps. 249/336).

(14) Ler, do ponto de vista brasileiro, a descrição documentada do assunto, em — Cassiano Ricardo: «A marcha para Oeste» (2 vol. ed. J. Olimpio, Rio).

(15) Julian Maria Rubio — «La infanta D. Carlota Joaquina e la Política de Espanha en América» (Madrid — 1920).

(16) Lopo de Vega.

(17) (Varnhagen) — «Da literatura dos livros de cavalaria» (ed. Vienna — 1872).

(18) Michel Gautier — «Espronceda et Castro Alves» (Tese apresentada à II Jornada de Literatura Hispânica — em Santiago — La Coruña — 1954).

(19) Sobre a vida e obra de García Lorca há que registrar, no Brasil, um agudo comentário de Edgard Cavalheiro (São Paulo, 1944), cujo êxito

fê-lo reeditar (1956), acrescido de antologia dos seus melhores poemas, traduzidos por outros poetas brasileiros, comovente preito, espécie de coroa votiva à memória do infortunado poeta.

(19 A) Ver: J. C. de Macedo Soares — «Teatro jesuítico» (São Paulo, 1954).

(20) Gregório Maraño — «D. Juan». Maraño proferiu ainda uma conferência em Madrid — sobre «Brasil, país del Presente» (publicada in Quadernos hispano-americano).

(21) J. C. de Macedo Soares — «Frei Gabriel Telles» (ed. São Paulo — 1949). Nesse trabalho está anotada a influência que a obra de Tirso de Molina exerceu sobre escritores brasileiros.

(22) As de Sotomaior — «Nos arquivos de Espanha» estão publicados na Revista do Instituto Histórico (Tomo 82 — 1914). As de J. Honório Rodrigues, no folheto: «As fontes de história do Brasil, na Europa» (Rio, 1950). Ver também: Virgílio Corrêa Filho — «Missões brasileiras nos arquivos europeus» (na Revista do Instituto Histórico — vol. 213 — 1951).

(23) Espanhóis e famílias de origem espanhola no São Paulo colonial: D. João Mateus Rendon e Francisco Rendon de Quevedo. Vindos na «Jornada dos vassalos» para a restauração da Bahia (1625), casaram-se em São Paulo com filhos de Amador Buenos da Ribeiro («o aclamado» — que não quis ser rei) e lá deixaram descendência. Famílias: Toletto, Piza, Lara, Camargo, Bueno, Ponce de Leon, etc. (Nota de Clado Ribeiro Lessa).

(23 A) Ver a confirmação em Alfredo Ellis Jor «Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano» (Col. Brasileira, vol. 59 — Cia. Ed. Nacional de São Paulo — 1936, pág. 124) e, ainda, em «Populações paulistas» (Col. Brasileira — vol. 27 — Cia. Ed. Nacional de São Paulo, 1934).

(24) A retirada dos índios, aldeados pelos jesuítas da zona de Tapes, por imposição do tratado de Madrid, inspira ao poeta brasileiro Basílio da Gama — o seu poema «Uruguay» (1769) senão as primeiras, talvez as melhores notas de acento nacionalista da nossa poesia colonial (no sentido do tema escolhido e da maneira de tratá-lo).

(25) Existe publicada a tradução espanhola que G. Vicent Payá fez da conferência que Viana Moog proferiu sobre: "Una interpretation de la literatura brasileira" (Rio, 1953).

25-A) O pôsto João Cabral que, não há muito, se dedicou (Barcelona) ao raro artesanato do livro manual, fez ali amizade com Miró, o grande artista plástico, de que resultou um belo estudo compreensivo crítico, com o nome do pintor (Ed. dos Cadernos de Cultura, n.º 9 — Ministério da Educação e Saúde — Rio).

(25-B) O professor José Carlos Lisboa, catedrático de literatura espanhola no Rio, discorreu em outro ensaio agudo, com habitual competência; sobre "Teatro de Cervantes" (Ed. dos Cadernos de Cultura n.º 16, Ministério da Educação e Saúde. — Rio).

(26) José Carlos de Macedo Soares, aproveitando vagares diplomáticos escreveu: «Hespanha», com prefácio do Duque de Alba (ed. pela Cia. Ibero-Americana, Madrid, 1930). Outros embaixadores publicaram em espanhol os seus estudos jurídicos: Hildebrando Accioly — «Tratado de Derecho Internacional publico» 3 vols. (Rio, Imp. Nacional — 1945) e Rubens Ferreira de Mello — «Tratado de derecho diplomatico» (ed. do Inst. Francisco Vitoria) — com prólogo de D. Antonio de Luna — (Madrid, 1953).

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1956.

D — ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO

CEDULÁRIO PARA A LEITURA PORTUGUESA

Em outra «Comunicação» apresentada ao III Colóquio de Estudos Lusos Brasileiros — indiquei os rumos necessários às pesquisas no valioso Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nesta que é complementar daquela, extravio das fichas do seu catálogo de Mss — (ainda inédito) algumas indicações das que possam interessar à História de Portugal.

Excluo, como é óbvio, as indicações dos documentos que de lá vieram (Arquivo Ultramarino, Torre do Tombo, etc.).

Trabalho ingrato e humilde, poderá servir, no entanto, algum dia, aos estudos de algum provável pesquisador português.

Se tiver essa serventia, dar-me-ei, de sobejo, pago por tantas canseiras e rebuscas.

Rio de Janeiro, 13/8/57.

Cláudio Ganns.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO

Catálogo de Manuscritos que interessam à Portugal

1 — Academia Brasileira dos Esquecidos. Conferência (Ms)
Vol. I — 23 de abril de 1724; Vol. II — 3 de julho de 1724;
Vol. III — 22 de outubro de 1724; Bahia, 1724.

Lata — 461 — Ms 1; Lata — 462 — Ms — 1; Lata 463
— Ms — 1.

2 — Academia Brasileira dos Renascidos, estabelecida na Cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de toda a América Portuguesa, da qual há de escrever a História Universal.

Lata — 57. Ms — 1108.

3 — Adesão de oficiais da Marinha Portuguesa à Causa da Independência, (1882) .

Lata — 221. Ms 1525.

4 — Administração Pública. Notas avulsas do ministro Thomaz Antonio sobre negócios de

Lata 21. Ms — 457.

5 — Administração régia.

(Ofício documentado sobre a extinção do contrato dos escravos e.....) régia dos respectivos direitos em Angola. 1771.

Lata — 86 — Ms — 1485.

6 — Afonso VI.

(Carta de d.....) A Roque da Costa Barreto, sobre a empreza do governador Manuel Lobo ao Rio da Prata. 12 de novembro de 1678.

Lata — 11. Ms — 241.

7 — África. Diversas Memórias sobre a

Lata — 33. Ms — 652.

8 — África. Notas corográficas sobre o descobrimento de vários lugares na..... Ásia e América.

Lata — 21. Ms — 469.

9 — África.

Notícia sobre Quelimane, Senna, Teto, Moçambique e outras terras dos domínios portuguezes na África.

Lata — 29. Ms — 611.

10 — África.

Resumo das leis sobre comércio, navegação direitos de Moçambique, e Costa Oriental da África.

Lata — 73. Ms — 1371.

11 — África (Apontamentos Contando Notícias sobre o interior de.....).

Lata — 35. Ms — 695.

12 — África. (Aviso do Govêrno Português mandando perseguir a fragata brasileira *Niterói* nos mares da)
— 1823.

Lata — 8. Ms — 158.

13 — África (Aviso e informações sobre uma transação mercantil feita com o rei de Oêre na costa d'.....)
28 agosto de 1810.

Lata — 8. Ms 161.

14 — África (Costa)

(Mapa da importação de Portugal, feitorias da.....)
e portos do Brasil, sôbre a Bahia em todo o ano de 1800.

Lata — 57. Ms — 1086.

15 — África. (Exposição, Consulta e Reflexões sôbre projetos de Companhias Comerciais das Ilhas de Cabo-Verde e em Guiné. (1826).

Lata — 39. Ms — 757.

16 — África. (Exploração para verificar a possibilidade de Comunicação da Costa Oriental e da Costa Ocidental da.....
.....) 1798.

Lata 29. Ms — 753.

17 — África. (Idéia abreviada do Estado político dos estabelecimentos portugueses em.....) por Manoel José Maria da Costa.

Lata — 41. Ms — 778.

18 — África. Memória sôbre o comércio com a.....

Lata — 18. Ms — 287.

18-A — África Ocidental e Oriental. Relação dos territórios da..... que atualmente são considerados pertencentes à Nação Portuguesa. Em 31 de julho de 1821.

Lata — 69. Ms — 1303.

19 — África. Ofícios do Arcebispo de Goa, primaz da Índia, dirigidos ao Governo Régio do Rio de Janeiro em 1819.

Lata — 88. Ms — 1501.

20 — África. Ofícios e outros documentos relativos ao Governo de Moçambique em 1766 e 1831.

Lata — 88. Ms — 1502.

21 — África. (Ofícios vários do governador da Capitania de Rios de Senna na..... ao Conde dos Arcos, (1820).

Lata — 83. Ms — 1464.

22 — África. Ofícios (vários) sôbre negócios do reino de Angola. 1797 a 1828.

Lata — 82. Ms — 1462.

23 — África Oriental. (Possessões da Corôa Portuguesa). Compêndio histórico das..... nos mares e continentes da..... e Ocidental.

Lata — 104. Ms — 1722.

24 — África Oriental e Ocidental. Compêndio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal nos mares e continentes de) por Raymundo José da Cunha Mattos.

Lata — 14. Ms — 302.

25 — África. Regimento do Governador da ilha de São Tomé dado em 1794 e outros documentos relativos às ilhas de Cabo-Verde, Guiné e Moçambique, de 1804 e 1823.

Lata — 83. Ms — 1466.

26 — África. Requerimento dos Governadores do Reino de Angola feito em 1666.

Lata — 83. Ms — 1469.

27 — África. Vários documentos sôbre o Govêrno de Gôa. 1824 a 1830.

Lata — 82. Ms — 1458.

28 — África Portuguesa. Documentos sôbre a África Portuguesa de meados do século XVIII aos meados do século XIX. Anexo: um mapa do Regimento de Milícias de S. Paulo; uma relação dos Benefícios não curado da Diocese de Angola; e um mapa dos mantimentos recebidos nesta Ilha para suprimimento dos pobres, enviados pela caridade dos Cidadãos dos Estados Unidos da América.

Lata — 6. Ms — 108.

29 — Agente (Duque de Bragança) Proposta que o..... do..... fez ao Santo Padre Xisto V, sôbre a igreja de Ôurem.

Lata — 106. Ms — 584.

30 — Agricultura. Memorial econômico político sôbre a agricultura, comércio e pescarias do reino do Algarve que fez o Bel. José Viegas d'Andrade. 1770.

Lata — 28. Ms — 584.

31 — Agricultura. (Ofício do Govêrno de Gôa sôbre) impostos e obras públicas, com vários documentos anexos.

Lata — 86. Ms — 1488.

32 — Agricultura Portuguesa.

Memória Histórica sôbre a Agricultura Portuguesa, considerada desde o tempo dos Romanos até o presente, por José Veríssimo Alvares da Silva. 1782. S/1 — 1782.

Lata — 17. Ms — 368.

33 — Aguiar (Marquês de)

Cartas Régias e officios dos Ministros de Estado no Rio de Janeiro aos Governadores do Reino durante a Guerra Peninsular — 1810 — 1811 — 1812 — 1814 — 1815.

18 documentos do Conde de Linhares, Conde das Galvêas
..... Col. Instituto.

Lata — 396. Ms — 13.

34 — A Influência das Conquistas e Descobrimento dos Portuguezes no conhecimento das plantas. Por Lencaste Pereira de Andrade.

Índia — Portuguesa — Gôa — Cansalim. 16 de agosto de 1934.

Memória Intitulada.

Lata — 437. Ms — 33.

35 — Albuquerque (Alvaro da Silveira e)

Ordem Régia ao Governador do Rio de Janeiro, Dom..... mandando proibir às escravas o vestirem sedas, nem telas, nem que usem ouro, etc. Lisboa — 23 de setembro de 1703.

Lata — 415. Ms — 26.

36 — Albuquerque (Paula Caetano de)

Patente de Governador e capitão general do reino de Angola, conferida a..... (1725).

Lata — 123. Ms — 2159.

37 — Alfândega.

(Mapa da importação e exportação deste Reino de Angola desde o ano de 1785 em que teve princípio o estabelecimento da.....) até o ano de 1794 inclusive.

Lata — 77. Ms — 1418.

38 — Angola. Documentos relativos ao estado da Câmara da cidade de São Paulo d'Assumpção do reino de 1797.

Lata — 76. Ms — 1403.

39 — Angola. Vide — Manifesto do nulo e violento governo do eclesiástico em o bispado dos reinos de Congo e.....

Lata — 27. Ms — 561.

40 — Angola — (Mapa da importação e exportação deste reino) desde o ano de 1785 em que teve princípio o estabelecimento da Alfândega, até o ano de 1794 inclusive.

Lata — 77. Ms — 1418.

41 — Angola. Mapa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção, Reino de Angola, e de suas diferentes cor-

porações, emprêsas, etc. em 1799 pelo Coronel José de Abreu Castelo Branco Pimentel. 4 de janeiro de 1799.

Lata — 77. Ms — 1416.

42 — Angola. (Mapas feitos, segundo as Ordens e Modelos, dados por D. Miguel Antonio de Mello, Governador e Capitão General do reino) 1798 — 1799.

Lata — 77. Ms — 1416.

43 — Angola. Memorial sôbre os males que impedem o engrandecimento do reino..... por Manoel Patricio Corrêa de Castro. 1823.

Lata — 28. Ms — 585.

44 — Angola. Vide — Missionários capuchinhos unidos ao Reino de Congo e..... e suas conquistas de 1645 até 1701.

Lata — 29. Ms — 595.

45 — Angola — Notícia do Presídio das Pedras de Pungo-Andongo do Reino de

Lata — 29. Ms — 604.

46 — Angola. Vide — Notícia sôbre o reino de Congo, Loanda e.....

Lata — 29. Ms — 612.

47 — Angola. Notícias do estado da povoação e arquitetura da cidade de São Paulo d'Assumpção do reino de 1797.

Lata — 30. Ms — 614.

48 — Angola. Vide — Notícias do paiz de Quissama, e do exército que foi castigar os gentios daquela Província pelos insultos cometidos de S. M. moradores na cidade de São Paulo, Reino de.....

Lata — 32. Ms — 642.

49 — Angola. Notícias do Prezidio de Ambaca, do Reino de..... Por Joaquim José da Silva. 1797.

Lata — 32. Ms — 641.

50 — Angola. (Petição e documentos sôbre o contrato dos direitos dos escravos em.....) 1771.

Lata — 74. Ms — 1391.

51 — Angola. Sumário e descripção do Reyno de Angola e do Descobrimento da Ilha de Loanda e da grandeza das Capi-

tancias do Estado do Brazil, por Domingos d'Abreu de Brito. 1592.

Lata — 73. Ms — 1376.

52 — Angola. (Vários documentos relativos ao governo do reino.....) 1677 — 1797.

Lata — 81. Ms — 1456.

53 — Angola. Balanços da importação e exportação do reino de..... nos anos de 1795, 1796, 1797.

Lata — 100. Ms — 1636.

54 — Angola. (Balanço da Thezouraria Geral do Reyno de.....) 1775.

Lata — 98. Ms — 1621.

55 — Angola. Cartas anuas sôbre cousas de (1602 — 03).

Lata — 100. Ms — 1638.

56 — Angola. Correspondência do governador do reino com o governo portuguez em 1770 sôbre os direitos do contrato dos escravos.

Lata — 96. Ms — 1611.

57 — Angola. (Governador de). Dedução dos factos do Senhor Bispo de Malóca e do Sr. Barão de Moçamedes..... Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 217. Ms — 1273.

58 — Angola. (Descripção das igrejas de.....) Sua fundação, rendas e serventuários, pelo padre Manoel Patricio Corrêa de Castro. (1824). 19-1-1824.

Lata — 34. Ms — 677.

59 — Angola. (Documentos sôbre varios objetos da pública administração do reino de) 1800 — 1839.

Coll. Instituto.

Lata — 401. Ms — 2.

60 — Angola. (Historia angolense ou Noticia vária e historica da Monarchia angolana.

61 — Angola. Officios (Vários) sobre negocios da..... (reino) 1797 — 1828.

Lata — 82. Ms — 1463.

62 — Angola. Regimento dos governadores do reino feito em 1666.

Lata — 83.

Ms — 1469.

63 — Angola. Relação dos escravos exportados do reino de..... e importancia dos direitos cobrados depois dos alvarás de 11 — 25 de janeiro de 1759.

Lata — 106.

Ms — 1765.

64 — Angola. Sumario e descripção do reino de..... e do descobrimento da ilha de Loanda e da grandeza das Capitania do Brazil, por Domingos de Abreu de Brito.

Lata — 67.

Ms — 1241.

65 — Actos d'el Rei D. José I (Critica dos primeiros) 10 páginas.

Lata — 15.

Ms — 333.

Arch.

66 — Arcebispo de Gôa — Officios do....., primaz da India, dirigidos ao governo régio no Rio de Janeiro em 1819.

Lata — 88.

Ms — 1501.

67 — Arriaga (Manoel d')

Memória sobre o comercio de algodão e nos dominios portuguezes da India.

Lata — 28.

Ms — 588.

68 — Asia. Relação dos territorios da que actualmente são considerados pertencentes à Nação Portuguesa. Em 31 de julho de 1821.

Lata — 69.

Ms — 1303.

69 — Architectura da Cidade de São Paulo de Angola — 1797. (Noticias do estado da povoação e.....)

Lata — 30.

Ms — 614.

70 — Bahia (Chegada à.....), em janeiro de 1808, da familia real portuguesa, por Joaquim Pires Machado Portella, 11 pgs.

Lata — 12.

Ms — 285.

71 — Bengo. (Mappa do Distrito do Icolô e) relativo ao estado dele em 1798 segundo as ordens e modelo dado pelo Exmo. Sr. D. Miguel Antonio de Mello, Governador e Cap. General do Reyno de Angola, por José Diogo Rodrigues Ferreira.

Lata — 77.

Ms — 1416.

72 — Bengo e Icolô. (Notícias de.....)

Lata — 32. Ms — 636.

73 — Benguela — Notícias do presidio de Caconde em 1797.

Lata — 31. Ms — 128.

74 — Benguela. Vide : Notícias de e seus distritos. 1798.

Lata — 32. Ms — 637.

75 — Benguela — Relação da viagem do exercito mandado ao reino de..... contra os Sovas cabundas e seus alliados no anno de 1755.

Lata — 106. Ms — 1761.

76 — Bragança. (o Rei e a família devem regressar para Portugal ou ficar no Brasil?) Tradução de Alencar Araripe. 1820. C. M. Alencar Araripe.

Lata — 317. Ms — 156 36.

77 — Brasil. (Carta do Padre Manuel da Nobrega, Provincial do.....) escripta aos moradores de São Vicente.

Lata — 111. Ms — 252.

78 — Brazil. Carta régia ao governador da capitania do Rio de Janeiro proibindo o uso da Imprensa.... 1747. 6 de julho.

Lata — 10. Ms — 224.

79 — Brasil. Contestação da Historia e Censura de Mr. Pradt sobre sucessos do..... pelo Barão de Cayrú.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1825. Col. Alencar Araripe.

Lata — 317. Ms — 15.647.

80 — Brazil.

Convenção Adicional ao tratado de 22 de janeiro de 1815 entre Portugal..... e Algarve e El-Rei da Gran Bretanha e Holanda. 28 de julho de 1817.

Lata — 413. Ms — 69.

81 — Brasil.

Descobrimento do..... Ocupação dos Holandezes. Mapa das bahias de Santa Cruz e de Cabralia. Elucidação historica sobre a gloria de Cabral — Chegada de Duarte Coelho em Pernambuco. Estado do forte do Ceará no governo de Martins Soa-

res Moreno — 1627. (Estratos e Notas). 1500 — 1693. Col. Alencar Araripe.

Lata — 320. Ms — 15.653.

82 — Brasil. Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus dominios, em o anno de 1796.

Lata — 98. Ms — 1627.

83 — Brasil. Cartas escriptas do..... para Portugal e Roma pelos padres Manoel da Nóbrega, Antonio Pires, José d'Anchieta, Antonio Vieira e Leonardo.

Lata — 93. Ms — 1587.

84 — Brazil. Cartas annuas sobre cousas do..... 1602 e 1603

Lata — 100. Ms — 1638.

85 — Brazil. Correspondencia do Marquez de Pombal com Martinho de Mello sobre negocios do..... relativos à Hespanha. (1775).

Lata — 117. Ms — 2057.

86 — Brasil — Lista de pessoas naturaes ou residentes no condenadas pela inquisição de Lisbôa. (1711-1761).

Lata — 90. Ms — 1520.

87 — Brasil. Livro de Cartão e provisões de Sua Magestade e do Secretario do estado, o que respondeu o..... (1725).

Lata — 56. Ms — 1065.

88 — Brasil. Livro de cartas de Sua Magestade e do Secretário de estado ao vice-rei de..... e resposta. 1724.

Lata — 56. Ms — 1066.

89 — Brasil. Livro de cartas e provisões de Sua Magestade e do Secretario de estado, a que respondeu Vasco Fernandes Cesar de Meneses..... (1724 e 1726).

Lata — 56. Ms — 1067.

90 — Brasil. Ordens régias e alvarás de 1658 a 1800 relativos a cousas do.....

Lata — 54. Ms — 1054.

91 — Brasil e Portugal (Convenção Celebrada em Londres, em 10 de junho de 1837, para o ajuste de contas entre o.....

.....) Relatório sobre a..... não ratificada pelo governo do Brasil.

Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 213. Ms — 5929.

92 — Brasil. Regimento de que há de usar nas Minas de São Paulo e São Vicente do Estado do..... Salvador Corrêa de Sá Benevides. (1644).

Lata — 111. Ms — 1906.

93 — Brasil — Regimento de 19 de abril de 1702 para as minas dos sertões do.....

Lata — 71. Ms — 1357.

94 — Brasil — Regimento das Casas de inspecção do assucar e do tabaco mandadas estabelecer no..... 1751.

Lata — 71. Ms — 1355.

95 — Cabo Verde — Cartas annuas sobre coisas de..... (1602-03).

Lata — 100. Ms — 1638.

96 — Cabo-Verde. (Consultas sobre negocios das ilhas de) 19 de dezembro de 1778.

Lata — 34. Ms — 682.

97 — Cabo-Verde. (Descripção fisico-politica das ilhas de) 1810. Por Antonio Pusich.

Lata — 34. Ms — 672.

98 — Camara da Cidade do Rio de Janeiro (Termo de vereação da.....) noticiando a chegada do Principe Regente : 1808.

Lata — 102. Ms — 1659.

99 — Camara da Cidade de S. Paulo D'Assumpção do reino de Angola (Documentos relativos ao estado da.....) 1797.

Lata — 76. Ms — 1403.

100 — Carta (Fac-simile) da..... que D. Manoel escreveu aos Reis de Castella.

Lata — 111. Ms — 1896.

101 — Cartas annuas — sobre cousas do Brasil, Angola, Cabo-Verde e Guiné. (1602-03).

Lata — 100. Ms — 1628.

102 — Cartas officiaes de alguns ministros portuguezes sobre diversos objectos — 1721 e 1802.

Lata — 94. Ms — 1690.

103 — Cartas officiaes — Livro de registro de..... dirigidas ao governador de Pernambuco José Cesar de Menezes. 1778-1785.

Lata — 55. Ms — 1062.

104 — Cartas officiaes sobre a perda do Rio Grande do Sul — 1763.

Lata — 94. Ms — 1591.

105 — Cartas. (Pareceres, diversas consultas e.....) 1688 — 1693.

Lata — 105. Ms — 1737.

106 — Cartas particulares sobre a falsificação de moeda brasileira em Portugal em 1850. Correspondencia official e peças de processo judicial.

Lata — 61. Ms — 1164.

107 — Cartas politicas e militares escriptas ao Vice-Rei Conde da Cunha em 1765. (Extracto das.....).

108 — Cartas que escreverão a S. Mag. pelo seu Conselho Ultramarino os Governadores Interinos, Fr. Bispo do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelbranco e José Fernandes Pinto Alpoim, sobre o falecimento do Sr. Conde de Bobadella, Governador e Capitão o General, que foi desta Capitania. 1763.

Lata — 11. Ms — 1. Ns. 1 a 3.

109 — Cartas régias, etc. 1603 a 1620.

Lata — 99. Ms — 1628.

110 — Cartas régias, etc. de 1621 a 1640.

Lata — 99. Ms — 1629.

111 — Cartas régias, etc. 1641 a 1650.

Lata — 99. Ms — 1630.

112 — Cartas régias, etc. 1656 a 1668.

Lata — 99. Ms — 1631.

113 — Cartas régias. (Collecção de) etc. que constituem a legislação para o governo geral das ilhas dos Açores, desde o anno de 1766 até o de 1807.

Lata — 95. Ms — 1599.

114 — Cartas régias — etc. Dirigidas aos governadores das Capitânicas de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro: 1704 a 1767.

Lata — 100. Ms — 1633.

115 — Cartas régias, etc. dirigidas aos governadores das Capitânicas de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro: 1704 a 1772.

Lata — 100. Ms — 1634.

116 — Cartas régias — ao Governador do Rio de Janeiro — Conde de Val de Rey sobre as obras das aguas do Rio Carioca — Lisboa — 3 de junho de 1679. Col. Instituto.

Lata — 355. Ms — 25.

117 — Cartas régias aos Governadores do Pará e Maranhão. (Cópias) 1686 — 1798. Coll. Manuel Barata.

Lata — 288. Ms — 14.835.

118 — Cartas régias. Nota indicativa copiada do registro da Relação da Bahia.

Lata — 29. Ms — 597.

119 — Cartas régias. (Regulamentos.....) e outros documentos extrahidos do archivo da Torre do Tombo com a orthografia original: 1500 — 1557.

Lata — 81. Ms — 1451.

120 — Cartas régias, etc. relativas a mineração da Capitania de Minas Gerais, ordens dos governadores e termos da junta de fazenda sobre o quinto do ouro.

Lata — 99. Ms — 1632.

121 — Cartas régias. (Sumario dos Titulos debaixo dos quaes se comprehendem todas as leys) Avizos e Ordens, que se acham nos livros da Secretaria do Governo das Minas Gerais, etc.

Lata — 68. Ms — 1272.

122 — Cartas, que servindo no gabiente de D. João Quinto escreveu Alexandre Gusmão.

Lata — 116. Ms — 2032.

123 — Casa de Misericordia de Lisboa. (Compromisso da)

Lata — 123. Ms — 2163.

124 — Casa da Moeda.

Moedas de todas as qualidades cunhadas na Real..... do Rio de Janeiro do ano de 1768 até 1796. Moedas de Ouro

Nacionaes e Provinciaes e moedas de cobre de 5 reis. Mapa feito por José Alberto da Silva Leitão. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1797. (Col. Instituto).

Lata — 458. Ms — 13.

125 — Casa da Moeda.

Sumário dos Titulos, debaixo dos quaes, se comprehendem todas as Leys, Cartas Régias, etc.

Lata — 68. Ms — 1272.

126 — Casa da Moeda da Bahia.

Peças officiaes sobre a fundação da..... (1799).

Lata — 52. Ms — 1018.

127 — Casa Real Portuguesa. (Documentos relativos)

Lata — 75. Ms — 1398.

128 — Casa Real Portuguesa.

Relação de algumas personagens illustres portuguezas da.... Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 208. Ms — 5627.

129 — Casa da Suplicação. (Indice do livro dourado da

Lata — 37. Ms — 722.

130 — Casas de Fundição.

(Resposta do Vice Rei de Vasconcelos, ao officio de 4 de fevereiro deste anno sobre as.....) 1788.

Lata — 53. Ms — 1034.

131 — Casas da Fundição.

Resumo do que tem produzido as quatro da capitania de Minas Gerais. Estabelecidas em Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes, e Vila do Principe, desde o principio 1751 até o ultimo 1768.

Lata — 68. Ms — 1266.

132 — Casas de inspecção do assucar e do tabaco — Regimentos das..... mandadas estabelecer no Brasil: 1751.

Lata — 71. Ms — 1355.

133 — Castel-Melhor (Conde de)

Sobre o que escreve o Governador do Brasil..... em favor do Capitão Antonio Pereira de Azevedo. 7 de dezembro de 1654.

Anexo — Replica de Antonio Pereira de Azevedo. Doct.^o copiado no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, pelo Sr. Alfredo Mendes de Gouveia e oferecido ao Instituto Histórico pelo Dr. J. P. Leite Cordeiro.

Lata — 458. Ms — 106.

134 — Castela — Officios sobre o tratado de paz de Portugal com..... e ataque dos Castelhanos na fronteira de Matto Grosso. (1763).

Lata — 110. Ms — 1868.

135 — Castro (Manoel Patricio Corrêa de)
Memorial sobre o engrandecimento do reino de Angola. 1823.

Lata — 28. Ms — 585.

136 — Castor (Martinho de Mello e)

Negociações na Holanda sobre os socorros que pede Portugal em virtude de Tratados, na guerra em que se acha com a França e a Hespanha. 1762.

Lata — 85. Ms — 1480.

137 — Castro (Martinho de Mello)

Observações sobre a tropa e marinha de Gôa.

Lata — 31. Ms — 625.

138 — Cavaleiros da Ordem de Cristo nos reinados de D. Manoel, D. João terceiro e D. Sebastião. 1510 — 1580.

Lata — 25. Ms — 690.

139 — Caxias (barão de) — Carta pela qual S. M. D. Pedro II ha por bens nomear Vice Prese. da Prov^a de São Paulo — o (). 18 de maio de 1842. Carta de Candido José de Araujo Vianna ao Pres. de S. Paulo remetendo a carta imperial da nomeação do mesmo barão.

Col. Duque de Caxias.

Lata — 393. Ms — 21.

140 — Cenaculo (Frei Manuel do)

Officio do Conde de Oeiras à..... comunicando a nomeação deste para Bispo da nova Diocese de Beja, desmembrada do Arcebispo de Evora, e Arcebispo da Igreja Metropolitana.

Paço — 5 de março de 1770. (Col. Instituto).

Lata — 415. Ms — 57.

141 — Cenaculo (Frei Manuel do)

Cartas (7) de..... Bispo de Beja, à Antonio Ribeiro dos Santos, bibliotecário-mór, sobre varios assuntos literários.

Beja — 1796 — 1797 — 1799. (Col. Instituto).

Lata — 415. Ms — 54.

142 — Comercio. Consultas da real junta do..... agricultura, fabricas e navegação do reino de Portugal sobre pescarias e outros assuntos.

Lata — 98. Ms — 1620.

143 — Comercio.

Mapa da importação e exportação deste reino de Angola desde o ano de 1785 em que teve principio o estabelecimento da Alfandega, até o ano de 1794 inclusive.

Lata — 77. Ms — 1418.

144 — Comercio.

Minuta de uma informação do Ministro brasileiro em Lisboa dirigida ao governo imperial sobre as relações comerciais de Portugal com o Brasil.

Lata — 62. Ms — 1172.

145 — Comercio, navegação e Direitos entre Portugal e Domínios Portuguezes além do Cabo da Boa Esperança.

(Resumo de Regulamentos ou regras gerais que regulão o.....)

Lata — 72. Ms — 1370.

146 — Comercio de Portugal.

Estado do..... com os Estados Unidos da América Septentrional nos annos de 1810 e 1811.

Lata — 49. Ms — 948.

147 — Comercio Portuguez.

(Documentos sobre o.....) com as potencias barbarescas. 1793.

Lata — 77. Ms — 1410.

148 — Comercio Portuguez.

Duas memórias sobre o..... na India.

Lata — 33. Ms — 653.

149 — Comercio do Reino de Portugal (Brazil. Balança Geral do.....) com os seus dominios, em o anno de 1796.

Lata — 98. Ms — 1627.

150 — Comercio do Reino de Portugal. (Resumo do.....
.....) com a grande Bretanha e Islanda. nos annos de 1784-
1785.

Lata — 68. Ms — 1269.

151 — Companhia do Brazil — Representação que fizeram
os povos de Portugal juntos em cortes contra a.....

Lata — 69. Ms — 1314.

152 — Compendio Historico do Juizo que faz das mesmas
Cartas. Cartas escritas pelo Marquês de Pombal, sobre o estado
passado e presente do Reino de Portugal e..... (17
cartas em 1 vol.) 1777 — 1778.

Lata — 352. Ms — 3.

153 — Companhia de Jesus (Breve Constituindo o Cardeal
Saldanha Visitador e Reformador Geral Apostolico da Religião
da.....) ao Bispo do Rio de Janeiro. 1758. Coll. Marquez
de Olinda.

Lata — 208. Ms — 5.548.

154 — Companhia de Jesus — Cartas de varios padres je-
suitas e outros documentos relativos ao estado do Maranhão e
à..... nelle estabelecido.

Lata — 94. Ms — 1593.

155 — Companhia de Jesus. Sentença Condenatoria do pa-
dre Manuel de Moraes, Sacerdote theologo da.....
(1642 e 1646).

(Da biblioteca do Sr. Eduardo Prado) Off. do Sr. Eug.
Egos, Coll. do Instituto.

Lata — 219. Ms — 6459.

156 — Companhia de Vinhos.

Representação sobre a necessidade de reforma da compa-
nhia de Vinhos do Alto Douro.

Lata — 73. Ms — 1318.

157 — Companhias Commerciaes em Guiné e Cabo-Verde
(Exposição, Consulta e Reflexões sobre projetos de.....).
1826.

Lata — 39. Ms — 757.

158 — Companhias Mineiras — Plano de regimento das ...
..... e copia de uma carta de José Bonifacio de Andrada e
Silva, o Patriarcha a João Antonio Salter de Mendonça.

Lisbôa — 5 de novembro de 1809.

Lata — 191. Ms — 4869.

159 — Compendio historico analyptico.

Do juizo que tem formado, das 17 cartas na colleção estampada no anno próximo passado de 1777, em Londres, e recebidos em o 1.º de janeiro de 1778, o Marquez de Pombal.

Lata — 13. Ms — 299.

160 — Compendio historico das Possessões da Corôa Portuguesa nos mares e continentes da Africa Oriental e Occidental.

Lata — 104. Ms — 1722.

161 — Compra de armamentos e provisões de boca para o exército portuguez.

● Lata — 95. Ms — 1600.

162 — Compromisso da Irmandade da Casa de Misericórdia da cidade de Lisboa (1600).

Lata — 123. Ms — 2163.

163 — Comunidade Portugueza.

Resoluções da..... dos Israelistas do Recife, de dezembro de 1649 a setembro de 1654. (Copia).

Lata — 434. Ms — 5.

164 — Condecorações — Officio reservado (copia de um) do Ministro portuguez no Brasil sobre a troca de em 1841.

Lata — 117. Ms — 2048.

165 — Condições para o estabelecimento de uma sociedade mercantil para expedição e venda de mercadorias no reino de Portugal, Bahia e Rio de Janeiro — 15 pgs. 1776.

Lata — 14. Ms — 314.

166 — Congo.

Nome dos Missionarios capuchinhos vindos ao Reino do ...
....., Angola e suas conquistas de 1645 até 1701.

Lata — 29. Ms — 595.

167 — Congo.

Necessidades do reino do..... em relação aos negocios religiosos.

Lata — 29. Ms — 593.

168 — Congo.

Noticia sobre o reino de..... Loanda e Angola.

Lata — 29. Ms — 612.

169 — Congo e Angola.

Manifesto do nullo e violento governo do eclesiastico em o bispado dos reinos de.....

Lata — 27. Ms — 56I.

170 — Congresso.

Relatorio dos primeiros trabalhos da comissão de marinha no..... de Lisboa de 1821.

Lata — 124. Ms — 2188.

171 — Congresso portuguez — Exposição do governador do Maranhão ao..... sobre o juramento à constituição, que houve de fazer o mesmo Congresso e estabelecimento do governo provisório. (1821).

Lata — 58. Ms — 1141.

172 — Conjuração de Minas — Memoria do exito que teve a..... e dos factos relativos a ella acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792.

Lata — 93. Ms — 1574.

173 — Conjuração de Minas. (Officio do Vice rei Conde de Rezende sobre a influencia das novas ideas revolucionárias e prizão de cidadãos suspeitos da premeditada.....) etc.

Lata — 86. Ms — 1490.

174 — Conjuração na Capitania de Minas. (Correspondência official do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos, acerca da..... no anno de 1789.

Lata — 97. Ms — 1615.

175 — Consideração sobre o comercio da India.

Lata — 34. Ms — 683.

176 — Constituição Política da Monarchia Portugueza. (Decreto das Cortes Geraes e Constituintes que fixa as Bases da....)

Lata — 2. Ms — 27 N.º 15.

177 — Consul geral do Brazil.

(Minutas de officios do ministro brasileiro em Lisboa ao... em Portugal: 1838 — 1851.

Lata — 63. Ms — 1.186.

178 — Consulta e documentos sobre o lugar de Piloto-Mór da barra de Lisboa.

Lata — 96. Ms — 1607.

179 — Consulta sobre a conta da Camara de Mossambique acerca da eleição do governo interino: 1809.

Lata — 95. Ms — 1603.

180 — Consulta sobre a revisão do tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra.

Lata — 95. Ms — 1605.

181 — Consultas sobre negocios das ilhas de Cabo-Verde. 19 de dezembro de 1778.

Lata — 34. Ms — 682.

182 — Consultas. (Pareceres diversos.....) e cartas. 1688 — 1693.

Lata — 105. Ms — 1737.

183 — Conta (Camara de Mossambique) acerca da eleição de governo interino da.....

Lata — 93. Ms — 1603.

184 — Contadas (Regimento das) da Serra de Cintra. (1520).

Lata — 83. Ms — 1468.

185 — Contrabando de Ouro.

Carta do Cardeal....., e minuta de dous avisos regios sobre o contrabando de ouro, e venda de presas: 1733 — 1799. Por Julio Rangel de Souza Correia Sâ.

Lisbôa — 12 de novembro de 1733.

Lata — 8. Ms — 176.

186 — Contrato. Correspondencia do governador de Angola com o governo portuguez em 1770 sobre os direitos do..... dos escravos.

Lata — 96. Ms — 1611.

187 — Contratos dos direitos dos escravos em Angola — 1771. (Petição e documentos sobre os.....)

Lata — 74. Ms — 1301.

188 — Convenção Adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815 entre El-Rei de Portugal, Brazil e Algarves a El-Rei da Gran Bretanha e Irlanda. 28 de julho de 1817.

Lata — 413. Ms — 69.

189 — Convenção celebrada em 1782 entre Hespanha e Portugal. (Papeis relativos à reclamação originada da.....)

sobre mercadorias transportadas de Buenos Aires e Montevideo em navios portuguezes.

Lata — 53. Ms — 1025.

190 — Convenção celebrada em Londres, em 10 de janeiro de 1837, para o ajuste de contas entre o Brasil e Portugal e não ratificada pelo governo do Brasil. Relatorio sobre a..... Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 213. Ms — 5929.

191 — Convenção Consular.

Circular sobre um Acôrdo para a execução do art. 13.º da celebrada em 4 de abril de 1863 entre o Brasil e Portugal.

Rio, 6 de setembro de 1867.

Lata — 363. Ms — 14.

192 — Convenção Consular entre o Brasil e Portugal. Decreto n.º 3935 de 21 de agosto de 1869. Coll. Senador Nabuco.

Lata — 589. Ms — 8.

193 — Convenção consular entre o Brasil e Portugal, celebrada em 4 de abril de 1863. Coll. Visconde de Ourem.

Lata — 323. Ms — 15930.

194 — Cópia do Cap. 103 da tradução franceza da obra do Padre Francisco Alvares, sobre a Ethiopia, por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 191. Ms — 4898.

195 — Cópia da Correspondencia dos governadores de Portugal sobre o presente feito ao Duque de Wellington (1816).

Lata — 117. Ms — 2045.

196 — Cópia fiel de algumas verbas do testamento de João Fernandes Vieira.

Lata — 117. Ms — 2046.

197 — Cópia de um officio reservado do ministro portuguez no Brasil sobre troca de condecorações em 1841.

Lata — 117. Ms — 2048.

198 — Cópias extrahidas do livro 4.º do vice-reinado: correspondencia com a corte anno de 1782.

Lata — 117. Ms — 2049.

199 — Copias fotograficas de biographias e bibliographia portuguezas. (Da bibl. do Sr. Ed. Prado). Off. do Sr. Eug. Egas. Coll. do Instituto.

Lata — 219. Ms — 6468.

200 — Corôa Portugêsa (Possessões da) — Compêndio histórico das nos mares e continentes da África Oriental e Occidental.

Lata — 104. Ms — 1722.

201 — Corôa Portugueza (Provas da propriedade da sobre os terrenos da Iguatemay para o norte e d'ahi a cidade de Assumpção.

Lata — 45. Ms — 873.

202 — Corôa (Recurso à) — Cópia do processo de por motivo de prisão eclesiástica no anno de 1766 na cidade de Lisboa.

Lata — 96. Ms — 1608.

203 — Corpo diplomático hespanhol e portuguez (Organização do). Informação sôbre os vencimentos do portuguez.

Lata — 92. Ms — 1537.

204 — Correspondência. De Antônio de Araújo de Azevedo à Luiz Pinto de Sousa Coutinho mandado à Paris para tratar da Paz entre Portugal e França (1796-1798). Col Instituto.

Lata — 416 Ms — 4.

205 — Correspondência do Bispo do Rio de Janeiro com o Governo da Metrópole nos annos de 1754 a 1800.

Lata — 117. Ms — 2050.

206 — Correspondência do Conde São João da Palma (Francisco de Assis Mascarenhas) relativa ao trânsito de officiaes hespanhóes pela Capitania de Matto Grosso vindas do Paraguay (1811).

Lata — 117. Ms — 2052.

207 — Correspondência do Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá sôbre negócios de Damão e Gôa (21 cartas). 1822-1832.

Lata — 355. Ms — 2.

208 — Correspondência do Comandante das forças em operações na provincia das Alagoas em 1844 e 1845, com o presidente da mesma provincia.

Lata — 117. Ms — 2051.

209 — Correspondência com a Corte. Cópias extrahidas do vice-reinado anno de 1782.

Lata — 117. Ms — 2049.

210 — Correspondência diplomática sôbre os negócios de Portugal com a França no anno de 1803.

Lata — 96. Ms — 1610.

211 — Correspondência de D. Fernando José de Portugal para o Visconde de Anadio (1801 a 1803).

Lata — 117. Ms — 2054.

212 — Correspondência do governo do Gran Pará com o governo da Metropole — Mappa da Força das Capitánias do Pará e Rio Negro em 1º de Janeiro de 1785.

1758-1795. *Coll. Manoel Barata.*

Lata — 283. Ms — 1486.

213 — Correspondência do governador do reino de Angola com o governo português em 1770 sôbre os direitos do contrato dos escravos.

Lata 96. Ms — 1611.

214 — Correspondência do governo português com D. João de Almeida seo embaixador na Holanda e em Roma.

Lata — 97. Ms — 1612.

215 — Correspondencia de José Cezar de Menezes de 1774 a 1776.

Lata — 439. Ms — 1.

216 — Correspondencia de José Cezar de Menezes Governador de Pernambuco, ao Marquez de Lavradio e Manuel da Cunha de Menezes. 1777 a 1779.

Lata — 416. Ms — 8.

217 — Correspondencia do Marquez de Pombal com Martinho de Mello sobre negocios do Brasil relativos à Hespanha. (1775).

Lata — 117. Ms — 2057.

218 — Correspondencia de ministros estrangeiros em Lisboa (Intercepção e violação da) — Cartas de Antonio José Galvão, Comprobatorias da, por parte do governo portuguez. (1776).

Lata — 100. Ms — 1639.

219 — Correspondencia official do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos acerca da Conjuração na Capitania de Minas Geraes no anno de 1789.

Lata — 97. Ms — 1615.

220 — Correspondencia official sobre falsificação de Moeda brasileira em Portugal em 1850 — Cartas particulares e peças do processo judicial.

Lata — 61. Ms — 1164.

221 — Correspondencia rezervada ao Ministro brasileiro em Lisboa com o governo imperial. 1839-1842.

Lata — 62. Ms — 1175.

222 — Correspondencia rezervada. (Ministros da) do ministro brasileiro em Lisboa com o governo brasileiro. 1843-1847.

Lata — 62. Ms — 1176, 1177.

223 — Correspondencia de várias autoridades e diversas pessoas com o governo Portuguez, nos annos de 1757 a 1799.

Lata — 80. Ms — 1442.

224 — Correspondencia do Vice-Rei Antonio Alvares da Cunha, Conde da Cunha, com a corte. 1766 a 1768.

Lata — 97. Ms — 1614.

225 — Correspondencia do Vice-Rei do Brasil com diversas autoridades sobre a paz com a Hespanha e sobre a civilização dos indios.

Lata — 53. Ms — 1028.

226 — Correspondencia do Vice-Rei Conde de Rezende sobre assuntos administrativos. 1796-1799.

Lata — 53. Ms — 1031, 1032.

227 — Correspondencia do Vice-Rei Conde de Rezende, 1799-1800.

Lata — 53. Ms — 1030.

228 — Correspondencia do Vice-Rei do Estado do Brasil com a corte no anno de 1796, sobre os réos denunciados como suspeitos na fé do soberano e sobre o juiz de fora Balthazar da Silva Lisboa.

Lata — 53. Ms — 1033.

229 — Correspondencia do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza com a Corte.

Lata — 53. Ms — 1035.

230 — Correspondencia do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza com a côrte. 1788.

Lata — 53. Ms — 1034.

231 — Côrte — Officios do vice-rei Luiz de Vasconcellos dirigidos a em 1790.

Lata — 110. Ms — 1871.

232 — Corte de Londres. (Instruções com que D. João V mandou Marco Antônio de Azevedo Coutinho à) com o caracter de Enviado Extraordinario. 1735.

Lata — 75. Ms — 1399.

233 — Corte de Madrid. (Embaixada de José da Cunha Brochado na). Liga, casamentos, restituição do território da Colonia do Sacramento e de tudo o mais que é concernente ao cumprimento do Tratado de Utrecht.

Lata — 77. Ms — 1414.

234 — Corte de Paris. (Parecer que fez o padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, estando na , da qual mandou a Ei Rey, D. João IV.

Lata — 42. Ms — 804.

235 — Côrte Portugueza — Conde de Lipe e a diversas cartas.

Lata — 95. Ms — 1601.

236 — Côrte Portugueza — Lista do presente mandado pela ao imperador do Marrocos em 1796.

Lata — 56. Ms — 1068.

237 — Côrtes. As côrtes de Lamego, por Leite Velho. Col. Instituto.

Lata — 346. Ms — 6.

238 — Côrtes Geraes e Constituintes (Decreto das) que fixa as Bases da Constituição Política da Monarchia Portugueza. Paço das Cortes, Março de 1821. Na Impressão Regia.

Lata — 2. Ms — 27 nº 15.

239 — Costumes do estado da provincia da Behe se estende o commercio dos Portuguezes, por João Nepomuceno Correa (Noticia Geral dos).

Lata — 29. Ms — 607.

240 — Coutinho (Antonio de Azevedo) Carta de M. B. Thomaz da Silva Telles à remetendo a correspondencia

de Dom Luiz da Cunha e Sebastião José de Carvalho. Madrid — 28 de julho de 1747.

Lata — 415. Ms — 27.

241 — Coutinho (Francisco Inocencio de Souza) Cartas (5) do Conde de Floridablanca à sobre assunto diplomatico entre Espanha e Portugal. (1877-1878). (Of. de Antonio Ferreira Botelho — Documentos adquiridos em Lisboa no leilão do Conde de Ameal em Lisboa, 1925). *Col. Instituto*.

Lata — 395. Ms — 1.

242 — Coutinho (Francisco Inocencio de Sousa) Carta do Conde de Floridablanca a acompanhando um plano de Tratado sobre pacto de comercio, cessão das ilhas da África. El Pardo — 9 de Fevereiro de 1779. *Col. Instituto*.

Lata — 396. Ms — 4.

243 — Coutinho. (D. Francisco Inocencio de Souza) Cartas (3) de a D. Miguel de Musquiz, sobre Tabaco. 1778. *Col. Instituto*.

Lata — 396. Ms — 9.

244 — Coutinho (Francisco Inocencio de Sousa) Officio do Conde de Floridablanca à acerca de navegação, arribada nos portos do Brasil, etc. datado de San Adefonso. 23 de Setembro de 1777. *Col. Instituto*.

Lata — 395. Ms — 31.

245 — Coutinho (Francisco Inocencio de Sousa) — Officio do Conde de Floridablanca à avisando sobre o bloqueio da praça de Gibraltar. 10 de Julho de 1779. *Col. Instituto*.

Lata — 395. Ms — 32.

246 — Coutinho (Francisco Inocencio de Sousa) — Officios (13) de Dom ao Ministerio de S. M. Católica, como Embaixada de S. M. Fidelissima D. José I. (1778?). *Col. Instituto*. |

Lata — 395. Ms — 18.

247 — Coutinho (Francisco Inocencio de Sousa) Quatro documentos (copias) do Conde de Floridablanca ao Embaixador Portuguez sobre questões de Limites entre as possessões portuguezas e espanholas na América. (1778-79). *Col. Instituto*.

Lata — 395. Ms — 22.

248 — Coutinho (Francisco Inocencio de Sousa) (19) Cartas do Embaixador de Portugal D. ao Conde de Floridablanca — 1778-1779.

Lata — 396. Ms — 10.

249 — Critica dos primeiros actos d'el-rei D. José I. 10 pgs.

Lata — 15. Ms — 333.

250 — Cultos (Ministro dos) — Abusos Código Penal Portuguez. (Col. Caravelas).

Lata — 190. Ms — 4771.

251 — Cultura no Alemtejo. (Documentos sobre a como fonte de riqueza e augmento da povoação, etc. 1798. Pg. 41.

Lata — 105. Ms — 1739.

252 — Cultura. Ideia sobre aem Portugal ou seus dominios da herva de Santa Maria ou *necotiana tabaco*, por Luiz Pinto de Azevedo Varella. Lisbôa — Março de 1829.

Lata — 41. Ms — 779.

253 — Cunha (Antonio Alvares da) Conde da Instruções e ordens expedidas ao vice-rei 1763 a 1768..

Lata — 58. Ms — 1124.

254 — Cunha (Antonio Alvares da Conde da) — Relação das instruções e ordens que se expediram ao extraidas do livro das mesmas ordens e instruções.

Lata — 71. Ms — 1341.

255 — Damão. Correspondencia do Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá sobre negocios de e Gôa. (21 cartas) 1822-1832. Col. *Instituto*.

Lata — 355. Ms — 2.

256 — Dande. (Mappa do Destricto do) relativo ao estado delle em 1798, segundo as ordens e modello dado pelo Ex. Sr. D. Miquel Antonio de Mello, Governador e Cap. General do Reyno de Angola, por Joaquim José da Silva.

Lata — 77. Ms — 1416.

257 — Decreto das Côrtes geraes e Constituintes que fixa as Bases da Constituição Politica da Monarchia Portugueza. Paço das Côrtes, 9 de Março de 1821. Na Imprensa Régia.

Lata — 2. Ms — 27 — nº 15.

258 — Decreto sobre a Constituição Portugueza adoptada no Brasil. (Com a Rubrica do Principe Regente) Junho de 1821.

Lata — 2. Ms — 27 nº 14.

259 — Decreto sobre Ministros de Estado (Com a Rubrica do Principe Regente) Paço de Lisboa, e de Junho de 1821. Na Impressão Régia.

Lata — 2. Ms — 27 — nº 11.

260 — Decretos, etc. 1656 a 1668.

Lata — 99. Ms — 1631.

261 — Decretos, etc.: 1603 a 1620.

Lata — 99. Ms — 1628.

262 — Decretos, etc.: 1621 a 1640.

Lata — 99. Ms — 1629.

263 — Decretos, etc.: 1641 a 1650.

Lata — 99. Ms — 1630.

264 — Dedução dos factos do Sr. Bispo de Malaca e do Sr. Barão de Moçamedes, governador de Angola. Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 217. Ms — 6273.

265 — Departamento da Marinha de Gôa — Officio do Conde do Rio-Pardo de 7-3-1819.

Lata — 192. Ms — 2145.

266 — Descrição analizada da praça de Sto. Joseph de Bissão.

Lata — 34 Ms — 678.

267 — Descrição das igrejas de Angola, sua fundação, vendas a serventuarios pelo padre Manoel Patrício Corrêa de Castro. 19-1-1824.

Lata — 34. Ms — 677.

268 — Descrição maritima ou Hidrográfica das Ilhas de Cabo Verde.

Lata — 24. Ms — 671.

269 — Dezenhos, gravuras e armas da Republica e Monarquia.

Lata — 165. Ms — 3911. (Coll. Ourém).

270 — Despachos do Governo Imperial do Brasil — Resumo dos dirigidos à Legação Brasileira em Lisboa

e dos officios da mesma Legação expedidos ao dito governo desde 1845 a 1852.

Lata — 70. Ms — 1329.

271 — Despachos do governo imperial ao ministro brasileiro em Lisboa nos annos de 1838 a 1841.

Lata — 54. Ms — 1045.

272 — Despachos e Officios (Extratos dos) do Ministro plenipotenciario de Portugal em Londres em 1793 a 1794.

Lata — 78. Ms — 1422.

273 — Despachos reservados do governo imperial ao ministro brasileiro em Lisboa nos annos de 1839 a 1845.

Lata — 54. Ms — 1047.

274 — Despeza (India) — Cofre do estado da no anno de 1809.

Lata — 94. Ms — 1596.

275 — Dicionario das antiguidades de Portugal para servir à intelligência da historia deste reino. 3 vols.

Lata — 46. Ms — 901 a 903.

276 — Dio (fortaleza de) — Officio e documento sobre a na Asia: 1826.

Lata — 87. Ms — 1494.

277 — Diplomacia (Portugal) — Correspondência diplomática sobre os negocios de com a França no anno de 1803.

Lata — 96. Ms — 1610.

278 — Direitos — Correspondencia do governo de Angola com o governo portuguez em 1770 sobre os do contrato dos escravos.

Lata — 96. Ms — 1611.

279 — Direitos dos escravos. (Petição e documentos sobre o contrato dos) em Angola. 1771.

Lata — 74. Ms — 1391.

280 — Direitos (Exportação de escravos) — Relação dos escravos exportados do reino de Angola e importancia dos cobrados depois dos alvarás de 11 e 25 de Janeiro de 1759.

Lata — 106. Ms — 1765.

281 — Direitos. Resumos de Regulamentos ou regras geraes que regulão o Comercio, navegação e entre Portugal e Dominios Portuguezes, além do Cabo da Boa Esperança.

Lata — 72. Ms — 1370.

282 — Discurso do Bispo de Beja sobre a competencia dos bispos na ordenação.

Lata — 333. Ms — 668.

283 — Discurso do Cardeal Patriarcha de Lisboa sobre a Imaculada Conceição da Santissima Virgem.

Lata — 49 Ms — 974.

284 — Discurso político do padre Antonio Vieira, denominado vulgarmente «o papel forte» Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 217. Ms — 6270.

285 — Discurso sobre a união de Portugal com a França. S/D. Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 210. Ms — 5693.

286 — Discursos e memorias diversas sobre a marinha e navegação de Portugal, por Manuel Maria da Costa e Sá.

Lata — 7. Ms — 140.

287 — Discurso sobre o commercio da Asia, e carta de Sebastião José de Carvalho e Mello escrita de Vienna d'Austria a seu Tio sobre o projeto de Companhia Oriental; 25 de Julho de 1748.

Lata — 33. Ms — 661.

288 — Dívida portugueza (Noções para se proceder ao Recenseamento Geral da) em 1825.

Lata — 123. Ms — 2165.

289 — Divisa. Cópia de um officio do Embaixador de Portugal ao Conde de Floridablanca para o restabelecimento de marcos de na Fronteira da Galicia. S/D (Coll. Instituto).

290 — Documentos sobre varios objetos da publica administração do reino de Angola. 1800-1830.

Lata — 401. Ms — 2.

291 — Documentos preciosos para provar que Fernão Lopes não era de familia incógnita, mas da Grande Casa de Souza.

Lata — 438. Ms — 6.

292 — Documentos referentes à industria de extração da seda e seu privilegio na America Portuguesa conferido à Real Fábrica de Sedas de Lisboa. 1770.

Lata — 175. Ms — 4058.

293 — Documentos relativos à antiga caza real portugueza.

Lata — 75. Ms — 1398.

294 — Documentos relativos ao estado da camara da cidade de S. Paulo d'Assumpção do reino de Angola (1797)

Lata — 76. Ms — 1403.

295 — Documentos relativos aos negocios do reino de Angola, 1796 — 1806.

Lata — 76. Ms — 1406.

296 — Documentos relativos ao tratado de Commercio de 1787 entre Portugal e a Inglaterra.

Lata — 78. Ms — 1424.

297 — Documentos sobre armamento e petrechos para as ilhas de Cabo-Verde: 1806.

Lata — 77. Ms — 1409.

298 — Documentos (varios) sobre o governo de Gôa — 1824-1830.

Lata — 82. Ms — 1458.

299 — Dominios de Hespanha e Portugal. Breves considerações sobre os pontos terceiro e quarto da dissertação historica e geographica sobre o meridiano de demarcação e entre os dominios de Hespanha e Portugal... Vide — Meridiano de demarcação...

Lata — 11. Ms — 255.

300 — Dominios Portuguezes. Vide — Noticia sobre Quelimane, Senna, Tete, Moçambique, e outras terras dos

Lata — 29. Ms — 611.

301 — Dominios Portuguezes. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias dos nos rios Amazonas e Negro, pelo Dr. Arcipreste José Monteiro de Noronha.

Lata — 175. Ms — 4064.

302 — Dominios Portuguezes. Varios officios sobre a execução do tratado de limites e providencias para sustentar a posse dos dominios portuguezes no sul do Brasil. 1780-1790.

Lata — 102, Ms — 1669.

303 — «Dominios Guine». Officio do Marquez de Penalva à Tomé Joaquim da Costa Côrte Real, sobre a moeda de cobre que se há de cunhar com a divisa Lisboa — 11 de Fevereiro de 1757.

Lata — 415. Ms — 58.

304 — Douro (Alto) — Memoria sobre algumas providencias de que precisa a agricultura dos vinhos do por Luiz da Silva Pereira Oliveira.

Lata — 17. Ms — 380.

305 — Duas memorias sobre o commercio portuguez na India.

Lata — 33. Ms — 653.

306 — Duas petições dirigidas de Maceió ao rei de Portugal — 1825.

Lata — 75. Ms — 1401.

307 — Eclesiásticos (Negócios). Necessidades do reino do Congo em relação aos negocios

Lata — 29. Ms — 593.

308 — Eleição (Governo de Mossambique) Conta da Camara de (Consulta acerca da). 1809.

Lata — 95. Ms — 1603.

309 — Embaixadas (Portugal) — Negociações das dos ministros de em Roma no reinado d'el Rei D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique.

Lata — 108. Ms — 1777.

310 — Embaixador de Portugal. (Marechal Lannes) nos negocios com o França. 1802-1803.

Lata — 85. Ms — 1481.

311 — Embaixador (Portugal). Despachos e cartas a D. José Maria de Sousa, de em Paris. (1801 e 1802).

Lata — 93. Ms — 1585.

312 — Embaixador em Madrid. (Despachos de D. Luís da Cunha a Ayres de Sá, sendo este Ministro em Napoles e) 1761-1767.

Lata — 97. Ms — 1616.

313 — Embaixador em Vienna (Marquez de Marialva) — Officio do Conde da Barca do sobre a entrada e permanencia das tropas no territorio da Banda Oriental. (1817).

Lata — 108. Ms — 1789.

314 — Embaixador na Holanda e em Roma (Correspondencia do governo portuguez, com D. João Almeida, seu)

Lata — 97. Ms — 1612.

315 — Engenheiros. Memorias Historicas sobre as disciplinas que em Portugal tem feito objecto dos Estudos do Corpo d'Engenheiros desde o Reinado do Senhor D. João IV de Gloriosa Recordação, até ao presente. Por Bento Fernandes de Mello e Araujo. Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1821.

Lata — 17. Ms — 370.

316 — Enviado Extraordinario. (Instruções com que D. João V mandou Marco Antonio de Azevedo Coutinho à Côrte de Londres com o character de) 1735.

Lata — 75. Ms — 1399.

317 — Enviado extraordinario de Portugal junto a Santa Sé. (Officios do) e, 1814 sobre o restabelecimento dos jesuitas, regresso do Papa a Roma, etc.

Lata — 109. Ms — 1856.

318 — Epitaphio do Marquez de Pombal, attribuindo ao Marquez de Alorna.

Lata — 47. Ms — 906.

319 — Esboço de uma administração de finanças para o reino de Portugal.

Lata — 48. Ms — 942.

320 — Escola real de pilotos de Macaó — Officios relativos à nomeação de examinador de pilotagem na

Lata — 88. Ms — 1504.

321 — Escravos — Correspondencia do governador de Angola com o governo portuguez em 1770 sobre os direitos do contrato dos

Lata — 96. Ms — 1611.

322 — Escravos. (Officio documentado sobre a extinção do contrato dos) e administração regia dos respectivos direitos em Angola: 1771.

Lata — 86. Ms — 1485.

323 — Espanha e Portugal. Cartas (9) diversas referentes a assuntos coloniaes — 1798. *Coll. Instituto.*

Lata — 396. Ms — 16.

324 — Espanha e Portugal. Cartas (5) de Francisco Innocencio de Sousa Coutinho ao Conde de Floridablanca, sobre assuntos diplomaticos entre (1877-1878).

Lata — 395. Ms — 1.

325 — Espanha e Portugal. Officio dirigido ao Conde de Floridablanca á respeito de restituições determinadas pelo tratado preliminar entre datado de Aranjuez — 12 de maio de 1779.

Lata — 395. Ms — 34.

326 — Espanha e Portugal. Officio de Joseph de Galvez ao Vice-Rei D. Juan Joseph de Vertez, sobre restituições mútuas entre na America... Santo Ildefonso — 3 de Setembro de 1778.

Lata — 395. Ms — 20.

327 — Espanha e Portugal. Papel truncado — Tratado de Comercio entre

Lata — 395. Ms — 13.

328 — Espanha — Portugal. Quatro documentos (officio) do Conde de Floridablanca ao Embaixador Portuguez sobre questões de limites entre as possessões portuguezas e espanholas na America. (1778-1779). *Col. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 22.

322-A — Espanha e Portugal. Rascunho citando cláusulas do Tratado de Limites entre referentes as suas possessões na América. *Col. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 17.

323A — Espanha e Portugal. Rascunho do Embaixador Portuguez na Côte da Espanha. Reflexões no tempo d'Espanha. (Col. Instituto).

Lata — 295. Ms — 81.

324A — Esquadra Portugueza (auxiliar da Inglaterra) — Cartas de Lord Grenville ao Conde de Galvões sobre a e varios papeis referentes a outros assumptos.

Lata — 94. Ms — 1588.

325A — Esquadra Portuguesa entrada no Rio Grande do Sul em 1776 (Relação dos sucessos de)

Lata — 51. Ms — 1001.

326A — Estabelecimentos portugueses em Africa (Idéa abreviada do estado politico dos por Manoel José Maria da Costa.

Lata — 41. Ms — 778.

327A — Estado do commercio de Portugal com os Estados Unidos da America Septentrional nos anos de 1810 e 1811. (1812).

Lata — 49. Ms — 948.

328A — Estado do exercito portuguez pela organização do Conde de Lippe, notas — 5 de Outubro de 1776.

Lata — 39. Ms — 749.

329 — Estado prezente do Reyno de Portugal em o anno de 1766, attribuido do general francez Carlos Dumounez. Traduzido do francez em 1786.

Lata — 47. Ms — 920.

330 — Estrella (Serra da) — Memoria para se apresentar a El-Rei D. Pedro em nome dos rusticos habitantes da serra da Estrella, escripta pelo Padre Antonio Vieira.

Lata — 17. Ms — 372.

331 — Exercito Portuguez (Estado de) pela organização do Conde de Lippe. 1767.

Lata — 39. Ms — 749.

332 — Exército — Relação da viagem do mandado ao reino de Benguela contra os sovas cabundas e seus aliados no anno de 1755.

Lata — 106. Ms — 1761.

333 — Exportação (Angola) — Balanços da do reino de nos annos de 1795, 1796 e 1797.

Lata — 100. Ms — 1636.

334 — Exportação dos Generos de Lisbôa para o Brasil no anno de 1843; notas do ministro brasileiro em Portugal.

Lata — 49. Ms — 965.

335 — Exposição sobre o plano de fazenda e meios de melhorar o estado do real erario de Lisbôa. (1799).

Lata — 49. Ms — 970.

336 — Extratos dos despachos e officios do ministro plenipotenciario de Portugal em Londres em 1793 e 1794.

Lata — 78. Ms — 1422.

337 — (Factos mais notaveis acontecidos na Corte e Reyno de Portugal) (Relação dos) desde que o Senhor D. José I de saudosa memoria foi atacado da ultima enfermidade athe a morte do Marquez de Pombal.

Lata — 66. Ms — 1204.

338 — Fazenda (Ministerio da). Alvará de 14 de Outubro de 1788, creando em Portugal um e regulando a distribuição dos negocios de todas as secretarias de Estado.

Lata — 4. Ms — 70.

339 — Feitorias do commercio em Quilimane e Moçambique. (Plano de duas)

Lata — 105. Ms — 1741.

340 — Finanças. Memoria entregue ao Conde de Louzã para ser apresentada aos pares do reino pela repartição da sua comissão de fazenda acerca do estado da receita e despesa pública.

Lata — 93. Ms — 1573.

341 — Finanças para o reino de Portugal (Esboço de uma administração de)

Lata — 48. Ms — 942.

342 — Floridablanca (Carta do conde a D. Fr. Innocencio de Sousa Coutinho sobre possessões espanholas nas ilhas de Anno Bom e Fernando Pó. Rascunho da resposta do Embaixador Portuguez. *Coll. Instituto.*

Lata — 396. Ms — 6.

343 — Floridablanca (Conde de) — Carta de Francisco Innocencio de Souza Coutinho ao sobre restituições mutuas das posses de Portugal e Espanha na America do Sul, etc. 2 de Maio de 1779. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 25.

344 — Floridablanca (Conde de) — Cartas (5) de Francisco Innocencio de Sousa Coutinho ao sobre assuntos diplomaticos entre Espanha e Portugal. (1877-1878).

Lata — 395. Ms — 1.

345 — Floridablanca (Conde de) 7 Cartas ao Embaixador de Portugal D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho ao
..... 1777-1778. *Coll. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 9.

346 — Floridablanca (Conde de) — Cópia de um Officio do Embaixador de Portugal ao para o restabelecimento de marcos de divisa na Fronteira da Galicia. S/D. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 30.

347 — Floridablanca (Conde de). Officio do à Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, avisando sobre o Bloqueio da praça do Gibraltar, 10 de Julho de 1779. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 32.

348 — Floridablanca. (Conde de) Officio (Cópia) do sobre navios portuguezes que socorrem a praça de Gibraltar bloqueada pelos espanhões e carta de Alvarez de Sotomayor trazendo a declaração de Juan Verdiel e Luiz Perez, prisioneiros espanhões. São Ildefonso, 2 de Agosto de 1789. (Officio dirigido a B. L.) *Col. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 35.

349 — Floridablanca (Conde de). Officio do à Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, a respeito de navegação, arribada nos portos do Brasil, etc. datado de San Ildefonso, 23 de Setembro de 1777. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 31.

350 — Floridablanca (Conde de). Officio do à cerca de navegação arribada nos portos do Brasil e etc., datado de San Ildefonso. 23 de Setembro de 1777. *Col. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 31.

351 — Floridablanca (Conde de). Officio dirigido ao a respeito de restituições determinadas pelo Tratado preliminar entre Espanha e Portugal — datado de Aranjuez — 12 de Maio de 1779. (Col. Instituto),

Lata — 395. Ms — 34.

352 — Floridablanca (Conde de). Plano de Tratado acompanhado de carta de a Sousa Coutinho sobre pacto de commercio, cessão das Ilhas da Africa — El Pardo — 9 de Fevereiro de 1778. *Coll. Instituto.*

Lata — 396. Ms — 4.

353 — Fragmento de uma representação do rei de Portugal sobre negocio do Brasil.

Lata — 61. Ms — 1162.

354 — França (Negocios com a) sendo o Marechal Lannes, embaixador em Portugal — 1802-1803.

Lata — 85. Ms — 1481.

355 — França — Paz entre Portugal e (1796-1798). *Col. do Instituto*.

Lata — 416. Ms — 4.

356 — França. (Correspondencia diplomatica) sobre os negocios de Portugal com a no anno de 1803.

Lata — 96. Ms — 1610.

357 — França (Negociação na Holanda sobre os socorros que pede Portugal em virtude dos Tratados, na guerra em que se acha com a e a Hespanha. 1762.

Lata — 85. Ms — 1480.

358 — França — Officios sobre o Tratado de paz de Portugal com a e Castella e ataque dos castelhanos na fronteira de Matto-Grosso. (1763).

Lata — 110. Ms — 1868.

359 — Galvêas (Conde de) — Cartas de Bord Grenville ao sobre a esquadra portugueza auxiliar da Inglaterra e varios outros papéis referentes a diversos assumptos.

Lata — 94. Ms — 1588.

360 — Gôa — Correspondencia do Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, sobre negocios de Damão e (21 cartas) 1822-1832). *Col. Instituto*.

Lata — 355. Ms — 2.

361 — Gôa (Departamento da marinha de) Oficio do conde do Rio Pardo, 7-3-1819.

Lata — 122. Ms — 2145.

362 — Gôa (Papéis varios relativos à) e Macao.

Lata — 74. Ms — 1395.

363 — Gôa (Apontamentos e noticias para instrução que se deve formar em ao bispo de Pekin sobre os negocios relativos ao dominio de Macáu.

Lata — 35. Ms — 696.

364 — Gôa (Arcebispo de) — Offícios do
primaz da Índia, dirigidos ao governo regio do Rio de Janeiro
em 1819.

Lata — 88. Ms — 1501.

365 — Gôa (Archivo da Junta da fazenda publica da ci-
dade de) Indice por ordem cronologica de todás
as leis, alvarás, decretos etc.

Lata — 38. Ms — 740.

366 — Gôa — Cartas de diversas pessoas escriptas de
..... a Manoel José Maria da Costa e Sá: 1824 a 1839.

Lata — 93. Ms — 1584.

367 — Gôa (Informações sobre as fortificações, força e
renda reaes do estado de)

Lata — 37. Ms — 726.

368 — Gôa (Governo de) — (Officio do) sobre
a agricultura, impostos e obras publicas com vários documentos
annexos.

Lata — 86. Ms — 1488.

369 — Gôa — Vários documentos sobre o governo de
1824 a 1830.

Lata — 82. Ms — 1458.

370 — Governador da Ilha de São Tomé — Regimento do
..... dado em 1794 e outros documentos relativos às
ilhas de Cabo-Verde, Guiné e Mossambique, de 1804 a 1833.

Lata — 83. Ms — 1466.

371 — Governadores de Portugal — Copia da corresponden-
cia dos sobre o presente feito ao Duque de Wellington.
(1816).

Lata — 117. Ms — 2045.

372 — Governadores de Portugal — Nomeação pelo prin-
cipe regente. Decreto do principe regente a respeito e dando
instruções, quando retirou-se para o Brazil em 1807. 26 de No-
vembro (Off. do Sr. Eduardo Miranda Jordão) 1923. *Coll. Ins-
tituto.*

Lata — 221. Ms — 515.

373 — Governadores do reino de Angola — Regimento dos
feito em 1666.

Lata — 83. Ms — 1469.

374 — Governo Geral (Açores) — Collecção de todas as leis, alvarás, cartas-regias, avisos, que constituem a legislação para o governo das ilhas dosdesde o anno de 1766 ate o de 1807.

Lata — 95. Ms — 1599.

375 — Governo de Gôa — Varios documentos sobre o 1824 e 1830.

Lata — 82. Ms — 1458.

376 — Governo da ilha de S. Thomé — Ordens régias extrahidas dos livros de registro do

Lata — 87. Ms — 1496.

377 — Governo imperial — Despachos reservados do ao ministro brasileiro em Lisbôa nos annos de 1839 a 1845.

Lata — 54. Ms — 1047.

378 — Governo imperial — Despachos do ao ministro brasileiro em Lisbôa nos annos de 1838 a 1841.

Lata — 54. Ms — 1045.

379 — Governo imperial — Despachos do ao ministro brasileiro em Lisbôa nos annos de 1842 a 1848.

Lata — 54. Ms — 1046.

380 — Governo Imperial do Brasil — Resumo dos despachos do dirigidos à Legação Brasileira em Lisboa e dos officios da mesma Legação expedido no dito governo desde 1845 a 1852.

Lata — 70. Ms — 1329.

381 — Governo interino (Mossambique) Consulta sobre a conta da Camara de acerca da eleição de (1809).

Lata — 95. Ms — 1603.

382 — Governo interino estabelecido em Lisboa e no Porto depois da restauração de Portugal (Parecer sobre a conservação do pelo conde das Galveas — 1808.

Lata — 195. Ms — 1736.

383 — Governo de Mossambique — Officios e outros documentos relativos ao governo de 1766 a 1831.

Lata — 88. Ms — 1502.

384 — Governo em Portugal. (Plano de em 1800. pg. 37.

Lata — 105. Ms — 1739.

385 — Governo Portuguez (Avisos do) 1799 a 1803.

Lata — 8. Ms — 166.

386 — Governo Portuguez — Cartas de Antonio José Galvão comprobatória da interpretação e violação de correspondencia de ministros estrangeiros em Lisboa, por parte do (1776).

Lata — 100. Ms — 1639.

387 — Governo Portuguez — Correspondencia do governador de Angola com o em 1770 sobre os direitos do contracto dos escravos.

Lata — 96. Ms — 1611.

388 — Governo Portuguez — (Correspondencia de varias authoridades e diversas pessoas com o) nos annos de 1757 a 1799.

Lata — 80. Ms — 1442.

389 — Governo Portuguez — Memoria sobre negociações em Roma por parte do (1759).

Lata — 28. Ms — 578.

390 — Governo portuguez — 9 Petições diversas dirigidas ao)

Lata — 73. Ms — 1387.

391 — Governo Supremo do Reino. (Carta dirigida a El Rei D. João VI pela Junta Provisional do) estabelecida na Cidade do Porto. (Reimp. no Rio de Janeiro. Na Regia Off. Typ. 1821)

Lata — 2. Ms — 27 nº 7.

392 — Governo Supremo do Reino (Manifesto da Junta provisional do) aos Portugueses. (Reimpresso no Rio de Janeiro na Impressão Regia — 1821).

Lata — 2. Ms — 27 nº 3.

393 — Gran-Bretanha — Officios sobre o tratado de paz de Portugal com a, França, Castelhanos na fronteira de Matto-Grosso. (1763).

Lata — 110. Ms — 1868.

394 — Gran-Bretanha — Resumo do Comercio do Reino de Portugal com a e Irlanda, nos anos de 1784-1785.

Lata — 68. Ms — 1269.

395 — Guelimane, Fête, Moçambique. Noticias sobre e outras terras dos dominios portuguezes n'Africa.

Lata — 29. Ms — 611.

396 — Guelimane e Moçambique. (Plano de duas feitorias de commercio em)

Lata — 105. Ms — 1741.

397 — Guerra peninsular. Cartas (23) de Principal de Souza, sobre a Estas cartas não dizem a quem são dirigidas. Lisboa — 1812.

Lata — 395. Ms — 14.

398 — Guerra Peninsular. (Cartas regias e officios dos Ministros de Estado (no Rio de Janeiro) aos Governadores do Reino durante a) 1810 — 1811 — 1812 — 1814

— 1815. *Coll. Instituto.*

Lata — 396. Ms — 13.

399 — Guerra Peninsular. Cartas (14) a Lord Wellington, de Beresford de Miguel Pereira Forjaz, de José Antonio de Oliveira Leite de Barros e a Lord Wellington e a Miguel P. Forjaz. 1810. *Coll. Instituto.*

400 — Guerra Peninsular. Documentos (24) dirigidos a D. João VI e a outros pelos governadores justificando-se das arguições de Lord Wellington — 1810 — 1811. *Coll. Instituto.*

Lata — 396. Ms — 15.

401 — Guiné (Extratos e copias da relação annual do padre Fernão Guerreiro sobre) 1605.

Lata — 49. Ms — 960.

402 — Guiné — Ilha de — Regimento do governador da ilha de São Tomé dado em 1794 e outros documentos relativos à 1804 a 1833.

Lata — 83. Ms — 1466.

403 — Guiné — Memoria do estado atual da praça de Guiné. Por Joaquim Antonio de Mattos.

Lata — 27. Ms — 570.

404 — Guiné — Cartas anuas sobre cousas de (1602-1603).

Lata — 100. Ms — 1638.

405 — Guiné (Companhia de) — Projecto de estatutos e regulamento para a por Antonio Maria Carneiro. (1838).

Lata — 106. Ms — 1747.

406 — Guiné — Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kiay Chiri Broncom, Senhor dos dilatíssimos sertões de Guiné.

Lata — 106. Ms — 1759.

407 — Gusmão (Alexandre de) (Cartas e alguns papéis politicos de) Secretario particular do rei D. João V. (33 cartas).

Lata — 12. Ms — 279.

408 — Gusmão (Alexandre de) — Cartas de Alexandre de Gusmão dadas à luz por João Antonio Azevedo (1747-1813). E uma carta de Dom Luiz da Cunha para Alexandre de Gusmão. (Brazil) — 1747-1813.

Lata — 12. Ms — 276.

409 — Gusmão (Alexandre de) — Biographia de (Da biblioteca do Sr. Ed. Prado). Off. do Sr. Eug. Egas. Col. do Instituto.

Lata — 218. Ms — 6417.

410 — Gusmão (Alexandre de) — Cartas de e varias peças officiaes. 22-10-1792.

Lata — 41. Ms — 788.

411 — Gusmão (Alexandre de) — Obras de (Cartas, pareceres, etc.).

Lata — 23. Ms — 513.

412 — Gusmão (Alexandre de) — Cartas, que servindo no gabinete de D. João Quinto escreveu

Lata — 116. Ms — 2032.

413 — Herva Santa Maria. Idéa sobre a cultura em Portugal ou seus domínios de ou *necotiana, tabaco*, por Luiz Pinto de Azevedo Varela. Lisboa, Março 1829.

Lata — 41. Ms — 779.

414 — Hespanha — Correspondencia do Marquez de Pomal com Martinho de Mello sobre negocios do Brasil relativo à (1775).

Lata — 117. Ms — 2057.

415 — Hespanha e Portugal. Breves considerações sobre os pontos terceiro e quarto da dissertação Histórica e Geográfica sobre o meridiano de demarcação entre os domínios de

Lata — 11. Ms — 255.

416 — Hespanha e Portugal. Papeis relativos à reclamação originada da convenção celebrada em 1782 entre sobre mercadorias transportadas de Buenos Aires em navios portugueses.

Lata — 53. Ms — 1025.

417 — Historia angolense ou noticia varia e historica da monarchia angolana.

Lata — 41. Ms — 772.

418 — *Historia antiga*. Diccionario das antiguidades de Portugal para servir à intelligencia da historia antiga deste reino. 3 vols.

Lata — 46. Ms — 901 a 903.

419 — Historia da Legislação Portuguesa.

Lata — 26. Ms — 542.

420 — Holanda (Negociações na) sobre os socorros que pede Portugal em virtude dos Tratados, na guerra em que se acha com a França e Hespanha. 1762.

Lata — 85. Ms — 1480.

421 — Holanda. (Tratado da Liga offensiva entre o Império, Portugal, Inglaterra e) assinado em 16 de Maio de 1703.

Lata — 77. Ms — 1419 nº 2.

422 — Holandezes. (Tratado sobre os dannos que o Estado da India padece com a navegação de Inglezes e) para aquellas partes, de 1611.

Lata — 73. Ms — 1385.

423 — Idéa abreviada do estado politico dos estabelecimentos portuguezes em Africa, por Manoel José Maria da Costa.

Lata — 41. Ms — 778.

424 — Idéa sobre a cultura em Portugal ou seus dominios da Herva de Santa Maria ou *Necotiana tabaco*, por Luiz Pinto de Azevedo Varella. Lisboa. Março de 1829.

Lata — 41. Ms — 779.

425 — Igrejas de Angola (Descripção das) — 1824. Vide — Angola. 19-1-1824.

Lata — 34. Ms — 677.

426 — Igrejas da ilha de Gôa (Mapas dos bens de raiz, moveis, ouro e prata e dinheiro das e da provincia de Salsete, em 1824.

Lata — 123. Ms — 2153.

427 — Ilha de Cabo-Verde — Regimento do governador da ilha de São Thomé dado em 1794 e outros documentos relativos às ilhas de Guiné e Mossambique. 1804 e 1833.

Lata — 83. Ms — 1466.

428 — Ilha de Guiné — Regimento do governador da ilha de São Thomé dado em 1794 e outros documentos relativos à — 1804 a 1833.

Lata — 83. Ms — 1466.

429 — Ilha da Madeira. (Instrução publica na)

Lata — 37. Ms — 729.

430 — Ilha de Mossambique — Regimento do governador da ilha de São Thomé dado em 1794 e outros documentos relativos à (1804 a 1833).

Lata — 83. Ms — 1466.

431 — Ilha Pereira — Carta a Manoel José Maria da Costa e Sá sobre publicidade do Bloqueio da — 28 de Fevereiro de 1829. Col. Inst..

Lata — 410. Ms — 15.

432 — Ilha de São Thomé — Ordens régias extrahidas dos livros de registro do governo da

Lata — 87. Ms — 1496.

433 — Ilha de São Thomé — Regimento do governador da dado em 1794 e outros documentos relativos às ilhas de Cabo-Verde, Guiné e Mossambique, de 1804 a 1833.

Lata — 83. Ms — 1466.

434 — Ilha de Timor — Officio sobre os socorros à acompanhado de varios documentos: 1820.

Lata — 88. Ms — 1500.

435 — Ilha dos Açores — Coleção de todas as leis, alvarás, cartas regias e avisos, que constituem a legislação pelo governo geral das desde o anno de 1766 até o de 1807.

Lata — 95. Ms — 1599.

436 — Ilhas de Africa. Carta do Conde de Floridablanca a Francisco Innocencio de Sousa Coutinho acompanhando um plano de Tratado sobre o pacto de comercio, cessão das El Pardo — 9 de Fevereiro 1779. Col. *Instituto*.

Lata — 296. Ms — 4.

437 — Ilhas de Anno Bom e Fernando Pó. Carta ao conde Floridablanca a D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho sobre possessões hespanholas Rascunho da resposta do Embaixador portuguez. Col. *Instituto*.

Lata — 396. Ms — 6.

438 — Ilhas de Cabo-Verde. Vide: Consultas sobre negocios das 19 — Dezembro — 1778.

Lata — 34. Ms — 682.

439 — Ilhas de Cabo-Verde. Descrição Fisico-Política das Ilhas de Cabo-Verde. 1809.

Lata — 15. Ms — 340.

440 — Ilhas de Cabo-Verde. Descrição marítima ou hidrográfica das

Lata — 34. Ms — 671 e 672.

441 — Ilhas de Cabo-Verde — Exposição, consulta e reflexões sobre projetos de companhias comerciais em Guiné e nas Ilhas (1826).

Lata — 39. Ms — 737.

442 — Ilhas de Cabo-Verde — Relação das amostras de produtos remetidos pelo Governador das Algodão, Anil e Sal. Doc. Assinado por Alexandre Rodrigues Ferreira. Jardim Botânico, 14-9-1797.

Lata — 454 Ms — 44.

443 — Ilhas de São Thomé e Príncipe — Instruções para o governador das 1824.

Lata — 37. Ms — 734.

444 — Ilhas do Oceano Atlântico. Relação das que atualmente são consideradas pertencentes a nação portugueza. Em 31 de Julho de 1821.

Lata — 69. Ms — 1303.

445 — Importação — Mappa de e exportação deste Reino de Angola desde o ano de 1785 em que teve principio o estabelecimento da Alfândega, até o ano de 1794 inclusive.

Lata — 77. Ms — 1418.

446 — India — Despacho sobre o trafico do opio de Malva e comercio da por Miguel de Amaga Brum da Silveira. Macaó, 20 de Janeiro de 1820. *Col. Instituto.*

Lata — 359. Ms — 35.

447 — India — Duas memorias sobre o commercio portuguez na

Lata — 33. Ms — 653.

448 — India — Memoria instrutiva al Sig. professore Vitaliano Donati pel viaggio da Sua Maestá ordenatogli aule brintale. 1759.

Lata — 28. Ms — 572.

449 — India — Memoria sobre o commercio de algodão nos dominios portuguezes da por Manoel d'Arriaga.

Lata — 28. Ms — 588.

450 — India — Memorial dos gravames feitos aos religiosos de São Francisco parocos das igrejas do real padroado da

Lata — 28. Ms — 583.

451 — India — Minutas incompletas sobre negocios de Por Marinho de Melo e Castro.

Lata — 28. Ms — 591.

452 — India — Notas sobre o itinerario da por terra composto por Frei Gaspar de S. Bernardino — Lisboa, 1611. Arch. José Bonifácio, o Patriarcha.

Lata — 192. Ms — 5005.

453 — India — Noticia sobre o Estado da que ainda hoje chamam magestoso pela grandeza a que chegou, por João Osório de Castro Souza Falcão. 1822.

Lata — 29. Ms — 610.

454 — India — Noticias politicas da India: 1784-1789.

Lata — 31. Ms — 634.

455 — India. (Papeis relativos a administração pública da) 1792 a 1833.

Lata — 52. Ms — 1022.

456 — India — papeis relativos à Portuguesa. 1758-1791.

Lata — 124. Ms — 2190.

457 — India — papel sobre os meios de remediar as desordens da Real Fazenda no Estado da
Lata — 129. Ms — 2244.

458 — India — Officios do arcebispo de Gôa, primaz da dirigidos ao governo regio no Rio de Janeiro — 1819.
Lata — 88. Ms — 1501.

459 — India — Representação do provedor da Caza da sobre o depósito de couros xegados na frota do Brazil.
Lata — 168 Ms — 4042.

460 — India (Resposta do Marquez d'Alonia a El-Rei sobre a conservação e augmentação dos Estados da 1745.
Lata — 73. Ms — 1376.

461 — India (Administração publica da) — Officios e varios outros documentos relativos aos negocios da — 1794 a 1824.
Lata — 88. Ms — 1503.

462 — India — Cartas do Capitão-Mor da armada e vice-rei da dadas a Vasco da Gama em 1524, a Garcia de Noronha em 1538 e a Affonso de Noronha em 1550.
Lata — 100. Ms — 1641.

463 — India (Contos, requerimentos e mais negocios da) — Alvará para que todas as da Brasil e mais partes ultramarinas se remetam ao Conselho Ultramarino. (1643).
Lata — 111 Ms — 1907.

464 — India — Coleção de 125 leis expedidas para o estado da extrahidas da Torre de Tombo.
Lata — 95. Ms — 1597.

465 — India (Considerações sobre o Commercio da).
Lata — 34. Ms — 683.

466 — India — Extractos dos officios do Vice-rei recebidos em 3 de Agosto de 1825.
Lata — 78. Ms — 1423.

467 — India. (Indices das leis, ordenações, regimentos, alvarás, resoluções e avisos existentes nos archivos do estado de)
Lata — 37. Ms — 724.

468 — India — Officio do vice-rei da contendo varias noticias — 1825.

Lata — 87. Ms — 1491.

469 — India — Officio do Vice-Rei da sobre a introdução do tabaco em folhas e rôlo importado da America — 1777.

Lata — 87. Ms — 1492.

470 — India — Officio do Vice-Rei da sobre varios negocios acompanhado de diversos documentos: 1821.

Lata — 87. Ms — 1493.

471 — India — Officios e varios outros documentos relativos aos negocios da administração pública da — 1825 a 1833.

Lata — 87. Ms — 1495.

472 — India — Officios sobre conventos e missões na 1829.

Lata — 88. Ms — 1506.

473 — India Portuguesa (Papeis relativos à) 1801-1832.

Lata — 122. Ms — 2137.

474 — India (Traslado do regimento de Vasco Fernandes Cezar, guarda-mor do carrega e descarrega das náos da) 1571.

Lata — 128 Ms — 2141.

475 — India — Tratado sobre os dannos que o Estado da) padece com a navegação de Inglezes e Holandezes para aquellas partes, etc.— 1611.

Lata — 73. Ms — 1385.

476 — India. (Varios documentos relativos a negocios da) 1771 a 1829.

Lata — 81. Ms — 1457.

477 — Indices das leis, ordenações, regimentos, alvarás, resoluções e avisos existentes nos archivos do estado da India — 1827.

Lata — 37. Ms — 724.

478 — Infantes de Portugal (Desposorios dos serenissimos). Relação dos magnificos carros que se fizeram de architettura, pers-

pectiva e fogos, os quaes se executaram nas festas dos
.....) na cidade do Rio de Janeiro em 2 de Fe-
vereiro de 1786 por Antonio Francisco Soares. (Com desenho).

Lata — 51. Ms — 1006.

479 — Informações — Varias informações sobre Bissaó —
1870.

Lata — 168. Ms — 4043.

480 — Informações sobre as fortificações, força e rendas
reaes do estado de Gôa.

Lata — 37. Ms — 726.

481 — Inglaterra — Reflexões relativas ao commercio geral
e particularmente a respeito de Portugal a

Lata — 44. Ms — 829.

482 — Inglaterra — Documentos relativos ao tratado de
commercio de 1787 entre Portugal e a

Lata — 78. Ms — 1424.

483 — Inglaterra (Tratado da Liga offensiva entre o Im-
perio, Portugal) e Holanda assinado em 16
de Mayo de 1703.

Lata — 77. Ms — 1419 nº 2.

484 — Inglezes — Tratado sobre os dannos que o Estado
da India padece com a navegação de) e Hollandezes,
para aquellas partes, etc., 1611.

Lata — 73. Ms — 1385.

485 — Instituições da egreja de Santo Antonio dos Portu-
guezes em Roma.

Lata — 37. Ms — 725.

486 — Instituição da junta do commercio de Portugal.

Lata — 37. Ms — 731.

487 — Instrução do Vice-Rei da India sobre o porto e
cidade de Macaó. 1783.

Lata — 37. Ms — 730.

488 — Instruções para o governador das ilhas de São Thomé
e Príncipe em 1824.

Lata — 37. Ms — 734.

489 — Invasion (Lr.) Française em Portugal — Chanto
sur

Lata — 118. Ms — 2077.

490 — Invasões Francezas — (Cartas (11) em ingles) em Portugal. Proposta do Bispo do Porto a Sir. A. Wellealey — commandante em chefe da Forças Britanicas. *Coll. Instituto.*

Lata — 596. Ms — 11.

491 — Itinerário da India por terra. Notas sobre o
..... Composto por Frei Gaspar de S. Bernardino, Lisboa,
1611. Archivo. José Bonifácio, o Patriarcha.

Lata — 192 Ms — 5005.

492 — João VI (D.) — Carta dirigida a El Rei
..... pela Junta Provisional do Governo Supremo do
Reino, estabelecida na Cidade do Porto. Reimp. no Rio de Ja-
neiro. Via Regia Off. Typ. 1821.

Lata — 2. Ms — 27 nº 7.

493 — Junta de Commercio (Consultas da Real)
agricultura, fabricas e navegação do reino de Portugal sobre
pescarias e outros assuntos.

Lata — 98. Ms — 1620.

494 — Junta de Commercio. (Parecer da Real)
de Lisboa sobre o commercio das possessões portuguezas n'Africa
depois da Independencia do Brazil.

Lata — 74. Ms — 1393.

495 — Junta do Commercio de Portugal (Instituição da
Junta do Commercio de)

Lata — 37. Ms — 731.

496 — Justiças territoriais de Portugal: divisão judiciaria
por provincias.

Lata — 38. Ms — 737.

497 — Legação brasileira. (Minutas de notas de
.....) em Lisboa ao governo portuguez. 1848 a 1852.

Lata — 63. Ms — 1181.

498 — Legação brasileira. (Minutas de notas da
.....) em Lisboa nos annos de 1838 a 1842 — 1843
a 1847.

Lata — 62. Ms — 1179 — 1180.

499 — Legação brasileira. (Minutas de officios da
.....) a diversos consules e vice-consules do Brasil na
Europa. 1840-1851.

Lata — 63. Ms — 1185.

500 — Legação brasileira. (Minutas de officios da
.....) em Lisboa sobre falsificação de moeda papel do
Brasil em Portugal 1841 e 1843.

Lata — 63. Ms — 1184-1185.

501 — Legação brasileira em Lisboa — Resumo dos des-
pachos do Governo Imperial do Brasil dirigido à e
dos officios da mesma Legação expedidos ao dito governo desde
1845 a 1851.

Lata — 70. Ms — 1329.

502 — Legislação (Açores) — Collecção de todas as leis,
alvarás, cartas-regias e avisos, que Constituem a
para o governo geral das ilhas dos desde o anno de
1766 até o de 1807.

Lata — 95. Ms — 1599.

503 — Legislação Portuguesa. — (História da).

Lata — 26. Ms — 542.

504 — Leis (Collecção de) etc., que constituem em parte
do Código Ultramarino.

Lata — 95. Ms — 1598.

505 — Leis (India) — Collecção de 125 para
o estado da extrahidas da Torre do Pombo.

Lata — 95. Ms — 1597.

506 — Leis sobre Comercio, navegação, direitos de Moçam-
bique, e Costa Oriental da Africa. (Resumo das)

Lata — 73. Ms — 1371.

507 — Lentes da Universidade de Coimbra — Rascunho de
uma carta escrita criticando os por José Bonifácio de
Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 192. Ms — 4966.

508 — Literatura portugueza. (Notas sobre) e linguagem,
por José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarcha.

Lata — 192. Ms — 2.985.

509 — Livros de registro da ilha de São Thomé — Ordens
regias extrahidas dos

Lata — 87. Ms — 1496.

510 — Localidades portuguezas — Datas historicas e nomes latinos de por José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarcha.

Lata — 191 Ms — 4914.

511 — Localidades portuguezas. (Nomes latinos de) — por José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 191. Ms — 4893.

512 — Macaó — Cartas de diversas pessoas escriptas de a Manoel José Maria da Costa e Sá. 1824 a 1839.

Lata — 93. Ms — 1584.

513 — Macaó (Duas petições dirigidas de) ao Rei de Portugal. 1825.

Lata — 75. Ms — 1401.

514 — Macaó (Instrução ao vice-rei da India sobre o porto e cidade de) 1783.

515 — Macaó (Officio do ouvidor geral de) sobre o commercio do opio com varios documentos — 1829.

Lata — 86. Ms — 1489.

516 — Macaó — Officios relativos à nomeação de examinador de pilotagem na escola real de pilotos de

Lata — 88. Ms — 150.

517 — Macaó (Papeis varios relativos à Gôa e)

Lata — 74. Ms — 1395.

518 — Macaó (Porto de) — Cartas e documentos sobre a fragata Salamandra no em 1823.

Lata — 93. Ms — 1586.

519 — Macaó — Pretensão do coronel José de Aquino Guimarães, comandante da Tropa de 1822.

Lata — 74. Ms — 1389.

520 — Macaó (Principais ramos do Commercio de Navegação da China e Direitos de)

Lata — 105 Ms — 1739.

521 — Macaó (Providencias necessárias a) — 1783).

Lata — 106. Ms — 1750.

522 — Macaó (Sobre os negocios relativos ao dominio de)

Lata — 35. Ms — 696.

523 — Macau (30 Cartas de Miguel de Arriaga Brum da Silveira sobre o commercio em) Macau 1819 e 1820 — *Coll. Instituto*.

Lata — 328 Ms — 42.

524 — Macedo (Dezor. Duarte Ribeiro de) — Observação sobre a transplantação de fructos da India ao Brazil pelo (1675) 15 de Março.

Lata — 23. Ms — 515.

525 — Madeira (Ilha da) Instrução Pública na

Lata — 37. Ms — 729.

526 — Madeira (Ilha da) — Relação do estrago succedido na noite de 9 de outubro de 1803 na cidade de Funchal (1803).

Lata — 44. Ms — 837.

527 — Malaca (bispo de). Dedução dos factos do Sr.... e do Sr. Barão de Moçamedes, governador de Angola. *Coll. Marquez de Olinda*.

Lata — 217 Ms — 6273.

528 — Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos, e Povos da Europa. (Reimpresso no Rio de Janeiro, na Real Typographia, 1821).

Lata — 2. Ms — 27 nº 4.

529 — Manifesto do nullo e violento governo do ecclesiastico em o bispado do reino de Congo de Angola.

Lata — 27. Ms — 561.

530 — Manifesto aos soldados portuguezes e brasileiros.

Lata — 2. Ms — 27 nº 8.

531 — Mapa do ferro, chumbo, estanho, cobre e carvão de pedra que entraram em Portugal no ano de 1801.

Lata — 191. Ms — 4846.

532 — Mapa de importação e exportação deste Reino de Angola desde o ano de 1785 em que teve principio o estabelecimento de Alfandega, até o ano de 1794 inclusive.

Lata — 77. Ms — 1418.

533 — Mapa de importação de Portugal, feitorias da costa d'Africa e portos do Brasil, sobre a bahia em todo o ano de 1800.

Lata — 57. Ms — 1086.

534 — Mapa e relações de officiaes e navios da armada portugueza. 1812-1831.

Lata — 124. Ms — 2183.

535 — Marinha de Guerra de Portugal. Situação de e seus dominios. Minutas de Decreto, Alvarás e outros, palácio Nossa Senhora da Ajuda.

Lata — 454 Ms — 11.

536 — Marinha de Guerra de Portugal. (Indicação sobre objetos de) contida em varios documentos. (1822).

Lata — 122. Ms — 2142.

537 — Marinha e Navegação de Portugal — (Discurso e memorias sobre) por Manuel Maria da Costa e Sá.

Lata — 7. Ms — 140.

538 — Marinha Portugueza. Memoria e projetos diversos sobre a marinha portugueza. 1821-1822.

Lata — 6. Ms — 107.

539 — Marinha — Relação dos 27 diplomas que se remeteram e são concernentes à 1641 a 1809.

Lata — 83. Ms — 1470.

540 — Marquez de Pombal — Ordem do de mandando lavrar auto de sequestro em quatorze barras de ouro. (1771).

Lata — 110. Ms — 1881.

541 — Memoria do estado atual da preça de Guiné. Vide Matos (Joaquim Antonio de).

Lata — 27. Ms — 570.

542 — Memoria historica sobre os costumes particulares dos Povos Africanos com relação privativa ao Reino de Guiné, e nele com respeito ao Rey Dahomé, por Luiz Antonio de Oliveira Mendes (1806). *Coll. Instituto.*

Lata — 350. Ms — 94.

543 — Memoria historica sobre a agricultura portugueza, considerada desde o tempo dos Romanos até o presente por José Verissimo Alvares da Silva. (1782).

Lata — 17. Ms — 368.

544 — Memoria historica sobre as disciplinas que em Portugal tem feito objeto dos estudos do Corpo de Engenheiros (1821). Por Bento Fernandes de Mello.

Lata — 17. Ms — 370.

545 — Memoria e projetos diversos sobre a marinha portugueza (1821-1822).

Lata — 6. Ms — 107.

546 — Memoria sobre algumas providencias de que precisa a agricultura dos vinhos do Alto Douro, por Luiz da Silva Pereira Oliveira.

Lata — 17. Ms — 380.

547 — Memoria sobre o Comercio com a Africa.

Lata — 18. Ms — 387.

548 — Memoria sobre o commercio do algodão nos domínios portuguezes da India. Duplicata de luta 28. Ms — 588.

Lata — 28. Ms — 589.

549 — Memoria sobre os melhoramentos da capitania de Cabo Verde em 1830.

Lata — 28. Ms — 579.

560 — Memoria sobre negociações em Roma por parte do governo portuguez. (1759).

Lata — 28. Ms — 578.

561 — Memoria sobre a violencia negativa, que ao publico veio causar o novo subsidio dos Vinhos de Consumo na Cidade de Lisboa. 1800.

Lata — 105. Ms — 1739. pg. 25.

562 — Memorial sobre os males que impedem o engrandecimento do reino de Angola, por Manoel Patricio Corrêa de Castro. 1823.

Lata — 28. Ms — 585.

563 — Memorias e documentos. Papeis coligidos para a confecção das ordenanças da marinha portugueza.

Lata — 30. Ms — 620.

564 — Memorias de D. Luiz da Cunha, sobre o que se passou no Congresso de Utrecht. (Extratos da 3ª parte das...).

Lata — 49. Ms — 963.

565 — Ministros portuguezes — Cartas officiais de alguns sobre diversos assumptos. 1721 a 1802.

Lata — 94. Ms — 1590.

566 — Moçambique — Consulta sobre a Conta da Camara de acerca da eleição do governo interino. (1809).

Lata — 95. Ms — 1603.

567 — Moçambique (Descrição e informações commerciaes da Capitania de)

Lata — 34. Ms — 674.

568 — Moçambique — Narração dos fatos acontecidos na cidade e capitancias de desde Junho de 1814 até o fim de Dezembro de 1822.

Lata — 28. Ms — 592.

569 — Moçambique — Noticia sobre Quelimane, Senna Tete e outras terras dos dominios portuguezes em

Lata — 29. Ms — 611.

570 — Moçambique — Officios e outros documentos relativos ao governo de

Lata — 88. Ms — 1502.

571 — Moçambique (Plano de duas feitorias de commercio em Quilemane e

Lata — 105. Ms — 1741.

572 — Moçambique — Regimento do governador da ilha de São Thomé dado em 1894 e outros documentos relativos à ilha de (1804 a 1833).

Lata — 83. Ms — 1466.

573 — Moçambique — Relação do estado actual da de (1809)

Lata — 106. Ms — 1763.

574 — Moçambique (Relações commerciaes da Capitania de) em 1829 pelo desembargador Dionísio Ignacio de Lemos Pinto.

Lata — 107 Ms — 1768.

575 — Moçambique — (Representação do Bispo de Olba, Prelado de) pedindo dispensa de regressão a essa prelazia. 1810.

Lata — 81. Ms — 1455.

576 — Moçamedes (Barão de). Dedução dos Factos do Sr. Bispo de Malaca e do Sr. governador de Angola. Coll. Marquez de Olinda.

Lata — 217. Ms — 6273.

577 — Monarquia Angolana. (Historia Angolense ou Noticia varia e historica da)

Lata — 41. Ms — 772.

578 — Monarquia Lusitana (Anacephaleoses da) — pelo Dr. Manoel Bocerro Frances.

Lata — 118. Ms — 2068.

579 — Monarquia Portugueza — Decreto das Côrtes Geraes e Constituições que fixa as Bases da Constituição Política da Paço das Cortes, 8 de março de 1821. (Na Imprensa Regia).

Lata — 2. Ms — 27 n° 15.

580 — Mosteiro da Santissima Trindade de Lisboa (Inventario do) (Epoca illegivel)

Lata 54. Ms — 1055.

581 — Nação Portugueza (Manifesto da) aos soberanos e povos da Europa. Reimpresso no Rio de Janeiro, na Real Typographia, 1821.

Lata — 2. Ms — 27 n° 4.

582 — Narração dos factos acontecidos na cidade e capitania de Moçambique desde Junho de 1814 até o fim de Dezembro de 1822.

Lata — 28. Ms — 592.

583 — Navegação — Resumo das leis sobre commercio Direitos de Moçambique, e Costa Oriental da Africa.

Lata — 73. Ms — 1371.

584 — Navegação da China (Principais ramos de Commercio da) e Direito de Macaó. pg. 33.

Lata — 105. Ms — 1739.

585 — Navegação e direitos. Commercio, entre Portugal e Dominios Portuguezes além do Cabo da Boa Esperança. (Resumo de regulamentos ou regras geraes que regulão o)

Lata — 72. Ms — 1370.

586 — Navegação do Reino de Portugal, (Consultas da Real Junta de Commercio, agricultura, fabricas e), sobre pescarias etc.

Lata — 98. Ms — 1620.

587 — Navios mercantes — Notas sobre a matricula e visita dos em Portugal por Manoel José Maria da Costa e Sá. 17-5-1820.

Lata — 29. Ms — 601.

588 — Navios da armada portugueza (Regimentos, diversos para os) (1736-1825).

Lata — 122. Ms — 2135.

589 — Necessidades do reino do Congo em relação aos negocios religiosos.

Lata — 29. Ms — 593.

590 — Negocios do reino de Angola — Varios officios sobre 1797 a 1828.

Lata — 82. Ms — 1463.

591 — Neutralidade de Portugal (Papel particular expondo a conveniencia da em relação à Inglaterra e a França.

Lata — 42. Ms — 799.

592 — Nobiliarquia Portugueza (Appellidos da)
Fazenda de Ubã — 23 de abril de 1859. *Coll. Instituto.*

Lata — 344. Ms — 26.

593 — Noções para se proceder o Recenseamento geral da Divida portugueza em 1825.

Lata — 123. Ms — 2165.

594 — Noções sobre o commercio das ilhas de São Thomé e Principe, seu estado presente e meios de aumentar.

Lata — 29. Ms — 594.

595 — Noronha (Garcia de) — Cartas do Capitão-mor e vice-rei da India dadas a em 1538.

Lata — 100. Ms — 1641.

596 — Nota sobre a matricula e visita dos navios mercantes em Portugal, por Manoel José Maria da Costa e Sá — 17 de maio de 1820.

Lata — 29. Ms — 601.

597 — Notas corograficas do Reino do Algarve.

Lata — 21 Ms — 458.

598 — Notas sobre a ilha do Principe, por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 191. Ms — 4867.

599 — Noticias politicas da India. 1784-1789.

Lata — 31. Ms — 634.

560 — Noticias do prezidio de Novo Redondo do reino de Angola — 1797.

Lata — 31. Ms — 631.

561 — Obras públicas (Officio do governador de Goa, sobre a agricultura, impostos e ...) com vários documentos anexos.

Lata — 86. Ms — 1.488.

562 — Officio e documentos sobre a fortaleza de Dio na Asia — 1826.

Lata — 87. Ms — 1.494.

563 — Officio sobre os socorros á ilha de Timor acompanhado de varios documentos — 1820.

Lata — 88. Ms — 1.500.

564 — Officio do Vice-rei da India contendo varias noticias — 1825.

Lata — 87. Ms — 1.491.

565 — Officios e outros documentos relativos ao governo de Mossambique — 1786 a 1831.

Lata — 88. Ms — 1.502.

566 — Officios sobre negocios de Angola — 1797 a 1828.

Lata — 82. Ms — 1.463.

567 — Officios e varios outros documentos relativos aos negocios da administração publica da India — 1794 a 1824.

Lata — 88. Ms — 1.503.

568 — Orçamento da Marinha portugueza (Exame do) com documento.

Lata — 39. Ms — 752.

569 — Orçamento da receita de Portugal e Colonias para o anno de 1778 com o effectuado em 1776.

Lata — 42. Ms — 791.

570 — Ordenanças da Marinha Portugueza (Papeis colligidos para a confecção das ... (Memorias e documentos).

Lata — 30. Ms — 618, 619, 620.

571 — Ordenanças da Marinha real portugueza — Papeis colligidos para a confecção das ...

Lata — 87. Ms — 1.497.

572 — Papeis relativos á administração publica da India — 1792 a 1833.

Lata — 52. Ms — 1.022.

- ... da Índia e da África portugueza.
Ils — 108.
- ... da capitania das ilhas de Cabo Verde,
... de uma companhia e instrucções sobre
...
Ils — 1.023.
- ... das ilhas de Cabo Verde.
Ils — 621.
- ... da marinha portugueza — 1822 a 1829.
Ils — 1.024.
- ... Discurso politico do padre Antonio
... *Coll. Marquez de Olinda.*
Ils — 6.270.
- ... expondo a Conveniencia da neutra-
... a Inglaterra e á França.
Ils — 799.
- ... de remediar as desordens da real
...
Ils — 2.244.
- ... de Lisboa (Discurso do Cardeal ...) sobre
... Santissima Virgem.
Ils — 974.
- ... — Officios sobre o ... de ... de
... França e Costella e ataque dos
... Grosso (1763).
Ils — 1.868.
- ... sobre pescarias em Portugal.
Ils — 1.394.
- ... economico sobre a agricultura,
... Bel. José Viegas
Ils — 584.
- ... da real junta de comercio, agri-
... do reino de Portugal sobre ... e
Ils — 1.620.
- ... Antonio Vicira ao Tribunal de Santo
Ils — 654.

586 — Petição e documentos sobre contrato dos direitos dos escravos, em Angola — 1771.

Lata — 74. Ms — 1.391.

587 — Plantas da inquisição da cidade de Lisboa com declaração das suas traças. (Da bibl. do Sr. Ed. Prado).

Off. do Sr. Eug. Ego. *Col. do Instituto*.

Lata — 219. Ms — 6.462.

588 — Poder judiciario de Portugal (Justiças territoriais de ... divisão judiciaria por provincias).

Lata — 38. Ms — 737.

589 — Pombal (Epitaphio do Marquez de ...) atribuido ao Marquez de Alorna.

Lata — 47. Ms — 906.

590 — Pombal (Marquez de) — Carta ao mesmo por seu filho Henrique — 1777.

Lata — 14. Ms — 301.

591 — Pombal (Marquez de) — Carta a seu filho Henrique — 1777.

Lata — 14. Ms — 301.

592 — Pombal (Marquez de) — (Cartas anonimas escritas de Lisboa ao ...) e respostas ás ditas cartas — 1777 (17 cartas).

Lata — 12. Ms — 280.

593 — Pombal (Marquez de) — Cartas escritas pelo ... sobre o estado passado e presente do Reino de Portugal e «Compendio historico» do Juizo que fez das mesmas cartas (17 cartas em 1 vol.) — 1777-1778. (Da bibl. de Ed. Prado — Of. de Eugenio Ego). *Col. Instituto*.

Lata — 352. Ms — 3.

594 — Pombal (Marquez de) — Cartas (7) ineditas offerecidas ao Instituto Histórico pelo Sr. Carlos Guinle (1740 a 1775). *Col. Instituto*.

Lata — 460. Ms — 12.

595 — Pombal (Marquez de) — Compendio Histórico Analitico do juizo que tenho formado das 17 cartas continuadas na coleção estampada no anno próximo passado de 1777 em Londres... Pombal — 1778.

Lata — 13. Ms — 299 e 300.

Lata — 14. Ms — 301.

596 — Pombal (Marquez de) — Elogio do Marquez de Pombal por Manoel Coelho de Carvalho.

Lata — 47. Ms — 915.

597 — Porto — Reflexões sobre o foral da cidade do ...

Lata — 106. Ms — 1.757.

598 — Portos (Ilha de São Thomé) — Relação dos ... e de todas as praias á roda della.

Lata — 106. Ms — 1.760.

599 — Portugal — Abril de 1824 em ...

Lata — 35. Ms — 702.

600 — Portugal — Breves considerações sobre os pontos terceiro e quarto da dissertação histórica e geográfica sobre o meridiano de demarcação entre os dominios de Hespanha e ...

Lata — 11. Ms — 255.

601 — Portugal — Carta ao chefe da Divisão e comandante da esquadra da America, Donald de Campbell, sobre a paz entre as côrtes de ... e Hespanha.

Lata — 53. Ms — 1.028.

602 — Portugal — Carta de Francisco Innocencio de Souza Coutinho ao Conde de Floridablanca, sobre restituições mutuas das posses de ... e Espanha na America do Sul, etc. 2 de maio de 1779. *Col. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 25.

603 — Portugal — Cartas (12) copias de Principal Souza dirigidas a S.A.R., no Brasil, dando noticias da invasão dos franceses na peninsula (1813). *Col. Instituto.*

Lata — 395. Ms — 36.

604 — Portugal — Cartas escritas pelo Marquez de Pombal, sobre o estado passado e presente do Reino de ... e «Compendio Historico» do Juizo que faz das mesmas cartas (17 cartas em 1 vol.) 1777-1778. (Da bibl. de Ed. Prado — Of. de Eugenio Egos). *Col. Instituto.*

Lata — 352. Ms — 3.

605 — Portugal — Coleção das melhores poesias, não impressas, dos poetas que floresceram em ... juntos por A.C.B.U. em Lisboa, 1767.

Lata — 176. Ms — 4.109.

606 — Portugal — Condições para o estabelecimento de uma sociedade mercantil para expedição e venda de mercadorias no reino de ..., Bahia e Rio de Janeiro — 1776.

Lata — 14. Ms — 314.

607 — Portugal — Considerações sobre o estado de Portugal e do Brasil desde a sahida d'El-Rei de Lisboa em 1807 até o pre-

sente. Indicando algumas providencias para a consolidação do Reino-Unido. Londres — 4-6-1822.

Lata — 15. Ms — 321.

608 — Portugal — Convenção Adicional ao Tratado de 22 janeiro de 1815 entre ... Brasil e Algarve e El Rei da Gran Bretanha e Irlanda. 28 de julho de 1817.

Lata — 413. Ms — 69.

609 — Portugal — Convenção consular entre o Brasil e ... celebrada em 4 de abril de 1863.

Lata — 323. Ms — 15.930.

610 — Portugal — Cópia de um Officio do Embaixador de ... ao Conde de Floridablanca, para o restabelecimento de marcos de divisa na Fronteira de Galicia. S/D. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 30.

611 — Portugal — Decadencia de ... Esboço historico de Cametá e do Tocantins, pelo Professor R.J.M. 31 de maio de 1885.

Lata — 400. Ms — 4.

612 — Portugal (Decreto de S. M. Imperial, chamando ás armas todos os brasileiros inclusive os que já tenham servido, em face da ameaça de perturbação da ordem interna, por parte de ...) sobre motivos da Independencia. 1824.

Lata — 103. Ms — 1.677.

613 — Portugal — Discurso e memorias diversas sobre a marinha e navegação de ... por Manoel José Maria da Costa e Sá. Arch.

Lata — 7. Ms — 140.

614 — Portugal (Duas petições dirigidas de Macao ao Rei de ...) — 1825.

Lata — 75. Ms — 1.401.

615 — Portugal — Estado do commercio de ... com os Estados Unidos da America Septentrional, nos annos de 1810 a 1811.

Lata — 49. Ms — 948.

616 — Portugal — Estado presente do reino de ... em o anno de 1766. Traduzido do francez em 1786.

Lata — 47. Ms — 920.

617 — Portugal — Exposição synoptica do Systema Geral da Fazenda Publica em ... adicionada com algumas observações explicativas, pelo Cons^o Agostinho Albano da Silveira Pinto. Lisboa — maio de 1847.

Lata — 324. Ms — 9.

618 — Portugal — Extrato de uma carta de Donald Campbell (1779), sobre a maior vantagem de uma aliança de ... com a Inglaterra do que com a Espanha, etc. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 24.

619 — Portugal — Historia dos trabalhos e inquietações da ordem da Santissima Trindade de ... (truncada).

Lata — 41. Ms — 776.

620 — Portugal — Hostilidades e insultos praticados pelo governador de Buenos Aires pelos corsarios espanhões no Rio da Prata contra o pavilhão e vassallos da coroa de ...

Lata — 26. Ms — 548.

621 — Portugal — Infantes de ... Desposorios. Relação dos magnificos carros que se fizeram de arquitetura, perspectiva e fogos, os quais se executaram nas festas dos ... na cidade do Rio de Janeiro em 2 de fevereiro de 1786 por Antonio Francisco Soares (com desenhos).

Lata — 51. Ms — 1.066.

622 — Portugal — Memoria diplomatica dando parecer para que se consiga os tratados de Vienna (1777-1778) delimitando o Dominio de ... ao Norte do Brasil. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 33.

623 — Portugal — Minuta de uma informação do ministro brasileiro em Lisboa dirigida ao governo imperial sobre as relações commerciaes de ... com o Brasil.

Lata — 62. Ms — 1.172.

624 — Portugal — Nota brevissima relativa ao commercio e politica de Tunis para servir de esclarecimento ás negociações de ... com a mesma regencia. Por Manuel da Costa e Sá.

Lata — 29. Ms — 596.

625 — Portugal — Nota sobre a matricula da visita dos navios mercantes em ...

Lata — 29. Ms — 601.

626 — Portugal (Noticias de).

Lata — 30. Ms — 613.

627 — Portugal (Officios sobre o tratado de paz de ...) com a Gran Bretanha, França e Castella e ataque dos Castelhanos na fronteira de Mato Grosso. 1765.

Lata — 110. Ms — 1.868.

628 — Portugal — «O primeiro auto de fé do Brasil» (por Vilhena Barbosa. S/D. — Contém texto de uma obra intitulada «Uma Prophecia» sem assinatura. (Cópia manuscrita).

Lata — 351. Ms — 15.

629 — Portugal — (Papeis varios de ...)

Lata — 74. Ms — 112.

630 — Portugal — Parecer de ... (Brasil. Rio de Janeiro — 20 de novembro de ... Instituto).

Lata — 350. Ms — 81.

631 — Portugal — Paz entre ... e ... (Instituto).

Lata — 416. Ms — 4.

632 — Portugal — Pecúlio das ... ano de 1500, em que foi descoberto o ... em que houve a ultima guerra do ... (Limites e demarcações entre a coroa de Portugal e ...)

Lata — 43. Ms — 314.

633 — Portugal — (Petição e planos de ... de obras pias em ...).

Lata — 52. Ms — 122.

634 — Portugal — Projeto de ... do Conselho de marinha de ... (1823).

Lata — 123. Ms — 2116.

635 — Portugal — Proposta a ... varia das terras da Conquista de ...

Lata — 45. Ms — 377.

636 — Portugal — Projetos (2) de ... e ... constando um de 6 artigos assinados pelo interino Alexandre Affonso de Carvalho.

Lata — 382. Ms — 4.

637 — Portugal — Refutação ao ... com o Brasil nos anos de 1816 a 1817. Silva Porto & Cia. 1822. (22,5 x 14,2, ...)

Lata — 431. Ms — 8.

638 — Portugal — Reparos ao ... Mello, proferido no Congresso de ... 1816, na parte que se refere a ...

Lata — 439. Ms — 17.

639 — Portugal — Repertorio Geral, das Leis Extravagantes do Reino de ... pelo Desembargador Manoel Fernandes Thomaz. (1845) (Folhas avulsas). Coimbra.

Lata — 329. Ms — 14.

640 — Portugal — Resposta de Leopoldo Manoel de Moraes por ocasião do pedido de paz de ... aos holandezes. (Biblioteca Nacional de Lisboa. Codice ms. N° 1.551, de fls. 59 a 64).

Lata — 438. Ms — 21.

641 — Portugal — Situação da marinha de guerra de ... e seus dominios. Minutas de Decretos, Alvarás e outros. Palacio Nossa Senhora da Ajuda. 1757-1764.

Lata — 454. Ms — 11.

642 — Portugal — Tratado sobre a procedencia do Reino de ... ao Reino de Napoles, composto por Frei Bernardo de Braga. Porto, 1843. (Col. Instituto).

Lata — 418. Ms — 8.

643 — Portugal (Antiguidades de) — Dictionarios das antiguidades de Portugal para servir á intelligencia da historia antiga deste reino. 1º vol.

Lata — 46. Mss — 901 a 903.

644 — Portugal (Armas do Reino de) (Gravado) Pág. 13. (Col. Boulanger).

Lata — 182. Ms — 4.498.

645 — Portugal e Brasil. Datas historicas sobre os acontecimentos de ... desde 1777 a 1852. (Col. Marquez de Olinda).

Lata — 217. Ms — 6.311.

646 — Portugal e Brasil (Estudos Historicos sobre ...) pelo Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia (18 estudos). (Col. Desembargador Souza Pitanga).

Lata — 311. Ms — 15.325.

647 — Portugal (Cartas dos ministros residentes de Portugal e minutas de officios de D. João de Almeida depois Conde das Galveas).

Lata — 77. Ms — 1.407.

648 — Portugal — Cartas e despachos a D. José Maria de Souza, embaixador em ... (1801 a 1802).

Lata — 93. Ms — 1.585.

649 — Portugal — (9) Cartas do Principal de Souza ao Principe Regente no Brazil sobre os acontecimentos em 1815. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 38.

650 — Portugal e Castella. (Tratado de Paz assinado em Utrecht em 6 de fevereiro de 1715 entre ...).

Lata — 77. Ms — 1.420 nº 5.

651 — Portugal — Chants Sur ... l'invasion française en ...

Lata — 118. Ms — 2.077.

652 — Portugal (Ciencias naturais) — Causas da não prosperidade das ..., por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 191. Ms — 4.850.

653 — Portugal (Circunstancias politicas de) — Consideração do Velho Liberal sobre o resultado das ... 1820-21. (Col. Marquez de Olinda).

Lata — 208. Ms — 5.617.

654 — Portugal (Comercio e navegação) — Projetos de um alvará para favorecer o .. e a ... de porto a porto (1787).

Lata — 106. Ms — 1.746.

655 — Portugal — Cópia da correspondencia dos Governadores de ... sobre o presente do Duque de Wellington. (1816).

Lata — 117. Ms — 2.045.

656 — Portugal (Coroa de) — Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela ..., por Alexandre Rodrigues Ferreira. Pará, 24 de abril de 1792. (Col. Alexandre Rodrigues Ferreira).

Lata — 195. Ms — 5.140.

657 — Portugal (Correspondencia diplomatica) sobre os negocios de ... com a França no ano de 1803.

Lata — 96. Ms — 1.610.

658 — Portugal — Documentos relativos ao tratado de commercio de 1787 entre ... e a Inglaterra.

Lata — 78. Ms — 1.424.

659 — Portugal — Duas cartas de D. Luiz da Cunha com reflexões sobre a governação do Reino de ...

Lata — 50. Ms — 985.

660 — Portugal — Embaixador de Portugal. (Pedaço de um livro copiador do ...) D. Luiz da Cunha, na côrte de Paris. 1725.

Lata — 52. Ms — 1.019.

661 — Portugal (Esboço de uma administração de finanças para o reino de ...)

Lata — 48. Ms — 942.

662 — Portugal e Espanha — Cartas (5) de Francisco Innocencio de Souza Coutinho ao Conde de Floridablanca, sobre assuntos diplomaticos entre ... (1877-1878).

Lata — 395. Ms — 1.

663 — Portugal e Espanha — Officio dirigido ao Conde de Floridablanca a respeito de restituições determinadas pelo Tratado preliminar entre ... datado de Aranjuez — 12 de maio de 1777. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 34.

664 — Portugal e Espanha — Officio de Joseph de Galvez ao Vice-Rei D. Juan Joseph de Vertiz, sobre restituição mutua entre ... na America. Santo Ildefonso — 3 de setembro de 1778. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 20.

665 — Portugal e Espanha (Parte truncada do Tratado de Comercio (?) entre ...). (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 13.

666 — Portugal e Espanha — Quatro documentos (copias) do Conde de Floridablanca ao Embaixador portuguez D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho sobre questões de limites entre as possessões portuguezas e espanholas na America. (1778-79). (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 22.

667 — Portugal e Espanha — Rascunhos citando cláusulas do Tratado de Limites entre ... (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 17.

668 — Portugal e Espanha — Rascunho do Embaixador Portuguez na Côrte de Espanha. Reflexões no tempo d'Espanha. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 21.

669 — Portugal e Espanha — Tratado de comercio entre ... Cadiz — 7 de abril de 1810.

Lata — 395. Ms — 26.

670 — Portugal e estados do Brasil (Fiscatura-Mor e Cirurgia-Mor do reino de ...), pelo Dr. Eduardo de Abreu.

Lata — 41. Ms — 771.

671 — Portugal — Estatutos la Sociedade Arcadia de Lisboa destinada a restaurar o conhecimento das Belas letras em ...

Lata — 79. Ms — 1.428.

672 — Portugal — Extractos dos officios e despachos do Ministro plenipotenciario de ... em Londres em 1793 e 1794.

Lata — 78. Ms — 1.422.

673 — Portugal — Estribeiro-Mor e outros officios môres da Casa Real de ...

Lata — 39. Ms — 747.

674 — Portugal (Exposição sobre o estado politico e commercial do reino de ...).

Lata — 39. Ms — 755.

675 — Portugal — Fragmento de uma carta ao Rei de ... sobre negocios do Brasil.

Lata — 61. Ms — 1.162.

676 — Portugal e França — Discurso sobre a união de ... S/D. (Col. Marquez de Olinda).

Lata — 210. Ms — 5.693.

677 — Portugal — Genealogia da Casa de ... por Francisco Felix Carneiro Souto Maior. 1843.

Lata — 16. Ms 352.

678 — Portugal e Inglaterra — Projet d'un traité de Commerce entre San Stesse Royale et de Prince Regent de Portugal et La Magesté Britannique. (Tratado de 1810).

Lata — 69. Ms — 1.293.

679 — Portugal e Inglaterra (Tratado de 1810) — Consulta sobre a revisão do ... entre ...

Lata — 95. Ms — 1.605.

680 — Portugal (Invasão dos Franceses) Cartas (11) em inglez. Proposta do Bispo do Porto a Sir A. Wellesley.

Lata — 396. Ms — 11.

681 — Portugal (Invasão dos Francêses) Cartas (3) de José (?) quando substituiu Principal de Souza no lugar de membro da Junta dos Governadores do Reino. (1811-1817). (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 16.

682 — Portugal (Invasão dos Francêses em ...) Cartas (38) de Principal de Souza a M. Villiers — 1809-1810. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 11.

683 — Portugal e Inglaterra (Reflexões relativas ao Comercio geral e particularmente a respeito de ...).

Lata — 44. Ms — 829.

684 — Portugal (Instituição da junta do commercio de ...).
Lata — 37. Ms — 731.

685 — Portugal (Justiças territoriaes de ... divisão judiciaria por provincias).
Lata — 38. Ms — 737.

686 — Portugal — Livro de lembranças contendo notas de nascimento, casamento e obito de antigos personagens de ...
Lata — 90. Ms — 1.517.

687 — Portugal — Mappa do ferro, chumbo, estanho, cobre e carvão de pedra que entraram em ... em o anno de 1801, por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.
Lata — 191. Ms — 4.846.

688 — Portugal (Marechal Lannes embaixador em ... nos negocios com a França). 1802-1803.
Lata — 85. Ms — 1.481.

689 — Portugal — Memoria historica sobre as disciplinas que em Portugal têm feito objecto dos estudos do corpo de engenheiros ... 26 de junho de 1821.
Lata — 17. Ms — 370.

690 — Portugal (vice-rei de) — Memorias relativas aos regulares em tempo em que era ...
Lata — 28. Ms — 587.

691 — Portugal em 1822 (Du) Lisboa — 1822 — por P. Chappuis (impressos em francês). (Col. Instituto).
Lata — 432. Ms — 18.

692 — Portugal (Minutas de officios na maior parte autographos de D. João de Almeida, embaixador de ...) na Holanda. (Col. Instituto).
Lata — 401. Ms — 1.

693 — Portugal (Negociações na Holanda sobre os socorros que pede ...) em virtude dos Tratados, na guerra em que se acha com a França e a Hespanha. 1762.
Lata — 85. Ms — 1.480.

694 — Portugal — Notas sobre o movimento aduaneiro do Porto em 1789 (de 1782-1789) por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.
Lata — 192. Ms — 4.953.

695 — Portugal (Notas sobre) por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.
Lata — 192. Ms — 4.952.

696 — Portugal (Officio dirigido ao Conde de Rezende, Dom José de Castro em 21 de maio de 1795, a respeito das novas tentativas de D. Pedro de Mello, Governador da Provincia do Paraguai nos terrenos cedidos á ...) sobre a margem oriental do rio Paraguai.

697 — Portugal (Officios do Enviado extraordinario de ...) junto á Santa Sé, em 1814 sobre o restabelecimento dos jesuitas, regresso do Papa a Roma, etc.

Lata — 109. Ms — 1.856.

698 — Portugal (Orçamento da receita de ... e colonias para o anno de 1778 com o effectuado em 1776.

Lata — 42. Ms — 791.

699 — Portugal — Papel particular expondo a conveniencia da neutralidade de ... em relação á Inglaterra e á França.

Lata — 42. Ms — 799.

700 — Portugal (Parecer sobre a conservação em Lisboa e no Porto, depois da restauração de ...), pelo Conde das Galveas. 1808.

Lata — 105. Ms — 1.736.

701 — Portugal (Plano de Governo) Secretissimo que deve adotar-se nas actuaes criticas circumstanciaes do Brazão d'Estado. 1800. Pág. 37.

Lata — 105. Ms — 1.739.

702 — Portugal — Cartas (4) de Principal Souza a D. João VI no Brasil dando parte dos acontecimentos em Portugal — 1817. (Col. Instituto).

Lata — 396. Ms — 3.

703 — Portugal — Cartas (4) de Principal de Souza ao Principe Regente, depois D. João VI no Brasil, sobre os acontecimentos em ...). 1816. (Col. Instituto).

Lata — 396. Ms — 1.

704 — Portugal — Cartas (4) de Principal de Souza a Dom João VI no Brasil dando parte dos acontecimentos em Portugal — 1817. (Col. Instituto).

Lata — 396. Ms — 3.

705 — Portugal (Principe regente de) — Decreto de 26 de novembro de 1807, expedido do palacio da Ajuda, em que o ... nomeia os governadores e dá instruções quando retirou-se para o Brasil. (Off. do Sr. Edmundo de Miranda Jordão) (1923). (Col. Instituto).

Lata — 221. Ms — 6.515.

706 — Portugal (Príncipe regente de) — Londres, outubro de 1807 — Reflexões sobre a conducta do ... e copia de uma carta do almirante Sydney Smith ao general Junot sobre a guerra entre a Inglaterra e a França. Arch. José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 192. Ms — 4.978.

707 — Portugal (Privilegios britannicos em ...) (1734).

Lata — 45. Ms — 886.

708 — Portugal — Quesitos sobre o Arsenal de Marinha de ... (1822).

Lata — 51. Ms — 1.015.

709 — Portugal (Rainha de) — Tratado de paz entre a Republica Franceza e a ... — 1797.

Lata — 175. Ms — 4.057.

710 — Portugal — Reflexões a respeito das Minas de (1825).

Lata — 106. Ms — 1.755.

711 — Portugal (Regresso de S. A. para ...) — representações da deputação de Minas Geraes sobre o ... e formação dos governos das provincias. (Col. Marechal Andréa).

Lata — 194. Ms — 5.115.

712 — Portugal — Regulamentos ou regras geraes que regulam o Comercio, Navegação e Direitos, entre ... e dominios Portuguezes além do cabo da Boa Esperança.

Lata — 72. Ms — 1.370.

713 — Portugal — Relação das provincias do reino do Brasil, das ilhas do oceano Atlantico e dos territorios da Africa Ocidental e Oriental e da Asia, que atualmente são considerados pertencentes á nação portugueza e além mar. Em 21 de julho de 1821.

Lata — 69. Ms — 1.303.

714 — Portugal — Relação sobre a edificação de um mosteiro em ...

Lata — 51. Ms — 999.

715 — Portugal — Representação que fizeram os povos de ... juntos em cartas contra a Companhia do Brasil.

Lata — 69. Ms — 1.314.

716 — Portugal — Requerimentos ao Vice-rei de ... pedindo nomeação para empregos. (1830-1831).

Lata — 83. Ms — 1.465.

717 — Portugal (Restauração de) — Varias datas chronologicas desde El-Rei D. João III até a ... tiradas das relações da Livraria, por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 191. Ms — 4.921.

718 — Portugal (Rezumo do Commercio do reino de ...) com a Gran Bretanha e Irlanda nos annos de 1784 e 1785.

Lata — 88. Ms — 1.269.

719 — Portugal (Senatus-Consulto que a Vereação de Sero-lico bebado mandou ao Conselho de ...) em Madrid sobre os Negocios da Guerra, em o anno de 1623. Decreto de 4 de abril de 1863. (Manuscrito de Feliciano Nunes Pires).

Lata — 3. Ms — 44.

720 — Portugal (Socorros para), por José Bonifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.

Lata — 191. Ms — 4.922.

721 — Portugal. (Brasil. Balanço Geral do Comercio do Reino de ...) com os seus dominios, em o anno de 1796.

Lata — 98. Ms — 1.627.

722 — Portugal (Ministro de) Tratado de comercio — Nota contendo 7 artigos sobre esse Tratado ; dirigido por Dom Eugenio de Bardaxi e Azara ao ... 18 de abril de 1810. (Col. Instituto).

Lata — 395. Ms — 28.

723 — Portugal (Tratado do Brasil em ...) Moeda Falsa — Projecto de Convenção Especial — Carta de Limpo de Abreu e Antonio Peregrino Maciel Monteiro — Anexo ao Aviso reservado de 1855 assinado : Maciel Monteiro e Visc. de Alhogma. (Col. Senador Nabuco).

Lata — 376. Ms — 1.

724 — Portugal (Tratado sobre a precedencia do Reino de ...) ao Reino de Napoles composto por Frei Bernardo de Braga — copiado de um Ms na Torre de Tombo. Porto — 1843. (Col. Instituto).

Lata — 418. Ms — 8.

725 — Portugal (D. Fernando José) Correspondencia de ... para o Visconde de Anadia. (1801 a 1803).

Lata — 117. Ms — 2.054.

726 — Portuguezes (Manifesto da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino aos ...) (reimpresso no Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1821).

Lata — 2. Ms — 27 nº 3.

727 — Possessões da Coroa de Portugal. (Compendio Historico das ...) nos mares e continentes d'Africa Oriental e Occidental, por Raymundo José da Cunha Mattos.

Lata — 14. Ms — 302.

728 — Possessões portuguezas n'Africa. (Parecer da Real Junta de Comércio das ...) depois da Independencia do Brazil.

Lata — 74. Ms — 1.393.

729 — Potencias barbarescas — (Documentos sobre o commercio portuguez com as ... 1793.

Lata — 77. Ms — 1.410.

730 — Povoadores Portuguezes. População do Brasil relativamente á origem e influencia dos primeiros ... nos costumes nacionais por José Silvestre Rebello.

Lata — 44. Ms — 860.

731 — Praias (Ilha de São Thomé) Relação das ... e de todos os portos ... á roda della.

Lata — 106. Ms — 1.760.

732 — Prezídios de Massangano (Mappa relativo ao estado dos ...) em 1799 por José Rodrigues Vas. cap. mor.

Lata — 77. Ms. — 1.416.

733 — Prezídios de Massangano do reino de Angola. Noticias dos ... 1797.

Lata — 31. Ms — 629.

734 — Prezidio de Muxima do reino de Angola. Noticias do ... 1797.

Lata — 31. Ms — 630.

735 — Prezidio de Novo Redondo do reino de Angola. Noticias do ... 1797.

Lata — 31. Ms — 631.

736 — Prezidio das Pedras de Encoge do reino de Angola. Noticias do ... 11 de outubro de 1797.

Lata — 31. Ms — 632.

737 — Prezidio das Pedras de Pungo-Andongo do reino de Angola. Noticia do ... 1797.

Lata — 29. Ms — 604.

738 — Prezidio de Ambaca, do reino de Angola, por Joaquim José da Silva. Noticias do ... 1797.

Lata — 32. Ms — 641.

739 — Prezidio de Caconde em Bengala. Noticias do ...
Lata — 31. Ms — 628.

740 — Prezidio de Cambambe — Noticias do ... do reino de
Angola. 1797.
Lata — 31. Ms — 627.

741 — Prezidios de Angola — Noticias do prezidio de Mas-
sangano do reino de Angola — 1797, etc. Idem. Lata — 31. Ms
627 a 632.
Lata — 31. Ms — 629.

742 — Principe (Ilha do). Extracto de nove cartas do bispo
de ... e São Thomé e mais Senhores do governo da mesma ilha.
(1798).
Lata — 40. Ms — 761.

743 — Principe (Ilha do) — Notas sobre a ..., por José Bo-
nifacio de Andrada e Silva, o Patriarcha.
Lata — 191. Ms — 4.867.

744 — Projetos de estatutos e regulamento para a Companhia
de Guiné, por Antonio Maria Carneiro. (1838).
Lata — 106. Ms — 1.747.

745 — Receita — Cofre do estado da ... no anno de 1809
da India.
Lata — 94. Ms — 1596.

746 — Recenseamento geral da divida portugueza em 1825
(Noções para se proceder ao ...).
Lata — 123. Ms — 2.165.

747 — Recepção do Marquez de Pombal na cidade de Coim-
bra em 22 de setembro de 1772.
Lata — 44. Ms — 832.

748 — Reflexões relativas ao Commercio em Geral e parti-
cularmente a respeito de Portugal e Inglaterra.
Lata — 44. Ms — 829.

749 — Reflexões a respeito das minas de Portugal (1825).
Lata — 106. Ms — 1.755.

750 — Reflexões sobre o farol da cidade do Porto.
Lata — 106. Ms — 1.757.

751 — Reforma dos titulos do Conselho e Patentes. Decreto
de 20 de março de 1824.
Lata — 103. Ms — 1.688.

752 — Regimento do governador da ilha de São Thomé dado em 1794 e outros documentos relativos às ilhas de Cabo Verde, Guiné e Moçambique, de 1804 a 1833.

Lata — 83. Ms — 1.466.

753 — Regimento dos governadores do reino de Angola feito em 1666.

Lata — 83. Ms — 1.469.

754 — Regimentos diversos para os navios da Armada Portuguesa. (1736-1825).

Lata — 122. Ms — 2.136.

755 — Reino de Angola — Regimento dos governadores do ... feito em 1666.

Lata — 83. Ms — 1.469.

756 — Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kiay Chiri Broucom, Senhor dos dilatadissimos Sertões de Guiné.

Lata — 106. Ms — 1.759.

757 — Relação dos escravos exportados do reino de Angola e importancia dos direitos cobrados depois dos alvarás de 11 e 25 de janeiro de 1759 — 11 a 25 de janeiro.

Lata — 106. Ms — 1.765.

758 — Relação do estado actual da prelazia de Moçambique (1809).

Lata — 106. Ms — 1.763.

759 — Relação do estado de Timor e das cousas que nelle se passaram desde o anno de 1762 até o de 1769.

Lata — 106. Ms — 1.764.

760 — Relação do estrago succedido na noite de 9 de outubro de 1803 na cidade de Funchal, ilha da Madeira (1803).

Lata — 44. Ms — 837.

761 — Relação dos factos mais notaveis acontecidos na Côrte, e Reyno de Portugal desde que o Senhor Rey D. José 1º de Sandoza memoria foi atacado da ultima enfermidade athé a morte do Marquez de Pombal.

Lata — 66. Ms — 1.204.

762 — Relação da ilha de São Thomé e de todas as praias e portos á roda della.

Lata — 106. Ms — 1.760.

763 — Representação do provedor da Casa da India sobre o deposito de couros chegados na frota do Brazil.

Lata — 168. Ms — 4.042.

764 — Restauração de Portugal — (Parecer sobre a conservação do governo interino estabelecido em Lisboa e no Porto depois da ...) pelo Conde das Galveas (1808).

Lata — 105. Ms — 1.736.

765 — Resumo do commercio do reino de Portugal com a Gran Bretanha e Islandia nos annos de 1784-1785.

Lata — 68. Ms — 1.269.

766 — Resumo das leis sobre commercio, navegação, direitos de Moçambique, e Costa Oriental de Africa.

Lata — 73. Ms — 1.371.

767 — Revisão (Tratado de 1810 — Consulta sobre a ... de ... entre Portugal e a Inglaterra.

Lata — 95. Ms — 1.605.

768 — Ribeiro (João) — Historia da Ilha de Ceylão (1685).

Lata — 24. Ms — 535.

769 — Rio Branco e seu Territorio (Descripção do ...) feita por Manuel da Gama Lobo de Almeida que explorou esse rio, as suas cachoeiras e afluentes. 1787. (Col. Manuel Barata).

Lata — 282. Ms — 14.779.

770 — Rio Grande do Sul (Apontamentos sobre a Revolução do ...) pelo Major Manoel Lourenço do Nascimento. 1835- (Col. Instituto).

Lata — 351. Ms — 13.

771 — Santo Antonio — Instituição da igreja de ... dos Portugueses em Roma.

Lata — 57. Ms — 725.

772 — São Thomé (Carta de M. dos Santos de Carvalho noticiando o apparecimento de um pirata na altura dos baixios de ...) 1819 — 21 de agosto.

Lata — 10. Ms — 208.

773 — São Tomé — Instruções para o governador das Ilhas do Príncipe e de ... em 1824.

Lata — 37. Ms — 734.

774 — São Thomé — Disputa sobre a vinda de ... ao Brasil. (Col. Marquez de Olinda).

Lata — 208. Ms — 5.589.

775 — São Thomé (ilha de) — Extracto de nove Cartas do bispo de ... e mais Senhores do governo da mesma ilha (1798).

Lata — 40. Ms — 761.

776 — São Tomé (ilha de) (Índice extrahido dos Documentos que estão na Torre do Tombo pertencentes á ...).

Lata — 80. Ms — 1.450.

777 — São Tomé — Ordens régias extrahidas dos livros de registro do governo da Ilha de ...

Lata — 87. Ms — 1.496.

778 — São Thomé (Ilha de) Papeis relativos ás ilhas de S. Tomé e Príncipe — 1538 a 1828.

Lata — 53. Ms — 1.026.

779 — São Tomé (Ilha de) Relação da ... e de todas as praias e portos á roda dela.

Lata — 106. Ms — 1.760.

780 — São Tomé (Ilha de) Relação dos portos da Ilha de ... e de todas as praias á roda dela. (Duplicata).

Lata — 106. Ms — 1.760.

781 — São Tomé — Trabalhos dos Jesuitas na Provincia de Guayrá. Invasão dos Paulistas e Tupis da dita Provincia. Emigração dos Jesuitas ... pelo Conego João Pedro Gaya. S. Tomé — 10/12/1683.

Lata — 16. Ms — 346.

782 — São Tomé e Príncipe (Ilhas de) — Noções sobre o commercio das ilhas de ... seo estado prezente e meios de o augmentar.

Lata — 29. Ms — 594.

783 — Silva (Luiz Alves de Lima e) — Carta do Visc. de S. Leopoldo em que diz que D. Pedro I attendendo ao que lhe representou o Brig^o Fran^o de Lima e Silva e aos relevantes serviços por elle prestados, etc. faz mercê a seu filho (.) do Titulo de Commдор da Ordem de S. Bento d'Aviz — 6 de novembro de 1827. (Col. Duque de Caxias).

Lata — 393. Ms — 8.

784 — Silva (Luiz Alves de Lima e) — Carta da Academia Militar do Imperio do Brasil mandada passar ao tenente coronel (.) por ter sido approvado plenamente em todas as doutrinas do Curso de Infantaria da mesma — 30 de outubro de 1838. (Col. Duque de Caxias).

Lata — 393. Ms — 12.

785 — Silva (Luiz Alves de Lima e) — Certidão de Baptismo de (.) filho legitimo de Fran^o de Lima e Silva e D. Maria Can-

dida d'Oliveira Bello — baptisado na freguezia de Inhomerim aos 25 de agosto de 1803. (Col. Duque de Caxias).

Lata — 292. Ms — 2.

786 — Silva (Luiz Alves de Lima e) — Officio do Marquez Mordomo-mor a (.) participando-lhe que S.M.I. D. Pedro II o nomeava Veador de suas Augustas Irmãs. Paço, 2 de agosto de 1840. (Col. Duque de Caxias).

Lata — 393. Ms — 15.

787 — Sousa (Francisco Gouveia de) mestre de Campo. Escripção de venda de terras do engenho Matto Grosso, na ribeira do rio Serinhaem, defronte do Engenho das Antas, que fazem o ... e sua mulher ao Capitão Commandante Manuel de Araujo Lima. 29 de novembro de 1799. (Col. Marquez de Olinda).

Lata — 210. Ms — 5.714.

788 — Terras do Cabo do Norte — Propriedade e posse das ... pela Coroa de Portugal, por Alexandre Rodrigues Ferreira. Pará, 24 de abril de 1792. (Col. Alexandre Rodrigues Ferreira).

Lata — 195. Ms — 5.140.

789 — Terras (Divisa de) — Informação de Eugenio José da Silva Teixeira sobre uma ... Arch. José Bonifacio, o Patriarcha.

Lata — 192. Ms — 5.006.

790 — Tovar (Ayres Vieira de Albuquerque) — Contrato de ... com o Presidente do E. Santo, João Lopes da Silva Couto para impressão das Ordens, officios e mais papeis da dita provincia. Vitória — Setembro de 1840. (Col. Instituto).

Lata — 349. Ms — 13.

791 — Vidal (Fortunato) — Carta autographa do Sr. Almirante ... ao Sr. Barão de Maia Monteiro agradecendo o convite que lhe dirigiu S. A. o Principe D. Pedro Augusto de Coburgo para o banquete que offerece aos Srs. Commandante e mais officiaes do encouraçado chileno Almirante Cochrane e diz que comparecerá. Ars. Marinha, 2 de novembro de 1889. (Col. Instituto).

Lata — 221. Ms — 6.504.

POVOAMENTO DA ACREÂNIA

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO

A TERRA

Antes de tratarmos da ocupação da terra, volvamos uma olhadela ao meio físico da zona mais ocidental do Brasil, na qual ia penetrar o homem do nordeste brasileiro, justamente, o que habita a parte mais oriental do país, percorrendo para tanto uma distância que, para muitos dêles, ia de cinco a seis milhares de quilômetros, afora as árduas caminhadas de dezenas de léguas no adusto sertão natal, em demanda do litoral, percursos êsses cheios de peripécias as mais angustiantes, confusas e humilhantes.

Havia marcante contraste entre as duas regiões: O sertão nordestino, de onde se originava a maioria dos emigrantes, acha-se encravado numa zona subequatorial, sujeita a chuvas escassas e irregulares, motivando um grande desequilíbrio no regime pluvio-métrico, em regra, com cêrca de seis meses e não raramente de anos consecutivos sem chuvas, dando lugar ao flagelo das sêcas que abrasa a terra e a torna inadequada à vida, ocasionando o extermínio dos rebanhos e da lavoura e o conseqüente êxodo dos seus moradores.

O revestimento florestal é dominado pelas xerófitas, um mato ralo, aberto, espinhento, entremeado de cactáceas, no meio de que se avistam algumas plantas, em cujo número se destacam o jua-zeiro e a imburana, que conservam sua folhagem mesmo durante a estiagem, salvo durante as sêcas mais rigorosas e prolongadas, num solo descontínuo e pedregoso, atingindo altitudes que variam de 200 a 600 metros, e até mesmo 800 ou mais, como acontece no maciço de Garanhuns, em Pernambuco, Catolé do Rocha e Cajazeiras, na Paraíba, regado por cursos de água sem perenidade, cujos poços desaparecem com a continuidade estival.

A amazônia-acreana, também assente numa zona subequatorial, possui um sistema de chuvas equilibrado, proporcionando duas estações distintas, como no nordeste brasileiro: a chuvosa

e a sêca, mas, sem as irregularidades observadas na segunda que, de vez em quando, a submetem a estiagens desoladoras por anos sucessivos.

A floresta é a mesma da Amazônia, sendo que na Acreânia não há campos naturais como os de Marajó, baixo Amazonas, vale do Rio Branco, Guiana brasileira, margem direita do baixo Purus, de maneira que, apesar dos campos de Palmares, no seringal Capatará, situado no município da capital do território, abertos pelos índios e conservados pelos civilizados, (1) e de outros de menores proporções nos vales do Mõa (Juruá) e do Acre, além das clareiras nas margens dos rios para fundação das sedes dos seringais, povoados e cidades, e implantação da lavoura, de currais e pastagens, a floresta acreana quase não foi afetada. (2)

A vegetação não se transmuda, quer esteja na orla fluvial, quer no interior, nas várzeas ou nos firmes, a não ser reduzida fimbria no tôpo das praias, em que se notam alguns arbustos ou arborescentes; nas variedades de palmeiras ciliares do lado das ribanceiras e nos buritizais dos lugares pantanosos que dão origem a diminutos igarapês; áreas estas que, com o verde claro de suas folhagens contrasta com o verde escuro assoberbante da ramaria do arvoredo «de troncos quase retílineos e unidos distendidos

- 1) *Estado do Acre* — (Sena Madureira), de 28 de julho de 1910, pág. 4, compreendendo doze campos, sendo que alguns contam mais de cinco quilômetros de comprimento por igual largura. (*Correio do Acre* (Xapuri), de 22 de setembro de 1912, pág. 3). Informação do seringalista e fazendeiro Guilhermino Bastos, sócio de Neutel Newton Maia, fundador do seringal Empresa, em cujo âmbito se encontra a cidade de Rio Branco.
- 2) Para Gongaga Campos a porcentagem da área da mata sobre o total do Acre, é de 100 %, ao passo que no Amazonas é de 91,8 %, descendo em Mato Grosso a 39 % e em Goiás a 28 %. (Mapa Florestal. 1912). Ainda, em 1938, diziam Pedro Moura e Alberto Wanderley que o Território, "era a única unidade da Federação que tem cento por cento de matas cobrindo a sua superfície." (*Noroeste do Acre*, 1938, pág. 9). Em 1955, o geógrafo A. Teixeira Guerra, do I.B.G.E., estudando a região, afirmava que a densidade da floresta e a pouca extensão das clareiras são confirmadas mesmo por quem viaja de avião. (*Reconhecimento Geográfico do Território*, pág. 2); acrescentando esse geógrafo que «a densa cobertura florestal constitui uma superfície praticamente continua, apenas interrompida pelos rios e por algumas poucas clareiras abertas pelo homem.» (pág. 278).

Contudo, o Conselho Nacional de Geografia, também do I.B.G.E., diz que «90 % da área do Território é coberta por densas e imensas florestas tropicais, das mais ricas do País.» (Monografia n.º 143 — *Território do Acre*, 1957). O *Correio da Manhã*, em artigo recente diz que esta área deve ser de 95% (Ediç. de 6 de setembro de 1959, cad. 6.º, pág. 14) — «Instantâneos Econômicos «Florestas», estimativa esta corroborada pelo agrônomo Pimentel Gomes» (Edição do mesmo jornal, de 27. set. cit., Cad. 6.º, pág. 4, Col. 1; «Florestas»).

pelo alto dos barrancos» (3) e até mesmo nas serranias do Jaquirana, do Môa e do Divisor (4) renascendo mais densa do que a selva derrubada, reconquista o solo de tal forma que dois lustros após a abertura da clareira, esta já não pode ser reconhecida. (5)

Suas terras são tidas como pertencentes à planície amazônica e banhadas por dois grandes rios — Juruá e Purus, que entroncam na margem direita do Solimões, numa altitude de 42 metros para a foz do primeiro (6) e de cerca de 30 metros ou menos para a do segundo ; (7) situações essas que num aclave mui suave vai se alteando pouco a pouco e após um percurso de cerca de 1.170 milhas no Purus, (8) e 1.340 no Juruá, (9) acompanhando as sinuosidades dessas extensas ribeiras, atingem a fronteira acreana na altitude de cerca de 135 metros na bacia puruense (10)

3) EUCLIDES DA CUNHA — *Relatório sobre o reconhecimento do Rio Purus*, 1904-5, págs. 66-68.

4) PEDRO MOURA, *op. cit.*, pág. 14.

5) Desembargador F. L. VIEIRA FERREIRA, ex-presidente do Tribunal de Apelação do Alto Juruá, *Relatório* de 1916; J. M. B. Castello Branco o *Juruá Federal*, in *Anais do Congresso Internacional de História da América*, 1922, vol. IX, pág. 682; Pedro Moura, *op. cit.*, pág. 113. Este engenheiro, percorrendo, em 1936, a área em que a comissão de limites Peru-Brasil, operou em 1926, diz que, apesar das largas clareiras feitas para os serviços respectivos, por aquela comissão, somente suspeitavam da proximidade dos marcos, pela abundância de velhas latas enferrujadas denunciando o local dos acampamentos em que estiveram.

6) BELARMINO DE MENDONÇA, *Relatório sobre o reconhecimento do rio Juruá*, 1904-05, pág. 4.

7) EUCLIDES DA CUNHA tratando do seu desnível, indica um mínimo de 18 metros, acrescentando que certamente a altitude dessa confluência é maior. (*A Margem da História*, 2ª edição, 1913, pág. 40). W. Chandlees dá para a foz do Mucum 110 pés (*Notas sobre o Rio Purus*, 1868, pág. 15) ou sejam 37 metros e Euclides 33 metros, distante da embocadura do Purus, 590 quilômetros (pág. 39); mas, como a sua declividade nesse trecho é insignificante (0m,015 por km), e o nível da boca do rio Madeira, a jusante da do Purus, mais de 200 milhas, fica ao redor de 20 metros, o dêste deve mediar entre 21 e 30 metros.

A altitude de Itacoatiara, um pouco abaixo da foz do Madeira, acha-se a 18 metros. (*A Manhã*, de 18 de abril de 1943, pág. 25).

8) J. A. MASÔ, *Mapa do Território do Acre* — 1907-1917.

9) AUGUSTO HILLIGES, *Mapa do Alto Juruá*, 1905, fol. 23.

10) A altitude da cidade de Sena Madureira, a poucos quilômetros da fronteira do Acre com o Estado do Amazonas, é de 135 metros, segundo vários autores (*Relatório* do Prefeito Candido Mariano de 1908, pág. 30; *Arcadia Acreana* (revista de S. Madureira), número I (outubro de 1913), pág. 11; A. Teixeira Guerra, obra cit., pág. 15).

Quanto ao ponto em que passa a linha geodésica confinante no rio Acre, sua altitude deve ser calculada entre 121 encontrados na boca

e de 198 na juruaense, (11) num desnivelamento de pouco mais de 100 metros na primeira e de menos de 150 metros na segunda.

Esta aclividade, um pouco menos acentuada, continúa no rio Juruá que, num percurso de 266 milhas do lugar Remanso (fronteira com o Estado do Amazonas) até a foz do rio Breu (limite com a república do Peru), eleva-se de 188 a 212 metros, ou apenas 24 metros, e no Purus, num trajeto de 204 milhas, do seringal Barcelona (fronteira com o Estado do Amazonas) até a boca do Chambuiaco (extrema com a referida república), alteia-se de, cêrca de 151 a 197 metros ou sejam uns 46 metros de diferença, numa proporção de maior intensidade. (12)

Nos principais contribuintes dêsses caudais, como o Tarauacá, Embira, Iaco e Acre; o desnível, dentro do território acreano, é mais pronunciado.

No primeiro dêles, a diferença de nível deve girar em tórno de 100 metros, num percurso de mais de 200 milhas, por estar a cidade de Tarauacá a 190 e a sua nascente próxima das terras altas que vão da margem esquerda do Embira às cabeceiras do rio Breu, as quais sobranceam a 300 metros. (13)

Quanto ao segundo, pertencente à mesma bacia do Juruá, a discordância pode ser mais ou menos idêntica, uma vez que a

dêste rio, (W. Chandless cit., pág. 15) e 160 metros no aeroporto da cidade de Rio Branco (A. Teixeira Guerra cit., pág. 8), e como a distância que separa êsses dois pontos é de 186 milhas sendo 106 até Caquetá (fronteira referida) (Mapa de A. Masô cit.) o nível do seu barranco poderá andar à roda de 145 metros acima do mar.

- 11) Em Cruzeiro do Sul, Antonio Teixeira Guerra encontrou de 180 a 185 metros no fundo dos vales ocupados e 200 ou mais, nos morros da cidade. (Op. cit., pág. 109). A Comissão de Limites chefiada pelo Almirante Ferreira da Silva a fixou em 188 metros.

(Relatórios do Ministro do Exterior de 1927, vol. II, anexo A, págs. 25, 51 e 65; e de 1928, vol. IV, págs. 274 e 281.

- 12) AUGUSTO HILIGES, *Mapa do Alto Juruá*, 1905, folhas 23 e 29; J. A. Masô, *Mapa* citado. Sendo de cêrca de 132 metros a altitude da foz do Iaco e de 197 a do rio Chambuiaco (Relatório do Ministro do Exterior de 1928, vol. IV, pág. 273), numa distância de 287 milhas, com um desnível de 65 metros, a altitude de Barcelona deve girar ao redor de 151 metros, por estar a 83 milhas da boca do Iaco numa proporção de 0,226, por milha.

A estimativa da altura da Boca do Iaco está baseada na da cidade de Sena Madureira, da qual dista apenas 24 quilômetros, segundo o Relatório de 1908, do Prefeito Candido Mariano, pág. 30.

As distâncias, no tocante ao rio Purus, foram extraídas do mapa de J. A. Masô referido.

- 13) A. T. GUERRA, op. cit., pág. 109; Relatório do Ministro do Exterior, de 1928, vol. IV, pág. 273.

cidade de Feijó deve ter a altura aproximada das suas congêneres Cruzeiro do Sul e Tarauacá (188 e 190 metros) e a altitude do Embira na interseção do paralelo 10.º, limite do Brasil com o Peru, é de 284 metros; (14) sendo a distância entre os dois extremos também superior a 200 milhas. (15)

No Iaco, o desnível é de 143 metros (135 em Sena Madureira e 278 na interseção do meridiano do Chambuiaco com o rio), num percurso de umas 300 milhas. (16)

Relativamente ao rio Acre, admitindo-se como exata a altura de 145 metros, ao começar êle a regar a zona federal, segundo explicamos em a nota 10 dêste trabalho, verifica-se um desnivelamento de 211 metros, por se achar a sua origem a 356 metros de altura acima do mar, (17) superior, assim, aos das ribeiras supracitadas, numa distância de 513 milhas. (18)

Contudo, de Caquetá e Yaverija, ponto em que se encontram os limites do Peru com a Bolívia, apesar do longo trajeto de 346 milhas, a desproporção é menor do que a dos vales do Tarauacá, Embira e Iaco, uma vez que não passa de uns 88 metros. (19)

Como se vê, os pontos mais baixos encontram-se na fronteira com o Estado do Amazonas e os mais altos nos limites com a República do Peru, aqui, com o máximo de 356 metros, na origem do rio Acre e ali, com um mínimo de 135 metros, na cidade de Sena Madureira, deduzindo-se do exposto que a maior depressão do Território se acha na parte inferior do vale do Iaco, pertencente à bacia do Purus, ao sul, que, por sua vez, é menos elevada do que a do Juruá, ao norte do Território.

Todavia, desviando-se o itinerante dêsses roteiros, esbarra com terrenos menos elevados do que os verificados no baixo Iaco, como se depara nas raias do Território de Rondônia com o do

14) *Relatório*, vol. e páq., cit.

15) O mapa de Masô fixa em 209 milhas a extensão entre Feijó e a foz do seu afluente Jamináua. Daí até o paralelo 10 referido ainda se contam várias milhas.

16) Masô a estima em mais de 350 milhas; mas o General Lima Figueiredo, examinando as terras e fronteiras do Território, a fixou em 521 quilômetros (*O Acre e suas possibilidades*, pág. 183), ou sejam pouco menos de 300 milhas marítimas.

17) *Relatório* do Ministro do Exterior de 1928, vol. IV, pág. 272.

18) De Caquetá a Yaverija, segundo Masô, são 346 milhas e daí à nascente do rio Acre, conforme Ferreira da Silva, são 167. (*Relatório* do Ministro do Exterior, 1927, vol. II, pág. 57).

19) Masô, *mapa* citado. A altitude de 233 metros para a localidade brasileira Paraguaçu, que fica defronte da foz do Yaverija, no rio Acre, foi extraída do *Relatório* do Ministro do Exterior de 1928, vol. IV, pág. 272.

Acre, no lugar Argélia, próximo a interseção da linha geodésica «Cunha Gomes» com o rio Abunã, para o qual assinalaram 110 metros. (20)

Isto acontece nas margens desses rios, mas, afastando-se daí e penetrando na sua hinterlândia, percorrendo-se as suas ramificações e terras em que assentam e deslisam essas correntes, notam-se altitudes bem mais salientes, passando o nívelamento de cerca de 180 a elevações acima de 250 metros, em alguns trechos da fronteira amazonense, entre os rios Acuráua, contribuinte do Tarauacá, e este; (21) nas proximidades da fronteira com a república do Peru, em que de 200, a cota altimétrica varia para 300, 400, 500 e até 600 ou mais metros, nas serras do Sungaru, Mõa e Jaquirana; (22) além de alguns pontos na rodovia que liga, a cidade de Rio Branco à vila Plácido de Castro, no médio Abunã, em que de 160 a 175 metros, nos arredores da cidade, vai pouco a pouco se erguendo até alcançar o nível de 250, a contar do quilômetro 62 ao 70, de onde baixa até cerca de 200, nos arredores da referida vila; na estrada de Cruzeiro do Sul a Mourapiranga, cotas de 220 a 240, estando o campo de aviação no segundo nível; no alto do Leprosário, em Brasília, de 250 a 260, e nas colônias Joaquim Távora e Apolônio Sales, arredores da cidade de Rio Branco, 220 metros. (23)

20) *Mapa da American Geographical Society of New York*. 1923; folha SC 19. (Acre).

Não parece fora de termo os 110 metros apontados, uma vez que as águas do Madeira a que pertence o Abunã, correm em terrenos mais rebaixados do que as do Purus, verificando-se 50 metros de altitude em Manicoré, 70 em Humaitá e 90 em Porto Velho. (*A Manhã* (Rio), n.º e pág. cit.).

21) O *Cruzeiro do Sul*, de 21, outubro de 1906; *Relatório* do engenheiro Julio Destord, de 19 julho de 1906. Este engenheiro diz ter verificado nesta zona várias colinas correndo de NE a SW, entre os dois rios, tendo a mais notável 250 metros acima do talvegue do rio. O geógrafo A. T. Guerra avistou de avião, a uns 20 ou 25 quilômetros a NO de Tarauacá, grandes ondulações do terreno. (*Op. cit.*, pág. 21).

22) P. MOURA e A. WANDERLEY, *op. cit.*, págs. 13, 14 e 131.

23) A. T. GUERRA, *op. cit.*, pág. 24, figura 19, notas 45, 36 e 8, respectivamente.

O padre Constantino Tastevin verificou na bacia do Tarauacá, uma vaga de terra elevada cortando perpendicularmente a região, entre Primavera e São Salvador no rio Tarauacá e acima de Humaitá no rio Muru, a qual, acrescenta ele, vai, provavelmente, do divisor de águas Juruá — Ucaiale, às margens do Purus, franqueando o Juruá a jusante do Amonea, passando entre o Tejo e as nascentes do Grajaú. Liberdade e Gregório, para atingir o Tarauacá. Seria, diz ele, paralela a cadeia mais importante que, partindo dos montes de Contamana (Jaquirana) separa as águas do Ucaiale e do Madre de Dios das fontes do Juruá.

Na fronteira entre o Brasil e o Peru, extensa de 1.400 quilômetros, a começar da nascente do rio Acre, sendo quase mil por terra, verifica-se que o terreno vai declinando, pouco a pouco, de 356, naquele manadeiro até chegar a 197 metros na foz do Chambuiaco, num desnivelamento superior a 150 metros, já na margem direita do rio Purus. Transposto este e continuando a divisa pelo rio Santa Rosa, o terreno sobe de 194 metros (foz desse rio) a 382 na sua origem, continuando, ora abaixo de 300, ora acima desta cota, sendo que ao aproximar-se da nascente do Breu a altitude abeira-se de 400 metros para cair a 212 na bôca deste rio. Do paralelo da foz do Breu até encontrar o divisor de águas Juruá-Ucaiale, oscila daquele número a 363: variando daí em diante de 215, na interseção do varadouro «São Benedito-Cayanya a 397 metros, nos mananciais do Ouro Preto — Shaguanya»: depois do que ultrapassa à casa dos 400, e desce para atingir 234 metros nas cabeceiras do Aquineaco (Juruá Mirim), onde o divisor mal se distingue da planície. Daí ergue-se novamente para atingir 505 metros num dos formadores da margem esquerda do mesmo Juruá Mirim. Abate-se outra vez para reduzir-se no mínimo de 192 metros na origem de um dos contribuintes do rio Môa, erguendo-se daí em diante, de maneira que, passada a serra do Divisor, atinge às culminâncias de 514, 582 e 609, dessa longa divisória, já na cumeada da serra do Jaquirana. (24)

Para se ter uma idéia mais exata do relêvo acreano, citemos algumas referências de engenheiros que estudaram a região, para fins diversos e em épocas diferentes.

Em 1906, o engenheiro Julio Destord, na sua marcha pela floresta com o fim de demarcar a linha geodésica Javari-Beni, por ocasião da quadra chuvosa, encontrou a região do «Diabinho», na bacia do Embira, inundada, represando todos os seus afluentes, andando-se nos baixos com água até a cintura e algumas vezes até os ombros, transpondo 12 igarapês num dia, para o que foi «obrigado a mandar botar pontes». E acrescentou: «Por toda a parte só se via água e era com extraordinária satisfação que se subia uma terra firme», andando-se quase todo dia dentro d'água. Isto a 9; no dia 12, continuamos a viagem nas mesmas condições, sendo o dia 14, ainda mais penoso, transpondo-se o «Araçá»

Embira e Purus; sendo, possivelmente, a última vaga dos Andes que veio rebaratar e morrer na grande planície amazônica. (*La Geographic*, Paris, jan. fev., 1926, pág. 38, «Le Haut Tarauacá.»)

Tal a ondulação de sua superfície, que alguém a achou parecida com um «mar de morros.»

- 24) *Relatório* do Ministro do Exterior de 1928, vol. IV, págs. 272 a 275; Pedro de Moura, *op. cit.*, págs. 12 a 14;

com muita dificuldade, situação esta que perdurou nos dias seguintes.

À noite de 18, todo o pessoal tremia de febre (sezões), inclusive êle demarcador, e mesmo assim, andaram o dia inteiro de baixo de chuva, com água de vez em quando até os ombros. (25)

No estio, um outro profissional da Comissão de Obras Federais do Território, o engenheiro Joaquim Nunes de Oliveira, trabalhando no levantamento topográfico para a construção de uma estrada ligando a bacia do Juruá à do Purus, disse que, num caminhamento de 3.467 metros, atravessou dois igarapés, passou por um espigão, desceu por forte rampa, subiu novo espigão bem alto e desceu até o igarapé «Paturi»; transpôs subidas alternadas em margens de igarapé, linhas de espigões, grotas secas, alcançando um largo espigão, descida suave, corta um igarapé, subindo uma pequena lombada, caindo num terreno chato, atravessa dois igarapés pequenos, em 4.166 metros de andadura.

No dia seguinte (11 de julho de 1907), continuou o levantamento topográfico da região, entre os rios Liberdade e Gregório, subindo uma colina íngreme sobre largo espigão, descendo para um córrego, com um caminhamento de 4.525 metros, margeando e subindo durante algum tempo, cruzou diversos diminutos tributários, depois do que subiu e desceu acentuadas rampas, vários espigões, alcançando um afluente do Paturi, com 7.120 metros de trajeto, entre 8,45 e 9 e meia horas da manhã.

Das 10,20 minutos às 13,15 minutos, atravessou três igarapés, uma gruta seca e um espigão, um igarapé, outro espigão, chegando ao rio Gregório, no barracão Guarani, que atravessou, margeando-o por algum tempo, subindo um espigão.

No dia 12, partiu às 6,25 minutos, atravessando logo um afluente do Gregório diversas vezes, chegando a um lugar onde encontrou largas lages de pedra, pelas 11 horas; andando nesse trajeto 13.761 metros. Daí, ora descendo, ora subindo, atravessou vários rios igarapés, alcançando o rio Forquilha. (26)

-
- 25) *O Cruzeiro do Sul*, de 21 de outubro de 1906, pág. 4; *Relatório* do referido engenheiro de 19 de julho do mesmo ano.

Na estrada aberta pela Comissão de Obras Federais do Território do Acre (1907 a 1909), entre o Juruá e o Purus, logo ao sair da margem oposta à cidade de Cruzeiro do Sul para o rio Lagoinha, numa distância de 18 quilômetros, todo o terreno alaga no tempo das chuvas. (Craveiro Costa, *O Fim da Epopéia*, Maceió, 1925, pág. 237).

- 26) *O Cruzeiro do Sul*, de 2 de abril de 1908, pág. 1; *Relatório*, do Engenheiro Joaquim Nunes de Oliveira, apresentado ao Chefe da Comissão de Obras Federais no Território do Acre, engenheiro Antonio Manoel Bueno de Andrade.

Outros documentos comprovam o assêto dêsses profissionais. Num percurso de 105 quilômetros, entre a cidade de Rio Branco e a vila Plácido de Castro, da margem direita do rio Acre à esquerda do rio Abunã, no estudo da estrada de rodagem ligando essas duas localidades, foram encontrados noventa igarapês. (27)

O comissário boliviano na delimitação da linha fronteira entre o Brasil e a Bolívia, nos anos de 1911 a 1913, Herbert A. Edwards, diz que ali só se trabalhava de maio a novembro e quando muito até dezembro, devido as condições do território acreano, que, situado no fundo da depressão amazônica, vive debaixo d'água meses inteiros. (28)

E era esta a impressão de quem viajava nos rios acreanos na estação chuvosa, não se via terra, apenas se avistavam — água e mata — surgindo alguns cabeços, as chamadas *terras firmes*, mui espaçadamente.

No rio Mõa, o maior contribuinte da margem esquerda do Juruá, dentro da região acreana, só se depara um *firme* para pouso, depois de vários dias de viagem em canoa, a montante da foz do rio Azul, ficando as suas terras marginais inteiramente inundadas na referida estação, circunstância que também se verifica no Paranã dos Mouras que somente escapa a esta alagação já nas proximidades de sua nascente; (29) sendo que além da serra do Mõa, a área dos manadeiros do rio dêste nome, já numa planície que oscila ao redor de 270 metros, é um imenso igapó. (30)

27) *Relatório* do Governador José Thomaz da Cunha Vasconcelos, de 1926, Anexo 10, mapas, «Planta do levantamento topográfico da Estrada Rio Branco — Abunã», págs. 1 a 5.

28) *A República* (Curitiba-Paraná), de 15 de setembro de 1916, pág. 1, col. 1 — *Relatório* sobre a demarcação da fronteira Brasil-Bolívia.

29) PEDRO MOURA e ALBERTO WANDERLEY, *op. cit.*, págs. 26, 73, 130 e 131.

30) Pedro Moura, *op. cit.*, págs. 13 e 131. O engenheiro do Serviço de Águas do Ministério da Agricultura, Mario da Costa Mendes que estudou a região, em 1936, referindo-se aos afluentes do Juruá acreano, diz: «Nas vasantes reduzem-se êstes rios a simples igarapês, mas nas grandes enchentes é difícil a avaliação exata das suas descargas, pois o transbordamento das margens prolonga-se por vezes a consideráveis distâncias.» (Pedro Moura *cit.*, pág. 165).

A comissão mista de reconhecimento do Rio Juruá observou, em 1905, junto à foz do Piqueiaco, sucessivas enchentes elevarem as águas cêrca de oito metros e mudaram a praia da margem direita para a esquerda do Juruá, no mês de outubro. (*Relatório* do chefe brasileiro, 1904-1905, pág. 82).

As cidades de Tarauacá, Sena Madureira e Xapuri são inundáveis, sendo a parte da de Rio Branco, capital do Território, fixada na margem direita do rio Acre, também alagável.

As terras da Amazônia, em geral, correspondem a chamada terra firme, com suas rochas formadas de folhelhos, arenitos, calcários, terras argilosas e areias inconsistentes, ao período terciário; e os depósitos recentes como a várzea e o igapó ao quaternário. (31)

Outros autores, inclusive estrangeiros, como Marbout e Gourou, corroboram este conceito; (32) mas, o geólogo brasileiro Luiz F. de Moraes Rêgo, já em 1930, admitia a existência de camadas pertencentes ao período cretáceo, da era mesozoica e mesmo gneiss e eruptivas do arqueano, na era azoica; (33) e Pedro de Moura e Alberto Wanderley, em pesquisas mais recentes, a procura de petróleo, chegaram à conclusão de que as rochas mais antigas encontradas no leito da Capanáua, contribuinte do rio Mõa, na bacia do Juruá, devem pertencer ao sistema carbonífero, cortadas por eruptivas graníticas com tipos de diferenciação: «syenite, quartzo-keratophyro, trachyto, pecksteins», da era paleozóica, possibilitando a existência de petróleo. (34)

Quanto a fósseis, Manoel Urbano da Encarnação, o desventador dos rios Acre, Iaco, Chandless e grande parte do Purus, encontrou, nos vales do Acre e Purus, esqueletos de enormes proporções conduzindo para Manaus, duas vértebras e dois dentes, jogando uma costela no rio, por que a canoa não a comportava bem. (35)

William Chandless que se lhe seguiu, recolheu pedaços de madeira inteira ou parcialmente petrificados, assim como fragmentos de ossos fósseis, acrescentando que estes são ali freqüentes; tendo sido os fósseis vertebrados descritos por Gurich e Gervais. (36)

31) FABIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, *Esboço Geológico do Brasil, 1941-1942*, in Boletim Geográfico (IBGE), n.º 3, pág. 45.

32) OLIVEIRA E LEONARDOS, 1943, 643, in P. E. Vanzolini, *Relatório de uma expedição científica ao Território Federal do Acre no ano de 1951*, pág. 6; A. C. Ferreira Reis, *O Seringal e o Seringueiro*, Rio, 1953, págs. 14 e 15.

33) *Notas sobre a geologia do Território do Acre e da bacia do Javari*, Rio, 1930, pág. 35 (Quadro).

34) *Noroeste do Acre* cit., 1938, págs. 5, 48 e 85.

35) J. M. SILVA COUTINHO, *Ofício de 24 de novembro de 1861*, in *Relatório dos Presidentes do Amazonas*, vol. VI, pág. 802; A. R. Pereira Labre, *Rio Purus*, 1872, pág. 23.

36) *Notas sobre o rio Purus*, Londres, 1868, pág. 7; — Moraes Rego, *Notas citadas*, págs. 3 e 4.

O padre Constantino Tastevin encontrou no rio Tarauacá, entre os seringais Primavera e São Salvador, nuns penhascos, troncos de árvores incrustados, petrificados, erigidos como uma bateria de encouraçados, dispostos desde o nível das águas até o cimo das rochas, em que se distinguíam algumas nervuras de raízes tornadas pedras, em geral, ao pé do montículo de grandes lages, onde se viam embutidas antigas ossadas de ancestrais antediluvianos. (37)

Tastevin afirma também que descobriu no seringal Paraíso, à margem esquerda do rio Muru, um esqueleto petrificado de monstro antediluviano; tendo visto na mesma região um pedaço de paxiúba («iriarte exhoriza») cortado a machado, há uns dez anos, já inteiramente silificado, substância esta que era utilizada na fabricação de «machados de pedra», como atestam dois exemplares que recolheu no referido seringal, um outro no estirão do Socó, no rio Tarauacá, logo abaixo da foz do Muru e mais alguns obtidos na cidade de Cruzeiro do Sul, no Juruá acreano; instrumentos êstes que segundo os índios «Poyanauas» (rio Môa) serviam para cortar arbustos, sendo que os maiores e mais rijos eram aplicados no corte de árvores. (38)

Nas «corredeiras» do Gaston e do Museu (Juruá acreano) há sido encontrados diversos fósseis por várias pessoas; tendo o dono do seringal Triunfo, José Pereira de Sales, morador na sua vizinhança, feito, em 1914, presente a um dos redatores do jornal *O Cruzeiro do Sul* de três importantes documentos da pré-história acreana: um pedaço de mandíbula com os dentes ainda visíveis e bem conservados pela petrificação; um pedaço de fêmur, da parte superior e uma do osso ilíaco; todos notáveis pelas suas dimensões desproporcionadas. Ainda no mesmo ano, o mencionado cavalheiro ofereceu, a um outro redator do mesmo periódico, outra mandíbula petrificada de tamanho extraordinário, parecendo tratar-se de maxilar de algum mamífero monodelfo angulado, da ordem dos paquidermes perissodactilos. (39)

Em dezembro de 1923, ofereci, ao Museu Nacional, alguns ossos petrificados colhido nas referidas «corredeiras». No ano seguinte o diretor Arthur Neiva, em ofício, declarou-me tratar-se de ossos de Mastodonte.

O geólogo Moraes Rêgo recebeu do Dr. Braulino de Carvalho, médico da Comissão de Limites Brasil-Peru, dirigida pelo Almirante Ferreira da Silva, várias coleções de rochas e fósseis

37) *Le Haut Tarauacá*, in *La Géographie* cit., 1926, pág. 38.

38) *Le Fleuve Muru*, in *La Géographie* cit., tomo XLIII, pág. 408.

39) J. M. B. CASTELLO BRANCO, *O Juruá Federal* cit., págs. 699 e 700.

colhidas na cachoeira do Museu (alto Juruá), nos rios Jamináua e Furnaia (alto Embira), no rio Jordão, afluente do Tarauacá e neste; em depósitos de argila, (40) as quais incluíam Elephantidae do gênero Mastodon; tentando classificar a fauna mamológica fóssil do Acre, assim: «Ordem ungulata — Sub-ordem Toxodontia Gen. Toxodon (T. Lopesi?, Rôxo. Sub-ordem Proboscídia Família Elephantidae Gen. Mastodon M. Sp. — «Ordem Edentata Sub-ordem xenarthia Família Megatheridae Gen. Megatherium M. Sp.» Acrescenta o geólogo que, possivelmente, existem muitos outros gêneros, assim como não são indubitáveis os citados, concluindo por achar que as formações do Acre, como as da Montaña Peruana, provávelmente, devem ser referidas ao andar mais antigo do Pampiano, o Liyaneano. (41)

Tratando das formações cretáceas, diz que Agassiz, estudando as argilas com ossadas de repteis fósseis, apontadas por Chandless e Coutinho, nos rios Purus e Acre, identificou «saures pythonomorphidae, do gênero Mosasaurus. (42)

Terminando, Moraes Rêgo, apresenta um quadro Sinótico provisório das formações geológicas da região, em que coloca as argilas, areias e cascalhos dos leitos do rio, no sistema holocênico; os depósitos com ossadas dos mamíferos no pleistocênico (Quaternário); as camadas com Mosasaurus, arenito de Contamana (Serras do Jaquirana, Mõa e do Divisor), calcáreos e arenitos (Série do Acre) no Cretáceo. (43)

O geólogo Alberto Wanderley, companheiro de Pedro de Moura, nas investigações sobre o petróleo, no alto Mõa, colheu um fóssil, no rio Capanáua, afluente daquele, que foi classificado como sendo uma espécie do gênero «Productus», aproximado do «P. Cora» D'Orb, fóssil comum nas formações carboníferas do Amazonas, pertencentes a era paleozóica. (44)

40) *Notas* cit., págs. 4, 5 e 10.

41) *Notas* cit., págs. 11 e 12.

42) *Notas* cit., pág. 25 — Na fronteira com a Bolívia (rio Acre) ha restos de repteis: crocodilos e tartarugas, indicando terreno cretáceo. (Geografia do Brasil (Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro), 1822 — 1922, vol. I, pág. 53 (Engenheiro Euzebio Paulo de Oliveira). Em 1912, G. Gurich descreveu uma nova espécie crocodiliana do território do Acre, acrescentando que as camadas em que fôra encontrada eram do terciário superior. (Boletim Geográfico, n.º 40, pág. 441 (Josué Camargo Mendes).

43) *Notas* cit., pág. 35.

44) *Opúsculo*, cit., págs. 44 e 45. — Em 1951, andou pelo Acre, uma expedição do Departamento de Zoologia do Museu Paulista, chefiada por Paulo Emilio Vanzolini, a qual trouxe grande cópia de material inédito, compreendendo mamíferos, aves, repteis, anfíbios, moluscos, aracnídeos e

Diz o referido professor Fábio de Macedo Soares Guimarães que, no Acre, predominam os terrenos do terciário com 126, 437 km², vindo em seguida os do quaternário com 12.000 km² (ambos da era cenozóica) e os do cretáceo (mesozóica) com cerca de 9.590 km²; somando tudo 148.027 quilômetros quadrados. (45).

Quanto à altimetria, a Sinopse Estatística do Território distribui o seu solo da maneira seguinte: de 101 a 200 metros — 31.735 km² (21,44%); de 201 a 300 metros — 93.233 k (62,98%) e de 301 a 600 — 23.059 km² (15,58%). (46)

Não se deparam lagoas no seu interior, havendo, porém, uma infinidade de lagos, alguns com vários quilômetros de extensão, cujas bordas conservam o aspecto dos rios de que se apartaram pelo secionamento chamado «sacado», permanecendo sempre nas proximidades das correntes de que se desprenderam. Raros os que perdem a sua forma alongada, curva ou sinuosa, devendo ser muito antigos os que se afastam de sua configuração originária, que vai se alterando consoante os enxurros contínuos recebidos na época chuvosa. É certo que a extremidade superior do lago permanece desligada do curso principal, no verão, obstáculos êstes que resistem aos empuxos dos primeiros repiquetes, mas, a maré montante das inundações que vai submergindo as margens do rio, inclusive barrancos, tudo traga, transpõe a barreira mais elevada e cai como uma torrente no escuso e plácido reservatório lacustre, enchendo-o de novos sedimentos e tronqueiras que, com o andar dos tempos, transfigura-lhe o contôrno, entulha-o, podendo fazer com que êle desapareça, surgindo, assim, um descampado que, em

insetos; incluindo-se nesse material, uma vértebra que, pelo seu tamanho, deverá ter pertencido a um dinossauro ou a qualquer outro reptil gigantesco. *Correio da Manhã* (Rio), de 25 de outubro de 1951, pág. 2, col. 5^ª; telegrama de São Paulo, 24. Lendo o Relatório de Vanzolini, já citado em nota 32, e os estudos de auxiliares seus, como O. M. de O. Pinto e E. A. de Carvalho, sômente encontrei referências sobre zoologia. (*Papeis Avulsos* do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo), vol. XI, n.º 23, de 15, janeiro, 1954, págs. 371 a 418.

45) Boletim Geográfico n.º 3, cit. pág. 46.

46) (N. 4. *Separata* com acréscimos do *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V, 1939 — 1940, organizado com a colaboração do Departamento de Estatística, pág. 4). O *Anuário Estatístico do Brasil* de 1950 (ano IX) do I. B. G. E., como aquêle, mantém essa disposição; assim como o geógrafo do mesmo Instituto, Antonio Teixeira Guerra, no seu *Estudo Geográfico do Território do Acre*, C. N. G., 1955, pág. 7.

Atualmente a superfície do Território, segundo a contagem do referido Instituto, é de 152.589 (*Anuário Geográfico do Brasil*, I. B. G. E., ano I, 1953, pág. 154).

poucos anos, a exuberância da terra e o viço da végetação, o supera ou sufoca, igualando-o a selva circundante.

Na região acreana, de vez em quando, há tremores de terra.

Quando residi na foz do Amônia (alto Juruá), entre 1909 e 1916, presenciei mais de um que duravam poucos segundos e sacudiam as barracas, aliás de madeira, sem as demolir. Em Cruzeiro do Sul (alto Juruá), também senti uns dois, sendo que o de agosto de 1912, o Prefeito do Departamento, Rêgo Barros, telegrafou para o diretor do Observatório Astronômico da capital do país, comunicando o ocorrido, tendo como resposta que naquela ocasião os sismógrafos não haviam registrado um só terremoto, devendo ser atribuído o fenômeno a algum aerólito caído nas proximidades.

Realmente, os meteoritos eram vistos vez por outra cruzando os céus acreanos.

Não se pode afirmar que o terremoto fôsse devido tão somente a proximidade das terras altas existentes na fronteira com o Peru, uma vez que o fenômeno também foi verificado na parte sul do Território, na «Vila de Empresa», hoje cidade do Rio Branco, por mais de uma vez, (47) local este situado a cerca de 700 quilômetros em linha reta, das serras do Mõa e do Jaquirana e numa altitude apenas de 160 a 180 metros.

O geólogo Victor Oppenheim, do Serviço de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, que fez uma viagem de exploração ao noroeste do Acre, com o objetivo de investigar a existência de petróleo na região, diz que há «movimentos sísmicos conhecidos e observados nas áreas das serras do Mõa e Contamana.» (48)

CLIMA — Pimentel Gomes, ilustre agrônomo que serviu no Território do Acre, diz que a temperatura média da região é de 25°, sendo a média das máximas de 33° e a máxima absoluta de 37°5, o que êle considera baixa, pois, na Argentina, na Europa e nos Estados Unidos, ultrapassa, o calor de 42°, chegando várias vezes a 45° e em certas ocasiões a 48° e 50°; e que no inverno,

47) O tremor de terra verificou-se em um dia de abril de 1911; acrescentando o informante que balançou as casas e que, uns doze anos antes, tinha havido igual fenômeno na localidade. (*Fôlha do Acre* (Empresa). de 30 de abril de 1911). Ontem, precisamente, às dez horas, verificou-se um abalo sísmico que se repetiu por três vezes, num espaço de tempo, aproximadamente de trinta segundos, repercutindo vivamente entre a população da cidade. Em várias repartições e casas residenciais, o fato despertou geral celeuma, sem se registrar acidente ou prejuízo algum. (*O Acre* (Rio Branco), de 2 de novembro de 1947, pág. 8, col. 5).

48) PEDRO DE MOURA, *op. cit.*, pág. 138.

ondas frias provenientes da Antártica invadem o Território, baixando bruscamente a temperatura até 8° centígrados, durando essa onda alguns dias, não chegando, todavia, a uma semana.

Acrescenta que o clima é quente e húmido; caindo, ali, anualmente, pouco mais de 2.000 milímetros de chuvas, sendo estas mais intensas no período de dezembro a abril, em que a queda, em cada um desses meses, é superior a 230 milímetros, com a exceção de dezembro que sobe a casa de 300 milímetros; adiantando que os meses mais secos do ano são os de junho, julho e agosto, fase esta em que a chuva é ligeiramente superior a 100 milímetros, e a mais fresca, apesar de ser a mais seca. (49)

O geógrafo Antônio Teixeira Guerra, examinando os dados fornecidos pelos postos meteorológicos das estações de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Rio Branco (cidades do Território do Acre) e de Cobija (Bolívia, mas, em frente a cidade brasileira de Brasília), diz que «Embora seja a temperatura elevada durante o maior número de dias do ano, não se observam grandes máximas absolutas», confirmando, assim, a assertiva de Pimentel Gomes, nesse particular, a despeito de ter verificado a máxima absoluta de 38°8, a 6 de setembro de 1936, em Sena Madureira. (50)

Quanto às mínimas, indica 7°3 em 10 de junho de 1921, 7°9 em 12 de agosto de 1936 e 8°0 em 13 de julho de 1942, no posto meteorológico de Sena Madureira, no período de 1915 a 1942, numa latitude de 9° 04' 5 e na altitude de 135 metros; e de 9°3 em 2 de junho de 1951 e 8°8 em 21 de julho de 1952, no espaço de 1948 a 1952, no município de Rio Branco. Relativamente ao Juruá, dá a máxima absoluta de 35°8 em 27 de setembro de 1941. (51)

Pelos quadros térmicos apresentados à página 54 do seu *Estado*, vê-se que a média das máximas da cidade do Rio Branco

49) *Correio da Manhã* (Rio), de 9 de fevereiro de 1958, 6.º caderno, pág. 1, cols. 1 e 2; «A Economia Acreana.»

50) *Op. cit.*, pág. 53.

51) *Op. e pág.*, cit. — No primeiro semestre de 1906, em Cruzeiro do Sul, verificou-se a máxima de 32°9 e a mínima de 19°9, dando a média de 26,4 baixando durante a friagem a 11°9. (*Relatório do Prefeito Thaumaturgo de Azevedo desse semestre*, pág. 83.) O engenheiro J. A. Masô que trabalhou no Território, um decênio, diz que a sua temperatura oscila entre 19° e 34°, dando, assim, a média de 26°5. (*Conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, a 27 de abril de 1916, in *Jornal do Comércio* de 4, junho, 1916.) Em 1918, o Prefeito J. J. Pereira Braga dizia que a temperatura de Cruzeiro do Sul, variou de 18° a 35°C, descendo nas friagens de junho e julho a 10°. (*Relatório* de 10 de outubro de 1918, pág. 38).

é mais baixa do que a de Sena Madureira, cêrca de 2°, em todos os meses, sendo a média verificada em Cobija, um pouco inferior a de Rio Branco, a não ser nos meses de janeiro, setembro, outubro e novembro, que é ligeiramente mais alta. (52)

Nos dois postos brasileiros, as médias das mínimas variaram de 21°, em janeiro a 17°6, em julho, subindo até 20°9 em novembro para descer a 20°8 em dezembro, sendo a média compensada mais alta de 25°7, em Sena Madureira ; e 22°1, em janeiro, a 16°5, em julho, subindo até 21°7, em dezembro, com a média compensada mais elevada de 25°9, em janeiro. (53)

De um modo geral, acrescenta Guerra, há uma sensível variação diurna, sendo a amplitude diária muito alta, pois, chega em Sena Madureira a 13°5 ; havendo durante o dia forte insolação, sentindo-se no decorrer da noite uma sensível queda da temperatura, ocasionando bem estar. (54)

Uma das pessoas que mais percorreu o alto Juruá, inclusive a bacia do Tarauacá, como observador dos seus aspectos geográficos e costumes, publicando vários trabalhos a respeito, o padre Constantino Tastevin, diz que o clima do Juruá é um dos mais suaves e temperados, apesar de sua posição tropical, ultrapassando, raramente, o termômetro de 32° a 35° durante o dia e de 24° a 25° à noite. (55)

A sua posição subequatorial não pode concorrer para isso, devendo, porém, influenciar para amenizar o calor, não só a sua altitude, tanto que a temperatura mais alta (38°8) se verifica na cidade de Sena Madureira, que se acha apenas a 135 metros acima do mar, ao passo que a máxima de Cruzeiro do Sul (200 metros de altitude) é de 35°8, e a de Rio Branco (165 metros), fica entre uma e outra ; bem como a exuberante floresta que certamente protege o solo contra os raios solares, além de uma constante brisa que sopra pelo menos, nos lugares mais elevados, chamados terras firmes.

52) *Op. cit.*, págs. 54 e 55.

53) *Op. cit.*, pág. 54.

54) *Op. cit.*, pág. 55. — Essa amplitude em Cruzeiro do Sul, de janeiro a junho de 1906, regulou 13° (32°9 a 19°9). (*Relatório do prefeito do Alto Juruá, do 1.º semestre de 1906, pág. 83*).

55) *La Géographie*, Paris, vol. XXXIII, janvier — 1920, pág. 19; «Le Fleuve Juruá.» — O engenheiro A. M. Bueno de Andrada, Prefeito do Departamento do Alto Juruá informava, em janeiro de 1909, ao Ministro do Interior, que de junho a outubro a temperatura era suave, sendo que, nos outros meses, não são numerosos os dias muito cálidos e, quando o calor se torna excessivo, é logo acompanhado de abundantes chuvas que refrescam o ambiente. (*O Cruzeiro do Sul*, de 10 de janeiro de 1909, pág. 1, col. 4).

Apesar de se encontrar a acreânia enquadrada numa região situada nas proximidades do equador, tendo por extremos os paralelos de 7° e 11°, com uma temperatura que, normalmente, vai de cerca de 20 a 34 graus centígrados, numa planície que varia de 135 a 200 metros de altitude, afora os enrugamentos existentes na linha de fronteiras e poucos pontos mais que excedem aquêles números, observa-se ali um fenómeno meteorológico denominado *friagem*.

De comêço, attribuía-se êsse abaixamento da temperatura a ventos procedentes dos Andes ou ao degêlo dessa cordilheira, porém, a distância desta e nem sempre a coincidência do degêlo com a aparição do fenómeno, levaram os observadores e estudiosos do assunto a pensar que se tratava de auto ciclone, (56) mas, últimamente, estudando-se melhor o misterioso acontecimento, verificou-se que provinha de fortes massas de ar frio trazidas das regiões antárticas através do interior do continente (Argentina, Paraguai, Mato Grosso), numa estirada de milhares de quilômetros, por ventos do sul, atingindo a planície amazônica nos meses de junho, julho e agosto, ocasionando a queda da temperatura. (57).

Outros autores indicam êsses meses como sendo a ocasião em que se apresenta o fenómeno (58) e realmente êle é mais certo e freqüente nessa época, mas, de vez em quando a exorbita e

-
- 56) V. VIDAL DE LA BLACHE et L. GALLOIS — *Geographie Universelle*, Tomo XV — *Amerique du Sud* par R. Denis, 1ère Partie, Paris, 1927, pág. 33; Lima Figueredo — *O Acre e suas Possibilidades*, in *Rev. Brasileira de Geografia*, ano I (1928), n.º 2, pág. 309. Torquato Tapajós informa que o derretimento das Neves Andinas tem lugar em princípio de abril e de setembro. (*O Valle do Amazonas*, pág. 68.)
- 57) JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA SCHMIDT, *O Clima da Amazônia*, in «*Amazônia Brasileira*,» 1944, (I. B. G. E.); W. Chandless — *Nota sobre o rio Purus*, 1868, pág. 5; *Relatório do Prefeito Thaumaturgo do 1.º semestre de 1906*, pág. 84; P. Vidal de la Blache et L. Gallois, Tome XV, *Amerique du Sud*, par P. Denis, 1ère partie, Paris, 1927, pág. 32; A. Octaviano Pinto, *Hidrografia do Amazonas e seus afluentes*, 1930, vol. I, pág. 22.
- 58) W. CHANDLESS, na sua viagem ao Purus, registrou-a de 25 a 26 de julho, de 8 a 11 e de 23 a 24 de agosto de 1865. (*Notas sobre o rio Purus*, 1868, pág. 5); Lima Figueredo aponta os meses de junho a agosto e acrescenta que aparece mais fraco fora desses meses. (*Fronteiras Amazônicas*, pág. 205). A. Octaviano Pinto diz que, na Bolívia, ela é sensível, principalmente, em junho e julho. (*Hidrografia do Amazonas e seus afluentes*, 1930, pág. 28); Harold Schultz e Vilma Chiara verificaram que, geralmente, ela aparece no alto Purus, de maio a agosto, com uma queda rápida da temperatura, que pode descer a 10° C acima de zero, acompanhada de chuva fina e vento frio, durando de 3 a 8 dias. (*Revista do Museu Paulista*, nova série, vol. IX, 1955, pág. 181).

surge em maio e até em outubro, alargando assim o período de três para seis meses, durante o ano.

Eu a suporrei pela primeira vez quando viajava em canoa, entre 20 e 25 de maio de 1909, de vila Thaumaturgo (Foz do Amônia) à cidade de Cruzeiro do Sul (sede do Departamento do Alto Juruá). Iniciou-se com a formação de nuvens escuras, aumento da velocidade do vento, seguidos de raios e trovões e gradual queda da temperatura, na tarde de 21 ou 22 do mês referido, de maneira que à noite já era bem sensível o frio e nos dias seguintes assaz incômodo, principalmente para os remadores da embarcação que se achavam resguardados apenas com uma blusa e calça de algodão, os quais para compensar a perda de calor, redobravam as remaduras, dando maior impulso à canoa.

Mario Guedes, autor do livro *Os Seringais*, a descreve assim: um vento brando que aumenta gradativamente, sem jamais assumir grandes proporções. O céu cobre-se de densas nuvens pardacentas e como que prestes a desabar um aguaceiro de horas seguidas, que não cai, nem chuveia. O termômetro baixa de 30° a 20°, 18°, 15° e menos. Um vento frio perpassa, decorrendo, assim, dois ou mais dias, sem sol, até que paulatinamente, a natureza retoma o seu curso normal. (59)

Craveiro Costa, jornalista e escritor que viveu muitos anos no alto Juruá, e autor de *O Fim da Epopéia* (1925), mais tarde reeditado sob o título *A Conquista do Deserto Ocidental*, na sua primeira viagem de Manaus para a cidade de Cruzeiro do Sul, achava-se em princípios de outubro de 1906, nas proximidades da mencionada cidade, a bordo de uma lancha quando «desencadeou-se uma tempestade com uma violência amedrontadora, por entre fusilar do relâmpago e o ribombar do trovão. Quando serenou, a lua surgiu no céu. Ao amanhecer havia densa cerração e uma friagem intensa.» (60)

59) AUGUSTO OCTAVIANO PINTO, *Hidrografia do Amazonas e seus afluentes*, 1930, vol. I., págs. 28 e 29. — O Prefeito Thaumaturgo de Azevedo diz que não chovia nos dias de friagem, mas havia garôa nos primeiros dias. (*Relatório de 1906*, cit., págs. 82 e 84). O padre Tastevin esclarece que o país possui um clima dos mais suaves, apesar de sua posição tropical, distinguindo-se perfeitamente duas estações: a seca (verão) e das chuvas (inverno), separadas uma da outra do fim de junho ao princípio de julho, quando surge a «friagem» que dura de 3 a 12 dias. (*La Géographie*, Paris, 1920, vol. XXXIII, nº 1, pág. 19; *Le Fleuve Juruá*.)

60) O *Cruzeiro do Sul*, de 3 de março de 1907, pág. 1, col. 4. Chandless também confirma essas "trovoadas muito fortes" que a precediam (*Notas sobre o Purus* citadas, pág. 5).

Para alguns observadores havia chuvas finas, pelo menos no comêço (61) e para outros até chuvas, (62) durando, em regra, três dias, pelo menos, no alto Juruá. No Purus, Chandless anotou de dois a cinco dias para essa extensão e quinze ou mais dias para o alto Amazonas. (63)

Nos vales do Purus e do Acre, também verifiquei essa exorbitância do tríduo observado no do alto Juruá, estendendo-se a duração da friagem, certas vêzes, por mais alguns dias.

O seu efeito, se bem que reduza o calor, nem sempre é benéfico aos habitantes da região, não só por ser a temperatura aí reinante durante o ano bem mais elevada, como pela falta de agasalhos adequados para a grande maioria da população.

Casas de madeira cobertas de palha, em geral tóscas, com frinchas nas paredes e nos soalhos, por onde penetra o vento que acompanha o fenômeno, ar êste que agita e sacode a ramagem da cobertura, introduzindo-se na choupana em todos os sentidos, fazendo com que a temperatura interna seja quase igual a do exterior; encontrando nesse ambiente indivíduos cobertos ligeiramente com peças de algodão e que são também obrigados a percorrer estradas de seringueiras com vestuário semelhante, pela madrugada, justamente, quando a temperatura se encontra no mais baixo nível, concorrem para agravar a situação tornando-os vulneráveis e predispostos à gripe, fluxões pulmonares e à pneumonia. (64)

A friagem também ataca outros sêres, reduzindo ou amortecendo a atividade dos insetos, como o carapanã e o pium que

61) P. VIDAL DE LA BLACHE et L. GALLOIS, *Geographie Universelle*, Tome XV, Amerique du Sud, por P. Denis, 1ère partie, Paris, 1927, pág. 32.

A friagem é caracterizada por ventos vindos do sul do município, seguidos, às vêzes, de chuva torrencial e depois de frio húmido, durando de 3 a 4 dias, (IBGE — C. N. G., «Arquivo Corográfico», Pasta do município de Tarauacá, Elementos fornecidos pelo Dr. Sansão Gomes de Souza e Antonio Muru Ramos de Menezes.

62) *A República* (Curitiba-Paraná), de 15 de setembro de 1916, pág. 1., col. 1; *Relatório* do comissário boliviano na delimitação da fronteira entre o Brasil e Bolívia de 1911 a 1913, comandante Herbert A. Edwards.

63) *Notas citadas*, pág. 5.

64) *Relatório* do Prefeito Candido José Mariano de 1906, pág. 47, o Dr. Ephrem Macedo, médico da Comissão de Petróleo, que explorou o rio Môa (Alto Juruá) em 1936 e 1937, afirma que as gripes e afecções pulmonares são ali comuns, sobretudo nas épocas de *friagem*, quando se dão as mudanças bruscas da temperatura, em que o termômetro desce de 3.º, 15.º, 10.º e até menos dentro de poucas horas. E acrescenta: «As pneumonias já se celebrizaram nesta época», tendo a «gripe sempre tendência de um modo especial ali, para complicações bronco-pulmonares.» (*Noroeste do Acre*, cit. anexo III, pág. 155).

tanto incomodam o homem nos dias quentes ; dizendo os habitantes locais que ela mata outros animais, como aves, peixes nos lagos, e até feras, sofrendo os índios grandemente, por não possuírem abrigos apropriados. (65)

Os ventos dominantes sopram na direção sul, mudando às vêzes para qualquer lado, e no período de abril a junho são mais freqüentes no rumo do norte ; subindo a sua velocidade de 2,4 (normal) até 19 metros, por segundo. (66)

O regime pluvial não é absoluto, apesar de certa regularidade, sofrendo as duas estações : a estival e a chuvosa, vez por outra, algumas mutações.

O geógrafo Teixeira Guerra refere-se a essas duas quadras — a sêca (verão) e a das chuvas (inverno) não correspondentes às estações astronômicas e esclarece que a primeira vai de junho a agosto, em Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, enquanto que em Rio Branco e Cobija se estende de maio a setembro, sendo o período da chuva bem mais longo do que o da estiagem, como se vê ; chovendo mais em Cruzeiro do Sul do que nas outras cidades ; (67) e classifica, provisoriamente, o clima «de quente e úmido». (68)

Já, em 1906, o Prefeito Thaumaturgo de Azevedo informava que em maio as chuvas diminuiam muito, havendo um repiquete, em junho, retificativo das praias, o qual às vêzes dava para subir vapores, que, em regra, já não vão ao alto, nessa época. E aduzia — em janeiro ou fevereiro, de vez em quando há estiagem, ou certo abrandamento da queda das chuvas ; tendo sido o mês de maio o que oferece menos dias chuvosos e o de janeiro, de 1906, o mais molhado, com 438 milímetros. (69)

Quase três lustros após, o padre Tastevin escrevia : Em dezembro, entra-se em plena estação chuvosa que dura até a **friagem**. As chuvas são sobretudo freqüentes em dezembro, fevereiro

65) Eu próprio ouvi declarações nesse sentido; corroboradas elas pelo General Lima Figueredo que percorreu o Território. (*O Acre e suas possibilidades*, 1928, pág. 309).

66) *Relatório do Prefeito Thaumaturgo de Azevedo*, de 1906, págs. 223 e 84.

67) *Estudo cit.*, págs. 56 e 57. O Dr. Ephrem Macedo, quanto ao município de Cruzeiro do Sul, onde atuou, em 1936 e 1937, informa que «As estações sêca e chuvosa se sucedem com pouca nitidez. Admitimos mesmo que não há estação sêca propriamente dita: há época de chuvas abundantíssimas (novembro a abril) e época de chuvas menos abundantes (maio a outubro). *Relatório dos engenheiros Pedro de Moura e Alberto Wanderley de 1938 cit.*, anexo III, pág. 151).

68) *Estudo cit.*

69) *Relatório de 10 de julho de 1906*, pág. 83

e março. Em janeiro há um intervalo que, no Amazonas, chama-se «o estio da castanha» por que nesta época sopram ventos violentos que fazem cair as nozes ou castanhas do país. Em abril, maio e junho, as chuvas são bem menos frequentes, e suficientes precisamente a amainar a baixa das águas. (70)

Teixeira Guerra e Tastevin separam as duas únicas estações da região pela friagem de junho, achando o primeiro que o verão, vai no Juruá e no Purus de junho a agosto, ao passo que Tastevin o estende até dezembro, mas, praticamente, as grandes chuvas cessam em abril, época em que os coletores de goma, iniciam a limpeza das estradas de seringueiras, seguindo-se logo depois o trabalho de corte ou sangria das «madeiras» para a colha do leite e preparo da borracha, serviço este que se não pode realizar nos dias chuvosos, e vai até novembro ou dezembro, quando as chuvas se amiamdam.

Nas cabeceiras dos rios, os primeiros aguaceiros surgem em setembro, formando os repiquetes que vão aumentando pouco a pouco as suas águas, até que pelo mês de novembro, com as chuvas já generalizadas, os rios intumescem, permitindo a chegada das embarcações que partiram do Pará com destino à região acreana, no referido mês de setembro.

O verânico de janeiro é um fato, prendendo alguns vapores que navegam nos altos rios, mas há anos em que a redução das chuvas não impede a navegação desses barcos, se bem que com alguma dificuldade.

O repiquete de junho, anima, às vezes, certos capitães de navios a irem aos altos rios, mas, não sendo sempre volumoso este último impulso do rio e apenas um retificador de praias, várias dessas embarcações não podem retornar aos portos de origem, permanecendo todo o verão encalhadas, à espera das novas águas que as possam reconduzir ao lugar de sua procedência.

As enchentes também variam. Há anos em que sobrepujam os barrancos, permitindo franca navegação por cima deles, como a que se viu no rio Tarauacá, em dezembro de 1908, a ponto de seus antigos moradores não se recordarem de uma outra igual, (71) anotando-se também vasantes extraordinárias ocasionadas por um verão excessivo, como o do alto Juruá, em novembro de 1905, que prendeu ali vários navios, fato este não observado há quatorze anos, com tanta intensidade. (72)

70) *Le Fleuve Juruá* cit., pág. 20.

71) *O Cruzeiro do Sul*, de 7 de fevereiro de 1909, pág. 3, col. 2.

72) *Jornal* citado, de 2 de dezembro de 1906. — No curso inferior dos rios Juruá e Purus, as alegações são mais demoradas, ao passo que na parte

INSETOS — O domínio dos insetos é maior na parte inferior das bacias do Juruá e Purus, não só nas suas margens como nos paranás e lagos adjacentes. Em alguns há mais «piuns» e noutros «carapanãs», afora diversas outras espécies, como as dos «catuquis, carrapatos, potós e formigas», em cujo agrupamento de destaca a «taxi».

A «carapanã», a cuja família pertence o anófeles, transmissor da malária, e por isso temido; vive, durante o dia nos recantos sombrios, só aparecendo à noite, quando ataca o homem que, para dormir, se protege com um mosquiteiro.

O «pium», ao inverso aprecia a claridade e quanto mais intensa esta, maior a sua atividade, agredindo o homem por toda a parte e deixando as suas marcas por muito dias, sendo que, devido ao prurido que deixa a sua ferretoada, algumas pessoas se coçam, irritando e inflamando a epiderme do rosto de tal forma, que parecem acometidas de sarampo ou outra erupção cutânea.

O «catuqui», pequenino, mas terrível, por investir em verdadeiras nuvens, deixando o assaltado sem poder defender-se, a não ser afastando-se do local invadido por êles, quase sempre a beira d'água.

O «mucum», também de porte reduzido, mas, a que ninguém escapa quando se move por dentro de gramíneas ou de plantas rasteiras.

O «carrapato», aracnídeo que suga o sangue do gado, sem esquecer o do homem, que anda nos campos.

O «potó», terrível besouro que, por ocasião das enchentes, invade as embarcações que transitam por entre gramíneas, causando pavor aos seus passageiros, em quem ingere um líquido queimante que produz dor e febre alta por muitas horas.

A «taxi» que recebe êsse nome da planta em cujo pedúnculo das folhas se aloja e se confunde, atacando os viandantes que nelas tocam desprevenidamente, deixando-lhes um conteúdo de tal maneira causticante que irrita e desespera o assaltado. (73)

superior escoam rapidamente. Ali obrigam os seus moradores a abandonar os seus barracões, e barracas, levando o seu gado, em procura de uma terra firme do interior.

- 73) O demarcador boliviano Herbert A. Edwards, que esteve três anos nos vales do Abunã e Aquiri, adianta que a fauna perseguidora do homem e aniquiladora de sua saúde, sobretudo na floresta virgem, era tão abundante em mosquitos, moscas, vespas, formigas e aranhas, que seria melhor que se multiplicassem as inúmeras onças e os crocodilos, as piranhas e as cobras, contanto que os mosquitos e as mutucas diminuíssem um pouco. (*Relatório*, jornal, pág. e col., cits.).

As primeiras informações sôbre o Juruá dizem que a vida humana era ali insuportável devido a imensa quantidade de mosquitos e formigas, de tôdas as espécies que o infestavam; (74) sendo notável «pela salubridade do seu clima», tanto «que os brancos que o sobem são pouco acometidos de sezões. (75)

É possível que assim também fôsse no rio Purus; surgindo mais tarde, com o povoamento dessas ribeiras, as notícias de febres intermitentes, perniciosas, sarampo, varíola, beriberi e outras moléstias, que ceifavam centenas de vidas, atribuídas ao clima, o que prejudicava altamente o povoamento e os interesses comerciais. (76)

Desde o século XIX, com a expansão comercial e colonizadora dos europeus em outros continentes, que se verificou não haver «climas absolutamente bons, nem maus, pelo que respeita à salubridade: há constituições diversas e diversos «meios». Nos

-
- 74) *Relatório* do prático Miguel Miranda Viana sôbre o Roteiro do vapor *Monarcha*, do Rio Negro a Nauta, em 1854; in *Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, vol. I, pág. 381. O Conêgo André Fernandes de Souza assinala que o Juruá não tem carapanás, «mas dizem que tem pium em dobrada cópia do que em outra parte». (*Noticias Geográficas da Capitania do Rio Negro*, 1823, in *Revista de História e Geographia* (Rio, n.º 12 (1848), pág. 441).
- 75) Conde de Florestan Rozwadowsky, *Roteiro da viagem do vapor Maraó* (set. a out. de 1853), pág. 16; *Relatórios dos Presidentes* cit., vol. II, págs. 298 a 305).
- 76) De outubro de 1857 a março de 1858, faleceram no baixo Purus dúzias de indivíduos dos dois sexos e de tôdas as idades, devido a febres intermitentes (*Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, vol. II, págs. 88 e 89); tendo, em 1868, morrido das mesmas febres 80 pessoas (*Relatórios* cit., vol. III, pág. 503). Reinam febres epidêmicas no rio Purus, ceifando centenas de vidas, diâriamente, por falta absoluta de medicamentos e de médicos nessas paragens (*Jornal do Comércio* (Rio) de 22 de novembro de 1882, pág. 1, col. I, e de 11 de janeiro de 1883, pág. 1, col. 2, *Fôlhas do Amazonas* até 29 de outubro de 1882 e até 20 de dezembro do ano citado). Grassava no rio Juruá febres de mau caráter, varíola e sarampo (*Jornal do Comércio*, cit., de 1 de maio de 1885, pág. 1, col. 4; de 13 de julho de 1888, pág. 2, col. 5, «Gazetilha»; e de 4 de outubro de 1889, p. 2, c. 3, «Interior», *Jornais do Amazonas* até 11 de novembro anterior). Em 1883 surgiu uma moléstia que se supunha ser beriberi, no Purus, subindo o número de óbitos, inclusive o de várias febres a perto de 800 (*Jornal do Comércio* cit., de 11 de fevereiro de 1883, p. 2, c. 5, «Gazetilha»); epidemias que se repetiram em outros anos (*Jornal* cit., de 20 de fevereiro de 1886, p. 1, c. 1 «Gazetilha», e de 13 de julho de 1889, p. 1, c. 8, «Interior»).

Segundo o presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá, o rio era tido como insalubre nas primeiras explorações, mas quando êle por ali passou era reputado bastante saudável, menos nos afluentes de água preta, que são sazonáticas. (*Jornal do Comércio* (Rio), de 11 de fevereiro de 1883, pág. 2., col. 5; «Gazetilha»).

juncais dos Ganges, na costa de Bengala, acaso o torrão mais mortífero para o Europeu, dão-se bem os holandeses ; e na África, onde nós brancos somos dizimados, propaga o preto». «Quase imune para as febres paludosas, o negro é mais susceptível à tísica; ao passo que na Índia, em Ceilão, na Barbada, a elefantíase persegue os indígenas, raras vêzes ataca os europeus.»

O exemplo do Lacio, onde se fixou a densa população dos latinos apesar da malária; o exemplo das baixas de Siberis e de Metaponto ; o da Sardenha, onde a peste não impediu a lavoura : «eis aí provas européias de que a resistência aos climas mortíferos não é condão exclusivo das raças inferiores, como os dos negros e drávidas.»

«O homem aclimável nas mais afastadas latitudes, nas temperaturas mais discordantes, doma-se também sem morrer nos climas mais pestíferos, sempre que pode satisfazer essa necessidade primordial de sua constituição física : comer.» (77)

Referindo-se ao Brasil, diz Afrânio Peixoto que foi «a Europa que inventou as doenças tropicais»; tendo sido tôdas as nossas moléstias importadas gradativamente, e que «apenas a malária, desde os tempos da colônia, e o beriberi, desde o século passado constituíram as doenças mais notórias». (78)

As terras da atual acreânia ainda não estavam descobertas, nem se conhecia nas suas proximidades um só habitante civilizado, quando o médico José Veríssimo de Matos visitando as povoações do rio Tapajós, verificou haver «febres intermitentes» na região, mas, achava que eram devidas «à má escolha do local em que erguiam seus ranchos ou casebres, à umidade destes, à ebriedade quase contínua, à vida aventureira da extração da salsa, borraça, óleos, castanha, à busca do peixe, base de sua alimentação diária (a mais das vêzes envenenado pelo timbó), ao descuido de guardar o necessário para as doenças, pois, ficam na miséria,

77) J. P. OLIVEIRA MARTINS — *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 2ª edição, Lisboa, 1893, tomo I, Introdução, pág. 33. — Os holandeses acham a colonização perfeitamente possível, sem medidas especiais; os ingleses e americanos são pessimistas nesse particular. (Pierre Monbeig e M. Sorre — «O Homem branco e o meio tropical», in *Boletim Geographico*, vol. 50, pág. 124) — Há dúvida se as temperaturas baixas do inverno resultam num aumento importante de energia. A seleção dos colonos, o regime alimentar pela sua variedade, abundância, a habilidade do povo, a inteligência em ajustar melhor sua alimentação e o gênero de vida a um clima diferente, podem compensar o clima quente. (*Boletim Geográfico cit.*, vol. 49, pág. 33).

78) A. R. LAMEGO, *O Homem e o Brejo*, 1945, pág. 93.

passando uma existência de fome, sofrimento e nudez, e não devindo ao clima.» (79)

Quarenta anos mais tarde, o geólogo Frederico Katzer corroborava essa assertiva, dizendo que as causas principais das moléstias epidêmicas das margens do Tapajós, eram a má alimentação e a água, as quais contribuíam mais do que qualquer outra para a propagação dessas doenças e aumentar os seus efeitos. (80)

Como vimos acima, o principal requisito para a adaptação do homem em qualquer latitude, segundo Oliveira Martins, é a alimentação, asserto este muito bem aplicável à colonização da Amazônia, verificado, entre outras causas, como a moradia inadequada, a falta de higiene, o uso imoderado do álcool, a subnutrição, que o reduzem a uma tal miséria fisiológica que é facilmente acometido por várias enfermidades.

É certo que o clima da Amazônia, inclusive o da Acreânia, tem sido muito discutido, a ponto de o classificarem em graus bem afastados.

Residi durante um quarto de século no Território do Acre, estacionando nos seus rios mais notáveis: Juruá, Purus e Acre, principalmente no primeiro, onde permaneci mais de quatro lustros, de maneira que posso dizer algo a respeito de sua salubridade.

Foi o tempo em que desfrutei mais saúde na minha vida. Apesar de não haver seguido os conselhos médicos para usar o quinino como preventivo a fim de não ser acometido pela malária, não padeci de qualquer de suas modalidades. Apenas, alguns resfriados, talvez, mais, devido a uma rinite hereditária, do que a outro influxo, e indisposições do aparelho digestivo, de certo modo abalado pela ingestão de alimentos em conserva.

A minha família que, quando dali saí, era composta de seis pessoas, nenhum assalto palúdico sofreu.

Não há dúvida que eram casos excepcionais, talvez uma imunidade orgânica, mas, aconteciam e não se circunscreveram a êsses fatos, vários outros se verificaram, como citam diversos autores que viajaram pela Amazônia, em épocas diferentes, como Humboldt, Bates, Agassiz, Coudrau, Maury, Charles Richet, Euclides da Cunha, e outros que gabaram o seu clima e a sua salubridade,

79) *Relatório do Presidente do Pará*, Henrique Beaurepaire Rohan, de 15 de agosto de 1857, págs. 6 e 8.

80) *Relatório sobre a viagem ao Tapajós e Monte Alegre*, em novembro de 1897, pág. 15.

sendo que William Chandless chegou a dizer que percorreu durante três anos o Amazonas, sem ter sido atacado por febras. (81)

E não obstante a opinião de escritores europeus apontando a inferioridade do clima tropical, a ponto de o admitirem a impossibilidade de adaptação de seus contrerrâneos nessa região, «sem se degenerar», Araujo Lima, grande clínico que residiu em Manaus muitos anos, diz que «o clima tropical «per se» não obsta o desenvolvimento e a atividade do homem sob seus múltiplos aspectos.» (82)

O Dr. Ephrem Macedo, médico que acompanhou a «Expedição para pesquisa de petróleo no Território (1936-1937) no alto Juruá acha que a região «não é salubre». Entretanto sua salubridade, como a de muitas outras em idênticas circunstâncias, parece-nos mais devido à péssima alimentação, deficiente em quantidade e em qualidade, e às condições de higiene, as mais precárias possíveis, do que mesmo às causas mesológicas», sem admitir, contudo, a exclusão destas. (83)

Esse clínico alude ao elevado índice palustre de Cruzeiro do Sul, já ressaltado, acrescenta êle, pelos seus colegas da Comissão de Limites, quando lá passaram, em 1927, situação que se agravara em 1930, quando «houve ali um surto epidêmico de malária, que dizimou a população da cidade e município de mais de um terço do seu total» ; continuando a cidade «um foco perene de impaludismo.» (84)

Residi no alto Juruá de abril de 1909 a abril de 1931, estando na cidade de Cruzeiro do Sul, por ocasião do surto palúdico a que se refere o Dr. Ephrem, epidemia que, realmente, atacou cerca de quatro quintos da população dêsse burgo, desfalcando-o, porém, de um pequeno número de habitantes, mais dos arredores do que do centro da cidade.

Quando lá cheguei, todo o alto Juruá era tido como salubre, excluindo alguns afluentes, como o rio Juruá Mirim, o Tejo, o Breu, o Tarauacá, e principalmente o Embira e alguns dos seus contribuintes, como o Jurupari e o Diabinho. (85)

81) PEDRO DE MOURA, *op. cit.*, págs. 150-151.

82) *Op. cit.*, pág. 151.

83) *Op. cit.* pág. 152 — O próprio Dr. Ephrem no seu relatório adianta que — «Com exceção de pequenas indisposições alimentares, — e das quais participamos — devidas à monotonia da alimentação e sobretudo à carência de vegetais verdes, o estado geral de saúde dos técnicos da expedição foi sempre bom. (*op. cit.*, pág. 149).

84) *Op. e pág. cit.*

85) Dizia o Prefeito do Alto Juruá que, em todo o Departamento, os lugares seriamente doentios eram os banhados, pelo rio Jurupari, aparecendo, no

Em vila Thaumaturgo, onde residi seis anos, algumas pessoas dormiam sem mosquitoireiro, curando-se ali facilmente os impaludados vindos dos rios Tejo e Breu.

Quanto à zona regada pelo Purus, da foz do Jacaré para cima era mui salubre, fato que se acentuava à proporção que se

princípio e no fim da estação chuvosa, alguns casos de febre palustre, disenteria, etc., e acrescentava que o impaludismo era quase desconhecido no alto Juruá, (*Relatório* do 1.º semestre de 1906, págs. 84 e 85).

Doze anos depois, o Prefeito J. J. Pereira Braga asseverava que o estado sanitário da capital era bom sem endemias e que, alguns casos de impaludismo vindos do interior, eram facilmente curáveis. (*Relatório* de dezembro de 1918, pág. 38).

O doutor Joaquim Rodrigues Ferreira, diretor da higiene local, observou que a nostalgia e a privação das funções sexuais mais do que os ataques de endemia que a maior parte nunca sofreu e quando sofrem poucos sucumbem. Acrescenta que as infecções eram: paludismo e suas conseqüências; beriberi, em menor escala; dermatoses produzidas por insetos, inclusive a úlcera de Bauru (pág. 86); não tendo encontrado ainda um caso de tuberculose, a não ser vindos de fora, os quais experimentam, aqui, sensíveis melhoras, talvez, devido ao clima e a água potável, rica em sais, principalmente de cálcio. Os estrangeiros, acrescenta êle, aclimam-se depressa, salientando-se os portugueses e sírios que vivem no gôzo da melhor saúde. (*Relatório* do Prefeito do Alto Juruá, de 1914, pág. 86).

O doutor J. C. Ferreira de Mello, encarregado do serviço Sanitário do Departamento, achou a zona dos rios Tarauacá, Muru, Jurupari e Embira «imensamente doentia, onde várias causas concorrem para a conservação do impaludismo». (O Cruzeiro do Sul) (Alto Juruá), de 21 de abril de 1907, pág. 1, col. 2.

O doutor Manoel Acrísio Xavier Bezerra, médico que clinicou na cidade de Cruzeiro do Sul e no interior do município e dirigiu o serviço sanitário do Departamento do Alto Juruá, dizia em 1919, que o impaludismo era «o maior dos males da Amazônia» mas, o rio Juruá, «em seu trecho do alto teve sempre a fama de ser o mais saudável de todos, não obstante possuir na zona federal o afluente sinistro — Juruá Mirim — o Inferno Verde.» (*Relatório* apresentado ao Prefeito do Departamento, José Joaquim da Costa Pereira Braga, em junho de 1919, pág. 13).

E acrescentava: «Em 1911, terrível epidemia palúdica dizimou em (pág. 13 cit.) poucos meses metade da população de São Felipe», hoje Eirunepé, e a 415 milhas de Cruzeiro do Sul. «E de então para cá se pode perfeitamente acompanhá-la em incursão para o alto, estadeiando de seringal em seringal, enviezando-se pelos afluentes, fixando-se pelas margens dos lagos e igarapés. Do Ipixuna varou para o alto Mõa onde êste ano tem aparecido pelos seringais de moradores ali há anos, que não conheciam febres em suas propriedades.»

«Diz-se e se tem escrito muitas vezes que no alto Juruá, em Cruzeiro do Sul, não há razões»; carecendo, porém, de fundamento a afirmativa porque não se baseia em exames microscópicos. Contudo, adianta

subia o rio (86) mas, com a imigração de colonos já combatidos por várias causas, sem assistência médica apropriada e cuja alimentação era parca e de má qualidade, o resultado só poderia ser a disseminação de qualquer morbo que surgisse. Com a derubada da mata e abertura de roçados fornecedores de melhor alimentação, a salubridade melhorou. (87)

O Prefeito do Departamento do Alto Acre dizia, em 1908, que havia melhorado as condições de salubridade da região, sendo de notar que, no ano indicado, não houve um caso fatal no pessoal da Prefeitura, no contingente do 36.º Batalhão de Infantaria e na Campina Regional. (88)

O Prefeito Cândido Mariano, do Departamento do Alto Purus, em 1906, esclarecia que a torturante viagem de 20, 30 e 40 dias, já deixava os nordestinos no pórto a que se destinavam, física e moralmente avassalados pela miséria orgânica que os dominava por completo, ensejando excelente campo para a invasão e desenvolvimento da malária e outras enfermidades, ceifando-lhes grande número; situação esta ainda agravada pelo abuso

o clínico «continuando as coisas como vão, baixará, sem demorar muito, ao nível da insalubridade.» (pág. 14).

Num relatório posterior, advertia o médico: «Cidade nova, francamente acessível a portadores de endemias diversas, se prescindir dos conselhos e boa prática da higiene, decairá fatalmente das vantagens naturais pela ação maléfica das aglomerações humanas.» (*Relatório* apresentado ao mesmo Prefeito, em janeiro de 1920, in *Em prol do saneamento do alto Juruá*, Bahia, 1920, pág. 46).

E foi o que prenunciou o Dr. Acrísio a epidemia de São Felipe, subindo aos poucos, atingiu o alto Mõa, desceu este rio e cercando a cidade de Cruzeiro do Sul, com os doentes que vinham do baixo Juruá, ocasionou o surto malárico de 1930.

Segundo o relatório de 1919, houve durante o ano, na referida cidade 89 óbitos, sendo 7 nati-mortos, e entre os 27 que tiveram assistência médica, apenas 2 foram vítimas de impaludismo, 4 de ancilostomose, 2 de gripe, 2 de alcoolismo crônico, 1 de tuberculose pulmonar, 1 de sífilis, 1 de bronquite crônica, 1 de pleurite e 1 de bronco pneumonia. (pág. 28).

86) A. R. P. LABRE, *A Seringueira*, Maranhão, 1873, pág. 21.

87) LIMA FIGUEIREDO, *O Acre e suas possibilidades*, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.º 2, pág. 309.

O bacterologista Carlos Chagas considerou a salubridade de Sena Madureira superior à de Manaus. («*Arcadia Acreana*» (Sena Madureira), de outubro de 1913, págs. 11 e 12).

Diz Avelino de Medeiros Chaves, explorador do alto Iaco e Alto Acre, desde 1898 que nessas paragens não há mosquitos ou carapanãs. (*Exploração da Hévea no Território Federal do Acre*, 1913, pág. 14).

88) *Relatório* de 1908 cit., in *Fôlha Oficial* (Empresa), de 1 de junho de 1909.

do álcool e tratamento espírico adotado para debelar as moléstias, que contribuíam ao lado da falta de higiene, para o desmedido aumento de doentes e mortandade, concorrendo para o descrédito da região e malsinação do seu clima. (89)

A CONQUISTA

Os emigrantes do Nordeste saíam de sua terra tangidos pelo flagelo da seca que tudo devastava, mas, só a abandonavam depois de perdida a derradeira esperança de chuva e exauridos os últimos recursos.

Não vindo os aguaceiros de dezembro, aguardam ansiosos o inverno até fevereiro ou março, e não chegando, segue-se a estiagem arrasadora que tudo devora e destrói.

Na sucessão desses meses, os campos perdem o encanto, as fôlhas verdes desaparecem, os roçados tornam-se simples descampado, a lavoura murcha e seca, a criação se aniquila, os fazendeiros abastados empobrecem, restando de todo o antigo frescor o esqueleto da vegetação, troncos roídos pelo fogo, fazendas abandonadas, carcaças de rês por tôda a parte, campinas, caminhos, lagoas e riachos ressequidos; (90) sem se ver mais o fogo das lareiras, nem ouvir o aboio do vaqueiro nas quebras-das. (91)

89) *Relatório* de 1906, págs. 34 e 35. Este Prefeito acrescentava que havia na região desde a terça maligna (acesso pernicioso) até a modalidade crônica (caquexia palúdica); muita úlcera, fluxões pulmonares, principalmente, nos meses de maio a setembro, quando se observa o fenômeno da friagem, época em que a coluna termométrica desce de 30° a menos de 12° centígrados, durante o dia (pág. 47); adiantando que, em 1907 e 1908, faleceram na cidade de Sena Madureira, 40 pessoas, sendo 14 em 1907, ano em que a sua população era de 1.026 almas, e 26 em 1908, em que tinha 2.137 pessoas, dando uma mortalidade de 14 por mil, coeficiente menor do que o de muitas cidades que gozam de foros de extrema salubridade. Quanto ao número de nascimento na cidade e subúrbios, diz que foi de 130. (*Relatório* de 30 de janeiro de 1909, pág. 45).

90) *Palestra* do Deputado Alberto Maranhão, in *Gazeta de Notícias* (Rio), de 27 de julho de 1905, transcrita em *A República* (Natal), de 8 de agosto seguinte, pág. 1, col. 5.

«Os ricos, se é que existe agora esta classe de gente entre nós, ficam pobres (pág. 4, c. 2) e a pobreza morre tôda.» (*Jornal do Comércio* (Rio), de 16 de fevereiro de 1846, pág. 3, c. 1; «Correspondência do Ceará, 7 de fevereiro cit.).

91) ELOY DE SOUZA, o *Calvário das Sêcas*, Natal, 1938, pág. II. A propósito da mortandade do gado, diz Ernani Silva Bruno, que, na seca de 1877-1879, o rebanho cearense desapareceu, não tanto pela fome e sede, mas, pelas epizootias que se difundiam por encontrarem os animais

Antes, porém, de se iniciar o êxodo, e ao escassear os pastos, o boi passa a comer xique-xique, macambira, coroa de frade e o homem assa nas brasas e devora o miolo das árvores; sendo o último recurso na luta contra a seca a abertura de cacimbas para o homem e para o gado. Secando aquela, «o matuto bebe a mesma água que o gado, com caparrosa, com detritos, com lama, com urina de boi e fezes de guaxinim.» (92)

Assim, esfaimados, sedentos, desgastados, estropiados e humilhados, numa jornada de dezenas de léguas, palmilhando chapadas, ladeiras, areiais, vales e serras, disputando muitas vezes às aves carniceiras o imundo repasto; vendo morrerem de fome e sede, o filho, a esposa, a mãe, em procura do litoral, (93) no qual esperavam arredar transes tão dolorosos, encarregando-se de serviços que pudessem prestar, ou emigrando para a Amazônia, a fim de escapar à aflição que os torturava.

Nessa marcha trágica, uns iam esmorecendo e ficando pelo caminho sem poderem ser ajudados pelos companheiros quase em

enfraquecidos. (*O Sertão, o Boi e a Seca*, MCMLIX, Introdução, pág. 32). Era o estado de penúria, de debilidade orgânica, concorrendo para a propagação de males que os abatiam, justamente o que acontecia com as epidemias que se disseminavam facilmente entre os retirantes, por encontrá-los sem forças para resistir aos assaltos das moléstias.

92) ERNANI SILVA BRUNO, *Op.* e Introdução, *cits.*, pág. 22.

93) Ouçamos algumas testemunhas oculares: «Aqui a criança mirrada exalando, inanimada, o último suspiro no colo da desventurada mãe cadavérica, transida de dor e fome, apenas de espaço levantando ao seu os olhos súplices, secos e sumidos nas órbitas, sentindo aproximar-se-lhe a mesma triste sorte do tenro filho. ali o mancebo esguio, dantes vigoroso em cujas mãos seria hoje inútil o ferro agrícola, que já não tem forças para suste-se... além o ancião vergado sobre o bastão, desfalecendo, sem poder mais suste o trôpego e incerto passo... acolá, mais coberta de pêjo que de panos, furta-se a frágil e inexperta donzela às vistas libidinosas do sedutor lascivo e perverso, emboscado no falso óbulo da caridade... mais além, em tôdas as direções, caravanas de retirantes com filhos e bagagens às costas, envoltos no ardente pó das estradas, seminus, cingidos de trapos côr de terra, esqueletos da fome..., todos percorrendo as ruas, esmolando o pão da caridade e recebem, coitados! quase somente o — Deus o favoreça! porque já todos são pobres, não têm mais o que dar!!! (*Jornal do Comércio* (Rio), de 3 de janeiro de 1878, pág. 1, col. 6; *Gazetilha — Carta* dirigida do Icó (Ceará) a respeitável pessoa da côrte).

«Próximo da Boa Vista uma caravana de 40 a 50 retirantes devoravam uma rês que havia morrido e que já se achava em estado de adiantada putrefação.» (*Jornal*, *cit.*, de 7 de janeiro referido, pág. 1, col. 4; *Fôlhas do Ceará* até 26 de dezembro de 1877, trecho de uma carta do Dr. Francisco Antonio de Oliveira, juiz de direito de Jaguaribemirim).

idêntica situação (94) até se finarem no meio dos que agonizavam; e outros já sem vida recebiam como última homenagem rápido sepultamento, assinalado por um tóscio madeiro; atingindo a maioria dêsses retirantes as cidades ou vilas litorâneas, depa-
rando, porém, aí um ambiente inadequado ao seu alojamento, devido à carência de construções apropriadas para um volume tão grande de foragidos. (95)

A dramaticidade do cenário crescia de intensidade: ali, eram magotes de sertanejos ao longo das estradas, dos caminhos, das veredas, dos atalhos, partindo de pontos diferentes no rumo do mar; aqui, era o acúmulo de levás e mais levás de indivíduos abatidos e desalentados que, dormindo ao relento, sob as árvores ou em acampamentos improvisados, na maior promiscuidade, concorriam para o incremento de epidemias e moléstias várias, como varíola, sarampo, dermatoses, sífilis; sem encontrar os recursos necessários ao término de sua amargura, a não ser a distribuição de parcas esmolas, que mal aliviavam a tortura dos que a recebiam, pois, chegara ao ponto de as donzelas trocarem a virgindade por cinco tostões, e algum trabalho sòmente nas capitais da província, obrigando a maioria a morrer de inanição ou a fugir dêsse cenário pestilencioso e dantesto, emigrando para o norte ou para o sul do país, em procura de um local menos árido e apavorante, em que pudesse viver ou no mínimo suavisar as suas desditas e amarguras. (96)

94) No meio dos foragidos, havia famílias distintas atiradas aos horrores da miséria, moças brancas cobertas de andrajos, pés ensanguentados pelas marchas forçadas, a pele queimada pelo sol abrasador e quase inanimadas; pobres homens conduzindo duas a três crianças aos ombros e em tipóias, em um percurso de oitenta a cem léguas; infelizes mulheres com os filhinhos aconchegados ao colo, a expirarem de fome, porque já não encontram no seio ressequido da desventurada mãe o que absorver — (*Jornal do Comércio* (Rio), de 31 de agosto de 1877, pág. 5, col. 1; *Fôlhas do Ceará* até 15 de agosto cit.); tendo uma delas dado a luz no meio da penosa jornada e confessado que, não tendo o que comer, alimentou-se de carne de cavalo morto e, soluçando, disse que mais de uma vez teve ensejo de devorar o próprio filhinho. (*Jornal do Comércio* cit., de 27 de dezembro de 1877, pág. 1, col. 4; *Datas do Ceará* até 13 de dezembro cit.).

95) Havia abarracamentos, em que a promiscuidade não separava os sexos, as idades, os doentes e os sãos, misturando-se o choro das crianças ardendo em febre com os gemidos dos adultos, o pranto das mães martirizadas pela angústia de não encontrarem no seio murcho uma gôta de leite para matar a fome do filho recém-nascido. (Eloy de Souza, *Op. cit.*, pág. 11).

96) Na seca de 1877-1879, a que ocasionou maior destruição na região nordestina no tempo do Império e ainda hoje lembrada com tristeza, a pequena cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, chegou a ter,

Todavia, não cessara a sua odisséia.

Já haviam vencido as duas primeiras partes do drama, mas, estavam apenas na metade, pois, restavam ainda duas etapas, talvez, tão dolorosas quanto as primeiras, ou mais penosas, por se abaterem sobre indivíduos já enfraquecidos e oprimidos pelas anteriores.

O coração assim abalado dêsses desventurados teria mais que suportar transe bem penosos, como o do embarque nos va-

em 1878, nos seus arredores, setenta mil retirantes, dos quais se finaram, só de janeiro a outubro de 1879, cêrca de 35.000, conforme notas oficiais colhidas então (*Mensagem* do governador A. Tavares de Lyra, ao Congresso Estadual, de 14 de julho de 1904, in *A República* (órgão oficial) de 18 de julho citado, pág. 1, col. 3); dando assim, u'a média superior a 115 óbitos por dia, números êsses confirmados pelos jornais e cartas de Natal de maio e dezembro de 1879 (*Jornal do Comércio* (Rio), de 16 a 31 de maio e de 11 de dezembro de 1879); afora os que procuraram Macau, que chegou a reunir uns 20.000; Tcueros, Ceará Mirim, Natal e outros lugares, amanhecendo os cadáveres pelas ruas nus, largando os pedaços, devido a fome e moléstias oriundas da falta de assistência. (*Jornais e números, cit.*).

Na referida cidade de Mossoró morre-se de fome no meio da rua, sendo brutalmente desvirginadas milhares de crianças de 8 a 10 anos de idade, espalhando-se a sífilis. «Os maridos abandonam e mercadejam as suas mulheres, os pais e as mães arrastam as filhas às casas de perdição por 500 réis. (*Jornal do Comércio* cit., de 6 de fevereiro de 1880, pág. 2, col. 6; *Carta* de Natal, de 23 de janeiro anterior).

Em Fortaleza, só num dia, pereceram 1.012 pessoas, ensejando a primeira incineração de cadáveres no Brasil, devido à fadiga dos co-veiros. (Eloy de Souza, *op. cit.*, pág. 6); tendo chegado a cidade a ter 160.000 adventícios (*Jornal do Comércio* (Rio), de 8 de junho de 1878, pág. 1, col. 4; *Datas* do Ceará até 26 de maio), para uma população fixa de 25.000 almas. (*Jornal* cit. de 7 de dezembro de 1877, pág. 4, col. 4).

Em 1877, dava-se ao Ceará perto de 900.000 habitantes (*Jornal* cit., de 7 de abril de 1877, pág. 2, col. 6; *Carta* de Fortaleza de 21 de março; e ao Rio Grande do Norte, cêrca de 250.000 (L. da Camara Cascudo, *História do Rio Grande do Norte*, pág. 51); estimando-se o número de mortos, na sêca de 1877 a 1879, na primeira dessas pro-vidências, em 400.000, e na segunda, em 100.000. (Eloy de Souza, *op. cit.*, pág. 6v.; *Jornal* cit., de 31 de maio de 1878, pág. 2, col. 6; *Carta* de Natal de 14, maio).

No meio das moléstias verificadas entre os retirantes, não só pela miséria orgânica, como pela aglomeração e promiscuidade, foram apon-tadas a variola, febre amarela, sarampo, úlceras, feridas bravas, febre perniciosa, bichos de pé. (*Jornal do Comércio* cit., de 22 de setembro de 1877, pág. 4, col. 6; *Datas* do Rio Grande até 10 do mesmo mês; de 4 de novembro seguinte, pág. 3, col. 3; *Datas* do Ceará até 22 de outubro; de 18 de novembro cit., pág. 3, c. 6; *Cartas* de Natal de 5 do mês referido; de 9 de maio de 1878, pág. 1, col. 4; *Datas* do Rio Grande até 28 de abril; de 13 de dezembro de 1878, pág. 1, col. 3; *Datas* do

pores que os deviam conduzir a estranhas plagas. No momento, em que enfileirados na proa do navio o comissário, sob as vistas do comandante, alegando que não dispunha de praça senão para um certo número, ordenava que o excedente voltasse para a lancha que os conduzira até ali. Humildes, obedeciam, mas, no instante em que as duas embarcações se afastavam, uma para a terra e outra no rumo do norte, «o desespero esmagava os corações desgraçados, que, nas amarguras de um pranto sem consôlo, gritavam acenando uns para a lancha, outros para o vapor: Meu filho que vai! meu pai! meu marido ficou! minha mãe! meu irmão! Só ouviam prantos e gritos de desespero; fatos êstes que se reproduziam com a continuação da corrente migratória. (97) Muitos dêes, talvez, jamais se reencontrassem!...

E mais, os encarregados do transporte para as lanchas arrancavam as crianças dos braços maternos e as conduziam como fardos que sacudiam sem piedade no fundo da embarcação. As mulheres eram carregadas aos empurrões sem o menor respeito, entre ditos indecentes. A môça donzela não encontrava no meio daquêla multidão selvagem e sem carinho o respeito devido ao seu estado. Procuravam mesmo ocasião de ofender o pudor da inocente, sem apoio e a tudo exposta, se mal lhe cobriam as formas os trapos mesquinhos da indigência.» (98)

Isto era a primeira cena do novo ato, a que estavam sujeitos os emigrantes!...

Rio Grande até 4 do mês aludido; de 11 de dezembro de 1879, pág. 2, col. 1; *Carta de Natal* de 22 de outubro.

Em Mossorô, os cadáveres amanheciam pelas ruas, nus, largando os pedaços e em decomposição (*Jornal do Comércio*, de 21 de junho de 1878 pág. 1, col. 5; *Datas do Rio Grande* até 9 dêste mês; e na Paraíba, a maior parte dos mortos de fome, fica estendida nas calçadas, onde passa a noite em tormento, e outra sai a esmolar de porta em porta, caindo aos pés dos transeuntes, a quem pedem pelo amor de Deus um pedaço de pão. (*Jornal do Comércio*, de 27 de junho de 1878, pág. 2, col. 2; *Carta da Paraíba*, de 10 de junho referido).

- 97) RODOLPHO TEOPHILO, *História da Sêca do Ceará*, 1877-1880. Rio, 1922, pág. 114.

O bom senso mostra que é perigoso um individuo sadio abalar-se a uma longa viagem para ir viver em clima diferente e inóspito, imagine-se que resistência poderá oferecer um organismo depauperado pela fome. (*A República* (Natal), de 10 de junho de 1903, pág. 1, col. 2: «A Sêca»).

- 98) *História* cit., pág. 133. O autor acrescenta que matar à fome, talvez, fôsse menos do que consentir no escândalo praticado todos os dias à face de uma sociedade moralizada, pois, no meio daquela onda atirada ao destino e por «entre aqueles trajos nojentos, iam famílias inteiras criadas na abastança, educadas religiosamente nos princípios do bem e que viveram sempre na mais pura honestidade.» (*História* cit., pág. 134).

Na terceira classe dêsses vapores, êles não deviam passar fome, porém, a adaptação seria difficil, porque não havia a bordo acomodações para êsses passageiros e deveriam permanecer até o fim da nova jornada, na maior promiscuidade, misturados na proa e nos porões do navio, como se fôsem uma carga qualquer!...

Mal terminada esta provação, surgia logo uma ainda maior para os que se destinavam aos rios mais longinquos, como os que regavam as terras que mais tarde formariam o território do Acre.

No bojo das embarcações que transitam pela intrincada rêde potâmica amazônica chamada «gaiolas», ou no dos batelões que lhe iam a reboque, o sofrimento dêsses infelizes ultrapassava o que se poderia avaliar: por entre volumes de carga, vultos de gado vacuum, suíno, cavalari e asinino, destinados ao consumo de bordo ou à venda; montões de gramíneas para o sustento dessas rêsens; num ambiente infecto e repugnante, via-se um labirinto de rêsens em todos os sentidos, num entrelaçamento inimaginável com vários planos, que se embatiam com madeiras estendidas em diagonal, tomando qualquer espaço que porventura houvesse na parte do navio reservada à terceira classe, entremeamento êste que, em certas ocasiões se observava até na parte destinada à primeira classe.

Nessa avançada contra o desconhecido, sem o mínimo conforto e higiene, era inevitável o aparecimento de moléstias que, por falta de assistência médica, se alastravam facilmente, tornando-se epidêmicas e como remate o falecimento de muitos dêles, ou maior desgaste, se possível de um organismo já combalido pelas rudes e ásperas travessias anteriores.

Era êste homem assim tão duramente maltratado, que ia invadir, conquistar e povoar a densa mataria acreana, embrenhando-se nos seus mais ínvios e recônditos desvãos, a cata da preciosa árvore que produzia o decantado ouro negro e onde seria recebido pelo gentio desconfiado e bravo, a fera traiçoeira e rude, o culicídio agressivo e estonteante, às vês, transmissor de moléstias; angustiado entre o rio e a selva, num desconforto e con-frangimento capazes de aumentar a sua aflição, infelizmente, acompanhada da nostalgia e da saudade, sentimentos êsses que contribuíam para mais agravar sua tortura.

Contudo, e apesar de outras dificuldades, como a distância, o estranho sistema de trabalho e a falta de assistência, (99) o

99) O govêrno do Império ou o da República davam a passagem e o da Província ou do Estado, com créditos fornecidos pelo primeiro, proporcionava-lhe alojamento e alimentação, nos pontos intermediários, como Belém ou Manaus, nos períodos de grandes migrações advindas das

«brabo» venceu essa derradeira etapa, fazendo emergir de um meio inteiramente selvagem, no «último oeste» brasileiro, um extenso e opulento território que, devido a intensidade de sua produção industrial e ao movimento comercial daí sobrevivendo, elevou a borracha à classe de segundo produto da exportação nacional, logo após o café, despertando a atenção das nações vizinhas e mesmo algumas de além continente, ensejando e aguçando a cobiça internacional.

É certo que o conseguiu após embates os mais duros, numa luta titânica contra o meio físico e animado, mas, com imenso desfalque de suas falanges ou de seus conjuntos, a ponto de alguns contemporâneos dêsse bandeirismo, dêsses batedores do deserto acreano, estimarem-no em dezenas de milhares; numa destruição tão assustadora que alguém chegou a calcular ter sido o povoamento de Acreânia baseado no sacrifício de, no mínimo, em 80 % dos que a invadiram. (100)

prolongadas sêcas no nordeste brasileiro. Durante algumas dessas crises, com o fito de preencher vagas no seu seringal ou de aumentar a sua capacidade produtiva, noutras ocasiões, o seringalista enviava representantes seus aos Estados do nordeste, a fim de conseguir pessoal para tal finalidade, sem auxílio do governo.

Todavia, casas comerciais das praças de Belém e de Manaus, concorreram eficazmente para a conquista e povoamento das terras acreanas, entre as quais destacaram-se E. J. Nunes da Silva e Cia. (Visconde de Santo Elias), na zona meridional Purus-Acre e Mello & Cia., na zona setentrional (Juruá).

- 100) Um abastado fazendeiro disse a um boliviano, em 1903: «Faz 16 anos que em companhia de 30 ou 50 homens vim para este lugar e dêsses já desapareceram 80 por cento. E o que aconteceu aqui aconteceu em todo o Acre. Orçamos hoje em vinte e cinco mil, mas somos o remanescente de um avultado número. Nada menos de 150.000 pereceram nestes 18 ou 20 anos que trabalhamos aqui. (*La Gaceta del Norte*, de Riberalta, Bolívia, de 10 de setembro de 1903, in *Genesco de Castro — O Estado Independente do Acre* e J. Plácido de Castro, Rio, 1930, págs. 149 e 153).

Essa estimativa referia-se apenas à ribeira do Aquiri ou Acre, sem englobar a do Purus e Juruá, de maneira que os 150 mil sacrificados na sua conquista corresponderiam a um total de 180.000 pessoas que a penetraram para o seu povoamento, cifra esta que achamos exagerada, uma vez que não inclui os que foram para o alto Purus e alto Juruá, número este certamente superior ao dos que se internaram no vale do Acre e que, somados, daria um total de cerca de 400.000 invasores. Quantidade esta superior à soma da emigração cearense para toda a Amazônia, no trintênio de 1869 a 1900, a qual segundo a contagem registrada por um reputado historiador cearense, não passou de 255.526 pessoas, que, adicionadas aos 15.000 emigrados em 1901, dariam uma cifra superior a 270.000 indivíduos.

É certo que houve emigração de outras províncias brasileiras para a região amazônica, porém, o grosso era de origem cearense, uma vez

Neutel Maia referiu-nos que começou a trabalhar no seringal a que denominou «Emprêsa» com 82 pessoas, das quais restavam apenas quatro no ano seguinte: êle Neutel, o seu pai e mais dois companheiro. (101)

O escritor Julio Rocha, transmitindo informações de moradores do rio Acre, adianta que a exploração dêsse vale tem custado a vida de vinte mil cearenses, seguramente, sem contar o crescido número dos (pág. 63) que têm voltado para a sua terra natal inutilizados pelas enfermidades; deixando todavia, nas suas margens, uma população brasileira de cerca de trinta mil almas. (102)

Como se vê, a estimativa dêsse escritor muito destoa da do velho acreano que falou no mesmo ano e pela bôca do boliviano de Riberalta, no tocante ao número de mortos, mas, acha-se aproximada da porção que sobreviveu.

Aos olhos dos leigos, a diferença entre 25 e 20.000 almas, poderá parecer avultada, porém, atendendo-se a instabilidade da

que reunidos os emigrantes do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e outras circunscrições do país, deveriam andar ao redor de um terço do número de cearenses, elevando o total de imigrantes na Amazônia, naquele período, a 350.000 indivíduos, dos quais tinha que se abater os que se localizaram noutros rios do Pará e do Amazonas, bem como os que retornaram ao torrão natal, avaliados êstes em mais de cem mil almas. (Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará*, 1947; pág. 394).

Num discurso pronunciado na Câmara Federal, a 22 de novembro de 1900, o deputado Virgílio Brigido, disse que havia uma perene emigração para o Amazonas e seus afluentes: onde havia uma população de 88.000 cearenses. (*A República* (Natal), de 7 de janeiro de 1901, pág. 1, col. 3; «Câmara dos Deputados»).

- 101) Êste episódio foi-nos confirmado pelo desembargador do Tribunal de Apelação do Acre, Antonio Cesário de Faria Alvim Filho, depois, ministro do Tribunal de Contas da União, amigo íntimo do velho pioneiro acreano, que acrescentou, haver surgido entre elas uma doença estranha e de forma epidêmica, ceifando-as de maneira assustadora, ante o que, êle Neutel, de acôrdo com um dos seus auxiliares, ou por lembrança dêste, mandou juntar os cadáveres ao lado dos moribundos e atear fogo na pilha ou pilhas formadas por êles, queimando-os, como medida de profilaxia, acabando, assim a epidemia, de que restaram, apenas, 16 indivíduos.

Genesco de Castro, irmão de Plácido de Castro, e que dirigiu os seringais dêste por muitos anos, chegou a dizer que «Cada seringueira representa vida de um homem», na Amazônia, sobretudo no Acre. (*O Estado Independente do Acre*, 1930, pág. 6); e o jornal *Correio do Povo* (Labrea) informava que, no Acre, morreu mais gente que na (col. 3) mais custosa das guerras internacionais sustentadas pelo Brasil. (Edição de 9 de janeiro de 1910, pág. 1, col. 4);

- 102) *O Acre*, Lisboa, 1903, pág. 64.

população acreana, devido não só a retirada constante para o torrão natal e para outros sítios da Amazônia, como ao crescido número dos que sucumbiam nesses primeiros tempos, a desproporção não é grande, principalmente, num período em que não havia recenseamento não passando tudo de conjecturas.

Já na conquista da Amazônia, observaram-se casos análogos. — «Quando as expedições eram bem sucedidas, chegava ao Pará somente a metade : imagine-se o que seria nas outras» ; (103) e o Padre Vieira dizia à Câmara de Belém — «por mais que sejam os escravos que se fazem, mais são sempre os que morrem.» (104)

Certamente, em vários lugares a ocupação, como é natural custou menos vidas, e por isso, achamos mais razoável, de um modo geral, que cada indivíduo que sobreviveu, correspondesse, aproximadamente, a um morto sem contar a quantidade incalculável dos que se afastaram das brenhas acreanas, procurando outros rumos em que uns baqueavam pelo caminho e outros atingiam os seus antigos lares, com muitos dêles inutilizados pelas moléstias adquiridas na terra nova ou nas longas e torturantes viagens de ida e volta, completamente desamparados de qualquer assistência.

Tratando-se do povoamento da região acreana, não podemos deixar de considerar, embora ligeiramente, o que se passava nas margens do Solimões (105) trecho do Amazonas, em que desembocavam os rios Madeira, Purus, Juruá e Javari, sendo que dois dêses traspassam a acreânia e serviram de caminho às grandes levadas de imigrantes que a desbravaram e se derramaram pela sua hinterlândia, e os restantes apenas a tocam : o primeiro na sua extremidade meridional, por um de seus contribuintes — o Abunã, e o segundo, pelo seu principal formador — o Jaquirana.

O europeu começou a intrometer-se nessa faixa amazônica no penúltimo decênio do século XVII, sem contar as marcantes viagens de Orellana, Orsua e Teixeira, quando o inaciano alemão Samuel Fritz, em nome de Espanha, aí estabeleceu várias missões, que os portugueses arrebataram em 1710, entregando-as a frades carmelitas, os quais mudaram quase tôdas para sítios reputados mais apropriados, chegando algumas delas, como as de Coari (Sant'Ana) e Fontebôa (N. S. de Guadalupe) a terem quatro assentos.

103) VIRGILIO CORRÊA FILHO — *Desvassamento e Ocupação da Amazônia*, in «*Amazônia Brasileira*» (IBGE), 1944, pág. 174.

104) Obra e págs. cit.

105) Solimões era o nome dado a região do rio Amazonas, entre o Madeira e o Javari, dividida pelos geógrafos, em seis províncias: Purus, Coari, Tefé, Juruá, Jutai e Javari. (Lourenço da Silva Araujo Amazonas,

No decorrer do século XVIII, foram fundadas outras aldeias, (106) como as de Cupacá (1720), Tabatinga (1766), S. Fernando (1768), Tocantins (1774), Boa Vista, Nogueira, Manacapuru (antes de 1768), Alvarães (antes de 1774). (107)

Na centúria seguinte, surgiram outros povoados, entre os quais Anuri, Codajás, Badajós. (108)

A população, como o seu progresso, tem variado muito. A princípio, as aldeias eram compostas de aborígenes regionais, mais tarde supridas por «descimentos», principalmente, oriundos dos rios Japurá, Tefé e Juruá. (109)

Depois, foram aparecendo os mestiços, não só devido ao cruzamento de brancos com os naturais, como também pelos advenas daquela sub-raça que vinham acompanhando os dirigentes das aldeias seguidos de representantes da raça negra, embora em número reduzido, de maneira que, apesar dos Carmelitas restaurarem, em menos de quarenta anos, no século XVIII, as aldeias fundadas pelos jesuítas espanhóis, que as destruíram, na rua retirada definitiva; (110) elas nunca tiveram um desenvolvimento

Dicionário Top. Hist. Descritivo da Comarca do Alto Amazonas, Recife, 1852, pág. 334; M. Ayres de Casal, *Geografia Brasileira*, R.o. 1816, vol. II, págs. 322-323). Mais tarde, essa denominação passou a compreender somente o espaço da boca do rio Negro a Tabatinga.

- 106) As missões ou aldeias fundadas pelos jesuítas foram Coari, Tefé, Fontebóia, Evirateua, São Paulo e Javari (Araujo Amazonas, *Dic. cit.*, pág. 241). Em Tefé, reuniram-se no ano de 1781, as partidas espanhola e portuguesa (comissários Pizarro e Chermont) e no de 1784, apresentaram-se aí os comissários plenipotenciários das partidas do Rio Negro e Mato Grosso — João Pereira Caldas e Requena, demorando a espanhola nesse lugar até 1790, tempo em que o comissário espanhol, abusivamente, nela e no lago Cupacá, fundou consideráveis estabelecimentos, que serviram de pretexto à afluência de espanhóis no Solimões, evacuados em 1790, pelo governador do Rio Negro. (Araujo Amazonas, *Dic. cit.*, págs. 342 e 343). No Rio Uarini, perto de Cupacá, houve um mocambo de fugidos. (André Fernandes de Souza, *Notícia sobre a capitânia do Rio Negro*, in *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro*, vol. 12, pág. 441).
- 107) *Dic. cit.*, págs. 102, 324, 325, 337, 344; J. Monteiro de Noronha, *Roteiro de 1768*, págs. 28, 32; F. X. Ribeiro Sampaio, *Diário de 1774*, 1775, págs. 134-135.
- 108) ANDRÉ FERNANDES DE SOUZA, *Notícias cits.*, pág. 483; H. Lister Maw, *Do Pacífico ao Atlântico*, 1831, pág. 204; A. Amazonas, *Dic. cit.*, pág. 92; F. Bernardino de Souza, *Pará e Amazonas*, 1874, Primeira Parte, pág. 196; C. Tastevin, *Le Delta du Japurá et le Piuriny*, in *La Géographie*, Paris, LI, pág. 296; Miguel Miranda Viana, *Relat. sobre a viagem do vapor «Monarcha»*, 1854.
- 109) RIBEIRO SAMPAIO, *Diário cit.*, págs. 134 e 135; André Fernandes, *Notícias de Capitania do Rio Negro cits.*, págs. 442 e 444; Araujo Amazonas, *Dic. cit.*, págs. 137 e 143.
- 110) ARAUJO AMAZONAS, *Dic. cit.*, págs. 241-242.

seguro : a deserção dos índios, não só para evitar o contágio de variolosos e maláricos ; como às correrias dos Muras, o abuso das autoridades e de outras pessoas desarrazoadas, imprudentes e ambiciosas, a falta de ministros para o culto, concorriam também para que êsses indígenas fugissem para os lagos e altos rios, a fim de escaparem a um aviso para o serviço público, ou às iniquidades dos prepostos da administração pública e a perversidade dos seus senhores. (111).

No fim do século XVIII, Coari tinha 54 habitantes livres, 14 escravos e 400 índios, Tefé (Ega) — 300, além dos índios. Nogueira — 7 livres, 11 escravos e 419 índios ; Alvarães — 57 livres, 3 escravos e 441 índios ; Fonteboa — 57 livres, 7 escravos e 379 índios ; Tabatinga — 11 livres, 1 escravo e 33 índios ; (112) população esta triplicada de 1820 para 1830, passando Coari a 1.600 habitantes, Ega a 2.200; Nogueira a 1.200; e Fonteboa a 1.100 ; estacionando, somente, Alvarães no que estava (113) mas, cêrca do meado do século, a população da freguesia de Coari orçava em 760 pessoas, sendo 411 índios ; da de Tefé em 840, sendo 84 brancos, 176 mamelucos, 20 mestiços, 20 escravos e 540 índios ; da de Caiçara em 562, sendo 341 índios ; da de Parauari em 724, sendo 472 índios ; e da de Fonteboa em 600, sendo 302 índios. (114)

Um grande estudioso da região, revela que o Solimões inteiro contava, em 1840, apenas 5.000 habitantes, ao passo que na terceira década do século atual, somente os municípios de Coari, Tefé e Fonteboa, possuíam 30.000 almas, (115) acrescentado

111) MONTEIRO BAENA, *Ensaio Corográfico*, cit., págs. 8 e 18; A. Amazonas. Dic. cit., pág. 33 — A. C. Tavares Bastos dizia: O índio é trabalhador, pacífico, humilde, de uma boa fé infantil, de um desinteresse incrível, sóbrio e vigoroso. Mas, o recrutamento, a guarda nacional, as eleições, o delegado, o comandante, o regatão, o vendilhão, o traficante de crianças, o vexam, estragam e amedrontam. Trabalha rudemente, mas é explorado, roubado, perseguido e infamado. (*Estudos e Regimento sobre o Amazonas*, 1866, pág. 287).

112) FRANCISCO DE SOUZA COUTINHO, *Ofício sobre a população dos índios e habitantes da Capitânia do Pará e S. J. do Rio Negro* (Quadro datado de 1.º de janeiro de 1795); J. Vasques Manoel Braun, *Roteiro Corográfico do Grão Pará*, 1789, § 5.º).

113) ANDRÊ FERNANDES DE SOUZA, *Notícias e Revista*, cit., págs. 436, 437 e 445; Inacio Acioli Cerqueira e Silva, *Geografia Paraense*, 1833 (mapa estatístico depois da pág. 50).

114) ARAUJO AMAZONAS, Dic. cit. (Mapa estatístico final).

115) PADRE CONSTANTINO TASTEVIN, *La Region du Mayon — Amazonas ou Solimões*, in *La Geographie*, Paris, T. XLVIII (1927), pág. 278. Contudo, o comissário brasileiro Cunha Gomes dizia, em 1897, que as

que até 1880, essa população era composta de índios, na maioria, mais ou menos civilizados, ou mestiços de brancos e de índios; na qual se intrometeram, em seguida, emigrantes mulatos e brancos vindos da costa, impelidos pela fome ou na esperança de enriquecer. (116)

Dos rios Madeira, Purus, Juruá e Javari, já se tinha notícia desde os primeiros navegadores do «riomar»; mas, a sua penetração com fins comerciais — a troca de produtos naturais por artificiais — só se verificaria pelo meado do século XVIII, época em que os sertanistas mais ousados os subiam para prear índios, exceto o Madeira, que já na centúria anterior era penetrado por vários exploradores, tendo alguns colonos do Pará o visitado a procura de drogas da terra, negócio êste que aumentou, na seguinte, ensejando o estabelecimento de aldeias e o consequente povoamento do grande rio. (117)

O Juruá, o Purus e o Javari, porém, sòmente iam começar a atrair gente estranha com o fim de explorar os seus produtos silvestres em maior escala, cêrca do meado do século XIX, depois do que seguiu-se a sua ocupação.

Aos nordestinos coube a glória de haver iniciado o povoamento da Amazônia saídos do Recife com Jerônimo de Albuquerque em 1613, e com Alexandre de Moura, em 1615, à conquista do Maranhão, de cuja expedição foi escolhido Francisco Caldeira

povoações do Solimões perderam a vida que tiveram, apresentando hoje um aspecto triste, acentuando a sua decadência atual. (*Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia*, 1899, pág. 29).

116) *La Geographie*, vol. cit., pág. 265.

117) Ver J. M. B. CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre*, in *Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, vol. 196 (1947), págs. 77, 78, 82, 106, 107, 162, 200 e 201.

Quanto à penetração no Juruá, temos a acrescentar que, tendo a governação portuguesa recomendado ao comissário Tenente-Coronel João Baptista Mardel que obtivesse notícias sôbre o Juruá e Purus, o cabo de esquadra Joaquim Pires respondeu ao dito coronel, em data de 11 de fevereiro de 1785, que podiam informar sôbre o Juruá, o pai Marçal e o Capitão Domingos de Nogueira, assim como o morador Vicente, de Caiçara, os quais têm penetrado nesse rio para o descimento de tapuias. (*Questão de Limites — Fronteira Espanhola*, Livro n.º 1.064, págs. 2, 5 e 7); (Nota fornecida pelo historiador Ferreira Reis), tendo o comissário H. João Wilkens feito, em março do mesmo ano, uma descrição dêste rio, de cujas águas se extraia peixe e das margens salsa. (Historiador cit., *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, vol. 244, pág. 74 e nota 44).

Castello Branco, para fundar a nova província, (118) ocupação esta que teve comêço em janeiro de 1616.

Antes disso, porém, por volta de 1540, devido ao mau tratamento dispensado pelos portugueses aos tupinambás das costas do Brasil, houve uma grande migração destes, da Bahia ou de Pernambuco para os Andes, em que levaram anos, num percurso irregular, sem rumo definido, atacando e sendo atacado nessa marcha formidanda de mais de mil léguas em que alcançaram a província de Chachapoiás, onde foram identificados por «peruleiros» (portuguêses moradores no Peru) que os conheceram anteriormente no Brasil, já mui reduzidos; resultando de sua narrativa a viagem de Pedro de Orsúa (1560). (119)

Nessa marcha, os tupis, dizem haver descido o rio *Madeira*, a cuja grandeza e maravilhas se referem, alojando-se uma parte nas suas margens, cuja barra inferior e ilha aí existente conservam a denominação de «Tupinambaranas», e onde da própria bôca dos tupinambás, Cristobal d'Acuna e Pedro Teixeira, antes do meado do século XVII, e La Condamine, no seguinte, ouviram o soberbo relato dessa assombrosa façanha; prosseguindo outra no seu êxodo descomunal até o Peru. (120)

Instalada a capitania do Pará, os nordestinos tomaram parte na conquista do rio-mar, indo até Quito, no antigo vice reinado

118) INACIO ACIOLI CERQUEIRA E SILVA, *Geographia Paraense*, 1833, pág. 73. Francisco Caldeira Castello Branco governou o Rio Grande do Norte, de outubro de 1613 a junho de 1615. (L. da C. Cascudo, *História do Rio Grande*, 1955, pág. 441), de maneira que deve ter saído daí para acompanhar Alexandre de Moura, em 1615.

Chamavam a êsses nordestinos de *pernambucanos*, porque, nessa época, sobressaia no nordeste do país a capitania de Pernambuco, cujo progresso preponderava sobre as demais capitanias.

Dos 150 soldados trazidos à conquista do Pará por Caldeira, muitos seriam luso-brasileiros, pernambucanos principalmente, que, em 1613, acompanharam Jeronimo de Albuquerque à conquista do Maranhão; havendo mestiços entre êstes. (*Dicionário Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil* (Inst. Hist. Geogr. Brasileiro), Rio, 1922, Introdução Geral, vol. II, Estado do Pará, pág. 130, colaboração assinada por José Veríssimo).

119) J. F. de ALMEIDA PRADO, *Primeiros Povoadores do Brasil*, págs. 156 e 157. Almeida Prado diz-se baseado em Gandavo e Ortigueira.

120) Le Comte de Pagan, *Relation Historique et Geographique de la Grande Rivière des Amazonas*, Paris, MDCLVI, págs. 57 e 93; Cristobal d'Acuña, *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, 1641, in *Brasiliana*, Serie 5.ª, 1941, págs. 261-2; La Condamine, *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amerique Meridionale*, 1745, pág. 140; Berredo, *Anais Historicos do Estado do Maranhão*, 3.ª edição, Florença, 1905, vol. I, págs. 32-34; Paes Barreto, *Visões da História*, in *Anuario de Belém*, 1616 — 1916, pág. 130.

do Peru (121) e provavelmente, foram se fixando pouco a pouco ao lado dos lusos, no imenso território amazônico, durante o passar das centúrias seguintes, mas, somente na segunda metade do século XIX, um fenômeno climático que, vez por outra, assolava o nordeste brasileiro, iria contribuir de maneira apreciável para o povoamento da Amazônia.

VALE DOS PURUS

O escritor cearense Soares Bulcão afirma que João Gabriel de Carvalho e Mello foi o primeiro cearense que emigrou para o interior do Amazonas, acrescentando ter sido ele Gabriel «o iniciador das correntes emigratórias que se sucederam, desde as grandes sêcas de 1845 e 1877, para aquela província.» (122)

O mesmo Soares Bulcão, pormenorizando o fato, esclarece que João Gabriel desapareceu de Uruburetama (Ceará) em 1847; tendo sido infrutíferas as diligências da família para localizá-lo, somente se elucidando o caso, quando ele escreveu a primeira carta à sua esposa Mariana Paz de Ávila, datada do «Pará, 22 de setembro de 1854», explicando que tinha ido para o Maranhão e daí para Belém (Pará), onde chegou a 17 de setembro referido. Por uma outra missiva firmada de «Manaus, 8 de novembro de 1858», soube-se que ele andou pelo rio Negro, Manaus e imediações, como regatão, tendo seguido a 5 de abril de 1857 para o Purus, rio, ajuntava ele, «que fica para as partes da Bolívia»? descarregando ali o seu barco e quarenta famílias compostas de maranhenses e cearenses, residentes no Maranhão, emigrados desde a sêca de 1845, para se dedicarem à extração de produtos silvestres. (123)

121) Eram pernambucanos o mestre de campo da expedição Pedro Teixeira (1637-9), coronel Bento Rodrigues de Oliveira (A. C. Ferreira Reis, *História do Amazonas*, Manaus, 1931, pág. 36, nota 4); Pedro da Costa Favela, companheiro de Caldeira Castello Branco e de Pedro Teixeira, e uma das três figuras mais interessantes do início da conquista e povoamento do Amazonas. (*Hist. cit.*, págs. 48 e 49).

122) *Correio do Ceará* (Fortaleza), de 12 de agosto de 1931, pág. 3, col. 1.

123) *Jornal* e pág., cits., cols. 2 a 5. Em 1858, João Gabriel e Martinho Barata já estavam no Purus, rio em que se reuniam mais de mil pessoas, vindas de pontos diversos. (*Estrella do Amazonas* (Manaus), de 26. junho de 1858).

Segundo uma publicação feita pelo *Correio de Manaus*, sob a epigrafe «Um romance verdadeiro», João Gabriel de Carvalho e Mello, filho de João Gabriel de Mello e Rosa Maria de Jesus, moradores no lugar Boqueirão, do sertão do Ceará, casou-se com Mariana Paes de Ávila, no Aracati e, devido aos rigores da pobreza, deliberou ausentar-se de sua família, partindo de sua terra no dia 27 de no-

Não parece verdadeira a afirmativa de Soares Bulcão de haver sido João Gabriel o primeiro cearense que emigrou para a Amazônia, pois, uma correspondência datada do Pará para o Rio de Janeiro, de 28 de janeiro de 1846, dizia que havia imigração livre embora insignificante (124) e uma outra do Maranhão informava que desembarcara no porto de São Luiz, a 10 de março

vembro de 1846. «protestando voltar ao seio de sua família somente quando a sorte lhe fôsse propícia, e quando se pudesse julgar abastado».

Vindo para esta província, homem de sentimentos severos, não esqueceu os seus, fazendo sempre sentir à sua mulher que era vivo.

Nas suas cartas caprichosamente lacônicas, dizia: Com muita economia e trabalho, com pertinaz animo e resignação, entranhou-se pelos sertões do Amazonas, negociando e cumprindo os seus compromissos para com os seus protetores; conseguindo no fim de 22 anos reunir uma fortuna superior a 60.000.000, pelo que julgou haver realizado o prometido e regressou ao Ceará, à procura da família.

A 22 de abril do corrente ano, com uma ausência de 22 anos, 5 meses e 2 dias, na ladeira da Cruz das Almas, na serra de Uruburetama; na vila de S. Francisco, encontrou-se João Gabriel com sua esposa, na ocasião em que ela descia para os seus trabalhos na lavoura no lugar Carnaubal, esforço êste com que conseguiu educar os dois filhos do casal, um dos quais ficara com quinze dias de nascido.

Resolveu, então, voltar a esta província, em cuja capital chegou no vapor *Madeira*, em companhia de sua senhora e filhos, além de cinco famílias, num total de 53 pessoas, com as quais pretende seguir por esses dias para o lugar *Tauariá*, no rio Purus, onde tem sua vivenda e tenciona criar um povoado, incrementando o povoamento do Amazonas. (*Jornal do Comércio* (Rio), de 23 de novembro de 1869; pág. 2, col. 4; INTERIOR — Ceará, «Fortaleza, 8 de novembro de 1869»; «Carta particular.»)

Por essa divulgação e carta, fica-se sabendo que João Gabriel retirou-se do sertão do Ceará, em novembro de 1846, e não em 1847, como refere Soares Bulcão, tanto que do seu sumiço no Ceará até o reencontro com sua mulher, em abril de 1869, decorreram cerca de 22 anos e 5 meses, espaço de tempo êste que não se poderia verificar, se o período fôsse iniciado em qualquer mês de 1847, uma vez que daria no máximo 22 anos e 3 meses.

Deve aceitar-se a reportagem do *Jornal de Manaus* como exata por ter sido publicada quando João Gabriel ali retornara de sua viagem ao Ceará, em 1869, e, certamente, devido à sua minuciosidade baseada em informes fornecidos pelo próprio Gabriel, ao passo que a narração do escritor Soares Bulcão funda-se em indagações muito posteriores.

Outrossim, apesar da fuga de João Gabriel ter recuado para o fim de 1846, em lugar de 1847, como alude o ilustre escritor cearense, mesmo, assim, êle não foi o primeiro cearense a emigrar naquele ano, conforme se vê no *Jornal do Comércio*, de 23 de fevereiro e de 25 de abril de 1846, constantes das notas 124 e 125 dêste trabalho.

(124) *Jornal do Comércio*, de 23 de fevereiro de 1846, pág. I, col. 4.

do mesmo ano, de um navio procedente do Ceará, 194 pessoas tangidas pelos horrores da sêca. (125)

Por aí se vê que os contingentes nordestinos não foram abundantes para a região amazônica, nessa quadra, mas, os houve; tendo quem assegure que essa emigração foi numerosa. (126)

Antes de 1854, quando João Gabriel aportou ao Pará, e de 1857, quando êle se alojou no baixo Purus, já outros nordestinos haviam penetrado neste rio, como os pernambucanos Serafim da Silva Salgado e Manoel Nicolau de Mello, o primeiro explorando cêrca de 2.100 quilômetros do rio, em 1852, (127) e o segundo estabelecendo-se no lugar «Aiapuá» (lago acima da situação em que ficou João Gabriel), para o qual convidava pelo periódico *Estrella do Amazonas* «quem quisesse se localizar ali», no mesmo ano de 1852. (128)

Os primeiros imigrantes, contudo, ficaram alojados em colônias e seringais do baixo Amazonas, na «Colônia de N. S. do Ó (Ilha das Onças)», cuja maioria era composta de cearenses e constituiu o primeiro ensaio tentado na província, nesse sentido, por José do Ó Almeida, colônia que, em 1856, já funcionava. (129)

Seguiram-se outras caravanas, que procuraram as ilhas do delta amazônico, o canal de Breves, os rios Tocantins, Jari, Ana-

125) *Jornal do Comércio* cit., de 25 de abril de 1846, pág. 2, col. 2; INTE-RIOR.

126) ERNANI DA SILVA BRUNO, *O Sertão, o Boi e a Sêca*, São Paulo, MCMLIX, pág. 31. — L. da Câmara Cascudo adianta que, apesar de serem aproveitados os braços dos retirantes na instalação de numerosas fábricas de açúcar e de alambiques, e intensificação do plantio do algodoeiro, nos municípios litorâneos do Rio Grande do Norte, houve emigração. (*História do R. Grande do Norte*, 1955, págs. 379 a 381; José de Freitas Nobre, *A Epopéia Acreana*, Fortaleza, 1938, pág. 17), confirma essa emigração.

As falas e relatórios dos presidentes da província do Pará de 1845 a 1852, época em que o seu govêrno abarcava tôda a Amazônia brasileira, não aludem a imigrantes de origem nordestina, talvez, devido ao número insignificante dêles; assim como nada encontramos nos poucos jornais daquela região que conseguimos compulsar, apenas, falando o Relatório de 1855, em 224 colonos enviados para a «Colônia Militar de Óbidos» (pág. 28), sem esclarecer de onde vieram.

127) Fala do Presidente J. B. F. Tenreiro Aranha, de 1, outubro, 1853, (*Relat^s. Presids.* cit., vol. I, pág. 187).

128) A. C. RIBEIRO BITTENCOURT, *O Município de Labrea*, 1918, pág. 27.

129) *Relatórios dos presidentes* H. de Beaurepaire Rohan, de 15 de agosto de 1856, pág. 14; J. da Silva Carrão, de 7 de abril de 1858, pág. 44; e Fala do presidente M. Frias e Vasconcellos, de 1 de outubro de 1859, pág. 57.

jás, Xingu, Tapajós, (130) tendo sido o Jari o principal centro da produção da seringa, com um bem grande número de trabalhadores; logares que iam sendo desprezados por outros como os rios Madeira, Purus, Coari, na década seguinte. (131)

Além do vultoso número de emigrantes do baixo Amazonas, também havia a afluência direta do Ceará, nesse mesmo decênio e no que se iniciaria em 1871, mostrando, assim, que já não era somente o flagelo da seca do Nordeste que os tangia, mas, a inveja e a ambição de riqueza ostentada por alguns imigrantes que retornaram ao torrão natal, por êsse tempo. (132)

No rio Purus, depois da colônia trazida em 1857, por Gabriel, há notícia de haver sido introduzida na mesma ribeira, em 1862, 150 pessoas para o fabrico da borracha, pelo comerciante Antonio José Pereira Carneiro, o qual adiantava que pretendia reunir um maior número, não o conseguindo «por uma prevenção e repugnância que há contra o dito rio.» (133)

Em 1864, os irmãos Rocha Thury chegaram ao largo Codajás, para onde conduziram mais de 600 pessoas de diversos pontos da província do Pará, para explorarem não só êsse lago, como o rio Purus; indo também para o distrito de Codajás o Dr. Joaquim Cavalcante Falcão Barahuna, com algumas dezenas de moradores da vila Bela da Imperatriz, hoje Parintins. (134)

João Gabriel, ainda em 1869, conduzindo 53 cearenses para o Purus, passou em Manaus no princípio de outubro. (135) e

130) *Relatório* do presidente F. de Araujo Brusque, de 1 de setembro de 1862, pág. 47.

131) *Relatório* do Presidente Sinval Odorico de Moura, de 25 de março de 1863, in *Relatórios Presidenciais* do Amazonas, vol. III, págs. 58, 59 e 61. Das comarcas de Gurupá, Santarém e Óbidos tem vindo para o rio Purus e outros, alguns milhares de pessoas, destinadas a extração de goma elástica. (*Relatório* do Presidente J. Wilkens de Mattos, de 4 de abril de 1869 e de 25 de março de 1870, in vol. III dos *Relatórios* cit., págs. 761 e 771.

132) *Jornal do Amazonas*, de 3 de janeiro de 1878, pág. 3, col. 2; Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará*, 1947, pág. 392.

133) *Relatório* do Ministro da Agricultura de 1863; Anexo intitulado: *Navegação do Purus e Madeira*, pág. 23.

134) *Relatório* do presidente João Wilkens de Mattos, de 25 de março de 1870, in vol. III dos *Relats. Presids.*, pág. 772; Cônego Francisco Bernardino de Souza, *Pará e Amazonas*, 1875, 2.ª parte, págs. 166 e 171.

135) *Relat.* do presidente Matos cit., pág. 771 — Soares Bulcão diz que João Gabriel fôra primeiramente para Itapá, de onde passou a Beruri (1862) e daí para Arimã e Tauariá (*Jornal* cit., pág. 3, col. 5). O professor Ferreira Reis adianta que Gabriel chegou a Tauariá em 1869. (*Anais* do 3.º *Congr. Sul Rio Grandense de Hist. e Geogr.*, 4.º vol.,

Antonio Rodrigues Pereira Labre, em dezembro seguinte, andou pelo Purus, deixando aí algumas pessoas, mas somente, em 1871, com mais gente e mercadorias, êle estabeleceu-se no lugar que denominou de Labrea, mais tarde elevado à categoria de freguesia e de municípios. (136)

Em 1871, emigraram para o Purus, em procura da seringa, mais de mil pessoas, cifra esta que se elevou a perto de 4.000, em 1872, e se espera que essa corrente imigratória crescerá anualmente. (137)

Retrocendo à época das primeiras entradas nesse rio, verifica-se que anteriormente a 1850, não consta ter sido êle penetrado por civilizados com a intenção de explorá-lo, uma vez que os «coletores de drogas» o subiam apenas na prática de sua mercância e os diretores de índios no desempenho de suas atividades.

Os missionários tentaram instituir nessa ribeira algumas aldeias, mas, já ao lado dos primeiros desbravadores da região. (138)

Em 1852, eram anotados nomes portugueses, como Castanha, Estopa, Matias, Campinas, Chapéu e S. Tomé, postos em lagos e paranás, denotando, assim, a intromissão de civilizados nessas paragens, mas, não passavam êsses lagos de pontos de reunião

pág. 2.081; mas, da notícia que o jornal *Correio de Manãos*, de outubro de 1869, publica sobre a passagem de Gabriel pelo pôrto de Manaus, em trânsito para o Purus, verifica-se que êste explorador, por essa época, já tinha casa ali. (Ver nota 123).

136) A. C. R. BITTENCOURT, *op. cit.*, págs. 35, 36 e 55.

137) A. R. PEREIRA LABRE, *A Seringueira*, 1873, pág. 22.

138) FREI PEDRO de CIRIANA fundou uma missão de índios Muras, com uma capela, no lago *Uarumá*, cujas ruínas ainda se viam em 1862, e tencionou estabelecer uma outra nas barreiras de *Arimá* de índios Pamaris e Juberis, onde Manoel Urbano fez um roçado e levantou uma capela, assim como outro roçado para outra aldeia na costa de *Canutama* (lago Itapá) a pedido do mesmo frade. (*Relat.* do Ministro da Agricultura, de 1865; *Officio* do engenheiro Silva Coutinho, de 8 de abril de 1862, págs. 29, 37 e 43).

A 15 de março de 1852, João Rodrigues Cametá instalou um posto militar no lugar Paricatuba, nucleando a seguir índios diversos nos sitios Abufari, Paraná-Pixuna, Campinas e Camutama (Ferreira Reis, *Anais* do 3.º Congresso Sul Rio Grandense de Hist. e Geogr., vol. 4.º, pág. 2.080). No mesmo ano, Manoel Nicolau de Mello estabelecia-se nas margens do lago Ayapuá e em janeiro de 1853. Manoel Urbano da Encarnação era nomeado diretor de índios na vaga de João Cametá e abriu Canutama à ocupação dos civilizados (A. C. R. Bittencourt, *op. cit.*, pág. 27; Ruy Barbosa, *O Acre Setentrional*, pág. 185); tendo S. Salgado encontrado abaixo de Arimá, o sitio do preto Higino. (*Relats. dos Presidentes do Amazonas*, vol. I., pág. 254).

dos negociantes do Pará ou do Amazonas com os nativos para a troca de mercadorias.

Dez anos depois, o engenheiro Coutinho alude a 240 casas cobertas de palha, entre Beruri e o sítio Boa Vista, numa extensão de 237 milhas (139) mas ao descrever o rio, só anota cerca de 20 sítios, barracas, palhoças e ruínas de outras, da foz do Purus ao lugar Canutama, num espaço muito maior, afora as aldeias indígenas. (140)

Sòmente os agrupamentos de Beruri e Aiapuá tinham alguma estabilidade, isso mesmo sujeitas várias de suas construções a mudanças constantes, como acontecia com as demais situações, por vários motivos: moléstias, pragas, ataques de índios, escassez das drogas exploradas, de peixe ou de frutas. Para mostrar melhor essa infixidez, basta citar que, vinte anos após a viagem de Coutinho, um excursionista ilustre, o presidente Paranaguá, só encontrou nessa mesma ribeira, porém, numa extensão mais do que triplice — de Beruri a Hiutanahan (812 milhas), 200 barracas. (141) mostrando, assim, de maneira evidente, a transitoriedade e instabilidade da sua maioria.

Ainda é de assinalar que muitos dèsses extratores permaneciam nas suas explorações, apenas, durante o estio, retornando aos povoados do Solimões ou o de Beruri, logo que as chuvas impediam os seus trabalhos, e quando regressavam às antigas colocações, numa peregrinação torturante e consumidora de energias, nem sempre ali ficavam, por terem que procurar outras situações mais convenientes.

Descobertos abundantes seringais, das cercanias de Boa Vista para o alto, no decênio de 1860 a 1870, o rio atraiu outras pessoas, deixando para trás a zona das saíças e dos castanhais, porém, só adquiriu o povoamento alicerces mais seguros, com o

139) *Ofício* de Silva Coutinho cit., págs. 33 e 93.

140) *Ofício* cit., págs. 25 a 43.

141) *Jornal do Comércio* (Rio), de 11 de fevereiro de 1883, *Carta* do presidente José Paranaguá d'rigida a um amigo na Côte, datada de Manaus, 17 de janeiro de 1883, inserta na *Seção Gazetilha*, pág. 2, col 5).

Os primeiros povoadores do Purus, foram Manoel Urbano da Encarnação e Manoel Nicolau de Mello (1852), Manoel Braga (1854), João Gabriel de Carvalho e Mello (1857), Martinho Barata (1858), Antonio José Pereira Carneiro (1862), os irmãos Rocha Thury (1864) e Antonio Rodrigues Pereira Labre (1871). Para 1871, Virgílio Corrêa Filho estimava a sua população em 2.000 almas, cifra esta confirmada por Craveiro Costa (Castello Branco, *Caminhos do Acre* (Cit. pág. 120); mas Pereira Labre, seu inteligente explorador, já a calculava em 5.000 pessoas, acrescentando que só no ano de 1871 referido, entraram no rio, mais de 1.000 pessoas. (*Caminhos do Acre* e pág. cit.).

estabelecimento da navegação a vapor no fim da referida década, fato que concorreu para a facilidade do transporte de novos colonos e de mercadorias a lugares mais distantes, evitando o retôrno dessa gente aos sítios de onde havia partido.

Com efeito, iniciadas as viagens dos barcos da «Companhia Fluvial do Alto Amazonas», pelo vapor *Madeira*, em dezembro de 1869, o povoamento do rio teve forte incremento, impulso êste que deu maior consistência ao trecho já ocupado, e ensejou a condução de novos elementos a pontos mais distantes, principalmente da região do rio Ituxi às proximidades do rio Aquiri, cuja barra era ultrapassada um decênio após, numa incessante penetração que sômente foi interrompida na foz do rio Santa Rosa, um lustro depois, isto mesmo porque os que se propuzeram a explorar mais para o alto, já não encontraram a «hevea brasiliensis» em condições comerciáveis.

★ ★ ★

Ao tratarmos do descobrimento dos rios que banham a Acreânia, referimo-nos ao explorador norte-americano Asrael D. Piper, que andou a serviço do govêrno boliviano no país dos índios Ipurinás, o qual ia de um ponto acima do rio Ituxi até além do rio Aquiri, numa lonjura de mais de 500 milhas, gente esta que nunca havia estado em contacto com civilizados, nem recebera sua influência e em cujo meio erigira uma casa, em abril de 1871 e aprendera algo do seu idioma, pelo que concluiu pela necessidade de povoar a região e resolveu ir a Manaus e Pará, logo que as águas baixaram, em um bote, onde conseguiu que alguns milhares de extratores de borracha emigrassem para lá, retornando êle, Piper, depois, num vaporzito *El Pioner* a fim de favorecer o movimento, deixando o Pará a 7 de setembro de 1872. (142)

Acrescenta Piper que apressou o povoamento do rio Pauinim para o alto, numas 300 milhas, com cêrca de 3.000 civilizados e fundou na bôca do Aracá, a 1.445 milhas da foz do rio Purus, uma cidade, a que denominou de «Puerto Gibbon», erguendo aí um vasto armazem, e exatamente, em frente, do outro lado do rio, fêz uma plantação e uma grande casa para o engenheiro que ficou encarregado do seu estabelecimento.

142) ANTONIO RAIMONDI, *El Peru*, Lima, 1879, vol. III, pág. 590. Piper, em 1868, obteve do govêrno da Bolívia uma concessão para colonizar o território boreal da República, tendo empregado vários anos na exploração do Purus e Aquiri. (*Rev. da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo II (1886), pág. 184); *Conferência* do ministro plenipotenciário da Bolívia no Brasil, D. Juan Francisco Velarde proferiu na sessão de 28 de junho de 1886, honrada com a presença de S. M. o Imperador.

Em seguida, desceu o rio para arranjar provisões, depois do que regressou, mas, vendo-se obrigado a volver, não passou do rio Aquiri; consistindo a sua maior dificuldade, em encontrar elementos para movimentar o vapor, por não quererem os brancos e os índios mansos penetrar no meio dos selvagens e estes não se dispunham a cortar lenha, porque se queixavam de bôlhas nas mãos; ante o que regressou ao Pará, onde chegou a 2 de dezembro de 1874. (143)

Piper adiantava que a foz do rio Ituxi estava dentro dos limites dos antigos domínios espanhóis, segundo o tratado de Santo Ildefonso, convênio este adotado pelas repúblicas da Bolívia e Peru, quando se desprenderam da Espanha; (144) e o historiador Raimondi ajunta: dado esse primeiro passo para colonização das margens do Purus pelo infatigável Piper, a região prosperou rapidamente, a ponto de, em 1878, haver neste rio, em cada mês, quatro vapores brasileiros que carregavam, no mínimo, borracha e caucho, no valor de dois milhões de pesos, anualmente; e que traziam para os seus portos igual soma de mercadorias; para uma população que se acercava de 8.000 indivíduos, entre os quais mais de 200 proprietários de cauchais, valendo de dez a quarenta mil pesos. (145)

Do exposto se conclui que Piper, no espaço de quatro anos (1871 a 1874), estêve duas vezes no rio Purus; cêrca de seis meses de 1871 — de abril a agosto ou setembro — (época esta da maior vasante), nas tabas dos Ipurinás, cujo âmbito estendia-se das proximidades do Sepatini às do rio Iaco, (146) e de outubro ou novembro de 1872 a igual período de 1874, nas terras que ficam das cercanias do rio Pauini ao Chandless, em cuja foz diz

143) A. RAIMONDI, vol. e pág., cit. — Depois de março de 1873 constou ter sido morto pelos índios *Ipurinás*, não só Piper como o brasileiro Daniel Ferro e um inglês, cujo nome se perdeu, quando elles desciam o rio Acre, afluente do Purus. (*Diário Oficial* do Império, de 31 de maio de 1873, pág. 2, col. 2; *Notícias do Dia*, Folhas do Amazonas até 10, para Pernambuco). Como Piper fala num engenheiro que ficou encarregado do seu estabelecimento, na boca do Aracá, em 1874, e entre os seus companheiros houvesse um chamado Daniel Ferro, como se vê acima, é mui provável que este fôsse o engenheiro brasileiro Daniel Pedro Ferro Cardoso, formado em engenharia civil, em 1868, na cidade de Paris, conhecedor dos Estados Unidos e de vários países da Europa. (1837-1899).

144) *Ibidem*, pág. 589. O tratado de Santo Ildefonso não foi restaurado pela paz de Badajoz, em 1801, de maneira que ficou sem valor entre Portugal e Espanha, invalidade esta sempre adotada pelo Brasil.

145) *Ibidem*, págs. 589 e 591.

146) W. CHANDLESS, *Notas* cit., pág. 6; *Relatório* do presidente Adolfo de Barros, de 8 de maio de 1865; in vol. III dos *Relats. Presids.*, pág. 258).

ter fundado a cidade a que apelidou de «Puerto Gibbon»; nunca tendo tido os indígenas com quem conviveu, contacto com outros civilizados.

Realmente, em 1871, o último ponto habitado por brasileiros era a Bôca do rio Ituxi, na qual morava Braz Gil da Encarnação, onde o encontrou Antonio Rodrigues Pereira Labre, no meado dêsse ano, porém, um decênio antes Manoel Urbano da Encarnação já sulcara o Purus, até muito além da bôca do Aracá e o engenheiro inglês Chandless o explorou quatro anos antes de Piper, até as suas nascentes, tendo ambos contacto com os ipurinás e outras famílias indígenas, a ponto de descreverem seus costumes e crenças; adiantando o geógrafo britânico que os aldeia-dos do Sepatini ao Aquiri, eram mansos e trabalhavam para Manoel Urbano ou para os filhos dêste, na extração de salsaparrilha, (147) o que não era de admirar, porquanto o explorador brasileiro, desde 1853, era diretor dos índios da região e falava vários dialetos indígenas; (148) isto tudo, sem falar nos brasileiros Serafim Salgado que, em 1852, foi muito acima da foz do Iaco, surpreendendo os silvícolas que residiam no Canaquiri (Aquiri) para o alto, que lhe revelaram ser a primeira vez que viam civilizados, (149) e João da Cunha Corrêa que, em 1858, estêve na taba dos maneteneris, situada na bôca do Aracá, transpondo o divisor de águas dos rios Juruá e Purus, a procura do seu colega Manoel Urbano. (150)

Quando Piper chegou ao Purus pela primeira vez, a penetração brasileira já se fixara no trecho do rio Purus que vai do seu desaguardouro até a incidência dêste com o seu afluente Ituxi, e, como desejasse promover o povoamento da região daí para cima, foi até o Pará com esta finalidade e ao voltar, um ano depois, iniciou a localização de sua gente, do rio Pauinim para o alto, o que dá a entender que a infiltração dos brasileiros era incessante, tanto que no princípio de 1877, o último sítio ocupado distava da bôca do rio Aquiri, apenas, sessenta milhas, a qual, já no primeiro trimestre do ano seguinte era ocupada por uma grande turma de cearenses, que se dividiu, internando-se a maior parte por êste rio e a restante pelas margens do Purus, e de tal maneira prosseguiu a invasão que, em 1880, ultrapassava a foz do Iaco e a atual fron-

147) *Notas*, cits., págs. 6 e 7.

148) *Notas e págs. cits.*, Heliodoro Jaramillo, *Breve Notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira*, 1902, pág. 24; J. M. B. Castello Branco, *Descobrimento das Terras da Região Acreana*, Rio, 1960, pág. 26.

149) CASTELLO BRANCO, *op. cit.*, págs. 23 e 24.

150) *Autor e Op.*, cits., págs. 72 e 73.

teira do Território do Acre com o Estado do Amazonas, atingindo a foz do Chandless, em 1883, e a do Santa Rosa em 1884. (151)

É certo que Euclides da Cunha fala na fundação dos seringais «S. Braz», em 1872, e «Aracaju» em 1873, por exploradores ignorados, (152) justamente na época em que andou pela região o norte-americano Piper, o qual poderia ter sido o desbravador deles, mas, quanto ao estabelecimento de uma cidade na boca do Aracá e de vasta plantação na margem defrontante a esta confluência, os brasileiros não tiveram notícia nem encontraram vestígios, constando apenas que o seringal Bôca do Chandless foi fundado em 1883 pelos brasileiros Antonio Barbosa Marinho e Francisco Vieira Barbosa. (153)

Apesar de admitirmos a possibilidade do desbravamento dos seringais Aracaju e S. Braz por Piper, devido a coincidência do tempo em que êle afirma ter estado na região e o da fundação dessas feitorias por gente, cujo nome foi esquecido, a ilação não

-
- 151) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre* cit., págs. 121 e 122; *Jornal do Comércio* (Rio), de 17 de fevereiro de 1884, pág. 1, col. 3. «Gazetilha».

Em maio de 1875, a agência das rendas provinciais, em Hiutanahã fez lançamento de casas comerciais e de canoas de regatão, nos lugares Jurucua, Providência, Sepatini, Hiutanahã, São João da Cachoeira, Cachoeira, Apunini, Paraíso, Mamoriá-Maior, Quicinhã e Agarrahã. (*Jornal do Amazonas*, de 27 de setembro de 1875, pág. 4) — Quadro de lançamento. (1º) Esses sítios ficavam entre a bôca do Ituxi e a do Pauini. (N. Ribeiro, *O Acre e os seus Heróis*, 1930, págs. 237 a 253). Pela medição de Chandless regula uma extensão de umas 200 milhas (*Notas cit.*, pág. 15). Em 1876, andavam no rio Purus, os vapores *Anajaz*, *João Augusto*, (Companhia Amazonas), e *Teixeira e Ruiz* (particular), além das lanchas *Amazonas*, *Madeirinha*, *Santa Cruz*, *Colibry*, *Indústria e Acre*. (*Jornal do Amazonas*, de 7 de setembro e de 16 de novembro de 1876).

Em agosto de 1876, a população do rio era calculada em 10.000 pessoas (*Jornal cit.* de 15, agosto de 1876); em novembro do mesmo ano, em 12.000 almas (*Jornal cit.*, de 16, novembro citado); e do fim de 1876 para o princípio de 1877, de 12 a 15.000 habitantes. (*Jornal cit.*, de 16, janeiro, 1877; Correspondência do «Rio Purus, janeiro de 1877», progressão esta que se acelerou ainda mais depois de 1877.

- 152) *Relatório cit.*, Notas Complementares, Quadro Estatístico final.

- 153) *Relat. Notas e Quadro, cit.*, João Barbosa Marinho, *Notas que me forneceu*, datadas de «Rio Iaco, 26 de março de 1932.» Aracaju e São Braz ficam dentro de um círculo de 20 milhas abaixo da embocadura do Aracá ou Chandless. (Masô, *mapa citado*). Euclides também anota o seringal *Terra Nova*, cuja data da ocupação e nome do fundador são ignorados. Esta feitoria fica mais próxima da foz do Chandless do que as duas acima. Subindo-se o rio Purus, encontram-se: Aracaju, São Braz, S. Julia, Terra Nova e Oriente, sendo este último já no desagudouro do rio Chandless.

é incontestável, uma vez que o próprio Piper, no mesmo período de sua carta ao historiador Raimondi, narrando a sua passagem por essas plagas, diz que disseminou alguns milhares de civilizados, numa extensão de cerca de 300 milhas, a partir do Pauinim para o alto, desdobramento este que ultrapassaria a barra do Iaco, mas, iria estacionar mais de cem milhas a juzante da do Aracá ou Chandless. (154)

Quanto à afirmativa de Raimondi, de haver sido a ação de Piper, o primeiro passo para a colonização das margens do rio Purus, não se adapta aos fatos que vimos relatando no tocante ao povoamento dessa ribeira, iniciado pelos brasileiros desde o alvorecer da segunda metade do século XIX, quatro lustros antes do explorador norte-americano tentar a colonização no espaço referido.

Os oito mil povoadores existentes no vale do Purus, em 1878, a que o historiador Raimondi se refere, eram brasileiros que subiram o rio, gradualmente, durante quase três décadas e faziam parte de uma porção maior que se localizou nas suas margens até as cercanias do rio Acre que, no decorrer deste ano, começou a ser devassado, assim como o Purus, daí para diante: povoamento este incrementado pelos primeiros vapores nacionais aí aportados nesse período. (155)

Piper chegou ao Purus, em abril de 1871 mas, segundo suas palavras, somente em fins de 1872, iniciou o povoamento no trecho falado, época esta em que os navios brasileiros, com fim comercial, já o sulcavam há três anos, levando emigrantes do baixo Amazonas e de outros lugares para explorarem suas riquezas e povoá-lo, demorando ainda para atingirem a circunvizinhança do Aquiri ou Acre, um sextênio, como é que o explorador norte-americano, em dois anos, conseguiu, com um simples vaporzito, ou melhor uma lancha — *El Pioner* — localizar num espaço superior a 500 milhas uma população de cerca de três mil almas, quando esse mesmo vaporzito, conforme os seus próprios dizeres, foi o maior obstáculo ao seu cometimento, por não poder movimentá-lo regularmente, circunstância esta que o forçou a desistir do empreendimento, para nunca mais voltar.

154) Ver mapa de Masô citado, sobre as distâncias.

155) No fim de 1876, *Pauini* e *Caçadua* eram os dois últimos distritos policiais do rio Purus, cuja população excede de 4.000 almas. (*Jorn. do Com. (Rio)*, de 11 de janeiro de 1877, pág. 3, col. 4: «Publicações Solicitadas»); povoamento este que, em abril ou maio de 1877, já atingia o lugar São Miguel de Anuri, cerca de 60 milhas a montante de Caçadua e 425 da foz do Ituxi, espaço este sem habitantes civilizados seis anos antes.

Contudo, não temos elementos para negar de todo qualquer cooperação sua nesse sentido, mas, se a prestou não foi com pessoal trazido da Bolívia e, simplesmente, com brasileiros do baixo Amazonas, consoante a narração de sua viagem supramencionada ; brasileiros que, desde 1863, retiravam-se da zona que vai do delta amazônico à garganta de Óbidos, para os rios que desembocavam no Solimões.

A «companhia de colonizadores» que alega haver conduzido de Boston para «el Norte de Bolívia», regressou do rio Ituxi, em abril de 1871, seguindo êle, Piper, para o alto, apenas com sua esposa e alguns criados indígenas. (156)

Ainda, em 1874, Piper propôs ao governo da Bolívia a abertura de uma estrada que começaria no rio Mamoré, defronte da cachoeira de Guajará-Mirim, na margem boliviana «e se dirigisse em linha reta, cortando o Beni, em ângulo agudo diagonalmente, até alcançar o rio Purus ou seu afluente Aquiri»; extensão esta que o proponente estimou, à vista de mapas da região, em 40 léguas; adiantando que, segundo informações que obteve, «o terreno de trajeto era todo bom, elevado e livre de qualquer inundação»; projeto êste que não era mais do que uma variante do de Gibbon, que consistia numa reta de 40 léguas, entre a referida cachoeira e a de Santo Antonio ; com a diferença de que a linha de Piper estirava-se em terreno boliviano e alagadiço e a de Gibbon em terras brasileiras e altas ; (157) demonstrando, assim, que Piper não estudou a região entre as duas grandes bacias.

No entretanto, o escritor amazonense Torquato Tapajós, adiantava que, de 1870 a 1887, a população do rio Purus passou de 5 a 60.000 almas, sem contar os aborígenes, (158) cálculo que não parece exagerado, ante a estimativa do presidente da província, Paranaguá, que, na sua excursão pelo referido vale, um lustro antes, a fixou em 50.000 pessoas, das quais dois têrços eram cearenses, ocupados na extração da goma elástica, exceto na seção inferior do rio, em que os habitantes, em grande parte eram ama-

156) A. RAIMONDI, vol. III cit., pág. 589.

157) JULIO PINKAS, Conferência pronunciada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, in *Rev. da cit. Sociedade*, Tomo I (1885), pág. 273.

Tendo Piper procurado inútilmente uma desejada comunicação com o interior, pôs-se em contacto com Batista e Medinaceli, na cidade de La Paz, autores também de projetos de uma estrada ligando o Beni ao Purus, e apresentou ao governo boliviano uma memória a respeito. (D. Juan Francisco Velarde, Conferência, volume e pág. 184, cits.).

158) *Jornal do Comércio* (Rio), de 10 de março de 1888, pág. 2., col. 3; «Rio Purus».

zonenses e se dedicavam à colheita de castanha e salsa, extração de óleo de copaíba, e salga de pirarucu. (159)

Em 1883, acrescentava o presidente Paranaguá, havia da boca do Purus até a do seu afluente Iaco, cêrca de 350 portos, distando, às vêzes, um do outro, quinze minutos de navegação a vapor e até menos, (160) dividindo-se a sua enorme extensão em duas freguesias: Arimã e Labrea (1873), sendo que a primeira não tem prosperado, estando a segunda em melhores condições, (161) com 30 fogos, que comportavam de 150 a 300 almas, segundo a afluência de moradores após o término da safra da borracha com duas escolas na sede, já criada vila (162), porém, só inaugurada solenemente, a 7 de março de 1886, e a comarca instituída pela lei 607, de 1883, mas, sômente instalada em 1890. (163)

O maior impulso que concorreu para o povoamento da bacia do Purus foi ocasionado pela tremenda sêca que assolou o nor-

159) *Jornal do Comércio* cit., de 11 de fevereiro de 1883, pág. 2, col. 5; *Gazetilha*.

Uma outra fonte estimava a população do Purus, quase na mesma época, em mais de trinta mil almas. (*Jornal* cit., de 17 de janeiro de 1884, pág. 1, col. 2; *Fôlhas do Amazonas* até 30 de dezembro de 1883. Em 1881, Pereira Labre dava-lhe 25.000 habitantes. (R. Bittencourt, *op. cit.*, pág. 39).

Essas cifras não se baseavam em recenseamentos rigorosos. Eram firmadas de acôrdo com as informações dos proprietários e comerciantes que ali andavam, porém, mesmo que o fôsem, dados os vaivens a que era submetido o povoamento da região e ao grande número de mortes por doenças, ataques dos indígenas e outros acidentes, o cômputo seria, mesmo assim, impreciso.

160) Nesses portos, o vapor atracava, muitas vêzes, para receber 100 kg de borracha e em certas ocasiões para entregar um par de remos. (*Jornal* cit., de 11, fev. de 1883, pág. 2, col. 5).

161) Tinha uma decente capela, que serve de matriz; mas o vigário Francisco Leite Barbosa acha «melhor andar na desobriga durante o ano», tanto que já angariou a quantia de 50 contos de reis para auxiliar a construção do *Barco Igreja Christóforo*, ideado pelo bispo do Pará (*Jornal do Comércio* cit., de 1, janeiro 1884, pág. 1, col. 2; *Fôlhas de Pernambuco* até 25, dezembro, 1883, trazendo notícias do Amazonas até 8, dezembro cit.).

162) *Jornal do Comércio* cit., de 11 de fevereiro de 1883, pág. 2, col. 5; «*Gazetilha*».

163) A. C. R. BITTENCOURT, *op. cit.*, págs. 55 e 65. Em 1874, era estabelecido o distrito de Labrea dependente do município da capital; distrito que passou à vila em 1881 e cidade em 1894 (Castello Branco, *Caminhos do Acre*, cit., págs. 123 e 124). — Em 1891, Canutama e Antimari (êste dentro do rio Acre) eram sedes de município; sendo Antimari elevada a comarca neste mesmo ano. *Op. cit.*, págs. 124 e 125. Labrea, segundo seu fundador, o Coronel Labre, tinha, em 1871, cem habitantes, inclusive um inglês e quatro americanos. (*A República* (Rio), de 15, setembro, 1871, pág. 2, col. 3; «*Notícias*»).

deste brasileiro no triênio de 1877 a 1879, flagelo este que forçou a emigração de grande parte de sua população, cuja maioria tomou o rumo do norte, alojando-se nos meandros da selva amazônica.

Em 1877, os barcos da Companhia do Amazonas só navegavam até as cachoeiras (803 milhas da foz), chegando o vapor particular *Teixeira Ruiz*, pela primeira vez no lugar São Miguel de Anuri, último ponto habitado, cêrca de 200 milhas a montante dessas corredeiras, no princípio de maio do referido ano. (164)

Em 1878, a bôca do rio Acre era ultrapassada pelo vapor *Anajás*, que fundeou uns dois quilômetros acima, na primeira terra firme que encontrou, a qual até hoje ficou sendo conhecida, por isso, pelo nome dêsse vapor, e aí deixou o carregamento e passageiros.

O navio, apesar de ser da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, tinha sido fretado pela importante casa comercial da praça do Pará, E. J. Nunes da Silva & Cia., cujo chefe era o Visconde de Santo Elias, português muito amigo da Amazônia e dos cearenses; pertencendo tôda a carga a João Gabriel de Carvalho e Mello, que vinha acompanhado de 56 cearenses, 1 amazonense, 1 paraense, 1 português e 1 piauiense. Dos quatro que não eram cearenses, Leonel da Encarnação, o amazonense, filho de Manoel Urbano da Encarnação, o velho explorador da bacia puruense, fundou o seringal Arapixy; Carolino Dutra, o paraense, desbravou o seringal Cametã, nome de sua terra natal; José Gomes, o português, descerrou o seringal Independência, todos três situados no rio Purus, dentro de umas oitenta milhas acima da foz do Acre; e Antonio Escolastico de Carvalho, o piauiense, foi um dos exploradores do rio Antimari, um dos maiores afluentes do rio Acre. (165)

164) *Jornal do Amazonas*, de 21 de maio e de 9 de junho de 1877; cartas do Purus, de maio e junho do mesmo ano.

165) NAPOLEÃO RIBEIRO, *op. cit.*, págs. 17 e 18; Masô, mapa citado. Segundo Custódio Miguel dos Anjos, José Gomes dos Santos subiu na época indicada, porém, viajando no vapor *Teixeira Ruiz*; cujo nome êle deu ao seringal, hoje, conhecido por Independência. (Carta endereçada ao Dr. Francisco de Paula de Assis e Vasconcellos, antigo interventor federal no território do Acre, datada do seringal São Bento (Iaco-Macauã), de 26, fevereiro, 1928, citada. Custódio, nascido no município cearense de S. Bernardo, em 1858, veio em 1877, para o rio Purus, chegando em julho no seringal Santa Helena, acima de Sepatini, onde ficou até 1878. Daí, passou ao seringal São Domingos, indo em 1879 para Cachoeira; tendo explorado, em 1880, um igarapé acima de Yutanahã, subindo em 1883 para o rio Iaco, estabelecendo-se no seringal Natal, tendo possuído seringais também nos rios Caieté e Macauã, e onde tem ocupado os cargos de sub-delegado de polícia e juiz de paz.

Estava, em Santa Helena, quando João Gabriel de Carvalho e Mello subiu no *Anajaz* para povoar o rio Acre. (Carta cit. e Notas que me forneceu em 4 de maio de 1933).

Havendo controvérsia sôbre a data da chegada do *Anajás* à bôca do Aquiri ou Acre, por achar uns que foi a 3 de abril de 1877 e outros a 3 de fevereiro de 1878, procurei estudar o assunto concluindo que foi no ano de 1878, em dia, porém, diverso dos supracitados.

O *Anajás*, segundo os avisos da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, à qual êle pertencia, publicados no *Jornal do Pará*, de 24 de janeiro a 6 de fevereiro de 1878, pág. 4, sairia de Belém do Pará, na madrugada dêste último dia, para o rio Purus, sob o comando do capitão Carepa. Poderia ter escalado em Manaus a 14, ou ido diretamente ao Purus, por se achar fretado para conduzir João Gabriel de Carvalho Mello a êsse rio, devendo ter aportado à foz do Acre, do fim de fevereiro para o princípio de março, tanto que João Gabriel, finda a descarga, escreveu duas cartas: uma ao comandante do vapor, Julio Marques Carepa e outra a Manoel Gonçalves Tourinho do Pinho, representante da firma Elias J. Nunes da Silva & Cia., do Pará, que facilitou a viagem, agradecendo a ambos a atenção e obséquios que lhe dispensaram nessa jornada; datadas ambas de «Rio Purus, 2 de março de 1878.» (166)

166) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre* cit., págs. 131 a 132; e *O Rio Acre* cit., págs. 296 a 298. — «João Gabriel de Carvalho e Mello sumamente penhorado pelas maneiras delicadas e afáveis com que durante a sua viagem ao Acre, o tratou e a sua família, o digno comandante do paquete a vapor *Anajaz*, o Illm.^o Sr. Julio Marques Carepa, vem do alto da imprensa e por meio dêste protestar a êste distinto cavalheiro o seu eterno reconhecimento e pedir-lhe desculpa se por acaso estas linhas foram de alguma forma ofender a sua reconhecida modéstia».

«Igualmente agradece aos seus distintos oficiais a consideração que sempre lhe dispensaram, dando assim uma prova de que são dignos, não só dos cargos que ocupam, se não ainda da estima e gratidão de todos aqueles que têm a fortuna de se fazerem transportar a bordo dêsse paquete, onde a disciplina, a ordem e o respeito primam em sua plenitude». «Rio Purus, 2 de março de 1878». ass. «João Gabriel de Carvalho e Mello».

«Faltaria ao mais sagrado dever se não viesse pela imprensa agradecer ao honrado Sr. Capitão Manoel Gonçalves Tourinho do Pinho as maneiras atenciosas e os obséquios que me tem dispensado, quer como particular, quer como delegado da importante casa dos Srs. Elias José Nunes da Silva e Cia., do Pará, cargo que tem sabido desempenhar com zelo e inteligência por todos reconhecido neste rio; sei que vou de alguma forma ferir a sua modéstia, entretanto peço ao Sr. Capitão Tourinho me releve, visto como é o dever de gratidão que me traz à imprensa». «Rio Purus, 2 de março de 1878». ass. «João Gabriel de Carvalho e Mello». (*Amazonas* (Manaus), de 29 de março de 1878, pág. 3, col. 3; «A pedido». No meu trabalho *O Rio Acre* cit., enganei-me ao dizer que essas cartas foram publicadas no *Jornal do Amazonas*, quando o foi realmente, no *Amazonas*, da mesma data.

Por essa época dois vapores da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas faziam a linha do rio Purus: o *Anajás* e o *João Augusto*, os quais deviam partir de Belém do Pará, pelo menos, oficialmente, aos seis dias de cada mês.

Para que o *Anajás* chegasse à bôca do Acre a 3 de fevereiro de 1878, era preciso que êle houvesse partido do Pará a 6 de janeiro anterior, o que não se deu, pois, neste mês, saía de Belém, com destino ao Purus, o vapor *João Augusto*. (167)

O *Anajás* fêz a viagem de dezembro de 1877 a janeiro de 1878, bem como a de 6 de fevereiro a março dêste último ano, (168) justamente, a em que subiu João Gabriel com o seu pessoal para povoar o rio Acre.

Em 1877, o navio que poderia ter aportado à foz do Acre, a 3 de abril, seria o *João Augusto*, que saiu do Pará a 6 de março, ao passo que o *Anajás* realizou a viagem de fevereiro a março, bem como a de abril a maio. (169)

Restabelecida, assim, a data mais provável da chegada de João Gabriel de Carvalho e Mello à bôca do rio Acre, com a sua comitiva, passemos à explanação do seu povoamento.

Na região acreana, houve três espécies de exploradores: os que investigaram os rios com o fim de encontrar uma comunicação com a Bolívia; os que os sulcavam a fim de se apossarem de suas terras, demarcando um certo número de praias para si ou para vendê-las e os que vinham em seguida e se aboletavam em ligeiro «tapiri», para começar o abrimento das «estradas» que deveriam compor o futuro «seringal».

Todos eram chamados exploradores. Os primeiros foram enviados pelo governo amazonense com a finalidade de descobrir uma passagem acima das cachoeiras do Madeira, que facilitasse o comércio com os povos vizinhos; os segundos subiam êsses rios, por conta própria ou de outrem, examinando ligeiramente a vegetação ciliar à procura da árvore produtora do cobiçado «ouro

167) *Jornal do Pará*, de 23 a 30 de dezembro de 1877, pág. 4, col. 1, e de 1 a 8 de janeiro de 1878, pág. 4, col. 1.

168) *Jornal do Pará*, de 21 de novembro a 6 de dezembro de 1877 e de 24 de janeiro a 6 de fevereiro de 1878, pág. 4, col. 1.

Na viagem de dezembro de 1877, o *Anajás* ultrapassou *Hiutanañã* (último ponto da linha), indo até as barracas mais próximas do rio Acre; ancorando ao regressar, no porto de Manaus no dia 12 de janeiro de 1878. (*Jornal do Amazonas* (Manaus), de 15 de janeiro de 1878, pág. 3., col. 2; e na de fevereiro de 1878, já estava em Manaus, de volta, no meado de março seguinte. (*Amazonas* (Manaus), de 17 de março de 1878, pág. 3, col. 1); «Noticiário».

169) *Jornal do Pará*, de 1 a 6 de março, e de 27 dêste mês a 6 de abril de 1877, pág. 4, col. 1.

negro», depois do que assinalavam por meio de cortes nos troncos ou diminutos desmoitamentos, a futura posse, cuja extensão era medida pelas praias ou voltas dos rios, em número de 5, 10 ou mais para cada tripulante da canoa, segundo a hierarquia ou pacto entre êles; (170) e os terceiros erigiam ligeiro abrigo a que chamavam «tapiri» ou «papiri», logo que eram atirados à beira do rio, no qual se acomodavam e alojavam mercadorias e petrechos necessários à fundação do seringal, penetrando na floresta à procura das «madeiras» que o formariam por meio de piques, chamados «estradas de seringueiras».

Com o andar do tempo, o brabo ia se adaptando ao novo meio, transformava-se num manso e, conforme a sua capacidade e saúde, progredia, erguia uma barraca melhor, vindo depois o «barracão», que, segundo seus haveres, podia ser todo de madeira de lei, bem lavrada e pintada, coberta de palhas de palmeira, cuidadosa e admiravelmente entrelaçadas; vendo-se em alguns lugares casarões de três ou quatro águas com alpendres e varandas, cobertos de telha de barro, tipo francês, ou chalês, além de construções para oratório, escritório, armazem, hospedaria, enfermaria, empregados, ligadas por um trapiche alto que os livra da alagação e facilita o transporte até o pôrto de embarque e desembarque, nos lugares baixos, onde se avista sempre um banheiro flutuante, tôsko ou artístico. (171)

170) Essa marcação era respeitada pelas pessoas que se seguiam, mesmo quando havia entre elas uma interrupção de meses ou de anos, como aconteceu no rio Juruá, entre os exploradores do trecho que ia do estirão dos Náuas até o rio Juruá Mirim. Antonio Marques de Menezes, no princípio de 1884, foi até o estirão dos Náuas, em águas, atualmente, acreanas, e como não tivesse podido assinalar o ponto atingido, devido ao ataque dos índios ai moradores, retornou ao seringal Curupaiti, onde residia e, apenas, avisou a turma que subiu o rio, em junho do mesmo ano, de que ali havia estado, o que foi bastante para que acatassem a informação, só demarcando o lote de cada um, da parte superior do estirão até a boca do Juruá Mirim. E, quando, um lustro após, o cearense Francisco Xavier Palhano prosseguiu na exploração do alto Juruá, por sua vez, atendeu ao sinal deixado pela última turma e foi se aposando das margens ainda não atingidas.

171) As estradas de seringueiras eram abertas pelo *mateiro* com a ajuda do *toqueiro*. Aquele ia assinalando as *árvores* e êste abrindo a *estrada*, ligando-as, serviço êste, às vezes, executado por ambos. O termo *mateiro* também é aplicado ao fiscalizador do trabalho do seringueiro. *Brabo* era a pessoa recém chegada à região e *manso* a que já estava afeita aos hábitos da terra ou prático no trabalho regional.

Dizia-se, a propósito — «fazer uma exploração» ou «abrir um seringal», que começava pelo *tapiri*, seguindo-se a *colocação* e o *barracão*, que, a princípio, servia de moradia e armazém, mais tarde, desmembrado em várias construções, acompanhando o desenvolvimento da feitoria.

O padre francês Constantino Tastevin, que, durante vários lustros, serviu na missão de Tefé, no médio Solimões e foi vigário de todo o

Outros exploradores, como o regatão e o preador de índios, não se fizeram sentir na zona do Acre federal, como aconteceu no resto da Amazônia e na parte inferior dos rios Purus e Juruá, e se ali apareceu alguma canoa antes de 1878, como fala o veterano Custódio Miguel dos Anjos, não passou do baixo Acre, (172)

rio Juruá e, em seguida, do Alto Juruá e Tarauacá, por muitos anos, descreveu a sede de um seringal, assim: Ao longo do rio e de seus afluentes principais, acham-se estabelecidas casas de comércio que centralizam imensas propriedades, nas quais trabalham de 50 a 300 operários. Geralmente, o patrão é um homem enérgico, quer pela persuasão, quer pela violência, mantendo entre eles uma disciplina férrea.

O aspecto geral das feitorias é: a 20 ou 30 metros da margem do rio, ergue-se sobre estacas uma garrida casa de tábuas coberta de telhas, ligada à beira do rio por um trapiche de madeira que nunca vai até a água — é a residência do patrão e de sua família.

No mesmo alinhamento, paralelo ao rio, ergue-se o armazém coberto de folhas galvanizadas, junto ao escritório onde o guarda livros redige a escrita da casa. Mais longe e sempre no mesmo plano, dispõem-se, de um e outro lado, as casas dos empregados: o mariscador (pescador) do patrão, seus «mateiros» (encarregados de fiscalizar os extratores de goma elástica), os cortadores de lenha e os jornaleiros: sendo suas cabanas cobertas com folhas de palmeiras e as paredes, em geral, constituídas de troncos de paxiúba, divididos em quarto. Uma outra casa maior, aberta por todos os lados é destinada aos trabalhadores em trânsito, que, geralmente, abriga (pág. 136) todo o pessoal da feitoria, o qual é obrigado a conservá-la.

(*La Géographie*, Paris, 1920, tomo XXXIII, n.º 2, pág. 137). Em frente ao armazém, na ribanceira, nota-se uma extensa pilha de madeira, onde às vezes, contam-se cem mil achas de lenhas de um metro de extensão por dez centímetros de grossura, para combustível dos vapores. Ao pé do trapiche oscila n'água uma construção elegante sobre pranchas leves de cedro, acaju ou cedrel odorante, pintado com muita arte — é o banheiro do patrão, indispensável no país, onde todo o mundo se banha, no mínimo, uma vez cada dia. Os banheiros dos trabalhadores são mais simples: sobre troncos flutuantes de cedro, uns ligeiros postes sustentam telas de pano suficiente para ocultar o banhista dos olhares indiscretos do transeunte e também servem para protegê-lo das ferroadas implacáveis dos mosquitos (pág. 137).

Temos aí um retrato fiel desses sítios, com algumas variantes, pois que nem todos os proprietários podem ter uma feitoria como a descrita. Há mesmo, muitas mais modestas, mas também há algumas que possuem moradia, escritório e armazém assaz confortáveis, construídas com material todo selecionado, cobertos com telhas de marselha, iluminação elétrica, água encanada, com anexos para engenhos de fabricar farinha, açúcar, aguardente e extração de óleos, curro modelo, criação de gado, formando um pequeno povoado, em que não falta nem a capela para orações, como se verifica no seringal, *Itacema*, de Raimundo Vieira Lima, vulgo «coronel Raimundo Sargento», no qual o estabelecimento comercial é de primeira ordem e se encontra tudo quanto se necessita na região, cuja residência é ricamente pintada e contém todo conforto ali possível. (Napoleão Ribeiro, *op. cit.*, 1930, págs. 281-282).

172) Notas que me forneceu a 4 de maio de 1933.

trecho do rio em que se acoitavam alguns criminosos; circuns-tância esta que desassossejou os moradores do rio Purus e im-peliu a chefia de segurança da província do Amazonas, a manter nesse rio, em 1877, um delegado, com forte destacamento policial e uma lancha a vapor, a fim de estabelecer a tranqüilidade dos moradores, prendendo, no rio Acre, mais de vinte transgressores da lei, em dois meses. (173)

* * *

A colonização iniciou-se com a grande ou extensa proprie-dade, por vêzes, com dez e quinze mil metros de frente, sem limitação quanto aos fundos, pois ia até topar com outro explorador que viesse em sentido contrário, tendo alguns dêles se apossado de rios inteiros ou de quase todo, com várias dezenas de quilô-metros, ou mesmo de centenas, como se verificou nos vales dos Liberdade, Valparaíso, Juruá Mirim, Mouras, Ouro Preto, na bacia do Juruá; Antimari, do Pontes, Riosinho e Xapuri, na do Acre; fundando-se seringais que chegaram a produzir 100, 200 e 300 mil quilogramas de goma elástica; (174) os quais, em parte, foram se fracionando ou subdividindo, não só por herança e venda, como por transações comerciais e execuções judiciais; dando-se também o inverso, a incorporação de dois ou mais seringais em um só, devido a operações semelhantes. (175)

173) *Relatório do Chefe da Segurança Pública*, de 1.º de junho de 1893. anexo ao do Governador do Estado, de 10 de julho de 1893, pág. 9.

174) No rio Acre, o seringal «Nova Olinda» ia de suas margens às do rio Abunã, numa extensão de 108 quilômetros, com 24 de frente o «Bom Destino» media 48 quilômetros de frente por 54 de fundos (Emílio Falção, *Album do Acre*, Lisboa, 1906-7, estampas com êsses nomes); produzindo 200 mil quilogramas de borracha, porém, com capacidade para mais de 400 mil. (Napoleão Ribeiro, *op. cit.*, pág. 273). Na zona fronteira à Bolívia, há seringais ocupando o território dos dois países. (Alberto Moreira, Conferência sobre o Acre, proferida no Rio de Janeiro, a 23 de julho de 1918, pág. 19). O padre C. Tastevin estima o curso do Liberdade (Juruá) em cerca de 500 quilômetros (*Le Riozinho da Liberdade*, in *La Géographie*, Paris, Mars-Avril, 1928, pág. 2 (Extrait). O Juruá Mirim, o Ouro Preto e o dos Mouras têm mais de cem quilômetros, segundo os geógrafos que andaram pela fronteira internacional.

O seringal «Foz do Jurupari», afluente do Embira e confluenta do Juruá, chegou a produzir 240 mil quilogramas de borracha, com uma população de quase 800 pessoas. (*Album do Rio Envira*, de Benedito Belém) (1913).

175) Houve também casos esporádicos de continuação da posse do seringal por um irmão ou parente do seu explorador, apesar dêle ser casado e ter deixado filhos no torrão natal. A grande distância que separava a região nordestina da mais ocidental do Brasil, as dificuldades de comu-

Não havia concessão governamental. A administração pública estava ausente em tudo. Não assistia o flagelado no seu transporte, dando-lhe, quando muito, a passagem, sem o menor conforto, como já vimos; não o encaminhava a determinados pontos, nem orientava o seu trabalho; não lhe dava a menor assistência, nem regulava a aquisição da terra, cujo único título era a posse, de início apelidada «exploração», nome êste que vinha desde o momento em que era assinalada a passagem dos reconhecedores do rio e persistia durante a primeira fase da abertura das veredas que ligavam as árvores chamadas «seringueiras», produtoras da goma elástica ou «seringa», ensejando, então, a denominação de «seringal» para o conjunto da nova feitoria, a de «seringueiro» para o indivíduo que colhia a seiva da seringueira e, ultimamente, a de «seringalista» para o dono do seringal. (176)

Nessas fundações, não se procuravam os indígenas, nem as suas tabas, mas a luta era inevitável devido a defesa oposta aos invasores dos seus domínios, vendo-se ainda na atualidade, nomes indicativos dêsses embates, como Vitória, Triunfo, Fortaleza, além de outros recordativos de suas tabas: «Estirão dos Náuas», «Rio dos Amauacas», Terra firme dos Jamináuas, «Campos dos Camaranas». (177)

Dêsses índios, muitos foram eliminados, alguns submeteram-se aos dominadores, ou aceitaram as suas relações, e outros se afas-

nicação entre ambas, o quase isolamento em que ficavam os conquistadores da selva acreana, a ignorância ou ganância, a sofreguidão e a falta de escrúpulo, concorriam para que houvesse casos dessa ordem.

Contudo, quando algum interessado ou herdeiro descobria o feito, o astucioso detentor procurava uma solução que acomodasse as partes.

176) O possuidor ou senhor do seringal era chamado *patrão*, *dono* ou *proprietário*, e mesmo *seringueiro*. De certo tempo para cá, talvez, a contar da década de 1940, o proprietário do seringal passou a ser apelidado de *seringalista*, para distinguir, o seringueiro-patrão do seringueiro-extrator.

177) Informa Neutel Maia que, no baixo Aquiri, ninguém tentou catequizar os índios Ipurinãs ali encontrados, porém, alguns dêles procuravam espontaneamente morar com os civilizados, contacto êste mui fácil. (*Carta* datada de «Belém, 7, 1, 37», pág. 2). Os Ipurinãs já trabalhavam com Manoel Urbano ou seus filhos, há cerca de um quarto de século, antes do início do povoamento do rio Acre. Do convívio com os exploradores dêste rio, foram êles acometidos de sarampo, que os d'izimou consideravelmente e os poucos restantes foram mortos pelos bolivianos quando se apossaram do Acre. (*Carta*, cit., pág. 3). Neutel não era suspeito para isto afirmar, porquanto foi partidário dos bolivianos, nesse período. (Napoleão Ribeiro, *op. cit.*, pág. 274).

Os nomes de Triunfo e Vitória encontram-se em quase todos os rios.

taram, refugiando-se nos divisores de águas, ou em locais que não interessavam aos novos senhores da selva.

Mais tarde, muitos dêsses desbravadores procuraram regularizar a sua posse, requerendo, pela forma legal, a demarcação delas, obtendo, então, o título de suas propriedades.

Generalizou-se o termo «seringal», mesmo quando o «patrão» ou o «aviado» passaram a criar gado miúdo e graúdo e consentiram que alguns moradores se dedicassem ao plantio de mandioca, cana de açúcar e algumas fruteiras em tôrno da barraca, ou feijão, milho, melancia, arroz, girimu, na praia ou várzeas vizinhas. A palavra seringal abarcava tudo, vendo-se na sua sede o «barracão» senhorial e num lineamento quase perfeito, acompanhando o estirão ou curva do rio, num terreno mais ou menos plano, embora sujeito a inundação, ou no ondulado ou chapada de alguma terra firme, fugindo à alagação, a seqüência das construções componentes do povoado.

Além do barracão, havia a «colocação», a qual se cingia a uma ou duas barracas, raramente ultrapassando êsse número, na orla do rio principal, na incidência dêste com um afluente ou na beira de algum igarapé, cuja corrente deslisa pelo interior do seringal a que chamam «centro» e, onde, às vêzes, de acôrdo com a distância do «barracão» e o movimento do seringal, se encontrava um depósito de mercadorias para facilitar o abastecimento dos fregueses circunvizinhos.

O povoamento começou pela margem dos rios mais importantes, como o Purus, Acre, Iaco, Juruá, Tarauacá, Embira e, de preferência, na confluência de algum tributário, passando em seguida a êstes, de maneira que, cêrca de 1880, atingia o solo acreano, na parte meridional do atual território, espalhando-se de forma considerável, dentro de um lustro pelas ribeiras do Acre, Xapuri, Iaco e Purus, e na parte setentrional, de 1888 em diante, alastrando-se pelo Juruá acima até o rio Breu, inclusive os seus mais volumosos contribuintes, como o Tarauacá, Embira, Liberdade, Gregório, Mõa, numa penetração rápida, segura, profícua, sempre crescente nos periodos seguintes, apesar das alternativas do fluxo e refluxo da população, com as constantes baixas pelo impaludismo, outras moléstias e a subalimentação; o pouco arraigamento dos colonos à nova terra, os quais, logo que conseguiam solver os seus débitos ou ter algum saldo credor, procuravam retornar aos antigos pagos ou encaminhar-se a um outro rio, menos doentio ou mais promissor; o afrouxamento do movimento emigratório, devido à descontinuidade do flagelo das sêcas no nordeste brasileiro e haver a miragem do enriquecimento perdido a impetuosidade dos primeiros tempos, por causa de inúmeras frustrações sobrevindas; além das crises periódicas nos preços da

goma clástica, seu único produto exportável durante muitos anos, cuja rebaixa descoroçoava os menos resolutos.

Em três (Juruá) ou mais de quatro lustros (Purus), os modernos bandeirantes, lutando, como os antigos expedicionários que devassaram a vasta hinterlândia brasileira, contra os entraves opostos pela floresta, águas e autóctones, espalharam-se por todos os recantos da região acreana, em busca da famosa árvore produtora da borracha e, mesmo além, de maneira que, em 1904, (178) quando o Governo Federal tomou a si a tarefa de administrar-la, a sua população beirava a soma de sessenta a oitenta mil almas.

Era o resto de um número muito mais avultado, que, no espaço de vários lustros, procurou instalar-se na hiléia acreana.

E não se apoderaram inteiramente das bacias puruense e juruaense. foi porque depois de percorrê-las até as propinquidades de seus manadeiros, verificaram a esporadicidade da «hevea brasiliensis», que tanto os atraía, retornando a pontos mais a jussante, em que a seringueira era mais abundante e poderia melhor recompensar o seu trabalho.

* * *

Assim como o descobrimento da região verificou-se sem tal intenção, pois, a finalidade dos emissários do governo era apenas encontrar uma travessia para a Bolívia, superior às catadupas do rio Madeira, a sua conquista ocorreu sem que os seus realizadores pensassem aí viver, visto que, escoraçados pela fome de sua terra natal ou atraídos pela miragem do «Eldorado», invadiram o país das Amazonas, sem rumo certo, dispersando-se pelos seus inumeráveis rios, até que, penetrando o Purus e o Juruá, atingiram a atual zona acreana, pensando que tudo isso era Brasil, com o fito de, pagas as despesas da viagem, abastecimento e utensílios necessários ao novo trabalho, obterem algum pecúlio para retornar às suas antigas plagas.

Não havia amor à terra que os abrigara — o torrão natal, a despeito das calamidades climáticas que o assolavam, não era mau — «O que não prestava... era o céu»; ou como diziam outros — «o Ceará é terra ruim, mas dá saudade», ou ainda — «esquecendo os sofrimentos e a fome danada que passou», como salienta ilustre escritora nordestina — «esta é a terra melhor do

178) O Tratado de Petrópolis, em que se dirimiram as divergências entre o Brasil e a Bolívia, data de 17 de novembro de 1903, mas, a criação do Território Federal do Acre, foi autorizada por uma lei de 1904, que tomou o n.º 1.181, de 25 de fevereiro.

mundo, que São Paulo, que Goiás nem nada — melhor só o céu, e assim mesmo porque tem Deus Nosso Senhor lá.» (179)

Além disso, faltavam dois fatores poderosos para fixar o homem à terra: a família e a agricultura, as quais só com a sucessão dos anos e dificuldades econômicas surgidas, foram se estabelecendo pouco a pouco, ensejando uma vida mais estável, concorrendo ambas para que o homem permanecesse mais tempo na região, ou mesmo aí ficasse definitivamente, impulsionando e firmando o seu desenvolvimento.

Passemos uma olhadela no meio em que o caboclo nordestino estabeleceu a futura Acreânia.

Regada por inúmeros cursos d'água, verdadeiros caminhos andantes, de vez em quando, cruzados por trilhos indígenas, que ligavam uma bacia a outra, numa planície quase monótona, tinha por habitantes uma gente de costumes primitivos, provinda de países diversos.

Na zona meridional — viam-se, na maioria, grupos ligados à família aruaque e na setentrional — conjuntos oriundos da nação pano.

Segundo os informes que obtive, os índios existentes nos vales do Tarauacá e Embira, ofereceram maior resistência aos invasores, havendo no seu seio grande carnificina, lutas que ainda se verificaram na década de mil novecentos e trinta, se bem que esporadicamente. Nas margens do Aquiri, os Ipurinãs que já haviam trabalhado para Manoel Urbano e seus filhos, na extração de drogas silvestres, ofereceram-se aos nordestinos para com eles cooperar, sem atritos. Os canamaris e catianas do alto Acre eram pacíficos e tímidos e os do alto Iaco ajudaram o desbravador dessas selvas a explorá-las.

No Purus, os maneteneris e canamaris não se opunham aos exploradores, desejando, mesmo, melhorar de situação, passando ao grêmio dos civilizados, o que, porém, não evitou desinteligências entre eles, devido o seringueiro achar que índio não era bem gente, conceito não mui longe do atribuído por pessoas menos incultas que andaram pela costa do Brasil, séculos antes, o apontando como um irracional «abaixo dos pretos e pouco acima dos macacos.»

Tudo dependia da maneira de tratá-los. No fim do século XIX, Avelino de Medeiros Chaves conseguia a ajuda dos canamaris e catianas para o desbravamento dos seus vastos seringais no alto Iaco, ao passo que, pouco depois, já no início do século

179) O *Cruzeiro* (Rio), de 27 de junho, 1959, pág. 146, «Última Página», Rachel de Queiroz.

atual, o dono de Nova Olinda, João Alves Vieira, no médio Iaco onde se estabeleceu desde 1896, organizou uma batida contra pessoas da tribo catiana, deixando espalhados dezenas de cadáveres nas suas margens.

No Juruá, não deixou de haver sérios encontros, mas, onde a luta teve o seu climax foi nas ribeiras dos Tarauacá e Embira, nas quais os aborígenes foram perseguidos com mais intensidade, fugindo da beira dos rios para o recesso das matas, no divisor de águas, onde a bala dos pretensos civilizados iam monteá-los, dizimando-os, exterminando-os de maneira atroz.

Entre os índios da bacia do Juruá, destacavam-se as tribos dos Jaminauas e a do Cachinauás, tida a primeira como sendo a mais brava, a mais inteligente, a mais adiantada em construções, imputando-se-lhe a descoberta das propriedades purgativas, eméticas e mágicas do visco secretado pelo sapo «Kampô»; o lançamento do uso do suco do cipó «Kasya» ou simplesmente «cipó» (homi ou honé), que neles produz o efeito do ópio; o ensinamento do uso e apreciação do tabaco e da planta enegrecedora dos dentes; a fabricação de machados de pedra que lhes deu o nome — «yami-machado» e «náua» — gente, isto é, «índio machado» além da introdução da noite («yains») no mundo e da criação de um escudo de couro de anta, tão rígido e resistente, que as zagaia e flechas dos seus inimigos não o penetravam.

A segunda sobressaía pelo seu número e pela tradicional repulsão aos Jaminauás. Mais tarde, tornaram-se pacíficas e laboriosas, pertencendo, ambas, assim como outras do Juruá e Purus, a um ciclo superior ao da caça e pesca, pois também se dedicavam à agricultura, à carpintaria, à cerâmica e, depois do aparecimento dos civilizados, à extração da goma elástica. (180)

Os Maneteneris e Canamaris do Purus cultivavam o algodão de que faziam cordas, rêdes, vestes e outros objetos, esforços êstes a que não eram alheios os Jaminauás e Cachinauás. As canoas dos Maneteneris eram de cedro, longas e admiravelmente construídas.

180) Além do penoso e demorado trabalho de armas para a guerra, caça e pesca, feitos a machado de pedra, dente de cotia, folhas vegetais ou escamas de pirarucu, manufaturavam potes, panelas, pratos, alguidares, canecas, tigelas e outras vasilhas de barro para cozinhar, depositar água, bebidas fermentadas, com argila especial; bancos de madeira, almofarizes, teares; cestos, jamaxis, açafates, cofres, instrumentos de música, etc. (Castello Branco, *O Gentio Acreano*, in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, vol. 207, págs. 45 e 46).

Contudo, havia índios como os «Bastanáuas», cujo nome equivale a «filhos das selvas» que se nutriam do que a natureza lhes proporcionava, vivendo e dormindo em baixo da copa das árvores. (*Rev. cit.*, pág. 31).

Algumas famílias descendentes dos Panos tinham remédios contra as mordeduras de cobras, feridas de arraias, anti-febris, contra a tosse, antivenéreo, contra feridas, pèrfuro-cortantes, tumores, úlceras sifilíticas, tumores da anemia, aftas, males da cabeça e até o remédio do sangue que evita a fecundidade.

Tinham como chefe um «tucháua», a quem todos obedeciam; dirigia os preparativos de guerra e a desencadeava; distribuía o trabalho entre os componentes da maloca, casava e applicava penas, inclusive a de morte.

Como os nordestinos, que, em geral, não passavam de um caldeamento de elementos tupis com europeus, tinham os arborígenes acreanos, crendices e lendas.

Os Náuas, geralmente, acreditam na alma, de quem tem pavor, chegando o Cachinauá a desmembrá-la em duas — uma residente no olho, a qual, com a morte, sobe ao céu e não se preocupa com os vivos; a outra não passa da sombra do morto, errante na floresta e nas proximidades da aldeia, atemorizando os que ficam. Come, bebe, caça, pesca, furta e suga os vivos, como se fôra um vampiro, assombrando os índios no silêncio da noite com o seu assobio.

Têm totém e acreditam na existência do firmamento, separando o mundo terrestre do espirital, no qual a vida é mais ou menos como a nossa; dando a entender que os rios se escôam até o ponto em que o Céu toca a terra, banhando a zona do firmamento e daí voltam ao lugar de onde partiram.

Acham que os animais descendem do homem e não êste daqueles; estando êstes encantados devido a um sortilégio, conservando, porém, as suas qualidades mentais, apesar da modificação da forma exterior; recusando-se, o macaco a falar, por temer que o mandem trabalhar, fingindo, então, não compreender. (181)

* * *

Dos homens que chegaram a foz do Aquiri ou Acre, em 1878, com João Gabriel, uns se internaram neste rio, outros continuaram a subir o Purus e o restante desceu êste caudal para ficar no espaço ainda não povoado.

Entre os que se fixaram nas margens do Acre, contam-se Alexandre de Oliveira Lima, parente de Mariana Paz de Ávila, espôsa de João Gabriel, que se apossou dos seringais componentes da sua embocadura e adjacências, apelidado com o correr do tempo — Barão da Bôca do Acre; Capitão José de Matos, sobrinho de João Gabriel; Capitão Antonio Mariano Pereira de

181) V. *O Gentio Acreano*, cit., págs. 38, 48, 62 a 64 e 70.

Santana, Chagas Souza, Francisco Xavier de Freitas, Jerônimo Correia Padre, João de Pontes Nogueira, Francisco Fernandes, Anselmo Melgaço, Antonio Escolástico de Carvalho, Felismino Alves dos Santos. (182)

No meio dos que subiram o Purus, viam-se Leonel da Encarnação, fundador do seringal Arapixi; Carolino Dutra, desbravador de Cametá, o luso José Gomes, explorador de Independência e Francisco Ignacio Pinto, dono do seringal Bemposta; e dos que desceram êsse rio, resta o nome de Ricardo Alves Carneiro, que se estabeleceu no seringal Monte-Verde, várias milhas abaixo da foz do Acre. (183)

Os que se internaram no rio Acre, foram se apoderando de suas margens até o seu afluente chamado Antimari, num espaço de 43 milhas, e os que se dirigiram ao Purus estenderam-se por cerca de oitenta milhas até o lugar denominado Arapixi. (184)

Mais tarde, sob o comando de Apuniano Vale, o vapor *Apihy* penetrou no rio Acre até o lugar Santo Antônio, conduzindo nova turma de cearenses, entre os quais, os irmãos Heráclito, Frutuoso, Enêas, José e Antão Rodrigues Leite, Neutel Maia e João Damasceno Girão. (185)

182) NAPOLEÃO RIBEIRO, *O Acre e os seus heróis*, Maranhão, 1930, págs. 17 e 18; Emílio Falcão, *Album do Acre*, 1906-1907, pág. 2; Avelino de Medeiros Chaves, *Exploração da Hévea no Território Federal do Acre*, Rio, 1913, pág. 7; J. Alves Maia, *Carta* datada de Belém (Pará), de 7, janeiro, 1937, págs. 1 e 2; que acrescentava, a ter redigido depois de ouvir o velho Neutel Maia, que, na ocasião, estava quase cego.

183) N. RIBEIRO, *op. cit.*, págs. 17, 18 e 264; Custódio Miguel dos Anjos, *carta* dirigida ao Dr. Assis e Vasconcellos citada.

184) NEUTEL MAIA, *Apontamentos*, que me forneceu em 1937. Custódio Miguel dos Anjos, velho explorador nos rios Purus e Iaco, desde 1877, diz que os penetradores do Purus chegaram até o lugar Flores e os do Acre, até o seringal Santo Antônio (14 milhas a montante do seu desagudouro). *Carta cit.*, pág. 11. Preferi o informe de Neutel Maia, por ter êste feito uma viagem com Felismino Alves dos Santos, em 1881, até São Felismino, sitio fronteiro a boca do Antimari, do qual foi um dos desbravadores, em 1878; asserto aliás, corroborado por Napoleão Ribeiro, no livro referido, pág. 18.

185) N. RIBEIRO, *op. cit.*, pág. 36. Êste autor esclarece haver sido Girão um grande comerciante, que possuiu casas de comércio em Antimari e Xapuri e a lancha *Emília*; tendo aproveitado o seu prestígio para conseguir do governo a criação da vila de Antimari, em 1890 (págs. 41 e 268), secundado por Antonio Escolastico de Carvalho (pág. 268).

Segundo dados fornecidos ao Conselho Nacional de Geografia, pela sua agência de Xapuri, João Damasceno Girão desbravou os seringais Flores e São Cristovão, no rio Xapuri, em companhia de Lucas Agostinho Sales, vulgo «caboclo Lucas» (Biblioteca desse Conselho — *Arquivo Corográfico*, Pasta do município de Xapuri); mas, Neutel Ma a forte-

De Santo Antônio para o alto, os imigrantes subiam em canoa, como já acontecera com os que chegaram, em 1878, à bôca do Acre, no vapor *Anajás*, os quais foram ficando pelo caminho até a foz do Antimari, como já vimos.

Não foi possível determinar o ano em que o *Apihy* fez essa viagem.

Neutel Maia que subiu em companhia dos irmãos Leite segundo a versão de Napoleão Ribeiro, contou-nos que chegou a Manaus, em 1880, depois do que seguiu para o rio Purus, permanecendo quatro meses no seringal Cachoeira de onde partiu para o rio Acre, em companhia de Felismino Alves dos Santos, até o lugar São Felismino, em vapor, subindo daí em diante, em canoa, para explorar o seringal a que denominou «Empresa», do fim de 1880 para o começo de 1881, com quatro companheiros; mas somente, no correr de 1882, foi que se estabeleceu ali com oitenta e duas pessoas, viajando no vapor *Trombetas* que, nesse trajeto, alcançou a foz do Riozinho, acima da capital do Território. (186)

Dest'arte, o que parece verossímil é que êle fez a primeira viagem no vapor *Apihy* com os irmãos Leite, navio êste pertencente a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, e como êstes se houvessem utilizado do nome do referido vapor para batizar o seringal onde ficaram. (187) mais tarde apelidado de Bagaço, Neutel adotou o de «Empresa», título que os moradores da ribeira davam à referida companhia.

Do exposto, conclui-se que o *Apihy* subiu uma vez até Santo Antônio e outra até São Felismino. E como esta segunda viagem ocorreu do fim de 1880 para o principio de 1881, a primeira teria acontecido pelo correr de 1880.

lecendo o que diz Napoleão Ribeiro, afirma que Girão era apenas negociante e como tal fornecia mercadorias aos exploradores de seringais, concorrendo assim para o seu desbravamento e conseqüente povoamento. (*Apontamentos citados*).

O «caboclo Lucas» é chamado «prêto» por Joaquim Camêlo que afirma ter êle explorado o grande seringal «Fronteiras», dentro do Xapuri. (*Notas que me forneceu em maio de 1937*).

- 186) *Apontamentos citados*. Do jornal de Manaus, intitulado *Amazonas*, consta a ida do vapor *Trombetas* para o Purus em julho de 1881 (edição de 20 de julho de 1881, pág. 3, col. 2), época imprópria, por escassez de água no rio Acre, para que êsse navio nêle penetrasse; e a chegada do referido vapor vindo do mesmo rio a 16 de abril de 1882 (edição de 19 de abril de 1882, pág. 3, col. 3); quadra em que a navegação no alto Purus e no Rio Acre é franca, principalmente em março, mês em que o *Trombetas* deveria ter sulcado o Acre, até a bôca do Riozinho, como alude Neutel Maia.

- 187) Diz Napoleão Ribeiro que os irmãos Leite desbravaram os seringais *Apihy*, hoje Bagaço, Nova Vista, atualmente Vista Alegre, e Baixa Verde. (*Op. cit.*, pág. 36).

Contudo, diz Neutel, em outra ocasião, que o primeiro vapor que sulcou as águas acreanas foi o *Rio Branco*, em 1881. (188)

O que é certo é que, em 1882, ano em que fundou «Empresa» encontrou Neutel, Alexandre de Oliveira Lima, na Bôca do Acre; Francisco Xavier de Freitas, em Boa Esperança; Miranda Araújo, em Volta do Acre, Santo Antônio e Floresta; Felismino Alves dos Santos, em São Felismino; Antônio Escolástico de Carvalho, em Antimari; João de Pontes Franco, no Andirá, também chamado riosinho do Pontes; João Alfaiate, no lugar fronteiro a Bom Destino (margem esquerda do Acre); Joaquim Vitor da Silva, em Bom Destino; Antônio Leite Barbosa, em Humaitá; José Felipe da Silva, em Boa União; Heráclito, Frutuoso, Enéas, José e Antão Rodrigues Leite, em Apihy (Bagaço); José Francisco Oliveira Catuába, em Catuába; Francisco Freire Linhares, em Panorama; último ponto habitado. (189)

Pelo depoimento de Neutel não se fica sabendo quando a onda colonizadora atingiu a atual fronteira acro-amazonense.

Todavia, acompanhando-se a marcha dêsses pioneiros, pode-se admitir que a transpusessem cêrca de 1880.

Êsses conquistadores da selva acreana, a não ser a grande maioria dos que acompanharam João Gabriel, não vieram diretamente do nordeste.

188) *Carta* do Dr. J. Alves Maia cit., pág. 3. Neutel Maia, talvez, tivesse ouvido falar na viagem de exploração do Purus feita pelo tenente Soares de Andréa, em 1875-76, no navio *Rio Branco*, o qual, ao regressar do rio principal, penetrou no Acre, pelo que foi o primeiro a sulcar as suas águas, no ano 1876, fato ocorrido antes de iniciada a conquista e povoamento desta ribeira.

Ainda antes desta fase, embrenhou-se ali uma lancha do governo provincial, em 1877, a cata de criminosos que nêle se refugiavam.

Começado o povoamento em 1878, coube ao vapor *João Augusto*, no retôrno da viagem de março de 1879, penetrar no rio Acre, o que poderia ter ocorrido do fim do mês aludido ao princípio de abril. Nessa ocasião o *João Augusto* subiu 382 milhas, além do ponto final da escala (Hiutanahã), alcançando o lugar em que trabalha Carolino Dutra, que o comandante Simplicio intitulou de *Maracaju*, em atenção ao presidente da provincia. (*Amazonas* (Manaus), de 7, maio, 1879, pág. 3, col. 3); abaixo da bôca do Iaco, apenas, 26 milhas. (Masô).

O presidente Maracaju, em agosto de 1879, dizia que os vapores da linha do Purus iam até o rio Äquery. (*Amazonas* de 9, novembro, 1879, pág. 1, col. 2; *Exposição* de 25 de agosto de 1879).

Felismino Alves dos Santos requereu ao governo um lote de terra com o nome de S. Felismino. (*Amazonas*, de 21 de junho e de 3 de julho de 1882, pág. 3, col. 3 e pág. 2, col. 5, respectivamente. «Editais»).

189) *Apontamentos* citados.

A grande sêca de 1877 estendeu-se até 1879, de maneira que neste último ano cessava a causa da migração. Êsses homens que passaram em Manaus de 1879 em diante como Neutel Maia e outros, e se destinavam aos rios Purus ou Juruá, estacionavam em lugares da parte inferior dessas ribeiras, experimentando o novo meio ou trabalho e como nem sempre se adaptavam ou, na ânsia de maiores proveitos, transferiam-se para locais mais promissores, fixando-se mais para o alto ou em algum de seus contribuintes mais afamados; de forma que iam sendo largados nos portos atingidos pelos vapores e daí para a frente seguiam em canoa para sítios ainda não ocupados ou transacionados pelos primeiros exploradores do rio. (190)

Se a turma de 1878 alcançou o rio Antimari, a 43 milhas da foz do Acre, e essa corrente migratória foi incessante nos meses chuvosos (novembro a abril), em que os navios podiam chegar ao Acre ou penetrar na sua seção inferior, tanto que, em fins de 1881 ou princípios de 1882, já se encontrava no lugar «Emprêsa», a 133 milhas de Antimari, é bem provável que, no correr de 1880, já houvesse tocado terras da atual Acreânia e trafegasse em suas águas, ultrapassando o seringal Caquetá situado na fronteira do Estado do Amazonas com o Território do Acre, e distante de Antimari 63 milhas, menos da metade da extensão compreendida entre êste local e o em que fica «Emprêsa».

Custódio Miguel dos Anjos afirma que Joaquim Francisco, vindo em 1878, com João Gabriel, explorou o rio Acre, da boca do Antimari a Caquetá, sem adiantar em que ano. Ao que parece. Joaquim Francisco ficou em algum seringal abaixo de Antimari e, mais tarde, provavelmente, em 1879, fez a exploração ou reconhecimento dêsse trecho do rio, logo em seguida povoado por novas levás de imigrantes.

190) Era muito comum no sistema adotado na região, êsse modo de proceder dos exploradores e povoadores de seringais.

Quando não se davam bem num determinado lugar, procuravam outro mais conveniente. Às vêzes por desavença com os patrões ou vizinhos, às vêzes, por doença ou anseio de melhorar as suas condições de vida, ou mesmo de descobrir ou fundar novos seringais, o seringueiro se transportava para um local mais favorável.

No Juruá, vemos Antonio Marques de Menezes, vulgo Pernambuco, sair do seu seringal Curupaiti, em 1883, para conquistar as terras a que denominou Bôca do Môa, quase 200 milhas a montante, e em cuja área foi fundada a atual cidade de Cruzeiro do Sul. No Purus, Custódio Miguel dos Anjos, fixado a princípio em Santa Helena e Cachoeira, transportou-se, em 1883, para a bacia do Iaco, situando-se no seringal logo acima da cidade de S. Madureira, percorrendo mais de 400 milhas. No Acre, Neutel Maia, do referido seringal Cachoeira, deslocou-se para o chamado «Emprêsa», em cujas terras instalou-se a cidade do Rio Branco, atual capital do Território, numa distância superior a 430 milhas.

De «Emprêsa» para o alto, assevera Neutel Maia, instalaram-se ainda em 1882, na Bôca do Riosinho, José Raimundo, que explorou também este rio, sucessivamente, pertencente ao português José Maria Dias Parede, e aos brasileiros Antônio Vieira Braga, José da Silveira, João de Oliveira Rola e Leite e Companhia de Manaus; Geraldo Correia Lima, em Flor do Ouro, Mileno de Assunção Santiago, em Benfica e Capatará; Quintiliano de Tal, em Remanso; um filho de João Alfaiate, em Iracema que, em 1883, o transferiu a Raimundo Vieira Lima, vulgo Raimundo Sargento, o qual o tornou uma das mais notáveis propriedades do Território, com magnífica residência, luz elétrica, água encanada, padaria, engenhos para açúcar, álcool, óleos, fazenda de gado, curro modelo; (191) povoando num ano quase cem milhas.

Em 1883, José Raimundo da Silva e outros exploraram e povoaram de Iracema para cima, entrando no rio Xapuri, no qual fundaram vários seringais; (192) acrescentando Neutel Maia que essa invasão prosseguiu com algumas intermitências, atingindo, em 1886, as cercanias do arroio Iaverija (atual fronteira das repúblicas da Bolívia, Peru e Brasil), ou mesmo além nas proximidades dos seus manadeiros.

Entre os povoadores da área correspondente ao atual município de Brasiléia (alto rio Acre), viam-se Manuel Firmino Bandeira, Cristiano Magalhães e Joaquim Alves Brasil, tendo a

191) Raimundo Sargento veio para o Acre, no vapor *Rio Tapajós*, da Companhia Amazonas, subindo daí em diante na lancha *Amélia* para Humaitá. Comprando a exploração «São João» a denominou «Iracema», e a aumentou, transformando-a na melhor feitoria do Acre. (N. Ribeiro, *op. cit.*, pág. 37).

192) *Apostamentos* *cits.* As medições são baseadas no mapa de J. A. Masó citado.

O atual território do município era habitado por índios *Xapuris* e *Cachetis*, aqueles num lugar próximo à foz do rio Xapuri e os últimos no sítio denominado «Maloca.»

Segundo a tradição, a primeira penetração que houve no município foi dirigida pelo cearense José Felipe da Silva que subiu o rio Xapuri até os lugares Flor do Ouro e Santa Isabel, seguida da exploração de Manoel Joaquim de Oliveira até Lua Cheia, onde construiu um barracão. Em 1894, João Damasceno Girão e Lucas Agostinho Sales, conhecido por «caboclo Lucas», desbravaram os seringais Floresta e São Cristóvão, e o cearense José Francisco da Costa explorou o seringal Sai Cinza; sendo auxiliado, nessas explorações, entre outros, por João Raimundo de Souza, Antonio e Celso Guimarães. Esses desbravadores procediam do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. (I. B. G. E., CNG., Biblioteca, pasta do município de Xapuri; dados fornecidos pelo agente municipal de Estatística, Minervino Bastos). José Felipe da Silva deve ser o mesmo José Raimundo da Silva de que fala Neutel Maia.

frente João Damasceno Girão; coadjuvados mais tarde por sírios, que se dedicavam mais ao comércio regional. (193)

Em março de 1882, o presidente da província do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá avaliava a população do rio Acre, em 3.000 habitantes, espalhados em mais de vinte barracões de comerciantes ali estabelecidos. (194)

Contando-se os barracões ou sedes de seringais não esquecidos por Neutel Maia, verifica-se que este não exagerou, uma vez que o número por ele especificado, da foz do Acre até «Emprêsa», cinge-se a dezesseis seringais, inclusive este último que era o dêle.

Tratando-se de uma informação presidencial datada do terceiro mês do ano, é possível que o cômputo nela indicado não ultrapassasse do ano de 1881, e quando muito janeiro ou fevereiro de 1882.

Entretanto, neste mesmo ano, os colonizadores fundaram no dizer de Neutel, mais seis seringais, entre «Emprêsa» e Iracema, somando ao todo 22 feitorias.

Para que houvesse ali a população indicada pelo Presidente referido, era preciso um maior número de barracões.

Joaquim Camêlo, possuidor de vastos seringais no Alto Acre, que se estendiam até os do alto Iaco, de Avelino de Medeiros Chaves, chegado na região por volta de 1890, adquiriu alguns seringais e depois de vários anos de esforços desbravou outros, chegando a ser dono dos Santa Quitéria, Sacado, São Pedro, São Miguel e Bruxelas, informa que se colocaram, em diversas épocas acima da confluência do Antimari com o Acre, Macário Miquelino em São Francisco; Manuel Felício Maciel em Entre Rios; José de Matos em Campinas, Antônio Cotia em Pôrto Central; Fran-

193) I. B. G. E., — C. N. G., Biblioteca cit., pasta do município de Brasília. Habitavam no seu interior os índios *Cachetis*. (Pasta citada).

194) *Relatório* de 25 de março de 1882, pág. 64. A 14 de janeiro de 1882, o governo provincial contratava com a «Companhia de Manaus», o serviço de navegação até o rio Acre ou Aquiry, cuja última escala era o lugar chamado *Caquetá*, distante de sua foz 108 milhas. (*Jornal do Comércio*, de 10 de março de 1888, pág. 2, col. 3; «Província do Amazonas» — «Rio Purus» — estudo assinado por Torquato Tapajós).

Os navios da *Amazon Steam Navigation Co.*, também entravam nesse rio, assim como alguns particulares, (pág. e col. cit.).

O primeiro vapor da «Companhia de Navegação a vapor de Manaus», chamado *Solimões* e do comando do 1.º (col. 2) tenente Arouca, segue para o Purus, a 8 de julho corrente. (*Amazonas*, de 5 de julho de 1882, pág. 4, col. 3). Na viagem desse vapor, de 27 de novembro de 1882, seguiu nele, o presidente Paranaguá, em inspeção à região. (*Amazonas*, de 29, novembro 1882, pág. 1, col. 3. «Noticiário»).

cisco Fernandes em Lua Nova; Custódio de Tal em Redenção; Ferreira de Brito em Peiotas no Andará; Francisco Fernandes no Andara, Prainha e Paperi; Leite e Companhia em Veneza; Raimundo Faical em Novo Aniloma e Pôrto Franco; José Isidrio em Nova Granada, Raimundo Nogueira em Pau Chumbado; Ricardo Marques em Macapa; Atilio Soares em Caquetá; Guilherme Miranda em Esperança, Glória Velha e Nova e Sumauma; Manuel Pereira Lima em União; Domingos Leitão em Novo Horizonte; Alexandre Florêncio Lopes em Transval; José Brandão em Baixa Verde; Porfírio da Purificação Sã em Nova Olinda; Sebastião de Melo em Colombo; Antônio Wanderley em Liberdade; Adolfo Barbosa Leite em Belo Jardim e Panorama; José Parente em Empresa; Pergentino Ferreira em Bagé; João Donato de Oliveira em Amapá; Alves Braga em Nova Empresa; João Rôla em Benfica, Isa, Niterói e Guarani; Plácido de Castro em Candeia, Santa Clemência, Capatará e Belo Horizonte; Libério Ferreira em Cordeiras de Capatará; João Correia em São João do Itu; Osterno Cavalcanti em Boa Vista; Honório Alves das Neves em Japão, Itu e São José do Itu; Quintiliano Mesquita em Remanso; Luís Sombra em São Luís do Remanso; João do Monte em Amélia e Vila Nova; Nicolau Suarez em Nova Amélia; Guilherme Miranda em Perseverança; Francisco Antônio em São Francisco de Iracema e São João; Raimundo Sargento em Iracema, Cajui, Boa Fé, Belém e Boa Vista; Pedro Jacome em Independência; José Viana em Aripuanã; Joaquim Alves Maia em Soledade; José Soares em Sibéria; Manuel de Oliveira em Nova Esperança (acima da boca do rio Xapuri); José Galdino em Vitória e Filipinas; Lopes Filho em Santa Fé; Antônio Vieira de Sousa em Novo Porvir; Manuel João em Pôrto Limpo; Cláudio Farfan em Carmen; Sérgio Carvalho em Ajuricaba; Alves Braga em Nazaré (acima de Brasiléia e Cubija); José Cordeiro Barbosa em Belmonte (em cujas terras foi fundada a cidade de Brasiléia); Mariano Colares em Novo Belmonte; Angel Roca em Santa Cruz; Joaquim Antônio de Sousa em Espírito Santo e Quixadá; Manuel Alves Ferreira em Buenos Aires; Primavera e Catorze de Dezembro; Justino Vieira em Montevidéu; Miguel Roca em Triunfo; Deofanto Reatigue em Pôrto Carlos; Miguel Roca em São Vicente; Hemetério Ruiz em Fronteira; Ruiz e Carvalho em Paraguaçu e Deofanto Reatigue em Pôrto Ancon (êste e Bruxelas de Joaquim Camêlo), a montante da foz do Iaverija, ou sejam cêrca de 850 quilômetros acima da embocadura do rio Acre. (194-A)

Os bolivianos Nicolau Suarez (da firma Suarez e Hermanos, de Riberalta, no rio Madre de Dios), Cláudio Farfan, Miguel e

194) A) *Notas* que me forneceu do seu próprio punho em maio de 1937.

Jesus Roca, só apareceram nas margens do Acre; após a publicação do roteiro da variação feita pelo sertanista brasileiro Antônio Rodrigues Pereira Labre, em 1887, das ribas do Madre de Dios às do Acre, o qual ensejou a viagem do Coronel boliviano José Maria Pando, que também saiu no lugar *Flor do Ouro*, como acontecera ao Coronel Labre, o primeiro civilizado que arrostando os riscos e estorvos de tal travessia.

Feita essa trajetória pelo Coronel Pando, ao que parece em 1893, os seus patrícios foram surgindo: Nicolau Suarez adquiriu o seringal Nova Amélia, abaixo de Iracema; Cláudio Farfan, o chamado Carmen, a jusante da cidade brasileira de Brasília; Angel Roca o de Santa Cruz; Miguel Roca os de Triunfo e São Vicente. Essas aquisições eram realizadas por meio de compra, associação a brasileiros ou mesmo por exploração.

Por êsse tempo surgiram também no alto Acre, o peruano Deofanto Reatigue que ficou em Pôrto Carlos e Pôrto Ancon; o paraguaio Hemetério Ruiz, em Paraguaçu, associado a um brasileiro chamado Carvalho, e o chileno Wenceslau Salinas, que, durante a revolução acreana chefiada por Plácido de Castro, aderiu a causa dos brasileiros, tomou parte em vários combates, chegando ao posto de major das hostes acreanas, desempenhando missões arriscadas e praticando atos de heroísmo. (195)

Não obstante, a exploração da floresta acreana em busca da árvore que produzia o ouro negro, prosseguia. Recantos, desvãos, quebradas, cambirotas, ainda não conquistados nos altos rios, igarapés, divisores de águas, eram sôfregamente invadidos e ocupados, ampliando os latifúndios já existentes ou dando origem a outros.

No princípio do século XX, ainda havia alguns mateiros a procura da cobiçada seringueira, não só nos vales do Juruá, Tauruacá, Embira, como nas bacias do Purus, Acre, Iaco e outras.

* * *

Retornando ao rio Purus, já assinalamos que dos passageiros do *Anajás*, na sua viagem de fevereiro de 1878, entre os que subiram êsse rio, encontravam-se o português José Gomes dos Santos, que fundou o seringal Independência; o paraense Carolino Dutra, que desbravou o Cametá, e o amazonense Leonel da Encarnação que fundou o Arapixi.

Êsses seringais ficavam na região dominada pelos índios Ipurinãs, entre as embocaduras dos rios Acre e Iaco, índios que

195) NEUTEL MAIA, *Apontamentos*, cit., Joaquim Camêlo, *Notas* cit., Napoleão Ribeiro, *op. cit.*, págs. 132 e 164; Genesco de Castro, *O Estado Independente do Acre*. Rio, 1930, pág. 69.

já entretinham relações amistosas e comerciais com o descobridor dessas terras, Manuel Urbano e seus filhos. Acresce que João Gabriel de Carvalho e Melo ficou com as terras situadas abaixo de José Gomes dos Santos. (196)

Em abril do ano seguinte chegava ao pôrto de Carolino Dutra, o vapor *João Augusto*, na mais extensa navegação feita até então, nesse rio, por vapores de grande porte, distante de Hiutanahã, 382 milhas, seringal que, segundo Napoleão Ribeiro, fôra apelidado de Cametã, mas, conhecido por Cutipinham, por ocasião dessa viagem, e mudado para Maracaju, pelo comandante do referido vapor em atenção ao presidente da província, (197) nome que, ao ser pedida a regularização da posse, foi confirmado pelo seu dono e requerente Carolino Antônio Dutra. (198)

Leonel Antônio do Sacramento, e não Leonel da Encarnação, pedia também a legalização dos seus domínios, em 1881, intitulado-os de Arapixi, limitado no alto, por terras devolutas, separadas pelo igarapé grande da maloca Camaciri e na parte de baixo pelo igarapé Quiramã, divisor das terras de Caquetã, possuídas por Antônio Belém Coutinho. (199)

Em 1881, Arapixi era o último ponto do rio Purus habitado por gente civilizada, tendo sido explorado o lugar segundo João Barbosa Marinho, em 1879 por Leonel Antônio do Sacramento, que, aí se colocou em 1880, chegando no vapor *Arapixy*, que deu seu nome ao seringal. (200)

- 196) *Amazonas*, de 26 de junho de 1881, pág. 4, col. 3; de 22, 25 e de 29 de outubro de 1882, págs. 3 e 2, «Editais» — «Secretaria do Governo.»
- 197) *Amazonas* de 7 de maio de 1879, pág. 3, col. 3; «Viagem ao rio Purus». Pelo mapa de Masô, as 382 milhas de que fala a notícia supra, alcançam o atual seringal S. Miguel, a jusante da boca do Iaco apenas 26 milhas.
- 198) *Amazonas* de 5 de junho de 1881, pág. 4, col. 3; «Editais» «Secretaria do Governo». O mapa de Masô não registra um só desses três nomes, mas, como o requerente ao dar os limites do seu lote o situa entre terras de Antonio Belém Coutinho e João Gabriel de Carvalho e Mello; e José Gomes dos Santos ao requerer o lote denominado Teixeira e Ruiz, à margem direita do Purus, distrito do Acre, o coloca entre as terras de Carolino Dutra, pelo lado de cima e de João Gabriel de Carvalho Mello, pela parte de baixo (*Amazonas*, de 26 de junho de 1881, pág. 4, col. 3; de 22, 25 e 29 de outubro de 1882, págs. 3 e 2; «Editais», Secretaria do Governo), o seringal apelidado Maracaju ficava acima do Teixeira e Ruiz, hoje Independência, situado este por Masô, a 26 milhas da foz do Acre.
- 199) *Amazonas* de 5 de junho, pág. e col., cits.
- 200) *Notas* que me fornecem em Sena Madureira, datadas de «Rio Iaco, 26 de março de 1932». Barbosa era parente de João Gabriel de Carvalho e Mello, e saiu de Canindé, no Ceará, em 1877, em com-

Em 1879, foram explorados por Joaquim Francisco, Guimarães e Pacatuba, ocupados depois por Ribeiro e Vieira; em 1880, estabeleceu-se João Cordovil, em São João; em 1881, Alexandre José Brunicidade, em Valha-me Deus, mais tarde chamado Redenção; e José dos Santos, em Amparo, que o explorou no ano anterior; em 1882, José da Rocha Figueira colocou-se na foz do Iaco, explorada por êle, em 1880, denominando-a Santa Apolônia, a montante do lugar em que o Iaco fez nova boca, seringal que se estendia até os chamados Santa Maria e São Francisco, explorados êstes por Bacelar e Ferreira, que aí se fixaram em 1882. Em 1881, Caetano Monteiro da Silva explorava Silêncio, vendendo-o no ano seguinte a Manuel Dias Soares do Pinho; em 1882, estabeleceram-se Francisco Rufo, em Capivara; Antônio Ferreira Mendes, em São Jorge; Ribeiro e Vieira, em Piedade; José Calixto Sampaio, em Boa Vista; Elias José Nunes & Cia., firma paraense, em Macapá, que o adquiriu do seu explorador Leonel Antônio do Sacramento; Bacelar e Ferreira, em Barcelona, situado já dentro do território atualmente acreano.

Ainda, em 1882, fixavam-se Casimiro Pereira Caldas em Novo Destino; Vicente Carneiro, em Concórdia; Antônio Pinto de Queiroz, em Liberdade e Tabatinga; Manuel Sant'Iago, em Santa Cruz, os três últimos adquiridos do explorador Caetano Monteiro da Silva; Antônio Barbosa Marinho, na foz do Chandless, seguindo-se Leonel Antônio do Sacramento, em Triunfo; e Roberto Barbosa Marinho, em Sobral, em datas diferentes. (201)

Euclides da Cunha, percorrendo o rio, em viagem de observação até suas nascentes, fez o levantamento topográfico do mesmo, bem como um estudo histórico sôbre o seu povoamento e economia.

As datas que aponta nem sempre combinam com as indicadas por Barbosa Marinho, diversificando, as vêzes, os nomes dos exploradores.

Contudo, isso não desvaloriza as informações de Barbosa. Êste subiu o rio com os primeiros exploradores, em 1877, sendo

panhia de Antonio Barbosa Ribeiro, Francisco Vieira Barbosa, Antonio Barbosa Marinho e Roberto Barbosa Marinho (págs. 1 e 16).

Como se vê, Barbosa confirma o verdadeiro nome do explorador e povoador dêsse seringal, constante do edital do govêrno provincial inserido no jornal oficial, *Amazonas*, de 7 de maio de 1879, e não Leonel da Encarnação, como alude Napoleão Ribeiro.

- 201) JOÃO BARBOSA MARINHO, *Notas citadas*, págs. 1 a 4. — A diferença existente entre as datas de exploração e ocupação, é que o explorador, por vêzes, apenas, examinava o local do seringal ou verificava a existência de seringueiras em condições comerciáveis, passando, em seguida, a «exploração» a outrem, ou êle próprio aí se instalava, um ou dois anos mais tarde.

parente de vários dêles, ao passo que Euclides surgiu no cenário puruense em 1905, quando muitos dêles já haviam desaparecido, decorrendo daí o desencontro de alguns informes, mais desculpáveis ainda por se firmarem os depoentes, em geral, na memória, não só dos que prestaram declarações a Euclides da Cunha, como aqueles que conversaram comigo ou me endereçaram cartas. Além disso, pode haver confusão entre a data da exploração — verificação do seringal, com a exploração — abertura das estradas de seringueiras, e conseqüente povoamento pela verdadeira movimentação do seringal.

Euclides fala na exploração de São Braz, em 1872, e de Aracaju, em 1873, e Terra Nova, em data não sabida, todos por pessoas ignoradas. É bem possível que o explorador dêses seringais haja sido o norte-americano A. D. Piper que, por essa época, percorreu a região em que êles se encontram e residiu de 1872 a 1874, na bôca do Chandless, como frisamos ao tratar do aludido explorador ianque.

Voltando aos brasileiros, acrescenta o renomado escritor, em 1880, eram explorados Macapã, por pessoa ignorada; Novo Destino, por Caetano Monteiro da Silva; Liberdade e Nova Alegria, por Casimiro Pereira Caldas; Itatinga, por Antônio Pinto de Carvalho; em 1881, Itaúna por Antônio Bacelar Ferreira; em 1882, Livre-nos Deus por Leonel Antônio do Sacramento; em 1883, Novo Santarém, pelo dito Bacelar; Bôca do Chandless, por Antônio Barbosa Marinho e Francisco Vieira Barbosa; Pôrto Memória e Triunfo Novo, por Leonel Antônio do Sacramento; em 1884, Barcelona, pelo dito Bacelar, Fronteira do Casianã, por Leonel A. do Sacramento; em 1885, Catiana e, em 1886, Novo Mundo, pelo referido Bacelar; e, em 1889, Muraquitã, por Manuel Nunes Sobrinho.

De 1890 a 1900, eram explorados: Samaúma, por Joaquim Ribeiro de Araújo; Santa Cruz, por Manuel Francisco Santiago; Santa Júlia, por Manuel Negreiros do Nascimento; Cruzeiro, por Francisco Vieira Barbosa, Funil, por Francisco Correia de Menezes; Hosana ou Furo do Juruá, por José de Brito Braga e Sobral, por Francisco Ferreira de Almeida.

A exploração de Cruzeiro, Furo do Juruá e Sobral, data de 1898. (202)

Os informantes não se referiram ao seringal Santa Rosa, último ponto na atual fronteira do Brasil com o Peru, situado na bôca do rio do mesmo nome e distante das raias do Território com o Estado do Amazonas, 184 milhas; mas, é mui provável houvesse

202) *Relatório de 1904-5, Notas Complementares*, cit. Quadro Estatístico final.

ali chegando, cêrca de 1883, um negociante cearense que após um mês de viagem em canoa, descobriu aquêlê seringal, dando-lhe o nome de Santa Rosa, tanto que, em princípio de 1884, achava-se em viagem para a referida localidade distante da foz do Chandless, dez dias em canoa, o vapor *Içá*, conduzindo carga para o dito comerciante. (203)

Catai, situado, desde o tratado de limites entre o Brasil e o Peru, de 8 de setembro de 1909, em território desta república, foi aberto pelo brasileiro João Joaquim de Almeida, em data não determinada. (204)

Dessarte, conclui-se que, dentro de um lustro, apenas, os intrépidos batedores do desconhecido, percorreram o espaço que vai da bôca do Acre à do Santa Rosa, numa distância de quase quatrocentas milhas, desbravando a floresta e fundando seringais, cuja soma ascendia a mais de trinta, número êste que, em 1904, no ano em que se fundou o Território do Acre, elevava-se a 86 barracões, 380 barracas, com 2.359 habitantes, fincados todos na região acreana que vai de Macapá (acima de Barcelona) a Sobral; (205) afastado êste último ponto da bôca do Purus, 1.532 milhas; de Manaus, 1.570; de Belém do Pará, 2.483; de Fortaleza, no Ceará, 3.225; e do Rio de Janeiro, 4.697 milhas. (206)

A penetração no r'io Iaco, realizou-se ao lado da do r'io Purus. À proporção que uns exploradores subiam êste rio, outros sulcavam as águas daquele, de maneira que, alcançada a foz do primeiro, na era de oitenta, por José da Rocha Filgueira, que apelidou a situação de «Santa Apolônia», no mesmo ano. Filgueira embrenhou-se nesse afluente do Purus, voltando do lugar Monte Oliveira, atualmente, Pôrto Marçal, do seringal Santa Fê, ficando,

203) *Jornal do Comércio* (Rio), de 17 de fevereiro de 1884, pág. 1, col. 3; «Gazetilha»).

204) EUCLIDES DA CUNHA, *Notas complementares* cit., pág. 30.

205) *Notas* e págs. cit. Essas explorações de seringais mais longínquos em datas anteriores a de outros que ficaram para trás, não significam desacôrdo no tocante às informações.

Alguns exploradores do r'io assinalavam grandes extensões nas suas margens, mas, nem sempre as ocupavam. Transferiam-nas mais tarde a outras pessoas que se iam estabelecendo, as quais, por vêzes, ainda as cediam a outras que nelas desejassem trabalhar. Além disso, certos exploradores do deserto, procuravam se avantajarem aos existentes e se aprofundavam naquelas brenhas, voltando a locais mais a jusante, por não terem encontrado a hévea em condições proveitosas. Daí a descontinuidade das datas cronológicas quanto à descoberta e fundação de feitorias e o desencontro de informações nesse sentido.

206) Masô, mapa citado; Moacyr M. F. Silva, *Geografia dos Transportes no Brasil*, C. N. G., 1949, pág. 177.

assim, descobertas as terras em que assenta a cidade de Sena Madureira, distante da foz do Iaco, 17 milhas. (207)

Em 1881, foram explorados os seringais Natal, também conhecido por São Caetano de Natal, hoje Santa Rosa, até acima da bôca do rio Macauhã, por Casimiro Pereira Caldas e Honório Carlos de Oliveira; Paumary por João Cordovil; Maracanaú, por Jácome e Passos; São José, por Benjamim e Escócio; e Macejana, por Francisco de Paula; em 1882, Esperança e Santa Clara, por José Freire & Cia. e Manuel Facundes Soares; Livramento, por Melo e Irmão; Felicidade, hoje Prainha, por Francisco Barbosa de Melo; Graças a Deus, hoje Campo Osório, inclusive São Sebastião, por Alexandre de Melo; Santa Luzia, inclusive Baturité e Sacado, por Manuel da Silva Barreto; Lago, hoje Porangaba, Curitiba, Fortaleza, Boa Esperança, Nova Olinda, Santo Elias e Santo Antônio, por Francisco Pedrosa; em 1885, Canamary e Volta Grande, hoje Tabatinga, por José Freire & Cia. Em 1886, José da Rocha Filgueira, dono da Bôca do Iaco, fazendo uma viagem por curiosidade até as cabeceiras desse rio, acompanhou o seu sócio Manuel Serafim, também da firma José Freire & Cia., explorou o seringal Amapá; acrescentando que por essa época também esteve em terras do atual seringal Guanabara, cuja sede fica a 360 milhas, da foz do Iaco. (208)

João Cândio Fernandes, industrial e político, que chegou a administrar o Território, por várias vezes, asseverou-nos que fêz em 1898, uma viagem de exploração ao alto Iaco, atingindo o Igarapé Abismo, antecedendo a Avelino de Medeiros Chaves, o verdadeiro explorador dos seringais Pôrto Brasil e Guanabara, a começar do referido ano de 1898. (209)

Na bacia do Iaco, destacam-se dois confluentes de certa importância: o Cayeté, também chamado Cavaté e Caethé, desaguardando poucas milhas abaixo da cidade de Sena Madureira, em zona pertencente ao Estado do Amazonas, e o Macahuã, às vezes, grafado Macauhan, Macauã e Macaunhã, lançando águas cêrca de doze milhas acima da referida cidade.

Em 1880, o mesmo Filgueira da Bôca do Iaco, penetrando no Cayeté, atingiu o lugar Samaúma, exploração prosseguida, em 1881, por Hermínio Rodrigues Pessoa, com fregueses de Alexandre de Oliveira Lima, dono da Bôca do Acre, que se estendeu aos

207) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre* cit., pág. 144.

208) *Caminhos do Acre*, cit., págs. 144 e 145. Carta de João Barbosa Marinho, datada de 26 de março de 1932; *Mapa* de J. A. Masô citado.

209) CASTELLO BRANCO, *op. cit.*, pág. 145; Avelino de Medeiros Chaves, *Exploração da hévea no Território Federal do Acre*, Rio, 1913, *anexo*, págs. II, III e V.

seringais São Pedro, Santa Amélia e Caçadora, e José Tracajá que se alongou até o de nome S. Miguel, que abrangia os São Sebastião, São Vicente, Iracema e Guarany. Em 1885, era completada a exploração do rio, por Augusto Pontes de Aguiar, João Sebastião de Queiroz, Francisco José das Chagas e Irmão, Francisco Fernandes Sobrinho, Rufino Teodoro dos Santos, João Pará do Nascimento Pucu, Antônio de Moura e Leonel de Tal que se apossaram dos seringais denominados Granja, Fortaleza, Canamary, S. Mateus, S. Benedito, Nazaré, Boa Vista e Campinas, hoje Reforma, respectivamente. (210)

O Macahuã só, em 1881, teve a sua penetração começada, desbravando Filadelfo Pinto os lugares São Bento e Valença; João Batista, Ceará, Providência e Esperança; João Francisco de Moura, Fortaleza, hoje Capital, e Oriente; Joaquim Curcino, Repouso; João Tangureira, Triunfo; Cândido Moreira do Nascimento, Santa Luzia; João Barbosa Marinho, Cafundó, hoje Validade, e Riosinho; Raimundo Acelino da Cunha e Belarmino Tomás de Aquino, Solidade, Quatipuary, Cala-Bôca e Desterro; um freguês de José Januário de Sousa, proprietário do seringal Redenção no rio Purus, Carauá. Em 1885, Antônio Lopes de Andrade e Manuel Custódio Freire alcançavam os lugares a que chamaram Cayco e São Francisco, respectivamente. (211)

O povoamento dêsses rios, segundo o explorador João Barbosa Marinho, sòmente se tornaria efetivo pela era de 1882, quando José da Rocha Filgueira se fixou na Bôca do Iaco, colocando-se em seguida Casimiro Pereira Caldas, na Bôca do Macahuã, que o transferiu em 1883, a Caetano Monteiro da Silva e êste a Custódio Miguel dos Anjos, no mesmo ano. Daí para o alto, fixaram-se Joaquim Pereira Cavalcanti, em Paumary, adquirido de José Januário de Sousa que o comprou a Raimundo Nogueira e êste a João Cordovil; Firmo, Bacelar e Ferreira, em Maracanaú, em 1884; Benjamim e Escócio, em São José; Francisco de Paula, em Mecejana, hoje Mercês; José Freire & Cia., em Esperança; e José Alves de Oliveira, em Santa Clara; todos quatro em 1882; Francisco Barbosa de Melo, em Felicidade, hoje Prainha, em 1884; Alexandre de Melo, em Graças a Deus, hoje Campo Osório, inclusive S. Sebastião, em 1883; Manuel da Silva Barreto, em Santa Luzia, inclusive Baturité e Sacado; Francisco Pedrosa, em Laje, hoje Porangaba, Curitiba, Fortaleza, Boa Esperança, Nova Olinda, Santo Elias e Santo Antônio, em 1884; José Freire & Cia., em Canamary e Volta Grande, hoje Tabatinga, em 1885. Depois de 1886, João Alves de Oliveira, dono de Nova

210) CASTELLO BRANCO, cit., págs. 145-46.

211) CASTELLO BRANCO, cit., pág. 146.

Olinda, estabelecia-se também no seringal Amapá; iniciando Avelino de Medeiros Chaves o povoamento de Pôrto Brasil, em 1900, e mais tarde o de Pôrto Guanabara, últimos seringais do rio Iaco, ambos, atualmente, sob a denominação de Guanabara, interessando terrenos já na raia com a República do Peru. Em 1901, Avelino conseguiu que o vapor *Augusto Montenegro*, da Companhia do Amazonas fôsse até Pôrto Brasil, regularizando-se a navegação a vapor até Pôrto Guanabara, nove voltas adiante, em seguida. (212)

O seringal Bôca do Iaco ia do Amparo Velho ao chamado São Francisco, em ambas as margens do rio Purus (cêrca de 25 milhas), e se desdobrava pelo Iaco acima até o igarapé Paisandu, a montante do sítio em que se encontra a cidade de Sena Madureira, e no Cayeté até o lugar Samaúma, seringal que foi se desmembrando aos poucos. Na foz do Cayeté a firma Aguiar & Cia. teve uma casa comercial aviadora, que fornecia mercadorias para o alto Purus, Iaco, Cayeté e Macauhá. (213)

Em 1883, o povoamento do rio Cayeté já se estendia aos seringais S. Pedro, Santa Amélia, hoje Garantido e Caçabará,

212) CASTELLO BRANCO, *op. e* pág., *cits.* Custodio Miguel dos Anjos informou que embarcou no vapor *João Augusto*, da Companhia do Amazonas, em abril de 1883, no pôrto de Cachoeira (médio Purus), com destino ao seringal Natal, depois Santa Rosa e São Caetano (mais de 400 milhas entre os dois pontos); recordando-se bem que havia barracas nos lugares Amparo Velho, Bôca do Iaco, cachoeira do Iaco, Bôca do Caieté, onde se encontrava José Ferreira de Araujo, seus irmãos Ezequiel e Francisco, com um pequeno grupo de fregueses baixados do rio Cayeté, à espera de um vapor para seguirem para o seringal Anurí, situado no rio Purus, abaixo da foz do rio Inauini. Acrescenta Custodio que o vapor chegou a Natal, com muita dificuldade a 28 de abril citado. (*Carta* dirigida ao Dr. Liberalino Gadelha ex-delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre, ora em meu poder).

213) CASTELLO BRANCO, *op. cit.*, pág. 147; *Carta* do Dr. L. Gadelha, citada. Bôca do Iaco foi vendida, em 1892, a Elias José Nunes da Silva e Cia., do Pará, que a transferiu a José Ferreira de Araujo, em 1898, adquirindo-a êste de parceria com José Gadelha e Irmãos. Em 1908, foi dissolvida a sociedade, ficando José Ferreira com a parte que ia do estirão de Campinas para baixo e os irmãos Gadelha dêsse estirão para o alto, compreendido o rio Caieté. Em 1918, falecendo Ferreira, o quinhão dêste foi cedido a Antonio Marinho Falcão.

Os seringais Santa Fê, Caridade (Iaco) e Boa Esperança (Caieté) foram desmembrados dos do Bôca do Iaco, vendendo Filgueiras o Santa Fê, em 1886, a Aguiar e Cia. e devido a morte do sócio principal Augusto de Aguiar Pontes, em 1889, os seus herdeiros o venderam ao Dr. Francisco Gonçalves Campos. Em seu âmbito foi fundada a cidade de Sena Madureira. Caridade, vendido também, em 1886, a J. Gadelha e Irmãos, por Filgueiras, em 1905, foi transferido ao mesmo Dr. Campos. Boa Esperança foi cedido, em 1887, a Herminio Rodrigues Pessoa, pertencendo, atualmente, ao referido Dr. Campos. (*Notas* que me forneceu Custodio Miguel dos Anjos, em 1932, em Sena Madureira).

ocupados por Hermínio Rodrigues Pessoa, sendo os dois últimos em nome de Alexandre de Oliveira Lima, que os cedeu a Custódio Miguel dos Anjos, no mesmo ano, que aí trabalhou até 1886; em 1885, Manuel Correia da Trindade colocou-se em São Miguel, adquirindo-o do prático da Companhia do Amazonas, chamado Nunes e este de José Tracajá; permanecendo Trindade no seringal até 1901, quando o transferiu a Hermínio Rodrigues Pessoa, abrangendo os lugares S. Sebastião, S. Vicente, Iracema e Guarany; João Sebastião de Queiroz se colocava, como freguês de Custódio Miguel dos Anjos, em Fortaleza; e Francisco José das Chagas e Irmãos, em Canamary, lá ficando até 1888; Francisco Fernandes Sobrinho, em S. Mateus, onde ficou até 1894; Rufino Teodoro dos Santos, freguês de Hermínio Rodrigues Pessoa em S. Benedito; João Pará do Nascimento Pucu, freguês do mesmo Hermínio em Nazaré; Antônio de Moura e Leonel de Tal, fregueses de J. Gadelha e Irmãos, em Boa-Vista e Campinas, hoje Reforma, que os venderam à mesma firma em 1895; em 1886, Augusto Pontes de Aguiar se aboletava em Granja, lugar que se encontrava entre os seringais Iracema e Fortaleza, no médio Cayeté. (214)

No Macahuã, a colonização era iniciada em 1882, com o estabelecimento de Casimiro Pereira Caldas em sua embocadura e de João Batista Ceará nos lugares Providência e Esperança; continuando em 1884, com José Bento da Silva, em Valença; Bento Carneiro da Silva, em Santa Luzia; Custódio Miguel dos Anjos em Cafundó, hoje Validade e Riosinho, adquiridas as explorações de Ribeiro e Vieira e este do dito Custódio e de João Barbosa Marinho; em 1885, com Bento Carneiro da Silva em S. Bento que o passou depois ao referido Custódio; João Francisco de Moura em Fortaleza, hoje Capital e Oriente; Domingos Barbosa & Cia.. em Repouso que, em 1889, o passou a Manuel Luis de Lima; Raimundo Acelino da Cunha e Belarmino Tomás de Aquino, em Soledade, Quatipuari, Cala Bôca e Destêrro, vendendo-os em 1898 a Custódio Miguel dos Anjos; em 1886, com João Tanqueira, em Triunfo; em 1889, com José Procópio Nogueira, em Caçaruá; em 1895; com Custódio Miguel dos Anjos em Cayco, cuja exploração adquiriu de Antônio Lopes de Andrade que ali estava desde 1885. (215)

Assim, prosseguia o povoamento da bacia do Iaco, de maneira que em 1896, quando o Engenheiro Lôpo Neto andou pelo rio fazendo o levantamento da linha divisória com o Peru, avaliou a

214) *Carta* de João Barbosa Marinho citado; Castello Branco, *op. cit.*, págs. 147 e 148.

215) CASTELLO BRANCO e *Carta cit.*, pág. 148.

sua população em 1.500 habitantes, que produziram 450.000 quilogramas de borracha no ano referido. (216)

Ao começar o século XX, esta população já era bem maior, aumentando bastante depois da criação da cidade de Sena Madureira, que, somente ela chegou a ter na década de 1910, cerca de três mil habitantes.

O povoamento até o fim do século XIX, era composto de brasileiros, principalmente de nordestinos, como aconteceu nos outros rios da Acreânia, mas, a contar dessa quadra alguns peruanos foram surgindo no alto Purus, localizando-se a seguir vários deles no vale do Iaco, no qual exploraram ricos cauchais e se estabeleceram em diversos seringais. (217)

O rio Aracá dos índios ou Chandless da atualidade, foi atingido, cerca de 1873, pelo norte-americano A. D. Piper que diz haver iniciado, na sua foz, uma cidade que desapareceu em poucos anos, tanto que, quando os brasileiros ali chegaram dez anos depois, nenhum vestígio encontraram de qualquer fundação, mesmo de simples derribada ou corte de árvores.

Em 1882, segundo João Barbosa Marinho, aí se colocou o seu parente Antônio Barbosa Marinho. Euclides da Cunha, porém, informa que Antônio Barbosa Marinho e Francisco Vieira Barbosa, ali se estabeleceram em 1883. (218)

No correr deste ano, o vapor *Santarém* sulcou as suas águas até um lugar ainda não atingido por um outro, onde permaneceu durante dez meses, por não haver água suficiente para sua baixada; (219) demonstrando, assim, que já havia ali algum explorador em função.

Este rio, apesar de muito extenso, pouco interessou aos brasileiros, por ser assás escasso em *symphonia* e *castilloa elástica*. Foi percorrido pelos mesmos até trinta dias em canoa, não indo eles além devido a oposição de tribos selvagens.

Sua navegação também é feita por lanchas a vapor de diminuto calado, que sulcam o seu curso inferior, conduzindo merca-

216) *Relatório* do Ministério do Exterior de 1897, anexo I, págs. 113 e 114. Jorge M. von Hassel dava para o Iaco, em 1903, de 3.000 e 4.000 estradas de seringa. (*Bolctín* de la Sociedad Geográfica de Lima, ano XIII, tomo XIII, pág. 471).

217) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre* cit., págs. 148 a 150; *Peruanos na Região Acreana*, págs. 191, 192, 209 e 210, nota 202.

218) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre* cit., págs. 153 e 122.

219) *Jornal do Comércio*, de 17 de fevereiro de 1884, pág. 1, col. 3; «Gazetilha».

dorias para os seus habitantes e o caucho produzido pelos peruanos ali estacionados. (220)

Com as crises consecutivas experimentadas pela borracha, o rio passou a ser freqüentado por madeireiros: uns abatendo as árvores mais ambicionadas pelo comércio e outros as transportando para os centros consumidores ou revendedores.

VALE DO JURUÁ

Pelo meado do século XIX, já se encontravam alguns moradores civilizados na região do Juruá, chamada «dos paranás», tendo sido o primeiro a erguer a sua tenda nesse trecho do caudaloso rio, João Ferreira Oliveira, vulgo «Joanico», fundador do sítio conhecido até o presente pelo apelido dêsse intemorato desbravador — «Joanico».

É certo que, um século antes já os «agarradores de índios» ou «coletores de drogas» aí penetravam no exercício dessa traficação e, no referido XIX, algumas pessoas se intrometeram nas tabas indígenas mais próximas da embocadura do rio, talvez antes de Joanico, mas, nada criaram, cingindo-se a sua atividade a explorar o trabalho do gentio a que se agregavam ou à ligação com o elemento feminino, da qual resultou intensa mestiçagem no seio dessas malocas, como averiguou o geógrafo inglês William Chaddles, na sua viagem de 1867.

A primasia de João Ferreira Oliveira parece incontestável, tanto que, na ocasião em que João da Cunha Correia procurava expandir o comércio do Solimões, penetrou no Juruá, talvez, antes de 1850, comprou o sítio «Joanico» para um dos seus comitentes aí se estabelecer, a fim de adquirir copaíba, salsa, óleo ou manteiga de ovos, pirarucu sêco e mixira de peixe boi.

Nessa fase, também foi instalado um pôsto comercial da mesma firma, João Augusto Correia, do Pará, no lugar denominado «Lago Cerrado», onde se fixaram os irmãos Cristóvão e Antônio ou José Coelho, mais conhecidos pela alcunha de «Rato», para negociarem com as drogas ou produtos acima enumerados, sob a razão social de Coelho e Irmão. (221)

220) *Relatório do Prefeito do Alto Purus, Candido Mariano, de 5 de abril de 1906, pág. 80; Arcadia Acreana, n.º 1, 1913, pág. 2.*

221) Joanico ficava a 194 milhas da foz do Juruá e Lago Cerrado a 312, o primeiro a montante da boca superior do Paraná do Breu, à margem esquerda do Juruá, e o segundo a oito milhas acima do desaguadouro superior do paraná de Tucumã, à banda direita do referido Juruá. Para maior esclarecimento do assunto, ver Castello Branco — *Caminhos do Acre e Descobrimento das terras da região acreana.*

Chandless, na exploração de 1867, anotou no mapa anexo às *Notes of a Journey up the River Juruá*, à margem esquerda do Juruá «Terra firme de Joanico», três voltas acima da boca superior do «Paraná do Bereo»; algumas aldeias indígenas e vários rios ou igarapés, paranás e lagos que confluem para o Juruá.

Entre os sítios registrados vêm-se «Barreira de Carauary», «L. de Pão», «Urubu-Cachoeira», à margem esquerda e «R. Tarauacá», «R. Gregório» e «R. Mu». (222)

Êstes dois últimos nomes foram postos pelo geógrafo inglês, mas, o de «L. de Pão» denota que antes dêle, já algum brasileiro por ali andou.

O Coronel Belarmino de Mendonça, chefe da comissão de reconhecimento do Juruá, em 1905, afirma que Chandless «encontrou seringueiros nos lagos e nas margens do baixo Juruá», parecendo, «entretanto que preocupou-se preferencialmente com a população indígena marginal»; (223) assêrto êste que é confirmado pelo desbravador brasileiro Miguel de Aguias Picanço, quando assegura que anos antes da viagem do pesquisador britânico, já haviam entrado no Juruá para exploração de seus produtos João Tomás Ferreira, Francisco Praia, Bertino de Tal, Manuel do Rosário, Pedro Mendes, Joanico e outros, que não foram além da foz do Chiruan, pouco acima de Marari, produtos êsses que eram levados a Tefé, em igarités e batelões, auxiliados por índios cautauchis, marauás e miranhas, êstes, do Japurá, de onde eram conduzidos ao Pará, em barcos à vela, entre os quais o de Francisco Luís Pinto Balieiro; (224) e por Guilherme da Cunha Correia, filho do descobridor do alto Juruá, o veterano João da Cunha Correia, que adianta haver se seguido aos irmãos Coelho outras pessoas que, gradualmente, foram explorando Gavião, Carauari, Popunha, Assai, Pacu, Mari-Mari, Marari e Manichi. (225)

222) *The Journal of the Geographical Society*, London, vol. 39, «Nape of the River Juruá.»

223) *Relatório de 1905-1906* apresentado ao Ministro do Exterior, pág. 107.

224) *Carta* que me dirigiu datada de Maravilha (rio Juruá), 26 de agosto de 1923, pág. 4. — Aguiar Picanço penetrou no Juruá em 1871, explorando vários seringais, como Concórdia, Tenquê, Tambaqui, Parauá e Chué, que transferiu a outras pessoas. Fixou-se no seringal Maravilha-Malquerença, explorando também os São Paulo e São Domingos, no rio Cheruan e adquirindo por compra os Monte Calvário e Conquista — (*Carta cit.*, pág. 2).

225) *Carta* datada do seringal Concórdia (rio Juruá), de 9 de agosto de 1923, pág. 6. Os exploradores êsses seringais foram, na mesma ordem, o cametauara Pedro Antonio de Souza, os espanhóis Manoel e Felipe Pedrosa, João Thomaz Ferreira, Estulano Alves Carneiro (Cúpuai

Estava-se, assim há mais de 600 milhas da bôca do Juruá, mas, sem se saber as datas exatas dessas explorações, acrescentando Picanço que, em 1869, Dionísio Bentes, vulgo «Morganho», estabelecia-se na barreira de «Cupu-Ahy» (a 410 milhas de Solimões) para o fabrico de borracha, onde faleceu no mesmo ano, pelo que ficou o lugar abandonado; trabalhando em borracha no ano de 1870, Pedro Fino, em Gavião; Inácio da Gama, no Tenquê; velhos Cristóvão e irmão (Rato), em Lago Cerrado; Raimundo Guerreiro e Lu's Costa no Mamoriá; velho Pedrosa (espanhol), em Carauari; João Tomás Ferreira, no Uruçacan (Independência); Romualdo Viana, em Popunhas; Francisco Praia, no Pão; Bonifácio Sevalho, no Mari-Marí; Estolano Alves Carneiro, em Manarian; Justo José Domingos Borges, no Marari; tendo sido continuadores da exploração desse trecho do rio: Amândio Cabral de Albuquerque Barata e Aniceto Gomes, no Juruá Puca; Miguel de Aguiar Picanço e Januário de Figueiredo, em Pirapit'nga, hoje Concórdia; Viriato Severiano Ribeiro Guimarães, em Puncá; João da Mata Martins e João Francisco de Sousa, num lugar junto ao Curapé; Inácio Moreira da Rocha, em Bauána-Branco.

Em 1870, Manuel Vitor de Siqueira Júnior vendeu a Justo Borges, de Marari, a lancha *Curuzu*, que servia, exclusivamente, para o movimento do seu seringal; e, em 1871, o mesmo Vitor de Siqueira comprava ao governo da provincia do Pará, o pequeno vapor de aço, chamado *Jurupencem* que passou a chamar-se *Juruá* e trafegou pela primeira vez no rio dêsse nome, no ano de 1872, (226) tendo por sede dos seus negócios a cidade de Tefé, onde Siqueira tinha grande armazém de mercadorias para aviamento do pessoal que conduzia para o Juruá.

e Popunha), Romualdo José Ribeiro Frazão, Inocêncio Alves de Farias, os peruanos Daniel Antonio e Bonifacio José Sevalho (Mari-Mari), Romão José de Oliveira (Marari) e Luiz Antonio da Costa (Manichi) — (*Carta e pág., cit.*).

- 226) O *Jurupencem* foi vendido pelo governo do Pará aos negociantes Melo e Cia. e Rocha e Vianna, que o vão empregar na exploração do rio «Juruha», afluente do Solimões. (*Diário Oficial do Império*, de 15 de junho de 1871, pág. 2, col. 3: «Noticias do Dia»; *Fôlhas de Pernambuco* até 9, cujos jornais tinham noticias do Pará até 30 de maio de 1871. O presidente da provincia do Pará, Abel Graça, confirma a venda a Mello e Ca., por 12.000\$000. (*Relatório* de 15 de agosto de 1871, pág. 61). Em 1868, esse vapor já trabalhava no Amazonas, apesar de pertencer a praça do Pará. (*Relatório* do presidente Jacintho Pereira Rego, de 1.º de junho de 1868; in *Relatórios da Provincia do Amazonas*, vol. III, pág. 539).

Manoel Victor de Siqueira Junior era português e formou com seu irmão José a firma Siqueira, Irmão & Cia., com sede em Tefé, instados por João da Cunha Corrêa, por esse tempo, domiciliado em Parauari, no Solimões. (*Carta cit., pág. 7*).

Findo o trabalho do ano, por êsse tempo, de dezembro em diante, todos baixavam em canoa para Barreira das Araras, Fonte Boa, Uará, Caiçara, Tefé e outros sítios do Solimões; principiando de maio para junho nova arribação para os locais em que trabalhavam, por vêzes, desprezados por outros de melhores seringueiras, prática que se estendeu até o govêrno contratar com a Companhia do Amazonas uma linha bimensal de vapores até Marari. (227)

Em 1881, do Marari para o alto, vemos Pau Furado, explorado por Gregório José de Lima; Maniaca, hoje São Romão, por Justo Borges; Santa Clara, por João da Mata Martins; Bonfim, por Jerônimo de Oliveira; o rio Cheruan, por Manuel João Lopes de Figueiredo; S. Sebastião, por João Francisco de Sousa; Maravilha, ex-Taquara e Tambaqui, por Manuel do Rosário; Nazaré do Bóia e Conceição do Raimundo, por Manuel Antônio Sevalho; Vista Alegre, por Feliciano José Barbosa; Manichi, por Adriano Borges e Luís da Costa; Arapu e Sarapó, hoje Djedah, por João Dornelas da Cruz; Cúbio, por Francisco Luís Pinto Balieiro. Estava-se a 738 milhas da foz do Juruá. (228)

Pelo exposto, parece que houve uma solução de continuidade das correntes migratórias entre 1871 e 1881; contudo, segundo Guilherme da Cunha Correia, os últimos pontos ocupados até 1874, eram Manichizinho e Matupiri, 108 e 127 milhas acima de Marari, respectivamente.

Sucede a Siqueira, Irmão & Cia. um paraense de Cametá, Francisco Rebelo de Sousa que, sob a firma Rebelo, Pinido & Cia. enfeixa por algum tempo o movimento comercial da região, fixado em Fonte-Boa. Morto Rebelo, surge o paraense Sebastião José Diniz, amigo de João da Cunha Correia, então presidente da

227) Carta de Picanço cit., págs. 3 e 4. O autor da carta diz que essa linha foi organizada em 1880, mas, a palavra oficial registra que o serviço dessa linha foi contratado com a «Companhia Fluvial do Alto Amazonas», a 19 de março de 1873, que a 6 de maio seguinte o transferiu à «Companhia de Navegação a vapor do Amazonas», obrigando-se a contratante a fazer 12 viagens anuais, sendo 6 até Marari, numa extenso de 1.063 milhas nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, e as 6 restantes não passavam de Tefé. (*Fala do presidente Satyro de O. Dias, de 4 de abril de 1881, págs. 51 e 52*). O presidente Jacy Monteiro lembrou a supressão da mesma, «sem ver prejuizo nisso para o comércio, em vista de já haver vapores particulares». (*Relatório de 4 de junho de 1877, pág. 36*). Por contrato de 29 de agosto de 1882, as viagens passaram a ser mensais sendo 6 até Marari e 6 até São Carlos de Xibauá. (*Relatório do Presidente Paranaguá de 25, 3, 1883, pág. 63, e do presidente Jansen Ferreira de 25, 3, 1885; anexo da Companhia Amazonas de 10, 3, 1885, pág. 2*).

228) A milhagem do rio Juruá é contada de conformidade com o mapa do engenheiro alemão Augusto Hilliges, de 1905.

Assembléia Provincial que, com o seu prestígio consegue a ida dos vapores da Companhia do Amazonas até Xibauá. Diniz deu grande impulso a colonização do rio, de Manichi para o alto. Em 1882, também aí apareceu Francisco Antônio Balieiro com grandes negócios em Jainu e Cúbio, de onde foi expulso por Francisco de Paes Lima Sobrinho, pessoa que capitaneou a maior leva de nordestinos até então vinda para este rio. (229)

Neste mesmo ano, Diniz, na lancha *Cerqueira Lima*, foi deixando gente em Mapuriné, Soledade, Soriano, Yapuáichuna, hoje Nova Sorte, Três Unidos, Muirapirêra, que o povo chama «Moura Pereira», hoje Exílio, e Foz do Tarauacá, sendo exploradores de Nova Sorte para cima: Benedito Seringa, Bernardo Costa, Cipriano Correia e Manuel dos Santos, respectivamente. (230)

Transpondo a bôca do Tarauacá, vê-se Felipe Manuel da Cunha fundar o sítio a que denominou de São Felipe e serviu mais tarde para nêle ser instalada a sede do município do mesmo nome, atualmente apelidado de Eirunepé.

Felipe M. da Cunha estava, em 1874, em Joanico, de onde subiu gradualmente até que por volta de 1882, encontrava-se em S. Felipe, conforme a narração de Aguiar Picanço, mas, pelo que ensina o Padre Constantino Tastevin, autor de notáveis trabalhos sôbre o Juruá e alguns de seus afluentes, nos quais exerceu um vicariato durante decênios, os povoadores atingiram o Tarauacá, em 1881, e, como a terra firme de S. Felipe demora apenas oito milhas adiante, é mui provável que neste mesmo ano êles a houvessem alcançado; (231) tanto que, em 1883, já haviam atingido a foz do riozinho da Liberdade, alcunhado de *Mu*, por Chandless, (232) distante mais de trezentas milhas de S. Felipe.

Nas explorações para o alto, destacaram-se Antônio Marques de Meneses, vulgo *Pernambuco* que, em 1883, partia do seu seringal Curupaiti, para conquistar o Liberdade, e, no princípio de 1884, encontrava-se no estirão dos Náuas, já dentro do atual Território acreano, de onde voltou; os italianos Henrique Carlos Cani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer e Luís Sassi, em companhia dos cearenses Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Sousa,

229) *Carta* cit., págs. 7 e 8.

230) Picanço, *carta* cit., pág. 5.

231) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre*, págs. 170 e 186. Pelo que ad'anta Guilherme da Cunha Corrêa, Sebastião José Diniz subiu no vapor *Javary*, fretado à Companhia do Amazonas, até São Felipe, provavelmente em 1885 (*Carta* cit., pág. 8); todavia, já em 1882, o vapor *Dido* ultrapassava êsse seringal. (Castello Branco, *O Juruá Federal* cit., pág. 602).

232) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre*, cit., págs. 170, 171 e 186.

foram, em junho do mesmo ano, do referido estirão à bôca do Juruá Mirim; e um outro cearense, Francisco Xavier Palhano, de 1889 a 1890, chefiava outros grupos, que exploraram dêste último ponto à foz do rio Tejo.

Em 1888, estavam às margens do Juruá, povoadas até o seringal Itacoatiara, depois Olivença e, a contar de 1911, Remanso, situado na fronteira do Estado do Amazonas com o Território do Acre, com terras na parte estadual e do lado federal.

Cêrca de 1890, na bôca do rio Liberdade não havia uma só barraca, mas, subindo-se o Juruá, viam-se alojados Bernardo da Silva Costa, em Redenção (quatro milhas acima); Pedro Ferreira Mendes, em Japurá; Felismino Batista, em Boa Vista; Antônio Ferreira Gomes, na bôca do Campinas, Luís Sassi, em Solferino, hoje Ouro Preto; Francisco Xavier, em Bom Jesus (já além do ponto em que chegou Chandless, em 1867); Manuel Duba, no lugar João Augusto, de onde, em 1889, retornou o vapor dêsse nome; moradores de Antônio Geraldo da Silva, em IPIXUNA; Luís Antônio da Costa, em Abaeté, que ficava cinco praias a montante de IPIXUNA; Rosendo Sampaio, em Limoeiro; Eustáquio de Melo, em Alegria; Antônio de Sales, em Trombetas; Joaquim Rbeiro, em Montreal; José Fernandes da Silva, em Lagoinha; Antônio de Castro Lima, em Príncipe Imperial; moradores de José Isidoro, em Itacoatiara, cuja barraca era situada no território, presentemente, considerada acreano. (233)

Êste último seringal foi explorado, em 1888, por Vieira e Irmão, que o passaram a José Isidoro e êste a Francisco de Castro e Irmão. (234)

O vapor *Vizeu* fez em 1889, duas viagens ao alto Juruá: a primeira em março, na qual voltou do seringal Treze de Maio, duma praia em que deixou o seu nome, largando vários passageiros destinados a povoar o rio em diferentes pontos; e no fim do ano, uma outra em que alcançou o seringal Cruzeiro do Vizeu (oitenta e cinco milhas acima da fronteira amazônico-acreana), também espalhando povoadores na região. Logo após o *Vizeu*, as águas do rio eram sulcadas pelo vapor *Mundurucus* até o lugar que tomou êste nome (poucas milhas além da praia do Vizeu) e

233) *Ibidem*, pág. 178.

234) CASTELLO BRANCO, *O Juruá Federal*, cit., págs. 625 e 626. O histórico do povoamento do Juruá, do rio Liberdade para o alto, foi organizado de acôrdo com vários informes, oral e por escrito do desbravador José Ignacio da Silva e do guarda livros Joaquim de Souza Dantas, pessoa de certa cultura intelectual que ali exerceu durante decênios a sua profissão e possuía vários registros referentes ao movimento das viagens dos exploradores do rio e da fundação de seringais, além das informações por carta da maioria dos criadores e donos dessas feitorias.

ainda no mesmo ano, êle ultrapassou a bôca do Juruá Mirim, voltando do sítio conhecido por Pôrto Peters designação esta oriunda do nome do seu comandante, que era inglês, na mesma faina de distribuir colonizadores por essas terras. Ainda em 1889, a lancha *Carlota* de Mello & Cia., do Pará, atingia o lugar Reforma (112 milhas a montante da fronteira referida), e no ano seguinte, os vapores *Cametá* e *Arapixi*, todos à disposição do português Antônio Fernandes Costeira, da aludida firma paraense, o maior impulsionador do progresso da região, retornavam do sítio Canindê, um pouco abaixo de Reforma; e a mencionada lancha *Tauaré*, em 1891, aportava ao lugar a que emprestou o seu nome, próximo ao sítio chamado Triunfo. (235)

Em 1889, as terras conhecidas por «Bôca do Môa» compreendiam os seringais adjacentes ao rio dêste nome, pertencentes a Antônio Marques de Meneses, residente no lugar Curupaiti (quase 200 milhas a jusante), que vendeu a parte fronteira ao Môa a Galdino Lopes da Silva, abrangendo o trecho que ia do seringal Oliveira ao estirão dos Náuas, que, em 1890, passou a denominar-se Buritizal; e a porção da margem esquerda do Juruá, em ambos os lados do Môa ao lusitano Eduardo Joaquim de Galdo, também no ano de 1889, que conservou o título de «Bôca do Môa». Em 1890, Pernambuco readquiriu êste seringal, o dividindo mais tarde, vendendo a margem direita do Môa a Manuel de Sousa Carioca e Francisco Carlos de Oliveira que o apelidaram Nova Independência, hoje Florianópolis; e a esquerda, cedeu em 1904, a Lima e Loureiro, até o igarapé S. Salvador, e o restante ao governo da União para a fundação da cidade de Cruzeiro do Sul. (236)

Em 1889, estavam localizados Galdino Lopes da Silva, no Buritizal ou Miritizal; Elias Ferreira Martins, em Santo Elias; Leonel Alves Maia e Francisco Bonifácio da Costa, em Novo Mundurucus; Francisco Rodrigues de Moura, na foz do Paraná dos Mouras; Miguel Antônio, em Tatajuba; Laurindo Bezerra, em Carlota; Miguel e Tertuliano Fernandes de Almeida, em Valpa-

235) *Ibidem*, pág. 602. Ao lado de Antonio Fernandes Costeira, Antonio Geraldo da Silva e Bernardo da Silva Costa, também muito concorreram para êsse desenvolvimento, fornecendo mercadorias, e facilitando transporte aos candidatos à abertura de seringais.

No meu trabalho — *O Juruá Federal*, por equívoco, assinalai que Costeira, Antonio Geraldo e Bernardo Costa foram donos de quase todos os seringais da bacia do Juruá acreano (pág. 605), o que não é verdade. Como dissemos acima, êles concorreram para essas fundações, proporcionando os elementos indispensáveis para a realização dêsse tentame, porém, não eram senhores dessas terras, a não ser de alguma exploração que lhe era cedida pelo desbravador.

236) *Ibidem*, págs. 609 e 610.

raíso; Luís da Mota, em Uruburetaba; Horácio de Melo, em Jaburu; Antônio Carlos Sampaio, em Novo Santo Antônio; Umbelino de Almeida, em Santa Cruz; Luís Sassi, em Floresta, que abarcava a foz do Juruá Mirim; Agostinho Rodrigues de Moura, em Pôrto Peters, Manuel de Moura e Santos Falcão, em Jacuipe; Benício de Tal, em Nazaré; Isaías de Tal, em Pôrto Barata; Francisco Chagas do Vale, em Cruzeiro do Vizeu; Joaquim de Paula Tavares, em Ouro Prêto, e Raimundo Correia Lima, em Canindé.

Em fevereiro do ano seguinte, subiram em canoa até Natal, onde se localizaram José e Joaquim Inácio da Silva; fixando-se dois meses depois, em Reforma, Leopoldo José de Sousa; e, em dezembro, Lourenço Teixeira do Pinho, em São Lourenço, último ponto habitado nesse ano de 1890.

Em março de 1891, subiram João Raimundo de Sousa para Buenos Aires; Deponciano Ferreira Gomes para Ocidente; Targino de Oliveira Bronze para Grajau, e Felipe Pais Lima para Tauaré; em janeiro de 1892, ficaram Francisco de Sales Teófilo na Flora; Domingos Pereira Barata no Triunfo; João Gaston em Cachoeira; Ildefonso de Oliveira Campos em Oriente; Francisco Santos Falcão em Mississipi; Luís Francisco de Melo na foz do Amônea; Miguel Fernandes de Almeida na Bôca do Tejo; Raimundo e Leandro Dessa em Acuriá; João Firmino da Silva em São João; Luís Antônio da Costa em Caipora; mudando-se Ildefonso de Oliveira Campos, no fim dêsse ano, de Oriente para Tôrre da Lua; já nas proximidades do rio Breu, limite atual, entre as repúblicas do Brasil e do Peru.

O povoamento do Breu só era iniciado no correr de 1894, quando aí chegaram Francisco Joaquim de Paiva, Francisco Lagartixa e Antônio Luís, que também se apossaram do rio Caipora, umas quinze milhas abaixo da foz do Breu. (237)

Os brasileiros ainda esquadriharam o trecho do Juruá, do rio Breu até muito acima do Vacapistêia, talvez cem ou mais milhas, a montante do Breu, e como a hévea aí fôsse muito escassa, abandonaram-no, fixando-se do vale dêste último para baixo; sendo que o do nome João Gaston, dono do seringal Cachoeira, a jusante da embocadura do Amônea, chegou a morar na margem esquerda do Breu, na sua incidência com o Juruá, com aviados, e a ser dono, por escritura legal, de todo o terreno que vai do lado direito do Breu à do Béo ou Breu Quarto. (238)

237) *Ibidem*, pág. 603. Ver também sôbre povoamento do Juruá acreano, o nosso ensaio — *Caminhos do Acre*, págs. 178 e 179.

238) *O Juruá Federal* cit., págs. 594 e 595; *Caminhos do Acre* cit., pág. 171 e nota 26.

O desbravamento dos principais contribuintes do Juruá que correm inteiramente dentro da zona federal, realizou-se entre os anos de 1888 a 1892.

Em 1888, penetravam no rio Mõa vários expedicionários que, seguidos de outros, já em 1893, alcançavam os últimos pontos do rio, em que havia seringa, inclusive o rio Azul ou Breguesso.

Entre os que, primeiramente, se assenhorearam das suas terras viam-se: Joaquim Barros Rêgo, Manuel Mendes de Matos, Francisco e Amaro Teobaldo de Melo, Sebastião Costa, João Veríssimo da Silva, Miguel de Almeida, Antônio Xavier Moreira, João Alves da Silva, João e Luís Monteiro, Francisco das Chagas Moreira, João Vieira de Alencar, Francisco de Melo, Raimundo Pereira Leite, Antônio Ferreira Gomes, Luís Marques Vieira e Sabino Tomás da Rocha.

O Paraná dos Mouras foi explorado e povoado por Francisco Rodrigues de Moura que, falecendo, foi nisto substituído por sua viúva e filhos: Bráulio, Francisco, Elias e Gregório de Moura, contribuindo em seguida para o seu desenvolvimento; Porfírio Ponciano de Oliveira e Melo & Cia., que adquiriram nesse rio, uma parte dos seus seringais.

O Juruá Mirim, cuja foz foi o ponto a que chegou o bandeirante João da Cunha Correia, em 1858, e de onde voltou a turma exploradora do Juruá chefiada pelos italianos Henrique Cani e Luís Sassi, teve seu povoamento iniciado, em 1889, tomando parte nêle, entre outros, Joaquim Correia de Oliveira, mais tarde, dono de quase todo rio; Simão Cohen & Cia., José Lucas Barbosa, Joaquim Tavares Guedes, Francisco de Albuquerque, Odorico Ferreira da Rocha, Joaquim, Antônio e Vicente Coelho, João Bussons, Francisco de Freitas e Antônio de Sousa.

O Ouro Prêto foi explorado primeiramente por Francisco Palhano que, em 1889, o transferiu a Joaquim de Paula Tavares que, por sua vez, anos depois, vendeu a margem esquerda a Pedro Teles de Meneses e a direita a Galdino Lopes da Silva; estando atualmente ainda mais subdividido.

O Valparaíso foi povoado por Vicente Coelho, João Bussons e Pedro Gomes. Dividido o seringal, que abrangia todo o rio, em duas partes, ficou a margem esquerda para os herdeiros de Vicente Coelho e a direita para João Bussons, que conservou o nome do rio para designar o seu seringal, pondo Jonas Coelho, filho de Vicente, o nome de Russas, no seu quinhão.

O Grajaú teve iniciada a sua colonização, em 1891, com a chegada de Targino de Oliveira Bronze, sendo prosseguida por Francisco José Machado, Francisco de Sales Teófilo e Antônio Alves Parente.

O Tejo, explorado em 1890 por José Martins, teve por continuadores, José Joaquim de Lima, Francisco Lagartixa, Manuel Tomás, Antônio Peixoto, Francisco Ferrer, João Dourado e Vicente Venâncio de Almeida, até o seringal Restauração, no mesmo ano, e daí para o alto, Manuel Patricio, André Lopes e Mariano de Barros. Seguiu-se o povoamento com Liberato da Silva Braga, em Horizonte; João Ferreira do Vale, em Fortaleza; João F. Viana, em Veneza; Manuel Moita, em Escudo Peruano; João Dourado, em S. Francisco; Luís Bayma, em Duas Bôcas, hoje Restauração; Francisco Cazumba, em Esperança, Aracati e Belo Monte; João B. de Sousa, em São Luís; Júlio Vargas, em Bagé; Francisco de Sales Teófilo, em Bahia; Agostinho Felix, em Monte Alegre; e Manuel Salvino, em Prainha, hoje Maranguape. (239)

As bôcas dos rios Gregório e Liberdade já eram conhecidas dos buscadores de borracha desde 1883, cujas cabeceiras e grande trecho de seus cursos estão localizados no território acreano; tendo se efetuado a conquista de ambos paralelamente à do rio Juruá. (240) Pedro Juvêncio Barroso, genro de F. F. de Carvalho, o maior proprietário dessa ribeira, relatou-me que, no correr de 1894, já explorava extensos seringais nas proximidades de seus mananciais. Contudo, ao dar os nomes das propriedades localizadas nas margens dêste rio, afirma ter sido dono de Crateús, Paraíso, Santa Fé (próximos as cabeceiras), Boa Esperança e Bom Futuro (no médio), José Juvêncio Barroso; e dos apelidados Ceará, Guarani, Novo-Acre, Paço da Pátria, S. Francisco e S. Pedro, Francisco Freire de Carvalho: o primeiro seu parente e o segundo seu sogro. Floresta era de João Herculano Primo, Humaitã de João Marques de Oliveira, Iracema de Pedro Vidal e Irmão, e Progresso de Daniel Vicente de Sousa. (241)

O rio Amauácas, também chamado do Leonel, foi explorado por José Tocandeira que o vendeu a Francisco Barata, o qual

239) V. *O Juruá Federal* para uma descrição mais completa: capítulos *Povoamento e Seringais*. Os apontamentos fornecidos sôbre o histórico dos rios Mõa, Paraná dos Mouras, Juruá Mirim, Ouro Prêto, Valparaíso, Tejo, foram fornecidos por escrito ao autor, antes de 1922, pelos senhores Mancio Agostinho Rodrigues Lima, Porfírio Ponciano de Oliveira, Joaquim Correia de Oliveira, Alfredo Telles de Menezes, Manoel Ramalho, e José Ignacio da Silva, respectivamente.

Todos eram antigos seringalistas na região; tendo sido assinadas as cartas referentes aos rios Juruá Mirim e Valparaíso pelos guardalivros dêsses seringais.

240) PADRE CONSTANTINO TASTEVIN, *Le Riosinho da Liberdade*, in *La Géographie*, Paris, t. XLIX, 1928, pág. 213.

241) Notas que me forneceu em 1920, Castelo Branco, *O Juruá Federal* cit., págs. 608, 610, 612, 614, 616 a 618; 621, 625 a 627, 629, 632 e 633.

iniciou o seu povoamento, pela margem direita, fundando o seringal Pôrto Barata, transferido a Francisco Cavalcante que, por sua vez, o cedeu a Leonel Alves Maia. Associando-se êste a Manuel Absolon de Sousa Moreira, houve em seguida uma liquidação da sociedade, ficando o seringal com Absolon Moreira, estendido por todo o lado direito do rio, inclusive afluentes, que o denominou Humaitá.

Na outra banda do rio, encontra-se o seringal Cruzeiro do Vale, ex-Cruzeiro, ocupando-a até os seus manadeiros. Foi vendido por Bernardo da Silva Costa a Francisco Chagas do Vale que o explorou e povoou. Ambos os seringais tinham em 1921, tribos indígenas pacificadas; cultivando a lavoura e pecuária há muitos anos, com cêrca de 750 habitantes. Numa terra firme em frente a foz do rio, na margem esquerda do Juruá, há um lugar denominado Pôrto Valter, que foi sede de têrmo judiciário e hoje é de distrito municipal, pertencente ao seringal Humaitá. Quando aí estiveram os peruanos, foi apelidado de Pôrto Alberto, Vila de Yucatan e Puerto Camilo. Com a instalação do Território do Acre, o govêrno departamental designou o local para sede de uma circunscrição de paz, intitulado-o de «Vila Branquense», em atenção ao Barão do Rio Branco. (242)

Dando-se um balanço no que ficou descrito, verifica-se que mal iniciado o povoamento do Juruá, cêrca de 1850, com o comércio de drogas do sertão, sòmente um vicênio depois êle se evidenciou com a abertura das primeiras estradas de seringueiras. Contudo, ainda não tinha fixidez, em vista do pessoal empregado nesse serviço ter que retornar às margens do Solimões na época das chuvas, tempo em que o seringueiro não podia trabalhar.

Com a aquisição de embarcações a vapor por negociantes do rio e o estabelecimento de uma linha regular de outros pela Companhia do Amazonas, o transporte de mercadorias tornou-se menos penoso e mais rápido, ensejando aos invasores uma penetração a pontos mais distantes, de maneira que, quando aí apareceram os imigrantes vindos do Nordeste, impelidos pelo flagelo de 1877, já os encontrou pelo médio Juruá, não esmorecendo de todo ao se derramar pelas cercanias do rio Tarauacá, por que muitos dos que se estabeleciam no curso inferior do rio e mesmo noutros lugares da bacia amazônica, procuraram a parte mais alta do caudal, tornando a exploração de seringais e o seu conseqüente

242) CASTELLO BRANCO, *O Juruá Federal*, cit., págs. 613 e 617. Camilo Vallejos Z. «Mapa del Alto Juruá y Alto Purus», 1907. As informações sôbre o seringal Humaitá foram prestadas pelo guarda-livros do mesmo, Antônio Aderson da Silveira, e as respeitantes ao Cruzeiro do Vale, pelo gerente dêste, Francisco Correia Barahuna, tudo por escrito, em 1917.

povoamento, quase ininterrupto, e de tal maneira que o flagelo de 1888 não fez mais do que continuar essa migração, contribuindo fortemente para o povoamento da seção do Juruá, que vai das vizinhanças do rio Môa ao rio Breu, em apenas no decurso de um lustro.

Não encontrei qualquer informação a respeito do número de pessoas localizados no rio, quanto aos primeiros tempos. Em 1877, já havia ali um distrito policial, indicativo de apreciável número de habitantes, distrito este que, no princípio de 1883, já se desdobrara em cinco, (243) denotando o franco desenvolvimento de sua população que, por essa época, já se estendera para além do importante contribuinte Tarauacá.

Contudo, em 1879, o movimento de passageiros, na linha de vapores juruaense, atingiu o número de 1.194, e, em 1880, já alcançava o de 1.704, incluindo as classes de ré e de proa; (244) estimando o Presidente Paranaguá, no comêço de 1883, a população de tôda a ribeira, em cêrca de 10.000 almas, (245) quando o Purus por êsse tempo, já tinha quem orçasse o seu povoamento de 30 a 50.000 habitantes. (246)

Essa população foi sempre crescendo, de sorte que, em 1905, já depois de instalado o Departamento Federal o Coronel Belarmino de Mendonça, chefe da comissão brasileira de reconhecimento do rio Juruá e que o estudou desde a embocadura, a calculou em cêrca de 54.000 almas, sendo 40.000 da parte amazonense, afora os estrangeiros, (247) ao passo que o Padre Tastevin, a avaliou em menos de 45.000 pessoas, depois de percorrer todo o rio de 1908 a 1912, sendo mais da metade para o Juruá federal. (248)

243) *Relatório* do Presidente Domingos Jacy Monteiro, de 4 de junho de 1877, pág. 19; e *Fala* do Presidente Paranaguá, de 25 de março de 1883, pág. 9.

244) *Fala* do Presidente Satyro de Oliveira Dias, de 4 de abril de 1881, págs. 52 e 53.

245) *Jornal do Comércio* (Rio), de 18 de março de 1883, pág. 1, col. 6; «Provincia do Amazonas»; *Carta* na seção «Gazetilha».

246) *Jornal do Comércio* cit., de 17 de janeiro de 1884, pág. 1, col. 2 — Fôlhas do Amazonas até 30 de dezembro de 1884; e de 11 de fevereiro de 1883, pág. 2, col. 5 — «Gazetilha» — *Carta* do Presidente Paranaguá, de 17 de janeiro de 1883.

247) *Relatório* da Comissão de Reconhecimento do Alto Juruá, 1904-1905, publicado em 1906, pág. 124.

248) *La Geographic*, fev. de 1920, pág. 140 — Os recenseamentos procedidos pelo Prefeito Thamaturgo de Azevedo, no Juruá e Tarauacá acreanos, foram muito imperfeitos, pelo que deixamos de registrá-los.

Com os vaivens dos moradores desses rios, não só por causa da volta de uns à terra natal e do êxodo de outros devido às crises constantes da borracha, o número de habitantes tinha que oscilar continuamente. Daí, talvez, a diferença entre as duas estimativas.

Essas cifras, todavia, não têm regredido, assinalando o recenseamento geral do país, em 1920, 24.919 habitantes para os dois municípios amazonenses (Carauari e S. Felipe) e 35.911 para os dois acreanos (Cruzeiro do Sul e Seabra); cômputo este superado pelo censo de 1940, que registrou 65.338 para toda a bacia, sendo mais da metade para a zona federal.

Em 1950, somente os três municípios acreanos (Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó) alcançaram um total superior a 50.000 almas; numa demonstração constante de crescimento. (249)

A população indígena, pela era de 1920, já estava muito reduzida, oscilando em torno de um milhar a respeitante ao Juruá federal e, talvez, menos para o estadual, sendo hoje muito menor.

Contavam os exploradores dessas paragens que houve vários encontros entre os conquistadores das selvas e os seus antigos senhores; citando-se entre outros lugares o estirão dos Náuas, os rios Juruá Mirim, Tejo e Breu, os sítios Vitória, Triunfo e Acuriá, na bacia do Juruá; não se procurando catequizá-los nos vales do Tarauacá e Embira, onde foram exterminados a bala ou escoraçados para sítios escusos; seguindo-se depois constantes represálias desses, devido aos seus costumes e a falta de pessoas esclarecidas do outro lado que pudessem aquietá-los.

Para mais reduzi-los ainda foram chacinados pelos peruanos quando, do fim do século XIX para o princípio do XX, invadiram os cauchais dos rios Liberdade, Gregório, Tarauacá e Embira. (250)

Quanto aos peruanos, é certo que começaram a invadir a região em 1896, para a instalação de alguns postos comerciais e extração de caucho.

Este movimento de devastação dos cauchais foi de tal monta, principalmente nos rios Gregório, Liberdade e Tarauacá, que chegou a preocupar a atenção das autoridades e ocasionar mal estar entre os brasileiros, atuação esta que se fez sentir mais no Juruá do que no do Purus.

Para esse tráfico, os «caucheros» chegaram a manter uma linha de lanchas a vapor no Juruá e contribuintes supracitados.

249) V. Censos de 1920, 1940 e 1950.

250) CASTELLO BRANCO, *O Gentio Acreano* citado.

sem a necessária licença das autoridades alfandegárias de Manaus e com desprezo das de S. Felipe, sede do município de onde extraíam a cobiçada seiva.

Esses invasores, com o assentimento dos brasileiros foram-se localizando onde havia cauchais, para cuja extração montavam «ranchos» ou caserios.»

Além disso, procuraram firmar-se em alguns pontos do rio, arrendando-os, ou comprando alguns seringais, e até *manu militari*. No primeiro caso, vemos a ocupação de Porto Alberto por Vicente Mayna e de Centro Brasileiro por Hidalgo Roiz e Co. No segundo, a aquisição dos seringais Monte Cristo e Monte Rico, por Assunción e Roiz, no Juruá Mirim; Novo Recreio, por Hidalgo e Roiz, no rio Mõa; Porangaba por Dom Celedonio, no rio Juruá; Escudo Peruano, por Manoel Moita, e Bagé, por Julio Vargas, no rio Tejo. No terceiro caso, surgiu um destacamento militar peruano, via Juruá Mirim, em 1897, para apoiar Hidalgo Roiz e Comp., o qual não atingiu as margens do Juruá, por ter sido repellido cruentamente pelos brasileiros moradores naquele rio; um outro no rio Amõnea para se apossar da bõca dêste rio, também expulso pelos nacionais ali residentes, mas, afinal aí instalados, por consentimento dêsses mesmos habitantes.

Além disso, o govêrno peruano, julgando-se senhor da zona do Juruá localizada nas proximidades do rio Gregório para cima, fez D. Enrique Espinar chefiar uma expedição científico-comercial, no vapor *Brasil*, em 1897, ao alto Juruá, expedição que fez um levantamento dêste rio até a foz do Breu, assinalando lugares em que havia peruanos no seu afã de extrair caucho; e D. Manoel Pablo Villanueva, a pretexto de tratar de negócios de caucho, desceu o rio Amõnea para avisar aos seus patrícios a vinda de tropa governamental para garantir os anseios expansionistas dos seus governantes. (251)

TARAUACÁ

Êste rio que também se chamou Parauacu, já era conhecido no Solimões antes do meado do século XIX, pelos regatões sediados em Tefé e Fonte Boa que, nas suas viagens ao Juruá, ultrapassavam a sua foz e, possivelmente, nêle penetravam, pois, já por êsse tempo, anunciavam que se o cursando durante oito ou dez dias, alcançava-se terra de Espanha, terra esta que mais tarde verificou-se pertencer à bacia do Purus, que era atingida por intermedio do rio Tarauacá, o seu afluente Embira e o con-

251) CASTELLO BRANCO, *Peruanos na Região Acreana*, in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, vol. 244, págs. 137 a 150; *O Juruá Federal* cit., págs. 615, 619, 625 e 628.

fluente Jatuarana atualmente, apelidado Jurupari, caminho êste transitado pelos indios Conibos, muitos anos antes, no seu escambo de mercadorias com os Maneteneris do Purus. (252)

O povoamento, todavia, só seria iniciado cêrca de 1882, apesar dos exploradores do Juruá terem chegado à sua foz, em 1881.

Naquele ano, via-se na confluência do Juruá com o Tarauacá, o português José Joaquim Dias, que comprara o local a Manoel dos Santos; seu dono, montando ali uma casa comercial e de hospedagem, a fim de proporcionar às pessoas que se destinassem à exploração ou povoamento desta ribeira, os recursos indispensáveis. (253)

Em 1883, o vapor *Mundurucu* de Francisco Alberto Bissau, sulcou as aguas do Tarauacá até a embocadura do Embira, (254)

252) CASTELLO BRANCO, *Caminhos do Acre* cit., págs. 191 e 192; *Descobrimento das Terras da Região Acreana* cit., págs. 66 a 70.

253) *Caminhos do Acre* cit., págs. 194 e 195; *Descobrimento* cit., pág. 80; *Cartas de Aguiar Picanço e Cunha Corrêa*, cits. — Em umas *Notas* colhidas entre antigos moradores e exploradores dos vales do Tarauacá e Embira, pelo doutor Francisco Pereira da Silva, jornalista, escritor e deputado federal pelo Estado do Amazonas, nas legislaturas de 1957 a 1963, quando desempenhou o cargo de Prefeito do Tarauacá, em 1921, consta que José Joaquim Dias comprara a Foz do Tarauacá a um amazonense chamado Hortencio, no referido ano de 1882. Dada a facilidade com que se transferiam essas posses naqueles tempos, é bem possível que o local houvesse tido vários possuidores.

O Deputado Pereira da Silva residiu também na Cidade de Cruzeiro do Sul (Juruá) de 1911 a 1921, de onde saiu para o Tarauacá. Rio Branco, capital do Território e em seguida para Manaus e Rio de Janeiro. As *Notas* cits., não se acham datadas, e, apenas, acompanhadas de um cartão seu, que me foram entregues a 19 de março de 1961.

254) *Carta* de Cunha Corrêa cit., pág. 8 — A grafia do nome dêste rio tem variado. Ora escrevem *Envira* ora *Embira*. Na Amazônia, também se pronuncia de ambas as formas, mas, ao que parece, entre os habitantes do próprio rio, sobressai a primeira dessas formas. Em 1905, membros das Comissões de Reconhecimento dos rios Juruá e Purus registraram *Envira* (Otávio Felix Ferreira da Silva — Mapa do Alto Juruá); e A. Pimenta da Silva (Croquis do Alto Purus). O Pe. Constantino Tastevin ex-vigário do Juruá, Tarauacá e *Embira* (*La Géographie*. Paris, tomos de janvier et février de 1920, págs. 9, 133 e 134; *Carte du Haut Juruá*, 1914, anexo ao último tomo; *Carte Linguistique des Bassins du Purus et du Juruá*, 1921, tomo de mai de 1921). O Professor Benedito Belém que lá esteve várias vezes e preparou um trabalho sobre êsse rio, intitulou-o *Album do Rio Envira*. Homens de ciência que andaram pela região preferiram a forma *Embira* por estar mais conforme o étimo da palavra. É possível que a variante *Envira* seja devido ter sido seu primeiro explorador o português Antônio Tavares Coutinho.

Benedito Belém, *Album do Rio Envira*. Êste *Album* não foi publicado, achando-se em meu poder por oferecimento do Senhor Fenelon Bomilcar, amigo do autor.

Benedito Belém era professor diplomado em São Paulo; foi almoxarife da Comissão de Obras Federais do Território do Acre, chefiada

porém, antes disso, o cearense Joaquim Coelho de Azevedo, em 1882, iniciava a exploração do baixo Tarauacá, instalando-se em companhia de Gabriel Guimarães, no lugar Conceição, sito à margem direita do rio, atualmente compreendido no âmbito do seringal Vila Martins, distante cerca de doze milhas da confluência com o Juruá.

Devido ao aparecimento do vapor ou pela circunstância do estabelecimento do armazem do lusitano Dias, o que é fato é que no ano seguinte (1883), os invasores fundaram mais de dez seringais, como sejam — Foz do Itucuman pelo cearense João de Souza Martins, acompanhado dos seus irmãos Henrique e José Adolfo; Baturité por Joaquim Ferreira, que, no mesmo ano o vendeu a Francisco Fernandes de Araujo Junior; Diamantina, por Antonio Francisco do Nascimento e mais cinco companheiros; Boa Vista e Restauração, hoje Sobral, por Zanito Filho e Manoel Correia; Bom Futuro pelo amazonense Luiz de Lima, que o vendeu, em 1885, a Raymundo Martiniano Fernandes; Bom Intento, hoje Boa Vista, por Francisco Português; Maracaju, por Severiano de Freitas Ramos, seringal este que mais tarde pertenceu a José Bento Barreto, com a denominação de Pacatuba; Aracati, por José Adolpho Martins; Foz do Embira, pelo amazonense Claudio Antonio da Silva, o qual, em 1886, foi vendido ao português Antonio Tavares Coutinho; Boa Esperança e Aty, pelo amazonense Faustino da Trindade Lima; Cachoeirinha, pelo referido Claudio Antonio da Silva, e Santa Catarina por Francisco Antonio de Vasconcelos, já distante da boca do Tarauacá, 174 milhas.

Dai para o alto, vemos Raymundo Martiniano Fernandes explorar Macucáua e Delfino e Irmão, o lugar Arati, no ano seguinte.

Em 1885, exploraram os seringais São Francisco, Joaquim de Freitas, e São Salvador, Severiano de Freitas Ramos, o primeiro abaixo da fronteira do Estado do Amazonas com o Território do Acre, e o segundo a montante dessa extrema.

pelo engenheiro paulista Antônio Manuel Bueno de Andrada. Belém esteve no rio Envira (Embira) e outros rios da região, entre 1907 a 1913, trabalhando na construção da estrada que ligaria o vale do Juruá ao do Purus, de sorte que as informações constantes desse *Album* devem corresponder ao lustro referido, alcançando o ano de 1913, por ter ele reservado lugares para os retratos do Prefeito Antônio Antunes de Alencar e outras autoridades, cujo Departamento, foi inaugurado a 21 de abril deste ano, (*O Cruzeiro do Sul*, de 27 de abril de 1913).

— Os seringais da Foz do Jurupari, estendiam-se por esse rio, compreendendo terras do Estado do Amazonas e do Território do Acre.

Ainda no mesmo ano Raymundo Pereira Cidade e o lusitano João do Rego Amaral exploraram o seringal Foz do Muru, o qual no mesmo ano êles transferiram a Severiano de Freitas Ramos, «por alguns quilos de tabaco».

Em 1886, Joaquim de Freitas explorava Novo Destino, onde, em 1892, foi morto, com a sua companheira, pelos índios, numa luta tremenda; e Delfino e Irmão, o lugar Maceió.

Em 1892, Theotônio Ribeiro explorou Nova Concórdia; João Lopes Ibiapina, Pacujá; Delfino e Irmão, Exílio, hoje Santa Luzia; e Inacio Pereira Lima; o lugar America. No ano seguinte Francisco Ferreira Gomes explorava Bela Aurora, depois dividido em Olinda, à margem direita do rio, e Universo, à esquerda; e Alexandre Teixeira descerrava União.

Em 1894, êsses pioneiros já estavam a mais de cem milhas da foz do Muru, fundando Manoel Camêlo de Tal o lugar Walter-bury, mais tarde dividido em Tamandarê, na margem direita, e Atenas e Veneza, na esquerda; e Antonio Cunha, explorava o seringal São Luiz. (255)

Entre as pessoas que penetraram no Tarauacá federal, e mais se destacaram no assentamento de sua futura civilização, viam-se os cearenses José e Antonio Marques de Albuquerque, Joaquim Gonçalves de Freitas, Sabino Francisco do Rego, Severiano de Freitas Ramos, Joaquim Teixeira de Souza, Hipólito de Albuquerque e Silva, João Lopes Ibiapina, que, depois de 1890, foram se estabelecendo nas margens do Tarauacá, Muru, Jordão, Humaitá, Acuráua e Gregorio; (256) afora outros nordestinos

255) *Notas* do referido Deputado Pereira da Silva, págs. 1 a 4. Por uma carta do seringalista Júlio Pereira Roque, morador no vale do Tarauacá, datada de 25 de maio de 1937, os emigrantes nordestinos atingiram o lugar Santa Catarina, em 1886, e Jesuino Pereira de Freitas se fixava no seringal São Francisco em 1888, situado nas cercanias do marco Gurgueia, e ali falecera; sendo a exploração dirigida daí à foz do Muru, por um outro cearense chamado Ernesto Nunes Serra, que, em 1889, já ali aparecia.

Contudo, há quem diga ter Severiano de Freitas Ramos, dono do seringal São Salvador, o primeiro que se encontra ao penetrar no território acreano, aviado freqüentes seus que desejassem explorar o rio, durante anos, transformando-se vários dêles em fundadores de seringais e, conseqüentemente, donos ou patrões. (*Informações* do guarda-livros Emídio Paiva de Moura, citadas).

256) I.B.G.E. — C.N.G. «Arquivo Corográfico» — Elementos para a organização de uma monografia histórico-geográfica, fornecidos pela Prefeitura de Tarauacá, baseados em informes do Dr. Sansão Gomes de Sousa e Antônio Muru Ramos de Meneses (*parte* do município de Tarauacá). O Dr. Sansão foi promotor público da comarca dêse nome e intendente municipal ali. Antônio Muru, além de sobrinho do desbravador Severino de Freitas Ramos, era seringalista; *Notas* forne-

como João Marques de Albuquerque, Antonio Patriolino de Albuquerque, Manoel Pereira Cidade, Francisco Queiroz de Oliveira, Manoel Paixão de Albuquerque, Francisco Caetano de Oliveira, José Teixeira de Albuquerque e Antonio Frota de Menezes (257)

Para os informantes do Conselho Nacional de Geografia, isto se passava em 1894 (258) mas, para o seringalista Julio Pereira Roque, o Muru foi explorado por vários cearenses e pelo paraense Manoel Pereira Cidade, localizando-se ali as primeiras pessoas por volta do ano de 1893, com Severiano de Freitas Ramos, a frente (259)

Todavia, o padre Constantino Tastevin narra haver sido o rio Muru invadido pelos cristãos em 1890, (260) tendo sido degolado pelos índios, em 1892, o primeiro casal que ali se aventurou, mas, apesar disto, os civilizados atingiam Maceió, em 1893; o rio Jordão, em 1889; conquistando o rio Douro um dos formadores do Tarauacá, em 1903, onde estabeleceram o seringal Minas ou Nova Minas, última feitoria nêle implantada, umas 500 milhas pelo Tarauacá a dentro (261)

No rio Muru, José Freire de Carvalho, dono do seringal Itatinga, cursava pela primeira vez o seu formador *Hoyassu* (Iboçu), pela era de 1899. (262)

Foram exploradores dos seringais Primavera, um tal Rodrigues, cujo nome ficou no igarapé que o banha; Tabocal, Jerônimo José de Moura, dono do Ibiapaba, situado no baixo Taraua-

cidas por Carlos Angelim, funcionário da Prefeitura municipal de Tarauacá, em data de 23 de novembro de 1960, ao referido jornalista João Mariano da Silva, anexadas à carta que êste me dirigiu a 30 de dezembro do mesmo ano.

257) C. ANGELIM, *Notas* citadas.

258) Arquivo Corográfico citado.

259) *Carta* citada.

260) *La Geographie*, Paris, tomo XLIII, *Le Fleuve Muru*, págs. 403 e 419.

261) *La Geographie* cit., tomo XL, 1926, jan.-fev. — *Le Haut Tarauacá*, pág. 47. Emidio Paiva de Moura diz que, em 1890, um senhor chamado Freitas, com sua amásia e um companheiro, localizou-se num lugar que ficava dentro do atual seringal Novo Destino e que, não obstante tratar maneiramente os índios, certo dia, estando no defumador, foi morto por êles a flechadas e pauladas, bem como à sua companheira, escapando milagrosamente o outro seringueiro que se lançou no rio e, apesar de ferido, conseguiu alcançar o seringal São Salvador. No local do atentado foi encontrada ileso uma criança filha do casal (Emidio Paiva de Moura, *Informações* cit.).

262) *Le Fleuve Muru* cit.

cá; Duas Nações, os irmãos Manoel e José Camelo da Silva, com outro nome; Boa Vista, o cearense Juvencio de Tal, que também explorou Bom Sucesso; Independência, os referidos irmãos Camelo, os quais ainda exploraram os denominados Cachoeira e Alegria, dentro do rio Douro; e São Paulo, derradeiro seringal do rio Tarauacá, o cearense Hipolito Alves.

No rio Jordão, Juvenal de tal explorou os seringais Boa Vista e Bom Sucesso, ainda residente em Boa Vista, no comêço do século vigente; os irmãos João e Manoel de Lima, o Bonfim; o cearense Joaquim Batista, o Fortaleza; e Manoel Custodio, adquirindo a exploração do Transval, o abriu com a ajuda do toqueiro Francisco Luiz da Costa (263)

No princípio do século XX, estavam em Novo Destino, Juvencio Vitorino de Menezes; em Maceió, Antonio Ferreira Lima, vulgo Antonio Rogério; em Nova Concordia Teotonio de Tal, ao que parece, seu explorador; em Pucajá, João Lopes Ibiapina; no América, João Pereira; em Olinda, Francisco Ferreira, apelidado Ferreirão; em União, Souza, Nunes e Prado, que o adquiriram dos irmãos Alexandre, Antonio e Joaquim Teixeira; em Santa Luzia, o piauiense Francisco Cardoso do Nascimento, o primeiro proprietário que se aventurou a montar engenho para cana de açúcar, nessa ribeira; em São Luiz, Delmiro Teixeira Paiva; em São José, o cearense José Pereira Lima, bastante letrado; em Alagoas, João Batista Nascimento; em Bom Lugar, Pedro Virgolino Freire, norteriograndense e pai de Ubiratan Freire; em Massapé (de um lado e outro do rio), Antonio Cornelio de Mello que o transferiu a José Pereira de Salles, ex-dono do seringal Triunfo, no rio Juruá; em Duas Nações, Luiz Francisco de Mello, ex-senhor de seringais no referido Juruá; na Foz do Douro, a firma Melo e Souza, composta de Luiz Francisco de Melo e um tal Souza; em Paraná, Justino Cordoviz que o vendeu a Luiz Francisco de Melo, cujos herdeiros entregaram a Vandik Tocantins, pertencendo atualmente a José Ribamar de Moura que o comprou a Manoel Tomé Frota, genro de Vandik, com o nome de Iguatu; em Nova Minas, Antonio Zacarias de Mesquita; em Paraíso o cearense Francisco André de Souza que o adquiriu de outro cearense chamado Antonio de Souza; e em São Paulo, último seringal do Tarauacá, Licinio Alves, irmão do explorador Hipolito Alves, achando-se atualmente na sua posse, um filho de Licinio, por não haver o desbravador deixado filhos.

No rio Jordão, achavam-se no seringal Jardim, Luiz Francisco de Mello que o entregou a Semper e Cia., de Manaus, que por sua vez o transferiu a Salvino Dias e este a José Pires de Moura,

263) Informações do guarda-livros Emidio Paiva de Moura, citadas.

atual possuidor; em Sorocaba. João Quintino Araujo, cujos herdeiros ainda o detêm; e Revisão, última feitoria deste rio, José Xavier Maia, sempre atacado pelos índios Amauacas. (264)

* * *

Os aborígenes da bacia do Tarauacá foram os que ofereceram mais viva resistência às pessoas que pretendiam fixar-se na região acreana.

O trucidamento do primeiro casal que procurou firmar-se nas margens do rio Muru, ou no seringal Novo Destino; os ataques permanentes aos seringais. Primavera, Alagoas e Revisão, sendo que neste último, os Amauacas moradores no Juruá peruano, sempre o invadem, depredando e matando. (264 A.)

Havia, porém, seringais que os índios não hostilizavam, como o Tabocal e o São Paulo, por não permitirem os seus donos (Nicolau Amancio e Francisco André de Souza, respectivamente) que os seus fregueses os maltratassem.

O São Paulo era frequentemente visitado por êles, de onde carregavam cachos de bananas, farinha, rapadura e, quando viam moças no roçado, atiravam-lhes pequenos rebôlos, como se estivessem brincando, sem nunca, porém, ofenderem uma só pessoa dêsse seringal, apesar de praticarem depredações noutras feitorias.

No seringal Alagoas, os selvagens eram acusados de atacarem continuamente os seringueiros, mas, por uma estranha coincidência, só apareciam mortos nas estradas aquêles fregueses que dispunham de maior saldo. (265)

* * *

Os peruanos, realmente, invadiram o vale do Tarauacá, mas, assim procederam depois de povoado pelos brasileiros, como ressaltam os seringalistas Miguel de Aguiar Picanço, Guilherme da Cunha Corrêa, Julio Pereira Roque, o engenheiro militar Belarmino de Mendonça e o ex-vigário de Tarauacá, padre Constantino Tastevin, além de outros, retirando-se das matas invadidas logo que devastavam os seus cauchais. (265-A)

EMBIRA

A única referência que tínhamos sobre a data em que os seringais dêsse rio já haviam sido explorados, foi a que nos transmitiu o escritor francês Augusto Plane, o qual, em 1903, noticiava

264) Ibidem.

264-A) *Le Fleuve Muru*, cit., pág. 411.

265) CASTELLO BRANCO, *Peruanos na Região Acreana* cit., págs. 136 a 145, e notas respectivas.

265-A) *L'Amazonie*, Paris, 1903, págs. 173 e 174.

que «o francês Lumière explora desde uma quinzena de anos seringais no «Ambira»; (266) revelação esta que dava a entender que, por volta de 1888, já havia alguém trabalhando em goma elástica nas matas do Embira.

Ante os informes, agora, fornecidos pelo deputado Pereira da Silva, fica-se sabendo que o francês Henrique Ferdinando Lumière foi o primeiro explorador desse rio, ao fundar, em 1884, em companhia de um outro francês chamado Promera, morto pelos índios, em 1885, o seringal «Retiro Ferdinand», nas suas margens; (267), lugar que não conseguimos localizar. O professor Benedito Belém situava Henrique Lumière no Seringal Vista Alegre, distante da foz do Embira cerca de 260 milhas e bem dentro do território acreano. (268) Assim, é provável que Lumière haja fundado algum seringal mais abaixo, próximo à embocadura do mesmo, sendo logo seguido pelo brasileiro Francisco Rodrigues de Lima que, no mesmo ano, explorou o lugar Novo Mundo, umas vinte milhas acima da foz do Embira.

Em 1885, Francisco Pereira da Silva, com o preto Sebastião de Tal, já explorava o «Foz do Jurupari»; Benedito Rodrigues do Nascimento, o Boa Esperança; Severiano Gadelha o Estirão da Boa Vista; hoje, São Domingos; e, em 1886, um suíço chamado Rodolpho explorou Monte Carmelo, onde foi morto pelos índios. Mais tarde o lugar passou a denominar-se Santa Adélia, todos esses seringais dentro da zona amazonense.

As terras acreanas só eram atingidas em 1889, quando o amazonense apelidado de João Diabinho explorou a «Foz do Diabinho», mais tarde chamado Pôrto Alegre que compreendia os

266) *Notas* cit., pág. 4.

267) *Álbum do Rio Envira*.

A grafia do nome deste rio tem variado. Ora, escrevem *Envira*, ora *Embira*. Na Amazônia, também se escreve e pronuncia nas duas formas, mas, ao que parece entre os habitantes do próprio rio, sobressai a primeira delas. Em 1905, membros da Comissão de Reconhecimento dos rios Juruá e Purus registraram *Envira* (Otávio Félix Ferreira da Silva — Mapa do Alto Juruá); e A. Pimenta da Silva (Croquis do Alto Purus). O Padre Constantino Tastevin, ex-vigário do Juruá, Taruacá e Embira, também fixou nos seus trabalhos — *Envira* (*La Géographie*, Paris, tomos de janv. et fev., 1920, págs. 9, 133 e 134; *Carte du Haut Juruá* 1914, anexo ao último tomo; *Carte Linguistique des Bassins du Purus et du Juruá*, 1921, tomo de maio de 1921. Apesar disto denotar que os seus habitantes assim o pronunciam, homens de ciência que perlrutram a região preferem registrar *Embira*, por estar mais conforme o étimo da palavra. É possível que a variante *Envira* seja devido a ter sido um dos seus mais antigos exploradores, o português Antônio Tavares Coutinho.

268) PEREIRA DA SILVA, *Notas* cit.

lugares São Vicente, hoje Morada Nova, Cumaru, Consulta e Fortaleza, pertencentes a varios donos; distante Porto Alegre da bôca do Embira 118 milhas.

Dai em diante vemos José Bernardino da Silva e seu irmão João, em 1891, explorarem Curralinho, depois dividido em Nazaré Novo Porto, sendo que este fica situado na foz do Paraná do Ouro; José Raulino das Chagas, Bom Sucesso; Angelo Custodio da Trindade, Riachuelo e Agrião do Norte; Firmino Alves Maia, Santa Rosa, hoje Iracema; Marcos José de Souza, São Francisco, seringal este que compreendia Porangaba; Francisco Pereira Bezerra, Ajubim, Japão, Novo Japão e Soledade, depois «Vila Alva; Antonio Xavier de Souza Brabo, Boa Vista e Foz do Paraná do Brabo; Francisco Pereira da Silva, California; e o preto José Borges, a Foz do Jamináua, a 450 milhas da bôca do Tarauacá, todos em 1892; tendo sido o Paraná do Ouro explorado neste mesmo ano, por Manoel Reinaldo, Francisco Gomes, Reinaldo Xavier, Antonio Rodrigues da Silva, Francisco de Tal, Raimundo Brasil, Joaquim Alves e Francisco Emiliano, até o lugar Monte Alegre. (269)

Foram também exploradores do Embira, Paulino Feijó de Mello, José Pedro Gadelha, Pedro Gomes de Paiva, João Vicente, João Tracuá, Antonio Paraiba, Vicente Bezerra, João Bernardino da Silva, Antonio Rodrigues, Manoel Lopes; sendo que a firma Coutinho, Anibal e Companhia, sediada no lugar «Foz do Jurupary» era a mais importante casa comercial da região, possuidora até de vapores. Composta do lusitano Antonio Tavares Coutinho, um dos veteranos da ribeira, e do brasileiro Bento Anibal de Bomfim, possuía vastos seringais nos rios Jurupari e Embira, compreendendo mais de mil estradas de seringueiras que podiam produzir cêrca de 280.000 quilogramas de borracha, com uma população de mais de mil habitantes, nos âreos tempos dessa indústria. (270)

269) BENEDITO BELÉM, *Album do Rio Envira* citado. Este *Album* não foi publicado, achando-se em meu poder por oferecimento do Sr. Fenelon Bomilcar, amigo do Autor, que era professor diplomado em São Paulo. Pertenceu à Comissão de Obras Federais do Território do Acre, chefiada pelo engenheiro paulista Antônio Manuel Bueno de Andrada. Belém esteve no Embira e outros rios da região, entre 1908 a 1913, trabalhando na construção da estrada de rodagem que ligaria os vales do Juruá ao do Purus, de sorte que as informações constantes dêsse *Album* devem corresponder ao lustro referido, alcançando o ano de 1913, por ter êle reservado lugares para os retratos do Prefeito Antônio Antunes de Alencar e outras autoridades regionais, cujo Departamento, foi inaugurado a 21 de abril de 1913.

Os seringais da Foz do Jurupari, estendiam-se por êsse rio, compreendendo terras do Estado do Amazonas e do Território do Acre.

270) *La Geographic* cit., tomo XLV, 1926, jan. fev. *Le Haut Tarauacá*, pág. 47.

Raimundo Quirino Nobre, cearense, chegou a fôz do Juru-pari, em 1908, em companhia de Bento Anibal de Bomfim, um dos componentes da firma Coutinho, Anibal e Cia., em cujo escritório ficou servindo. Adquiriu o seringal «Vila Alves, ou Alva, antigo Soledade, no Embira, e mais tarde transferindo-se para o Juruá, comprou os seringais pertencentes a Nicolaus e Cia., sucessores da poderosa firma do Pará, Mello e Cia., pelo que é hoje senhor da maior parte do municipio de Cruzeiro do Sul e o mais abastado dos seus habitantes, afirma que, por essa época, havia na região, duas casas aviadoras de grande importância : uma no baixo Embira — Coutinho, Anibal e Cia., e outra intitulada — Mello e Cia., com sede no Pará, que abastecia a maioria dos seringais dessa ribeira. Por êsse tempo, os seringalistas de maior projeção eram Francisco Inácio de Aguiar, em Novo Mundo ; Gurgel e Irmão, em Vila Gomes; Continho, Anibal e Cia., na Foz do Juru-pari; Francisco Pereira Cabral, em São Domingos; José Severiano da Silva, em Bemfica; Luiz Rodrigues da Costa, em Fortaleza, Julio dos Santos, em Curralinho; F.C. França, em Nazaré; Paulino Feijó de Mello, em Novo Porto; José Raulino das Chagas, em Bom Sucesso; José Sabino de Moraes, em Riachuelo; Corrêa e Lima, em Sant'Ana; Francisco Ferreira Lima, em Santa Rosa, depois Iracema; Luiz José da Silva, em São Francisco; Rufino Thaumaturgo, em Porangaba; o peruano D. Manoel del Carmo Peres, em Vila Alves ou Alva, antiga Soledade; Antonio Tavares, um dos maiores exploradores da região, em Nova Olinda; Rubim e Prado, em Pôrto Rubim; Prado e Azevedo, em Califórnia; José Pedro Gadelha, seu explorador, em União; um tal Parintins, em Liberdade.

A vila, hoje cidade Feijó (decreto de 3 de maio de 1906), está assentada no seringal Porto Alegre, que tinha como principal comerciante Francisco Barroso Cordeiro, proprietário de navios e de seringais no Diabinho.

Luiz José da Silva, dono de S. Francisco, homem trabalhador, mas, inexperiente, iletrado e brigão, enriqueceu, empobreceu, chegando a plantar feijão nos barrancos alheios, por êle explorados e dos quais fôra dono, com armazens atulhados de mercadorias e páteos cheios de borracha.

Acrescenta Quirino, que os primeiros exploradores da região, foram João Nepomuceno Bomfim, um pernambucano chamado França e o velho Taveira, dono do seringal Santo Antonio; tendo sido explorados os de nomes Bom Principio por Luiz José da Silva; S. Francisco por Francisco Ferreira Lima; Santa Rosa, depois Iracema por José Raulino das Chagas e o seu cunhado José

Ferreira de Souza; Bom Sucesso, por Pedro José Gadelha, vulgo Cajazeiras, e que celebrou-se pelas suas façanhas e prática de vários crimes; Riachuelo por José Sabino de Moraes; Agrião do Norte por Angelo Ferreira; e Liberdade por um individuo alcunhado Parintins; tendo sido êsses seringais mais tarde retalhados; mudando alguns de nome por terem sido transferidos a outras pessoas; e o rio Massipira pelo velho Taveira.

Diz mais Quirino que D. Manoel del Carmo Peres, ex-capitão do exército peruano, viera para o Brasil por motivos políticos, encabeçando um magote superior a cem patricios, cuja maioria se dedicou à extração de caucho e um pequeno número à da borracha, adquirindo para isso o seringal «Vila Alves» ou «Vila Alva.»

Devido às crises por que passou a borracha, o seringal foi ter às mãos de Nicolaus e Cia., Peres faleceu, e o informante comprou a propriedade, casando então com uma filha do referido peruano. (Anexo a uma carta do jornalista João Mariano da Silva, datada de Cruzeiro do Sul (Acre), de 31 de janeiro de 1961).

O HOMEM

O homem que se apoderou da região tem sido muito malsinado. Não lhe valeu a destemerosa investida contra o desconhecido, nem a arrojada penetração da densa, inquietante e assombradiça floresta, em que, apesar de combalido, levou de vencida, com entusiasmo sempre crescente, os obstáculos que a natureza oferecia, desprezando a malária, o beriberi, a antropofagia, as feras, os répteis, os culicídeos, os quirópteros...

Alguns escritores chegaram a dizer que a sua colonização era composta de «malfeitores» e da «ralé dos Estados», tendo o erudito Oliveira Viana, num dos seus apreciados livros, taxado o seringueiro da Amazônia de «o mais rebelde, o mais indisciplinado, o mais apolítico dos brasileiros»; preconizando como «única forma de poder público apta a realizar, dentro de alguns decênios» um alto objetivo educacional, um «governo marcial, à lacedemonia, espécie de cesarismo legal ou estado de sitio permanente, à semelhança do que fizeram os invasores dóricos nas cidades helênicas do Peloponeso.» (271)

271) *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, Brasileira, vol. 216, 3ª edição, págs. 155 e 156. O escritor alagoano João Craveiro Costa, que residiu, cerca de 20 anos na Amazônia, sendo 15 no Juruá acreano, onde

Euclides da Cunha, de passagem por Manaus, ouviu dizer — «No Acre, como em tôda a parte, o homem é uma formação do meio: o meio é detestável, o homem é ignóbil.» Mas, acrescenta êle: «De fato o seringueiro é um degredado que se degrada.» «Obliteram-se-lhe mesmo os mais fortes e generosos sentimentos.» «Mas isto está longe de ter a generalidade e a fixidez de um atributo social. É um acidente, digamos mesmo uma doença aguda, mas transitória — provém quase todo da mais falsa, da mais revoltante e da mais criminosa organização do trabalho que ainda enganhou o mais desaçamado egoísmo.» (272)

Um comissário boliviano calculou a população do Acre em 20.000 habitantes, dos quais 90% eram brasileiros naturais do Ceará, «pela maior parte criminosos que, fugindo à ação da justiça, foram buscar asilo naquele território estrangeiro»; formando-se então «uma nova Calabria, denominada Acre Boliviano»; pelo que essa população é «tão desmoralizada e ao mesmo tempo tão organicamente belicosa, refratária à ordem, à lei e à justiça.» (273)

Sintetizando, temos:

- a) meio detestável, composto de gente da ralé dos Estados degredados, ignóbeis, malfeitores e criminosos; belicosos, refratários à ordem, à lei e à justiça;
- b) organização de trabalho falsa revoltante e criminosa, jamais engenhada pelo egoísmo humano;
- c) Sômente remediável com proveito por um govêrno marcial ou estado de sítio permanente.

se dedicou ao magistério e ao jornalismo, com proficiência, munido, assim, de grande experiência e conhecimento, refutou com bons argumentos as conclusões do emérito sociólogo. (*O Fim da Epopéia*, Maceió, 1925, págs. 195-6). Este livro foi reeditado em São Paulo, no ano de 1940, sob o título de *A Conquista do deserto ocidental*.

Oliveira Viana qualificou a contestação de Craveiro de «violenta e mesmo agressiva», a cujo talento e inteligência, porém, rendia sua homenagem de admiração; mas, achava que não passava de um perdoável impulso de natureza sentimental, puramente afetivo, sem fundamentação objetiva». (*Pequenos Estudos* cit., pág. 156, nota 54).

- 272) FRAN PACHECO, *O Departamento do Juruá*, Cruzeiro do Sul, 1906, pág. 24; Euclides — *A margem da História*, 2ª edição, Pôrto, 1913, págs. 28 e 72.
- 273) *Jornal do Comércio* (Rio), de 7 de junho de 1903, pág. 2, col. 5; transcrito do *Amazonas* (Manaus), de 14 de maio último, pág. 1, col. 8; trechos do relatório do comissário José Guzman ao ministro da guerra boliviano, em março desse ano. Pelo número de habitantes, vê-se que o relator se referia apenas aos moradores da fronteira internacional por onde êle transitou e suas proximidades.

Não procuremos estudar as origens mais remotas do homem que conquistou e povoou a região acreana; deixemos de lado a complicada constituição dos povos europeus, indígenas e africanos, de cuja miscigenação resultou o brasileiro do nordeste, e apreciemos as qualidades físicas e morais dêste.

Escritores que observaram o perpassar dessa gente pelo emaranhado amazônico, taxaram os nordestinos de «Titânicos caboclos» que a desventura expulsou de lares modestísimos e que têm levado a todos os recantos do país o heroísmo de uma atividade incomparável, demonstrando a sua robustez e coragem — do Paraguai ao Acre revelando além disso uma resistência e bravura incomuns no povoamento da Amazônia, onde tem sido um elemento insubstituível; (274) apesar de enfrentar êsse desbravamento, sem saúde nem instrução, iniciando a marcha colonizadora como se fôssem «espectros, cadáveres ambulantes», numa jornada «ainda não registrada pela História.» (275)

A sua adaptação tem sido sempre ressaltada, a despeito de ter vindo de «rincões desmedidamente insolarados para a penumbra úmida, onde se lhes deparavam obstáculos de várias espécies, diferentes dos que lhes eram conhecidos»; dos rigôres da carência d'água para a abundância demasiada»; parecendo que «a luta constante retemperou-lhe a fibratura para resistir a maiores provações.» (276)

Nessa onda de emigrados famintos e desalentados, não se viam apenas pessoas das camadas inferiores da comunidade nordestina, encontravam-se também no seu meio membros de famílias distintas, que outrora possuíram fartos haveres, impiedosamente consumidos, desde 1877, durante a inglória luta de dois anos e meio, contra o monstro da morte, que, pela sua extensão, tanto

274) EUCLIDES DA CUNHA, *Plano de uma Cruzada*; artigo publicado na *A República* (Natal — Rio Grande do Norte), de 7 de junho de 1904, pág. 2, col. 3; Anibal Amorim, *Viagens pelo Brasil*, 1917, pág. 228; Viana Moog, *O Ciclo do Ouro Negro*, 1936, pág. 84; Eloi de Sousa, *O Calvário das Sêcas*, Natal, 1938, págs. 13, 14, 15 e 19; Bastos de Ávila, *Antropologia Física*, Introdução, in *Singra*, Rio, 1959, vol. XXII, pág. 3; Craveiro Costa, *O Fim da Epopéia*, 1925, pág. 194.

275) ARAÚJO LIMA, *Amazônia*, 1938, pág. 241.

276) VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, artigo in *Jornal do Comércio* (Rio), de 18 de março de 1951, pág. 3, col. 5; Araújo Lima *A Exploração Amazônica, in Amazônia Brasileira*, I.B.G.E., 1944, pág. 263; J. Barbosa Rodrigues, *O Muryakitan*, 1889, pág. 71; Bastos de Ávila, op. e págs. cit.; Viana Moog, op. cit., pág. 90.

lançava à miséria os deserdados da fortuna, como os considerados ricos. (277)

O flagelo da sêca por anos seguidos, a todos nivelava, arruinando os que se consideravam abastados, deixando ao desamparo os seus parentes, empregados, vaqueiros, agregados e rendeiros.

Os degredados, malfeitores e criminosos, vieram depois de povoada a atual Acreânia já erigida em Território, quando o governo federal deportou para o Acre os desordeiros, ladrões e quebra lampeões, aprisionados na revolução havida no Rio de Janeiro, em 1904; mas, êstes indivíduos pouco aí se detiveram, uma vez que lá chegando no decorrer de 1905, foram uns encaminhados para os seringais, ficando outros nas sedes das Prefeituras. Não podendo adaptarem-se à vida dos seringais aonde o trabalho era árduo e o meio não comportava malandros nem ladrões, e os sítios escolhidos para as capitais dos Departamentos recém-criados, além de terem, no momento, uma população insignificante, era esta na maior parte composta de militares, situação inadequada ao exercício dos atos a que estavam habituados; e aqueles que escaparam do impaludismo e do beriberi fugiram ou se retiraram do Território logo que se facilitou a sua saída para outros lugares mais favoráveis aos seus hábitos e designios. (278)

Êstes bandoleiros, mesmo que ali permanecessem e não se adaptassem ao novo ambiente, não iriam influir na massa colonizadora da região que já estava consolidada por dezenas de milhares de habitantes.

É certo que antes de se iniciar o povoamento do rio Acre, já a polícia do Amazonas penetrara na sua parte inferior, arrancando dali mais de vinte violadores da lei; que no rio Abunã houve um período em que os bandidos chegaram a aterrorizar, matando-se seringueiros por prazer, a ponto de o apelidarem — rio do sangue —; tendo sido o foco principal dos assassinos o seringal «Cachoeira do Barro»; (279) ensejando um regime de anarquia, vio-

277) *Diário Oficial do Império*, de 31 de agosto de 1877, pág. 4, col. 3; *Notícias do Dia*, *Datas do Ceará* até 15 de agosto referido; *Jornal do Comércio* (Rio), de 14 de julho de 1878, pág. 2, col. 8, e de 17 de junho de 1879, *Cartas de Natal* (R. G. do Norte), de 30 de maio de 1878 e de 26 de maio de 1879).

278) *Amazonas* (Manaus) de 19 de janeiro de 1905. *A Tribuna* (Rio), de 28 de abril de 1905, pág. 2, col. 1; *Jornal do Comércio* (Rio), de 30 de abril de 1905, pág. 3, col. 4, «Várias Notícias»; *Jornal do Comércio* cit., de 8 de junho de 1905, pág. 4, col. 5; *Alto Juruá*, *Cartas*; *O Cruzeiro do Sul* (Alto Juruá), de 21 de outubro de 1926, pág. 3, col. 1).

279) LIMA FIGUEIREDO, *O Acre e suas possibilidades*, in *Revista Brasileira de Geografia*, vol. II, n.º 2, 1940, pág. 202.

lência, sem lei, a não ser a da força, entre nordestinos, bolivianos, peruanos, paraguaios, colombianos, alemães, barbadianos, chins, japoneses, turcos, sírios, de origem quase sempre suspeita; fazendo cada homem a lei para si numa perpétua ameaça para o vizinho imediato; (280) que o rio Jurupari, no vale do Embira, bacia do Juruá, era um valhacouto de criminosos, por não haver atuado ali até 1905, uma só autoridade; (281) que, em outros rios também se verificaram atos de violência e contrários a ordem legal, chegando ao ponto de erguer-se o *tronco*, instrumento de tortura empregado contra os recalcitrantes e desafeiçoados de alguns donos de seringais.

O seringueiro, longe do mundo civilizado, no recesso da floresta secular, sem amparo de qualquer autoridade governamental, teve que se aliar ao comércio das praças do Pará e de Manaus que, na maioria dos casos, já o havia conduzido até ali, para não sucumbir, organizando um sistema de trabalho *sui generis* e baseado na força, como acontecia nas sociedades antigas que eram instituídas com o seu apoio e por meio dela mantidas, sem o refreio das leis preparadas pela maioria, como acontece nos Estados modernos.

Os primeiros senhores das feitorias acreanas não fugiram a essa regra, tendo de se fazer respeitar pela persuasão ou energia e como essa maneira de agir nem sempre dava resultado satisfatório, recorriam à violência, à crueldade, à morte.

A lei não atingia os seus latifúndios, de maneira que o «império do rifle» ou do «44» substituiu o «tacape do índio», mandando aquele que mais armas possuíssem. Nem podia ser de outro modo: o árduo choque, quase sempre cruento com o indígena; o duro contacto com a floresta bravia, a áspera luta pela conquista da terra, o isolamento em que viviam, sem terem a quem recorrer, obrigaram-no a armar-se e, uma vez aparelhados, surgiram os valentões, os mandões, os sobas, os expansionistas. (282)

280) Comandante HERBERT A. EDWARDS, comissário boliviano *Relatório sobre a delimitação da fronteira Brasil-Bolívia*, referente aos trabalhos de 1911-1913, in *A República* (Curitiba — Paraná), de 15 de setembro de 1915, pág. 1, col. 2.

281) *Relatório do delegado auxiliar de polícia do Departamento do Alto Juruá*, Fernando Guapindaia, de 24 de setembro de 1905, in *O Cruzeiro do Sul*, de 15 de julho de 1906.

282) Esse regime não foi inventado só para o Acre; verificava-se também em locais semelhantes. Era próprio da região amazônica, principalmente, nos altos rios, ao qual não escaparam os países vizinhos. O Coronel Pedro Portilo, Prefeito do Departamento de Loreto, no Peru, visitando o vale do Ucayali, em 1899, enunciou, indignado: «*Alli no hai leys... El mas fuerte que tiene mas rifles, es el dueño de la justicia*». (Euclides da Cunha — *A Margem da História*, Porto, 1913, 2ª edição, pág. 132).

De enérgico ou façanhudo, qualidade indispensável a quem desejasse sobreviver naquele ambiente, passou-se facilmente ao déspota que decidia sem apêlo sôbre a pessoa e bens dos seus obreiros. Do régulo ao expansionista não demoraria muito.

Alguns seringueiros senhores de territórios já por si dilatados, mas sem limites certos, procuravam aumentar suas posses e recorriam às terras vizinhas, devolutas ou não, invadiam-nas e procuravam aí estabelecer-se persuasivamente e, caso não o conseguisse, violentamente, com as armas de que dispunham, vencendo o mais bem preparado ou mais persistente, o mais sanguinário, o mais feroz, durando, as vêzes, essas lutas, meses e anos, a ponto de interceptarem a navegação fluvial, obrigando tôdas as embarcações que subiam ou desciam o rio a parar para a fiscalização julgada por eles necessária.

Isto porém, não significava que todos agissem desta forma, pois que, segundo um notável sociólogo nordestino, os flagelados não eram criminosos potenciais, nem degenerados, originando-se os facínoras, sobretudo, da camada principal e mais limpa da sociedade nordestina e não das turbas fanáticas e ignorantes, que seguiam os seus amos ou patrões, como se se tratasse de uma cooperação, uma obrigação semelhante à dos clientes dos antigos romanos, ou à dos servos e fâmulos do «foreiro» hispânico da Idade Média, embora ditada por motivos diversos; (283) como já observara Euclides da Cunha. Tratava-se de um acidente oriundo da organização do trabalho ali adotada, tanto que com a instituição do Território, assim que as autoridades começaram a agir contra os criminosos, mesmo os mais poderosos, como aconteceu no Departamento do Alto Juruá, os antigos senhores do trabuco renderam-se à nova ordem, como os soberbos caciquês de outrora submeteram-se aos conquistadores nordestinos. Era a fôrça secular cedendo à mais poderosa, e esta, recordando, apenas, um período transitório, sujeitando-se à nova ordem ali estabelecida, sem reação; verificando-se ainda alguns casos de vingança e desforços, princi-

283) Lopes de Andrade, *Introdução à sociologia das sêcas*, Rio, 1947, páginas 178, 179 e 182.

Esses atrabiliários seringueiros vinham de um meio em que haviam predominado, no tempo da colônia, os antigos capitães-mores das vilas e ribeiras, os quais exerciam, gratuitamente, os encargos de pacificar os moradores, prender os criminosos e acomodar os rixosos; ultrapassando naturalmente os limites de sua alçada, por não haver outra autoridade nas vizinhanças que os pudesse conter, de maneira que se tornavam arrogantes, valentões, dominadores, não deixando, porém, de serem o suporte da tranqüilidade, criadores e mantenedores da propriedade, verdadeiros patriarcas, como aconteceu na Acreânia, onde os novos senhores não fizeram mais do que prosseguirem naquilo que aprenderam na sua terra natal ou herdaram dos seus antepassados.

palmente no Departamento do Alto Acre, em que o assassinato de personalidades influentes continuou a ser praticado por vários anos, sem escaparem a essa fúria o próprio vencedor das hostes bolivianas, José Plácido de Castro, já então opulento proprietário no sul do Território e em terras da Bolívia, e o seu ex-companheiro nessas lutas, Alexandrino José da Silva, indicado como um dos chefes da conjura que vitimou o bravo libertador do Acre. (284)

Relativamente à zona regada pelo rio Abunã, não se pode negar o que ocorreu ali durante um certo tempo, mas, tratando-se de uma região devassada por exploradores bolivianos e povoada em seguida por indivíduos de origem quase sempre suspeita, provindos de uma dezena de países, como assinala o próprio demar-

-
- 284) Ao instalar-se o Território, o Prefeito do Alto Juruá, Coronel Thaumaturgo de Azevedo, tendo conhecimento de que havia, na sua circunscrição vários criminosos, mandou abrir inquérito policial contra todos, procedendo a diligências demoradas pelos vários rios do Departamento, prendendo-os e conduzindo para a sede da Prefeitura, onde foram submetidos a julgamento pelo júri. Dêse número, não escaparam diversos potentados da bacia juruense, fato que mereceu o apoio da maioria e concorreu para o acatamento às autoridades e obediência à lei, ensejando uma nova era na história da região, dentro de pouco tempo.

Na zona puruense, o primeiro Prefeito, Coronel Siqueira de Meneses, a bem dizer, não chegou a iniciar o estabelecimento da sua capital, instalada dois anos depois, pelo Prefeito Cândido Mariano, o qual procurou agir no sentido de garantir a vida, a liberdade e a propriedade, e, em 1909, já afirmava que se notava «o afã com que os habitantes procuraram adaptar-se ao novo meio criado pelo regime vigente, obedecendo sem discrepância às ordens das autoridades e contribuindo para o aperfeiçoamento moral da região».

Na ribeira do Acre, ainda em 1908, o Prefeito, Coronel Gabino Besouro, dizia: as rivalidades, as auto-preocupações nascidas da revolução, dando ensejo a agitações, embora latentes, entorpecem, como tem sucedido desde a criação da Prefeitura, a ação da autoridade. O regime de arbítrio com que cada qual dirigiu e garantiu a sua propriedade e vida primitiva, só pouco a pouco irão desaparecendo, com as reformas que o governo vai introduzindo.

Dêse regime, criado por um imperfeito sistema de trabalho, surgiram violências contra os menos favorecidos, o embaraço contra a plena liberdade de comércio e a repulsa aos que desejavam dedicar-se à lavoura. Tudo isso junto a perversão dos adventícios que aqui vêm com a única intenção de «endireitarem a vida», fazendo fortuna em semanas, sem interesse que os radiquem à terra, o excessivo número do sexo masculino, sobre o feminino e o alcoolismo, que se vai propagando, dão idêntica exata dos esforços que a autoridade tem de despendar para evitar que se dêem continuos atritos, distúrbios, desavenças e crimes. Em 1910, o Prefeito Deocleciano de Sousa ressaltava que, tendo sido o Departamento o centro da revolução contra a Bolívia, sua população está afeita à luta, originando o abuso do rifle vários crimes, para cuja extinção e apaziguamento real, seria indispensável o desarmamento do povo.

cador boliviano, comandante Herbert Edwards, não se pode atribuir a anarquia e desmoralização ali reinantes sômente ao imigrante cearense como dá a entender o comissário, também boliviano, José Guzman.

Além disso, nem todos os seus habitantes eram bandidos, tanto que os seus moradores pediram em 1911, a criação de uma guarda localizada na vila *Lauro Sodré* para «assegurar a ordem pública e garantir as suas vidas, constantemente ameaçadas por numerosos criminosos e facínoras que ali campeam livremente»; instituindo, então, o Prefeito Deocleciano de Souza, a 25 de maio dêsse ano, o distrito policial de Vila-Rica. (285)

E pelo que podemos averiguar, a população do rio Abunã, foi engrossada em 1903, por moradores do rio Acre, fugidos da revolução chefiada por Plácido de Castro contra os bolivianos, em cujo número se encontravam homens que se tornaram bandidos célebres, como os conhecidos pelos nomes de guerra de «Casca Grossa», «Pracaiá», «Onça Preta», «Cascavel», «Surucucu», «Terto» e outros, só principiando a declinar essa fase de banditismo, em 1910, quando essas feras humanas começaram a desaparecer, ensejando um período de civilização. (286)

De um modo geral, salientam alguns administradores dos Departamentos acreanos, no primeiro decênio da formação do Território, que a índole da população era pacífica, sensata, ordeira, dócil, aspirante da ordem, (287) mesmo antes da criação das Prefeituras federais, quando resolviam a maior parte das questões de propriedade por meio de ajustes conciliatórios, pelo que o estabelecimento de uma administração regular veio satisfazer ardentes aspirações dos seus habitantes, (288) predcados êstes a que a revista *Arcádia Acreana*, editada em Sena Madureira, acrescentava outros atributos, como os de serem prestimosos, afáveis, hospitaleiros e generosos. (289)

285) *Fôlhas do Acre* (Cidade de Empresa), de 14 e de 25 de maio de 1911, pág. 2, col. 6 e pág. 3, col. 3, respectivamente.

286) OCTAVIO REIS, *Carta* datada de Fortaleza (Rio Abunã), 9 de maio de 1938. O autor dessa carta é um dos mais antigos e opulentos proprietários do rio Abunã.

287) *Informações* do Prefeito do Alto Juruá, A. M. Bueno de Andrada, ao Ministro do Interior, in *O Cruzeiro do Sul*, de 10 de janeiro de 1909, págs. 3 e 4; *Relatório* do Prefeito do Alto Acre, Deocleciano Coelho de Sousa, relativo ao ano de 1909, in *Fôlha Oficial*, de 10 de maio de 1910; *Relatório* do Prefeito do Alto Juruá, F. de S. Rêgo Barros, do segundo semestre de 1913, pág. 38.

288) *Informações* do Prefeito Bueno de Andrada e jornal, *cits.*, pág. 4.

289) Edição de dezembro de 1913, pág. 20.

Um dos mais proficientes administradores do Alto Purus, discorrendo a propósito de criminosos, esclareceu que os moradores atendem ao chamado da autoridade, com a presteza possível, sem ser necessário empregar o rigor da lei; e ajuntava que, quase sempre a causa dos crimes era o alcool (a mais comum), a afronta à honra, vinganças particulares e valentias momentâneas; sendo de notar o reduzidíssimo número de furtos e roubos, bem como a segurança que viajante encontra nas margens de seus rios, para a sua vida e bens: os engenheiros, médicos, comerciantes, caixeiros e outras pessoas, sobem e descem em canoa, por meses sucessivos, hospedando-se sem despesa alguma nas humildes choças dos seringueiros ou nos barracões dos proprietários, sem nenhum temor pelos valores ou bens que conduzem. (290)

Desempenhei ali, no espaço de vinte e quatro anos, o cargo de juiz, iniciando-o, quando o govêrno departamental datava de um lustro, sendo que, durante a primeira metade dessa temporada, em lugarejos que andavam ao redor de duas dezenas de habitantes, rodeados de seringais, dirigidos e constituídos por elementos que vinham do regime em que predominavam o arbítrio e a valentia dos antigos senhores, distantes vários dias de viagem, em canoa, da sede da comarca, onde estacionava a fôrça militar governamental, sem nunca haver sido desrespeitado no exercício da judicatura, ou como simples cidadão, apesar de nos primeiros anos contar, apenas, a delegacia de policia local, com dois guardas contratados, verbalmente, e que se esquivavam do serviço logo que surgia um contratempo de certo vulto contando o juiz, nos casos mais difíceis, sòmente com a sua autoridade moral, a que todos acatavam, desde que êle procedesse correta e austeramente.

As diligências judiciais eram feitas por intermédio dos juizes de paz, todos escolhidos dentre os antigos donos de seringais, guarda-livros ou empregados dessas feitorias, circunstância esta que não impedia a realização das mesmas, tão prontamente quanto possível, na conformidade da distância que separava o local do crime da sede do têrmo ou da camarca. E quando, em certos casos, havia necessidade de agir contra individuos comodistas ou ainda imbuidos de idéias passadas, o official de justiça, apoiado pela fôrça pública, o demovia facilmente.

É preciso notar que as pessoas que serviam de testemunhas nos processos criminaes, ou de jurados, tinham que abandonar os seus labores por vários dias e até por semanas, o que causava grande transtornos na sua vida e na do seringal; sendo que, depois de 1916, quando as crises econômicas se acentuaram, muitas das

290) CANDIDO JOSÉ MARIANO, *Relatório* de 5 de abril de 1905, pág. 15.

primeiras chegavam a sede do juízo, faltos de pecúnia e de alimentos.

Nas viagens em canoa, pousava para almoço ou pernoite, na praia ou barranco, na choça do seringueiro ou residência do seringalista, sem guarda, a não ser os remadores da montaria, igarité ou batelão, sendo recebido em tôda a parte cortês e respeitosa-mente, especialmente nos barracões, nos quais os proprietários, recordando os costumes nordestinos, ofereciam mesa abundante e uma hospitalidade compátivel com os recursos de cada um, numa cordialidade viva e crescente.

Nas barracas, dormia-se numa espécie de varanda, em aberto, olhando o rio e, nos barracões, em compartimentos, por vêzes, em comum com outros hóspedes ou com a tripulação da embarcação em que viajávamos, sem desaparecer o mínimo objeto de nosso uso.

No dia seguinte, ao despedirmo-nos do nosso hospedeiro, pela madrugada, para prosseguirmos viagem, êle se era abastado, nos retinha a fim de nos proporcionar um café substancial, obsequiosidade que, se agradava por um lado, retardava a nossa viagem, por algumas horas; circunstância pela qual tivemos que evitar as residências mais vistosas, quando tínhamos pressa, procurando alojamento nas mais modestas. (291)

Na outra metade, já funcionando na sede da camarca, em que as autoridades eram apoiadas pela fôrça militar, o cumprimento das decisões judiciais decorria sem a menor apreensão ou entrave; e, quando, ainda em 1910, alguns elementos, recordando-se, talvez, do tempo em que o poder público estava ausente dessas ribeiras, procuraram perturbar a execução de uma decisão do presidente do tribunal do júri, na cidade de Cruzeiro do Sul (Alto Juruá), foram prontamente refreados pela pequena guarda

291) Esta acolhida era dispensada, com essa largueza, nos áureos tempos da borracha, passando nos periodos de depressão econômica a um ritmo menos franco, mas sem perder de todo as normas de urbanidade e hospitalidade trazidas no torrão natal. É preciso notar que nunca nos apresentamos como juiz, nem exigíamos tratamento como tal, a não ser quando em diligência oficial, ocasião em que a nossa autoridade estava à vista, devido ao acompanhamento do escrivão, do meirinho e das partes ou advogados.

Certa vez, ao subirmos o rio, coincidiu pararmos no pôrto de um antigo seringalista, que tinha fama de atrabiliário e desumano. Evitamos chegar até a sua residência e tratamos de almoçar na própria canoa, mandando aquecer umas conservas. Chegando, porém, ao seu conhecimento a nossa presença ali, veio ao nosso encontro e instou, persistentemente, para que chegássemos à sua casa, na qual nos tratou com tôda a urbanidade possível.

do tribunal e por civis que permaneceram ao lado do magistrado.

Foi o último estertor, na seção federal juruaense, de uma época caótica que se estiolara por falta de ambiência. (292)

Quanto aos atributos dessa gente, é melhor ouvir a opinião de alguns estrangeiros: «Entre os melhores trabalhadores encontrados na bacia do Amazonas está o imigrante do Ceará. Persistente, ambicioso e árduo, o cearense é comparável ao trabalhador americano nos Estados Unidos.» (293)

O geólogo norte-americano Roderic Crandall, conhecedor das qualidades do nordestino, por ter percorrido, em 1909 os Estados de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, justamente os três mais assolados pelo flagelo das secas, afirmou que nenhuma vantagem traz a imigração estrangeira, pois, «o nortista é realmente muito melhor cidadão e um homem mais valioso para o país do que a espécie de emigrante que para êle tem vindo.»

Trata-se de homens, continua êle, «notáveis por sua energia, habilidade, faculdade de resistência e atividade, gente de muito melhor qualidade do que são comumente considerados.» (294)

O antropologista, também ianque, Kalarvo Oberg, depois de longo estudo sobre os caracteres físicos do homem brasileiro, chegou a conclusão de que «o caboclo é a melhor matéria-prima de que o Brasil dispõe» para construção do seu futuro.

E acrescenta: «É uma grande calúnia dizer-se que o caboclo é preguiçoso, que não serve para cousa alguma». Os seus dotes de inteligência são fora do comum e se não luta contra as condições esmagadoras da natureza, é porque não dispõe de meios suficientes, não recebe o apoio material de ninguém, nem conta com escolas em que possa aprender a plantar cientificamente, então, trabalhar e produzir intensamente. (295)

292) É certo que os rebelados, insuflados e dirigidos pelo seringalista João Bussons, a pessoa que mais se destacou, na zona do rio Juruá, que passou à jurisdição do governo federal, pelos seus atos de prepotência e contrários à lei, na ocasião, já absolvido pelo júri local, passaram ainda cerca de três dias fazendo reuniões, passeatas e comícios, contra o juiz e o promotor público, só não cometendo violências em suas pessoas, devido a ação persuasiva das autoridades policiais, as quais compareciam a essas manifestações, permitindo-as conforme a lei, mas, sem consentir na prática dos atos violentos que êles tinham em mente.

293) Relatório apresentado ao Departamento do Comércio de Washington, segundo Felipe Guerra, num artigo intitulado «Ainda o Nordeste» e inscrito na *A República* (Natal — Rio Grande do Norte), de 6 de outubro de 1926, pág. 1, col. 2.

294) *A República* cit., de 26 de abril de 1939, pág. 3.

295) *Correio da Manhã* (Rio), de 10 de abril de 1951, pág. 2, col. 3.

O padre francês Constantino Tastevin, grande conhecedor da bacia do Juruá e do homem que o povoou, disse a seu respeito: Jamais se dirá o bastante sobre a energia indomável desta raça nova, oriunda do sangue misturado dos brancos, índios e negros, que, em vinte anos, tem sabido vencer as dificuldades de aparência insuperável que ergueu entre eles a natureza, o paludismo, o beriberi, as privações, o isolamento, os índios e peruanos coligados, fazendo neste curto período, de um dos rios mais temidos da Amazônia um dos mais hospitaleiros que se possa desejar. Se se detiveram na foz do Breu não foi devido aos peruanos, nem aos Jamináuas, nem à distância, nem a dificuldades de navegação, mas, unicamente por causa da falta de interesse apresentada pela região, em que a preciosa hévea somente existe em estado esporádico. (296)

Ouçamos os nacionais:

Apesar de subalimentado, por vêzes, apresentando uma compleição frágil, está sempre disposto a realizar esforços que parecem superiores ao seu físico, demonstrando uma resistência difícil de entender-se. (297)

Mesmo, por ocasião dos infortúnios das sêcas, vê-se, como assinala Eloy de Souza — «Na fisionomia de quase todos a tristeza, o abatimento, a humilhação», mas sem «conseguirem apagar os traços fortes da raça.» (298)

Diz Anibal Amorim que o maior atestado de sua resistência e bravura, é a colonização do Amazonas, (299) não havendo expedição, seja de demarcação de fronteira, seja de inspeção científica,

296) *La Geographie* cit., janvier 1920, pág. 135, *Le Fleuve Juruá*.

297) RAIMUNDO NONATO, *Um tema que sugere um problema*, in *Bando*, Natal, agosto-setembro, 1951, pág. 9.

Em qualquer reunião, viagem ou trabalho árduo, como são quase todos os do Acre, são sempre brincalhões e vivazes, executando todos os serviços na melhor ordem e presteza, numa sadia camaradagem, pilheriando uns com os outros. Se o feitor ou patrão aparece e lhes dão uma rapadurinha, o trabalho redobra de intensidade numa fúria que pasma. (Nelson Correia de Oliveira, *São Coisas do Acre...*), Rio de Janeiro, 1944, pág. 96.

Posso confirmar as informações acima por ter feito várias viagens em canoa, nas quais, os remadores, mesmo sem suspenderem os remos, pilheriavam entre si; impulsionando com mais vigor a embarcação, se lhes dávamos uns tragos de cachaça; bebida esta que os fazia remar toda a noite, se lhes fôsse exigido, sem prejuízo do trabalho do dia seguinte, acrescida, apenas, de um pouco de chibé.

298) *O Calvário das Sêcas*, Natal, 1938, pág. 10.

299) *Viagens pelo Brasil*, Rio, 1917, pág. 228.

que não acabe por proclamar-lhe a energia em tôdas as dificuldades que têm de defrontar; bastando a variação nas cachoeiras para lhe realçar o valor. (300)

Agora mesmo, na construção da cidade de Brasília, nova capital do país, a sua fibra foi reconhecida, chegando o escritor Oswaldo Valpassos a dizer que essa fundação «quase tudo lhe deve». E acrescenta: de construção apenas conheciam a humilde morada de taipa ou, quando muito uma casinha de tijolo, e que apesar disso, adaptaram-se facilmente e do dia para a noite, aprenderam a lidar com cimento armado, compreendendo rapidamente a estrutura das obras, no que trabalham duramente horas a fio. E mais que, não obstante chegarem aos milhares e terem fama de turbulentos, não brigaram, não puxaram a peixeira, nem deram trabalho à policia, nem incomodaram os técnicos da administração. (301)

Auscultemos escritores que conviveram com êles:

«Só quem partilhou dos rudes trabalho do seringueiro nos longínquos centros virgens da floresta acreana, tiritando de frio e ardendo em febre sem abandonar o trabalho, sabe o que o Acre representa para o acreano, para a indomável energia do sertanejo cearense.» (302)

«O seringueiro, apesar de ter as faces pálidas, o olhar encoiado e amortecido, parecendo um homem combalido e exausto, é um tipo infatigável.

«Num andar como que correndo, some-se na estrada, com pesada carga, e ao deparar uma inhambu, a alveja com segurança na cabeça, para não estragar o corpo. Depois de cinco ou seis horas, quase em jejum, volta à barraca para uma refeição ligeira, ou um simples café e, sempre correndo, reinicia o mesmo caminho. À tarde, quando regressa, está mais pálido, porém ainda destre carregando o leite. Se é solteiro, vai atizar o fogo para ferver água para que possa depenar a inhambu para jantar.

Enquanto isso, vai sempre apressado defumar o leite, operação em que se consome umas duas horas, e a inhambu vai amolecendo na panela, êle tem de lavar no igarapé a sua roupa suja e tomar um banho reconfortante.

300) VIANNA MOOG, *O Ciclo do Ouro Negro*, 1936, pág. 87.

301) *Diário de Notícias*, de 1.º de maio de 1960, «Economia e Finanças», pág. 5, col. 5.

302) Genesco de Castro, *O Estado Independente do Acre*, 1930, pág. 36. Genesco era irmão do libertador acreano Plácido de Castro, gaúcho, como seu mano. Residiu no Acre muitos anos, passando a dirigir os vastos seringais de Plácido, após o falecimento dêste, como representante de sua mãe, única herdeira dessas propriedades.

Se é casado, finda a defumação e não tem em casa o que comer, pega a tarrafa e vai ao lago procurar alimentação para a família.

Ei-lo no dia seguinte retomado de suas energias, nas mesmas lidas e canceiras, limpando com a enxada o roçado, internando-se na mata em caçadas ou pisando ainda a estrada em busca da borracha para poder manter a família.

E quantas vêzes, surpreendido na estrada pela sezão êle tiritando de frio, esconde-se na sapopema da samaumeira e terminado o acesso, numa resignação heróica, levanta-se febril e recomeça o seu trabalho. (303)

* * *

Quanto ao sistema de trabalho, já mostramos como se originou e se estabeleceu ao tratarmos dos criminosos da região.

No nordeste brasileiro, os senhores de engenho, da fazenda ou da terra, polarizavam os latifúndios. Eram «donos dos homens e das mulheres», representando um verdadeiro poderio feudal,

- 333) NELSON CORRÊA DE OLIVEIRA, *São Cousas do Acre...* cit., págs. 69 a 72. Nelson é filho de Joaquim Correia de Oliveira, um dos exploradores do rio Juruá Mirim, do qual se tornou mais tarde dono de quase tôda a ribeira, superior a 150 quilômetros de extensão. Nelson nasceu no dito rio, estudou em Portugal, e já se achava no curso médico, quando mudou-se para Belém, no Pará, onde o concluiu.

Tratando-se da árdua vida do seringueiro, registro, aqui, um relato do que ocorreu com o de nome Raimundo Mandy, residente no igarapé *Primeiro de Março*, afluente do rio Valparaíso, por sua vez contribuinte do Juruá acreano. Casado, com dois filhos, certo dia, chegando à sua barraca, não os encontrou; um camarada os carregara. Mandy pouco falou e resolveu trabalhar mais para ir ao Ceará arranjar outra mulher. Passaram-se anos, o seu organismo se foi alquebrando, o trabalho e o crédito se reduzindo, pelo que passou para outra colocação menos cobiçada onde fez uma choupana, que uma tempestade destruiu. Entretanto, a roupa foi se acabando, a arma de fogo com que arranjava caça para alimentar-se tornou-se imprestável, a munição esgotou-se; ficando-lhe um resto de terçado e outro de machado; de sorte que não pôde erguer outra barraca, mesmo porque já não tinha forças para tal. Só aparecia aos outros companheiros uma ou duas vêzes no ano, ocasião em que cortava o cabelo e arranjava uma roupa. Passou a morar no defumadouro. A rede consumiu-se, fez de uma estopa um cobertor. Acabado êste, fez um buraco no chão, encheu-o de folhas de bananeira e aí dormia. Certo dia, um caçador por ali passando, encontrou apenas os ossos de Mandy, dentro do seu leito!... Falecera, sozinho, e nas condições mais tristes e melanólicas que pode descer um homem, talvez, por capricho ou devido a perfidia humana. (*Carta de João Mariano da Silva, datada de Cruzeiro do Sul (Juruá), 18, nov., 1956. O missivista foi seringueiro no rio Valparaíso referido, sendo, atualmente, proprietário e diretor dos jornais O Rebate e o Juruá, editados na cidade aludida.*)

sem oposição, durante o período colonial do país, pelo que as vilas ou cidades não prosperavam.

No Acre, nem êsse povoado existia, de modo que tôda dominação se concentrava nos «barrações», aonde o dono da feitoria tinha a sua residência, escritório, armazens, oficinas, barracas, entendendo-se diretamente com as casas fornecedoras do Pará e de Manaus.

O crédito movia tôda a máquina da exploração dos seringais. A firma que concorria para facilitar o transporte dos imigrantes, passou a fornecer-lhes tudo quanto era necessário à movimentação do seringal, em troca da borracha que fôsse produzida. Por sua vez, o «patrão» ou responsável pelo seringal, tinha que abastecer os seus operários de mantimentos e petrechos indispensáveis ao serviço e sustentar a ordem na feitoria. (304)

Daí a origem dos «regulamentos» dos seringais e a imposição de «contratos», regulando os direitos e deveres do extrator de goma elástica.

É preciso assinalar que no Acre, o trabalho não foi prejudicado pela *dignidade* dos que o consideravam um aviltamento. Os brancos, de boa gente, não se retraíam ali num círculo de famílias, como em outras paragens, isolando-se; conservaram-se em um nivelamento democrático pelas mesmas aspirações e necessidades.

Em geral, os seringalistas provieram dentre os seringueiros. Começaram abrindo «estradas» e extraindo de suas «madeiras» o leite que seria convertido em borracha, para o pagamento de

304) O comércio fornecedor e o local arriscavam vidas e capitais, sem nenhuma segurança recíproca, entre aviadores e aviados, parecendo sua prática comercial com a que se dá entre os negros da África e os bufarinheiros ribeirinhos. É a permuta do que se extrai da flora por gêneros importados da praça de Manaus e Pará.

O comércio aviador nem sempre é capitalista, dependendo, para o aviamento, do crédito que pode encontrar nas casas importadoras em grosso, que lhe confiam centenas e milhares de contos de réis para colocá-los no interior do Amazonas. Por sua vez, o aviado, tendo a posse precária do seringal, na maioria não legalizada por compra ou poderes competentes, sem tirocínio comercial, e, não poucas vêzes, analfabeto, faz mau uso dos adiantamentos de mercadorias, entregando-as aos fregueses, ainda menos aptos para compreenderem o valor do crédito. Esta situação, sem se procurar modificar-se, dura há dezenas de anos, aumentando o passivo de todos, ficando o aviado insolvente, o aviador na contingência de contínuas falências e o importador na expectativa, a cada passo, de prejuízos. (*O Correio do Purus* (Lábrea), de 25 de janeiro de 1909, pág. 1). Sômente o exportador de borracha fazia fortuna rapidamente, porque não abusava do crédito (pág. cit., col. 2).

suas dívidas para com o patrão e as dêste para com a casa aviadora.

Para manter êsse equilíbrio, era do interêsse de todos regular o trabalho do seringal, a fim de conservar o conjunto.

Êsses ajustes tinham que ser rigidos para evitar a danificação dos árvores, cujos abusos no corte já havia arruinado vastos seringais no baixo Amazonas. A obrigatoriedade da entrega do produto ao patrão era indispensável para que êste se pagasse das mercadorias e utensílios que fornecia ao seringueiro e, por sua vez, tivesse meios para indenizar ao seu fornecedor, mantendo o equilíbrio dos negócios; mesmo porque, devido a falta de povoados nas proximidades, não tinha quem concorresse com o patrão e, quando surgiu o *regatão*, o ajuste não podia ser modificado porque ia abalar a estrutura comercial da região, baseada, principalmente nessa obrigação.

Qualquer desvio do produto era considerado uma falta grave e era punido severamente.

O regatão, quer em canoa, quer em barco a vapor, foi aos poucos se insinuando, ocasionando atritos com os proprietários, os quais também, devido a desinteligência com os seus antigos abastecedores já iam adquirindo mercadorias nessas embarcações, alterando-se o velho sistema, de maneira que com a instalação das Prefeituras, foi permitido o trânsito delas nas correntes fluviais não restritas a um só proprietário; e mais tarde, obrigado pelas consecutivas crises que abalaram a economia acreana, os seringalistas ficaram sem crédito e, para manter os seus negócios, até êles tiveram que se abastecer nesses mercadores; sem grande resultado para os seringueiros, pois, mudaram, apenas, de senhores.

A fuga do seringueiro devedor para outro seringal, acarretando grave prejuízo ao proprietário que lhe havia conduzido até ali e lhe adiantara os objetos necessários à sua manutenção e serviço, poderia ocasionar dano maior, ensejando, caso se desprezasse o mau exemplo, uma retirada de tal intensidade, que, se não despovoasse a fazenda, a deixaria em situação precária, impossibilitando a sua sobrevivência.

E êsse fato era tão alarmante, que havia uma espécie de liga entre os patrões para não aceitar êsses fugitivos, a não ser responsabilizando-se o novo senhor pela dívida que o desertor deixara no seringal que abandonara. (305)

305) Fui juiz em lugares circundados de seringais, pelo que tive que estorvar mais de uma vez a entrada de *mateiros* arrogantes na área urbana, a procura de seringueiros fugitivos, uma vez que a lei dava liberdade ao individuo para procurar trabalho onde entendesse, nem permitia a prisão por dívidas.

A proibição ao seringueiro de dispor das bemfeitorias que por acaso tivesse na sua colocação sofreu modificações.

No comêço, em geral, era vedado ao seringueiro fazer plantações na sua «colocação», de maneira que êsse problema, a bem dizer, era inexistente. Com o correr do tempo, foi sendo permitido por alguns proprietários o amanho da terra, surgindo, então, a questão, pelo que, o dono do seringal talvez, julgando tratar-se de uma concessão precária, considerava-se dono delas, impedindo a sua cedência a outra pessoa.

Já no período departamental, em casos ocorridos nas cercanias das vilas ou cidades, e submetidos a apreciação dos juizes municipais, que, agiam, na hipótese, como juiz de paz, de plano, procurando conciliar os contendores, houve algumas soluções satisfatórias.

Devido ao pequeno valor dos bens, os reivindicantes deixavam de recorrer aos tribunais.

Êsses «regulamentos» eram uma imposição das circunstâncias em que se viram. Na ausência da autoridade legal, os fundadores de seringais arvoraram-se a legisladores, não passando, porém, do que êles consideravam vantajoso para a regularidade e essência do serviço, aproveitando a experiência daqueles que chegaram primeiro ao Amazonas e, deixando a lavoura, passaram a explorar a indústria da borracha.

Alguns dêsses homens eram de poucas letras, muitos inteiramente analfabetos. As vêzes, favoneados por cargos providos do govêrno: juizes de paz ou delegados de polícia, a maioria, porém, sem a mínima parcela do poder governamental.

Uns praticando arbitrariedades e tôda a sorte de atentados, outros mais cometidos procuravam agir de maneira menos agressiva e menos rude, e o restante subdividido em dois grupos: o dos que tinham saúde, trabalhavam sem travancas e conseguiam no fim de certo tempo um pecúlio para se livrarem do meio em que viviam, e o dos que, por doença, pachorra, negligência, pesados encargos, divertimentos, não podiam progredir, permanecendo indefinidamente numa situação de dependência, ansiedade e privações.

No seringal, havia, além do dono, ou um seu preposto, com o nome de gerente o guarda-livros, frequentemente a pessoa de intellecto mais desenvolvido na coletividade, o caixeiro, o mateiro (uma espécie de fiscal do serviço) o toqueiro, o seringueiro, o caçador o mariscador, o cozinheiro, o copeiro, o carpinteiro, o canoeiro; e, em algumas fazendas mais desenvolvidas, o agricultor, o vaqueiro, o hortelão, os operários dedicados aos alambiques, engenhocas, moendas.

Nesses rios, houve homens que ficaram famosos, não só pelo seu autoritarismo, como pelas suas extravagâncias e habilidades, vendo-se entre outros: José Pereira Cavalcanti, Francisco Freire de Carvalho, Pedro Juvencio Barrozo, Francisco de Brito, João Bussons, na ribeira do Juruá, Alexandre de Oliveira Lima, Manoel Felicio Maciel, na do Acre; José Ferreira de Araujo, na do Purus.

Os do Juruá, com exceção de Bussons, residiam na porção amazonense, sendo que Carvalho e Barrozo, tinham parte de suas propriedades na zona federal.

Oliveira Lima e Felicio Maciel estavam fixados no Acre amazonense, demorando os seringais de José Ferreira, no Purus acreano.

O primeiro, também conhecido por «J.P.C.», era estabelecido no lugar Fortaleza (baixo Juruá). Na qualidade de autoridade policial do Estado do Amazonas e de oficial da guarda nacional, obrigava todos os vapores que transitavam pelo rio a parar no seu porto, tivessem ou não negócios comerciais, dando ares de verdadeiro déspota medieval.

Chegou, certa vez, a prender o seu próprio pai que praticara uma transgressão qualquer e ao redarguir-lhe êste que ia tirar o pão da boca dos seus irmãos, Cavalcanti replicou-lhe que isto não aconteceria, por haver muita barrica de bolacha no armazem.

De outra feita, mandou um dos seus filhos estudar na capital do Ceará, e, como antes de findar o curso, o rapaz resolvesse casar, êle, mui circunspecta e serenamente, relatando o fato, dizia que o seu descendente «havia prostituido família»!...

Noutra conjuntura, viajando em um navio, surgiu um motim a bordo, e êle sobrepondo-se à autoridade do capitão do vapor, envergou a farda de coronel e metendo-se entre os amotinados, de espada na mão, dominou os desordeiros.

Era inteligente, mas, de uma ignorância espantosa, a ponto de num debate com personalidade estranha à sua esfera de ação, exclamar arrogantemente: «sou a autoridade logarítica do lugar».

Freire de Carvalho era dono de grande parte do «Riosinho da Liberdade», feitoria que se celebrizou pela sua enorme extensão, que ia do território acreano ao amazonense, chegando a ser a maior produtora de borracha do vale juruaense, e o «velho Carvalho» como era conhecido na região, pelo que foi o chefe político de maior influência na zona do Juruá acreano; tanto que, em 1910, assumiu ostensivamente a direção da revolução autonomista que aí se realizou.

Com a sua morte o seu genro Pedro Juvencio Barrozo o substituiu.

Ambos foram árbitros dos destinos de sua gente e cercanias; sendo que o primeiro era exímio atirador. Contam que, certa vez, estando um dos seus moradores, a comer u'a melancia na praia vizinha ao seu barracão, êle fez pontaria numa das vistas do lado e, como a bala se localizasse um ou dois centímetros acima do local visado, jogou o rifle, de que se serviu para o lado, dizendo, «isto não vale nada!...»

Pedro Juvencio, além de conquistador de terras, também o foi de corações.

Contam que aparecendo na barraca de um seringueiro ausente, e a espôsa dêste não aquiescesse às suas propostas e desejos, retorquiu-lhe, serenamente: «seria uma honra para vosmecê ter um filho do patrão.»

Francisco de Brito revelou-se tão atroz na maneira de gerir o seu seringal, que, quando alguém desejava um castigo mais rigoroso, recordava-lhe — «olhe a lei de Chico de Brito!»...

Bussons, como Cavalcanti, em certa época, chegou a obrigar os transeuntes a tocarem no seu pôrto, forçando alguns a retornar ao ponto de partida.

Alexandre de Oliveira Lima, parente da espôsa de João Gabriel de Carvalho e Melo fixou-se na foz do rio Acre e se notabilizou pela sua «ignorância quase genial», cuja «instrução pode ser avaliada pela assinatura do seu nome — *Lixandre Liveira Lima*, dizendo a todos que seus três nomes começam por L grande», pelo que passou a ser apelidado *Barão da Bôca do Acre*, ou dos Três L.»

Manoel Felicio Maciel, parente do famigerado Antonio Conselheiro (Canudos), estabeleceu-se no seringal «Entre Rios» no baixo Acre. Em 1895, sublevou a vila de Antimari, de cujo município fazia parte a sua fazenda; insurgindo-se contra o govêrno do Estado do Amazonas, não só desrespeitando as autoridades devidamente constituídas, como impedindo até que estas arrecadassem os impostos devidos; pelo que a administração amazonense viu-se obrigada a suprimir o município; só restabelecido em 1897, sob o nome de «Floriano Peixoto». (306)

José Ferreira de Araujo, dono do seringal «Liberdade», no Purus federal, misto de facínora e de herói. Celebrizou-se por ter chefiado os brasileiros que tomaram parte na expulsão dos peruanos do território considerado amazonense, em 1903 e 1904, e por crimes cometidos contra adversários ou inimigos. (307)

306) AGNELO BITTENCOURT, *Corografia do Amazonas*, pág. 219.

307) Entre outros, cita-se o atentado contra o Coronel Cassiano Ferreira, também da guarda nacional, com sessenta homens armados de rifle, de que resultou a morte do seu inimigo. (*Fôlhas do Acre Rio Branco*, de 10 de janeiro de 1911).

O cargo de prefeito de segurança, no tempo em que a zona conflagrada pertencia ao Amazonas, e o de juiz de paz e o título de coronel da guarda nacional, na época do Departamento Federal do Alto Purus, facilitavam-lhe as proezas.

J. P. C., no Juruá, e o Barão dos Três LL, na confluência do Purus — Acre praticaram atos meritórios no tocante à medicina. Apesar de toda a sua ignorância, chegaram a realizar operações cirúrgicas, serrando pernas de indivíduos que as tinha despedaçadas por armadilhas ou outros desastres, bem como fazendo partos difíceis e até cesarianas; tudo isto, intuitiva e empiricamente, sem instrumentos apropriados e a higiene preconizada. O serrote para madeira e o terçado comum, afiados ou não, por vezes enferrujados, sem anestésico, a não ser uma bebida alcóolica, um produto químico chamado «matador» (Pankiller), ou um pano grosso na boca, a fim de reduzir o sofrimento, resolviam tudo.

Um pouco de álcool era, às vezes, aplicado como desinfetante dos instrumentos; a «reza» e a «Maravilha Curativa» de Humphreys, rematavam o tratamento, cicatrizando as feridas.

Também conheci indivíduos, apesar do meio em que viviam, que se salientavam pelo seu modo de proceder, praticando o bem e tratando os seus semelhantes com moderação, entre os quais Manoel Absolon de Souza Moreira, cearense, dono do seringal Humaitá, situado no ângulo formado pela margem direita do Juruá com a direita do riosinho Amauacas. Absolon, além disso, destacou-se pela maneira inteligente com que tratou os indígenas aldeados em terras de sua propriedade, não só por meio de atos de tolerância, como adotando um sistema de recompensa, que os atraía ao trabalho e granjeava a sua confiança, sem prendê-los à gleba, dando-lhes toda liberdade, de maneira que eles quando se apresentavam, executavam vários serviços, retirando-se para as suas malocas, logo que recebiam o pagamento previamente combinado. (308)

* * *

A maior parte desses emigrados provinham do Ceará, mas, nem sempre eram naturais dessa província.

Embarcavam nos seus portos, vendo-se, porém, entre eles, indivíduos oriundos do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí, que lhe são limitrofes, cingindo-a por leste, sul e oeste,

308) CASTELLO BRANCO, *O Gentio Acreano*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 207, pág. 17.

Absolon, além de liberal, era estudioso e progressista. Chegando ao Juruá, munido apenas das primeiras letras, aproveitava todos os lazes para aperfeiçoar esses estudos, sem professor e de tal forma

principalmente, dos dois primeiros, cuja situação de certos municípios, era mais próximo dos portos cearenses, circunstância que facilitava o transporte dêles.

Essa gente, por ignorância, por comodidade, ou por influência da maioria da caravana em que tomavam parte, era incluída no rol dos retirantes cearenses; e de tal forma êsse gentilico se tornou avassalante que, com o rodar do tempo, alguns donos de seringais, ao receberem novos emigrantes, indagavam — «é acearenso do Ceará, do Rio Grande ou da Paraíba?»

Faziam essa interrogação porque davam preferência aos naturais do Ceará, achando que os filhos das outras zonas não eram tão diligentes; ou quem sabe, por serem os indagadores também cearenses.

* * *

Confrontando-se as amarguras experimentadas pelos norteados na Acreânia, com as que êles tiveram que suportar no sul do país verifica-se não ter havido grande diferença no tocante a sofrimentos físicos e morais, e tão somente no respeitante à quantidade de vítimas.

Tratando-se no extremo ocidental do Brasil, de uma zona desconhecida, ainda cheia de surpresas para uma gente já combalida por atrozes padecimentos numa trajetória de milhares de quilômetros, sem a menor assistência, omissão esta que persistira durante toda a conquista dessa vasta região, o número de pessoas sacrificadas teria que ser incomputável, ao passo que os encaminhados para o sul do país, além de ser uma porção muito menos ~~vultosa~~ seguiam para uma zona já habitada, com as suas fazendas organizadas, em que a mortandade seria muito mais baixa, ocasionada, principalmente, pela pneumonia, em lugar da devastadora malária.

O nordestino estranhava o frio, a neblina, a humidade, a altitude, tão diversas das que estava habituado.

o fez que conseguiu sobressair no meio de seus colegas de profissão e tomar parte em comissões para tratar dos interesses do Território na capital do país.

Desde 1905, que procurou desenvolver a agricultura, permitindo o mesmo aos seus fregueses; tendo na sede do seu seringal engenhos de ferro para açúcar e farinha, e criação de gado vacum; iniciando o plantio de seringueiras, em 1912, por entre a zombaria dos outros, chegando a ter milhares de pés. Para demonstrar que não temia a justiça, ofereceu, sem ônus para o governo, o lugar *Porto Walter* centro dos seus negócios para servir de sede ao juízo municipal do primeiro termo da comarca de Cruzeiro do Sul, que ali funcionou até ser extinto, e onde havia duas escolas públicas.

Em 1904, quando o govêrno da União deliberou pôr navios à disposição dos retirantes nordestinos, Medeiros e Albuquerque, num longo artigo publicado na *A Notícia* (Rio), fez ver que êsses miseráveis iam ser explorados pelos fazendeiros paulistas, sendo, talvez, melhor encaminhá-los ao Acre. (309)

O comentarista do jornal de Natal (Rio Grande do Norte), que alude a essa prenúnciação do jornalista carioca, acrescenta: «Lá, como no Amazonas, reproduziu-se o que sucede em tôda a parte: o homem, nem por ser o rei da criação, está fora das leis imutáveis da natureza. E assim como nas outras espécies, o forte supera o fraco, fazendo-o desaparecer na terrível batalha da vida, assim também na espécie humana, apesar do eterno combate travado contra o egoismo, o fraco há de ser continuamente esmagado pelo forte, que nem sempre é o mais robusto fisicamente.»

E ajunta que, dos 2.696 flagelados que emigraram para o sul do país, no período de 7 de dezembro de 1903 a 13 de junho de 1904, seguiram uns para São Paulo e outros para Minas, na razão de dois têrços para o primeiro dêsses Estados, sendo que de Minas ainda não viu um regressar, mas, de São Paulo, tem ouvido queixas amargas de alguns que retornaram caminhando a pé, acompanhados de numerosa família, centenas de léguas, fugindo à sanha do fazendeiro, que os enxota para se apossar do terreno que cultivaram, (310) acolhendo, relativamente bem, o colono italiano para que êste não o denuncie ao cônsul respectivo, ao passo que o retirante nortista fica mais exilado nessas fazendas do que o estrangeiro. E termina aconselhando aos nossos pa-

309) *A República* (Natal), de 26 de maio de 1908, pág. 1, col. 2; «Palestras».

Medeiros e Albuquerque explicava: «junta-se um mal a outro mal»; «é freqüente que nas grandes fazendas o brasileiro tenha um tratamento muito inferior ao do colono italiano», reservando-se a êste uma casa pequena e suja, mas, assoalhada, e àquele a senzala húmida e fria de terra chã; devastando a pneumonia muitos que a sêca poupava; por não ter o brasileiro um ministro plenipotenciário ou um cônsul que vele pelos seus direitos.

E aconselhava: Em vez de fazê-los servir nos Estados que estão tendendo a monopolizar todos os favores nacionais, seria, talvez, preferível, sem explorar sua miséria, fazê-lo servir no Acre e no Amapá, para povoar as nossas fronteiras, resolvendo, assim, êsse problema de não pequeno valor, e onde se podia conceder lotes de terras, fazendo-os senhores e não apenas servos dos ricos do sul. (*A Notícia*, de 27 de abril de 1904, pág. 1, cols. 1 e 2; «A ORDEM DO DIA», ass. por «M. A.»).

310) No Acre, o proprietário esforçava-se para que o seringueiro não se afastasse dos seus serviços, só se apossando das suas benfeitorias quando êste se retirava espontaneamente; em São Paulo, não punha impedimentos a esta saída, expulsando, às vêzes, para se apossar de suas culturas.

trícios que, apesar das torturas por que passam na Amazônia, andarão eles mais acertadamente, emigrando, de preferência, para lá. São explorados também, mas ao menos, alguns poderão arranjar fortuna, como se tem verificado, o que não se dá no sul. (311)

O caboclo norte-riograndense Antonio Felipe, embarcado para o sul, no primeiro semestre de 1904, estava de volta à sua terra natal, em maio do ano seguinte. Ouvido por um reporter da referida *A República*, narrou a sua odisséia: Devido a conselhos e por não se morrer ali de maleita, seguiu com o seu mano João para o Rio de Janeiro, fazendo uma viagem péssima — vômitos, comida abundante, mas, «só p'ra cachorro, ambiente catíngoso, de maneira que, só não fugiu no pôrto de Pernambuco porque foi impossível. No Rio, foram para a ilha das Flores, onde os mantiveram fartamente durante três dias: indo de trem para São São Paulo, em cuja estação eram escolhidos pelos fazendeiros. Acometido de pneumonia logo no dia seguinte, permaneceu na capital paulista quatro meses num hospital, no qual teve muito bom tratamento.

Uma vez restabelecido, dirigiu-se para o interior do Estado, à procura do seu irmão. Na fazenda, encontrou o pessoal indignado por ter sido iludido pelos patrões ou seus prepostos, na capital, quando lhes prometeram um razoável salário, mas, uma vez iniciado o trabalho de apanha do café, só lhes pagaram menos da metade do apalavrado.

No fim de cada semana, descontavam o gasto com a alimentação consistente em fubá de milho, charque, café, açúcar e raramente, quando se rosnava muito, ajuntavam um pouco de farinha, mas, sem se ver dinheiro. A roupa já aparecia preparada e para ser descontada no fim do mês.

311) *A República*, art. pág. e col. cit. Um trabalhador cearense despediu-se de certa fazenda de São Paulo, após encarniçada perseguição movida pelo respectivo administrador. Comprou um litro de querosene, ensofando com ele a roupa de sua espôsa e de quatro filhos, ateando-lhe em seguida fogo, o que também fez com a sua própria roupa. A mulher e dois filhos morreram. O cearense e os outros dois escaparam bastante queimados. (*A República* (Natal), de 20 de dezembro de 1905, pág. 1, col. 1; telegrama de «Rio, 14», transcrito de *A Província*, de Pernambuco).

E o jornalista norte-riograndense que se referiu ao ponto de vista de Medeiros e Albuquerque, narra que, não há muito tempo, chegaram a Macau (Rio Grande do Norte) dois desgraçados sertanejos, depois de longos meses de viagem: um completamente ensandecido, tais foram as torturas suportadas numa via dolorosa de centenas de léguas vencidas a pé, sem dinheiro, sem alimento, apenas com a inquebrantável coragem característica dos filhos das plagas sertanejas. (*A República*, de 26 de maio de 1908, pág. 1, col. 2, «Palestras»).

Ao chegar o seu irmão João na fazenda, os colônos eram todos italianos e turcos, sendo brasileiros apenas os empregados. No princípio, a italianada armou-se de faca e pistola, tendo alguns ameaçado retirar-se para dar o lugar aos donos da terra, porém, depois, passaram a nos compreender, estabelecendo-se a maior concórdia.

A moradia era péssima, dormindo quase todos no chão e quem tinha rêde as armava umas por cima das outras; caindo todos doentes devido o frio ali reinante.

Não havia diversões, não se diferenciando os domingos e dias santos, trabalhando-se até nos dias de S. João e de S. Pedro, e aqueles que não queriam sujeitar-se, podiam retirar-se.

De musica, só havia a dos italianos, os quais eram melhor tratados, porque, além de mais afeitos ao serviço e ao meio, tinham o cônsul para se queixar ao passo que os nordestinos eram como se fôssem «cão sem dono»; num lugar, em que nunca apareceu um padre. (312)

Fugindo dessa fazenda, Antônio Felipe, foi acompanhado pelo seu referido irmão e José Cuia, levando apenas vinte mil réis, quantia que, na sua maior parte, fôra furtada por José Cuia, de um italiano, o que viera a saber mais tarde.

Dirigiram-se à cidade de S. Paulo, de onde saíram para a do Rio de Janeiro, com dois mil réis sòmente, fazendo êsses trajetos a pé, dormindo ao relento, sem nunca terem encontrado quem lhes desse arrancho, apesar de, ao começarem a jornada, o haver pedido; comendo pelo caminho fruta do mato, banana, cana e laranja furtadas, gastando da fazenda paulista ao Rio de Janeiro, dois meses e quinze dias: tendo morrido o seu irmão João, entre as cidades de S. Paulo e Rio de Janeiro, de um mal desconhecido.

Na capital do país, encontrando um patricio de coração bom, ficaram descansando até criar nova planta nos pés, que havia largado com as caminhadas; depois do que trabalharam, juntou-se um dinheirinho e, como se noticiava que o inverno, no nordeste, era excelente, as saudades se intensificaram e resolveram retornar ao torrão natal, mas, como houvessem perdido a família, a criação e as terras que possuíam, acharam que Deus não queria que êles residissem no lugar em que nasceram e se dirigiram ao Pará, por ser a «terra aonde a gente pisa no seguro, no meio dos patriços.»

E conclui o jornalista potiguar: «Essa infeliz criatura é bem um símbolo do povo nortista. Realmente, são bem nossos a vivacidade, a desventura, a descuidosa coragem e o resignado e estóico fa-

natismo dêsse pobre matuto. E, na página que aí fica, verdadeira e pungente, o observador adivinhará, em suas linhas gerais, todo um problema político o etnográfico, um esforçado resumo das virtudes, do infortúnio e dos defeitos da nossa raça, que, apesar de tudo, é forte e resistente, falte-lhe embora a perseverança e a tenacidade dos povos homogêneos.» (313)

Ultimamente, fugindo ainda aos rigores das sêcas, os nordestinos tomando outro rumo, encaminham-se, de preferência, para os Estados do Paraná e de Goiás, padecendo nessas viagens transe amargurados: todos misturados, homens, mulheres e crianças, num caminhão que não parava senão em lugar prefixado pelo motorista, aonde êle tinha dois ou três capangas armados para garantir a ordem e evitar a fuga dos passageiros. Nessas paradas, tinha-se uns quinze minutos para comer, descansar, lavar pratos e roupas, fazendo-se as necessidades fisiológicas dentro do próprio veículo. Nessas paradas, quem acabasse primeiro, pegava o melhor lugar, ficando os últimos acorados no soalho do carro. (314)

Êsse tráfico de nordestinos tem agências funcionando em diversos pontos do país, fazendo propaganda de zonas ricas, prometendo trabalho a todos, com salário mínimo de oito mil cruzeiros e só pagando o transporte depois de começar a trabalhar, mas na verdade eram «vendidos como porcos nos mercados», onde, muitas vezes são algemados e têm os dentes examinados como se fôssem cavalos; e obrigados a trabalhar de sol a sol nos campos, tendo que ser animoso e estar pronto a dar a vida pelo patrão.

Luiz Ferreira Gurgel, natural de Mossoró, no Rio Grande do Norte, um *pau-de-arara*, narra ao repórter Marcel Escobar a sua odisséia, confirmando o que acabamos de relatar, e frisa que o fazendeiro Agenor Inácio, de Boa Esperança, no município de Buriti Alegre, em Goiás, ao vê-lo, não quis pagar os mil e novecentos cruzeiros da sua passagem e, somente depois de lhe examinar os dentes e muito regatear o preço da mesma, pagou o exigido, mandou amarrá-lo, jogando-o na caminhonete.

Na fazenda, trabalhava do primeiro raio do sol até a noite, com meia hora de intervalo para almoço, sem receber nada além de casa e comida, dizendo-lhe o fazendeiro que dos cinqüenta cruzeiros diários que lhe pagava, estava descontando o adiantamento da passagem. Desejando Gurgel retirar-se, no fim de 42 dias,

313) Edição cit., págs. 2, col. 5, e 3, cols. 1 e 2.

314) *Corcio da Manhã*, de 19 de junho de 1960, 1.^o caderno, pág. 20, colunas 2 e 4; reportagem datada de Brasília, 18, e assinada por Marcelo Escobar.

Agenor ameaçou-o de morte, pelo que, então, fugiu, indo para Buriti Alegre, Itimbiára e daí para Brasília. (315)

* * *

Relativamente ao «governo marcial» ou estado de sítio permanente», conforme preconizou o eminente sociólogo Oliveira Viana, para educar a região, tampouco se justifica.

Antes da invasão de peruanos no alto Juruá e no alto Purus, e dos bolivianos no médio Acre, esses rios viviam quase despercebidos. Sômente as pessoas que tinham transações com os seus habitantes e as que dali saíam com economias para aplicá-las na terra natal, davam notícia de seu movimento 'ou faziam alarde de sua riqueza.

A dramaticidade de sua vida pouco repercutia fora da Amazônia ou do Nordeste. Era tida como normal entre os coparticipantes, de maneira que por mais constrangedora que fôsse, não desanimava os mercadores que lhes vendiam a crédito, nem descoroçoava os novos colonos. A maioria sujeitava-se ao regime ali adotado — por temperamento, ou devido ao rigor dos preceitos regulamentares; sendo minoria os que se rebelavam, afastando-se dos limites do seringal em procura de um outro, aonde supunham encontrar menos amargura, menos doença, e uma estrada de seringueiras mais seivosa e, por conseguinte mais produtiva, mais lucrativa, fatores que poderiam libertá-lo menos morosamente daquela tortura.

Com as incursões dos peruanos e bolivianos, a região começou a ser agitada, dando assunto aos jornais, repercutindo, então, não só no país, como no estrangeiro.

A invasão do Juruá Mirim, em 1897, pelos peruanos, assinalava o início dos acontecimentos entre eles e os brasileiros ali residentes, seguida das viagens dos chefes peruanos Espinar e Villanueva; tomada da bôca do Amônia por um destacamento militar, cobrança de impostos indevidos e exagerados, e várias violências cometidas contra moradores e vapores brasileiros, só terminadas em novembro de 1904, abalaram a população do alto Juruá, dando lugar a notícias na imprensa de Manaus, Pará, Rio de Janeiro, e outras cidades, mostrando ao país que essa gente, até então olvidada, existia.

De 1900 a 1902, era a vez do alto Puru: caucheiros peruanos, intitulado-se de *governador*, praticando atos de soberania, mais tarde (1903), substituídos por um governador, apoiado por um contingente militar, e depois magotes de caucheiros misturados com

315) *Jornal* e reportagem, cit.: pág. 20, colunas 2, 3 e 4. e pág. 12, colunas 1 e 2.

soldados (1904), sacudiram essas paragens, praticando tôda sorte de desatinos: violando mulheres, martirizando e matando homens, saqueando e incendiando barracões; ocorrências essas que chegaram ao conhecimento do público brasileiro, ficando muita gente sabedora de que havia ali uma população nacional.

Concomitantemente, a êsses sucessos (1899 a 1903), alargando o cenário e dando maior relêvo a região, convulsionaram-se os habitantes do rio Acre para repelir os bolivianos que se apossaram da seção dêste rio, tida por êstes como pertencente ao seu país; atos êsses que só merecem louvor e exaltação.

Nesse momento, o nome Acre, exorbitou das raias amazonenses, estendeu-se pelo Brasil inteiro, pelas duas Américas, atingindo até o continente europeu; passando as terras que lhe compunham, a ser assunto das chancelarias, do que resultou uma série de notas diplomáticas, que findaram por acôrdos incorporadores da região ao Brasil e na instituição do atual Território do Acre.

Instalado êste, e dominado o último reduto peruano no alto Juruá a vida da região ia passar por uma segunda transmutação. Da quietude dos primeiros tempos, sem ressonância no mundo alheio ao seu ambiente; da era das perturbações e dessassossegos causados pelos desregramentos dos peruanos e bolivianos e choques para militar e militares com os mesmos; sobreveio uma terceira fase, não a mais estrepitosa e inquietante, porém, a que de vez em quando sacudia o país com a deposição de prefeitos, retirada de juizes e outras autoridades, por falta de garantias; proclamação da autonomia do território, assassinato de pessoas de prestígio; fatos que, por se repetirem, ocasionavam no resto do país e, talvez, no estrangeiro, estranheza, assombro, espanto, dando a entender que êsse povo era demasiadamente irrequieto, rebelde e turbulento.

Daí, possivelmente, a conclusão do eminente sociólogo, de que o seringueiro da Amazônia era «o mais rebelde, o mais indisciplinado, o mais apolítico dos brasileiros.»

Mas, uma vez, sabendo-se que o acreano, em geral, não se intrometia das intrigas, conluios e conjuras de que resultavam a destituição dessas autoridades, tendo conhecimento, delas, somente, após a sua realização, a ilação certamente seria outra .

Essas revoltas eram de diferentes matizes: grupos políticos, em que se viam seringalistas, advogados, médicos, julgando-se os primeiros, donos da terra, por serem possuidores de latifúndios e disporem, de grandes recursos pecuniários, e os demais, portadores de títulos, serviços e dotes de espírito capazes de excitar os menos prudentes, desencadeavam êsses motins, em que não faltavam autoridades militares, e, às vêzes, magistrados, não compenetrados devidamente dos seus deveres e responsabilidades; minudên-

cias que só poderemos expor quando tivermos de tratar do capítulo referente a revolução e motins.

Tirante os dois movimentos com o fim de estabelecer a autonomia do território (1910 e 1912) os demais eram filhos de impulsos injustificáveis, próprios de indivíduos ambiciosos, inescrupulosos, desordeiros, ou pessoas desajustadas que ali aportavam com a finalidade de enriquecerem facilmente, sem delonga e sem grande esforço; atos que se repetiam por falta de punição dos culpados, cujos processos não passavam de um inquérito arquivado; encorajando, dessarte, outros dotados dos mesmos defeitos, de prosseguirem na prática de ações semelhantes. (316)

O escritor Craveiro Costa, resumindo o que ocorreu no Acre, desde a sua ocupação pelos nordestinos, disse: Depois da obra grandiosa de auto-colonização que ali se operou, o seringueiro expulsou o boliviano e o peruano, tendo sido o seu território incorporado ao patrimônio nacional, tempo em que o Acre passou a ser o paraíso dos soldados, em que a farda dominava, com sôldo e tempo dobrados; seguindo-se ao dêles o domínio dos magistrados, irrompendo de vez em quando uma complicação entre autoridades administrativas e judiciárias, abalando, então, êstes para a capital do país, alegando falta de garantias.

Outra casta, acrescenta êle, entrou a disputar as vantagens dêsse paraíso, a dos fracassados na politica nacional, que não conseguindo a renovação de seus mandatos, no Congresso, eram despachados pelo ministro do Interior, com armas e bagagens para o *inferno verde*, como Prefeitos acompanhados de comitivas majestáticas, que tomavam conta de tudo, com mulher, filhos, parentes, amigos; submetendo-se o seringueiro a tudo isso, à margem da nacionalidade, prejudicado nos seus interesses e sem nada lucrar. (317)

316) O capitão do exército Francisco de Siqueira do Rêgo Barros, nomeado Prefeito do Departamento do Alto Juruá, em 1911, ao assumir o exercício dêsse cargo, na cidade de Cruzeiro do Sul, salientava a alteração da ordem pública e lutas intestinas que de certa época a esta parte tem aparecido no Território do Acre, conseqüências de ambições circunscritas a meia dúzia de aventureiros, lamentando que um ou outro membro da magistratura tenham se tornado simpáticos a êsses atos impatrióticos, segundo foi apurado em rigorosos inquéritos procedidos nos Departamentos do Acre e do Purus. (*Fôlha do Acre* (Empresa), de 24, março, 1911, pág. 3; discurso do referido capitão pronunciado a 3 de fevereiro de 1911, na cidade de Cruzeiro do Sul; transcrito do *Jornal do Comércio* (Manaus), de 27, fevereiro, e do *O Cruzeiro do Sul*, de 11 dêste mês. O prefeito deixou de incluir os seus colegas de farda nesses motins, os quais sem êles ou sem a sua anuência ou tolerância não se realizariam.

317) Obra cit., pág. 156, nota 54.

Os fatos não eram bem assim, havendo culpados nas classes civis e militares, sem se poder isentar a dos seringueiros, como já frisamos acima, que se ajudavam, simultâneamente, na maioria dos casos.

O referido escritor, que lidou na imprensa de Manaus por algum tempo, indo em seguida para a cidade de Cruzeiro do Sul, sede do Departamento do Alto-Juruá, no Território do Acre, onde permaneceu uns quinze anos, não só no regime das Prefeituras, como no da unificação da administração territorial, desempenhou aí funções de educador, diretor da instrução pública e de vários periódicos, opôs «refutação violenta e mesmo agressiva» à incisiva conclusão do eminente sociólogo, porém, êste, apesar de reconhecer nêle «um nordestino de talento, a cuja inteligência rendo aqui a minha homenagem de admiração», achou que essa contestação tinha «apenas o valor de um perdoável impulso de natureza sentimental, puramente afetivo, sem fundamentação objetiva. (318)

É preciso frisar aqui que, nesse período de propaganda, ambicionavam a emancipação imediata e completa, admitindo alguns a autonomia por meio de estádios, em que pouco a pouco se fôssem melhorando as condições sociais e econômicas da região até que se alcançasse um nível que comportasse o advento dessa transformação política; sendo a maior prova dessa afirmação as duas ocasiões em que ela fôra proclamada: no ano de 1910, no Departamento do Alto Juruá, no qual os do Alto Acre e Alto Purus, não o acompanharam; e no de 1912, em que êste não contou com o apoio dos seus co-irmãos, mostrando, assim, a discordância existente entre êles.

Quanto ao acreano, assinalava o contador e jornalista alagoano Quintela Junior, pessoa experimentada e grande conhecedora do meio acreano, no qual permaneceu vários anos, que ali não há propriamente o tipo do *matuto* como no nordeste. No Acre, êle é desenvolto, tem noções de praxe comercial, naturalizando-se em pouco tempo *seringueiro*. Viajando-se nas margens dos seus rios, vê-se logo o modo de tratar, quer no trabalho de impulsionar as canoas quer no movimento comercial dos balcões, quer no serviço da seringa, quer nas brincadeiras e divertimentos que organiza por tôda a parte.

Em lugar daquele homem bisonho, acanhado, de cabeça baixa dos sertões, encontra-se ali, apesar da imensidão das selvas que

318) O *Cruzeiro do Sul* (Alto Juruá), de 24 de fevereiro de 1907. Êsses conceitos de M. Quintela Júnior, a quem conheci pessoalmente, tive ocasião de presenciar, nas minhas viagens e estadia, principalmente, na bacia do Juruá, onde permaneci mais tempo.

o cercam, longe das cidades e dos grandes centros civilizados, uma pessoa mais desembaraçada, mais traquejada, mais ladina, talvez, devido ao meio comercial, as viagens constantes, rio acima ou rio abaixo, em contacto mais direto com os caixeiros e guarda-livros dos barracões, em que êsses funcionários quase sempre mais letrados do que os patrões, exercem no ambiente certa influência educativa, melhorando a desenvoltura dos fregueses.

A instrução, no Juruá, é mais difusa do que no nordeste e o conhecimento da literatura mais vulgarizado do que naqueles sertões. Nos vapores que sobem suas águas, há livros que se vendem, emprestam e se permutam, havendo, além dessas bibliotecas flutuantes, outras nas centenas de barracas do Território. (319)

Numa viagem em canoa, cujos tripulantes, em regra, saem dos seringais, quebram êles a monotonia das praias e dos estirões, cercados por imensa e uniforme floresta, com piadas, anedotas, cantigas, apreciações e observações sôbre motivos locais. (320)

O referido jornalista adianta que a nova cidade (Cruzeiro do Sul) não encontrou ali uma população atrasada, balda de conhecimentos de noções de civismo, inapto a receber do dia para a noite, os frutos de uma administração liberal, que fêz questão de honra obedecer a lei, sem nunca pensar enfrentar a autoridade constituída, reagindo e esquivando-se ao pagamento de impostos legais.

E continua: — É assim a índole do seringueiro, cuja hospitalidade é franca e a igualdade social manifesta, não se humilhando o rico quando aperta a mão calosa do trabalhador ou quando moureja ao seu lado na labuta quotidiana. (321)

★ ★ ★

Quanto aos qualificativos de «nômade» e «aventureiro», atribuídos ao «seringueiro», podem ser admitidos com alguma reserva. Se é certo que êles ali foram para fugir à fome e seduzidos pelo fulgor do ouro, retirando-se logo que conseguiam algum pecúlio,

319) Êsses homens, mesmo amaleitados, assim que abrandava o acesso, quando ainda febris, tinham uma pilhéria para soltar, às vêzes, referindo-se à própria moléstia, com que gracejava.

320) O *Cruzeiro do Sul* citado.

321) Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Território do Acre, 1957, pág. 1; Jaime Araújo, parecer oferecido ao Projeto n.º 2.654-57 (elevação do Território a Estado), Imprensa Nacional, Rio, 1960, pág. 12.

tinham uma moradia fixa, procurando conservar as «madeiras» em que trabalhavam. Não podem ser comparados aos «caucheiros» seus vizinhos, ou mesmo com êles misturados, os quais derribavam as *castilloas*, passando em cada «acampamento» de um a dois anos, numa vida de verdadeiro nomadismo, acumulando cabedal para ir desfrutá-lo nas capitais européias, numa vida de aventuras e desregramentos.

O seringueiro, a princípio sem família e sem poder dedicar-se à agricultura, tinha uma residência instável. Contudo, a população dessas ribeiras ia crescendo pouco a pouco, de maneira que, em cerca de um quarto de século, na ocasião em que se instalaram os Departamentos acreanos, ela já oscilava entre sessenta e oitenta mil almas, e, no momento em que o erudito Oliveira Viana imputava-lhe êsses atributos, o seu total já devia ultrapassar a casa dos cem mil, com mais consistência, não só devido à fundação de cidades e vilas nas suas terras, como à implantação da lavoura e pecuária nos seringais e burgos.

O recenseamento de 1940 não confirmou a apuração do de 1920, pois, em lugar de subir o número de habitantes, que era de 92.379, desceu para 79.768, redução esta ocasionada pela desvalorização da borracha, de que resultou grande êxodo de seus habitantes, a começar de 1913, que mais se acentuou depois de 1915. Com o incremento, porém, das plantações e das criações, o crescimento da população tomou novo impulso e, já no censo de 1950, arrolaram-se 114.755, estimando o I. B. G. E., para o ano de 1960, um total de cerca de 166.000 pessoas, demonstrando, assim, o contínuo crescimento de sua população e maior estabilidade nos elementos que a constituem, a ponto de fornecer um aumento relativo de 43% entre os recenseamentos de 1940 e 1950, taxa das mais altas no Brasil; (322) proporção que deverá ser mantida no último decênio, caso o censo dêse ano confirme o cálculo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É de notar que êste aumento já não é devido a correntes migratórias, mas, ao nascimento de acreanos, cujo número já excedeu de muito ao de imigrantes.

Contudo, um regime amparado na força, como aconteceu ao serem instaladas as antigas Prefeituras acreanas, tinha sua razão de ser, era um mal necessário, uma vez que ia chocar-se com um outro semelhante ali implantado desde a fundação dos seringais.

322) Pequenos Estudos cit., págs. 144-145.

Ambos eram desculpáveis. O primeiro foi inevitável, o segundo teve sua utilidade.

Representam duas épocas, duas fases da evolução social, e sem o segundo não alcançar-se-ia, tão rapidamente, a estabilidade, que daria lugar a fundação de uma sociedade menos insegura e mais consentânea com os princípios morais e constitucionais de um povo ansioso por liberdade, ordem e progresso.

De maneira que a nova autoridade implantada na região para obter resultados positivos e preparar menos morosamente o ambiente para que a justiça pudesse melhor desempenhar o seu objetivo; tinha que empregar a força, embora nem sempre conforme os ditames estabelecidos na lei, a fim de enfrentar e conter os potentados dessa quadra histórica.

E tanto assim era preciso, que, como já aludimos, no Juruá, onde o coronel Prefeito mandou instaurar inquéritos e prender todos os homens poderosos acusados de assassinios, êsse tipo de atentado deixou de figurar nos anais do fóro local, a não ser cometidos por pessoas de menor categoria, esporadicamente, por motivos oriundos do álcool ou do amor, ao passo que nos Departamentos do Alto Purus e Alto Acre, em que os seus colegas se mostraram menos solícitos e enérgicos, o homicídio de personalidades influentes e de relêvo continuou a ser praticado durante muito tempo.

Demonstrado que um novo fator mais potente do que o reinante na sociedade de então surgia, a prudência penetrou no ânimo daqueles homens, que não passavam de uma minoria reduzidíssima, e o equilíbrio desejado se verificou, principalmente, na zona setentrional do Território, em que a justiça se fez sentir e compreender em menos de um lustro, contribuindo de maneira eficaz para o aperfeiçoamento dos seus hábitos e costumes.

Não obstante, o ilustre sociólogo considera o sertanejo do nordeste, bravo, intrépido, varonil, (323) mas, sem hábitos democráticos, carecendo inteiramente de capacidade para organizar e exercer os poderes públicos, achando-se ali como se estivesse acampado, sendo um nômade ou apenas um estranho «caçador de árvores», um aventureiro, sem o inteiro senso da vida pública, pelo que os reputa inaptos para dirigir um Estado. (324)

Tratava-se da fase em que algumas agremiações políticas acreanas desejavam a autonomia do Território, pleiteando-a no Rio de

323) *Obra cit.*, págs. 148 e 149.

324) *Ibidem*, pág. 149, nota 46.

Janeiro, por meio de delegações de suas principais ribeiras, apontando o referido sociólogo os defeitos dos seus povoadores e a sua conseqüente incapacidade para assumir a direção de um novo Estado, mas, na terceira edição dos seus «Pequenos Estudos», cêrca de um vicênio mais tarde (1943), Oliveira Vianna admitia que «esta situação deve estar sensivelmente melhorada.»

OSVALDO CRUZ — SUA VIDA E SUA OBRA (*)

HERACLIDES CÉSAR DE SOUZA ARAUJO

Andou muito acertada a Liga da Defesa Nacional promovendo sessões cívicas comemorativas das nossas principais instituições e dos nossos grandes homens, já desaparecidos. Nesta semana coube-lhe homenagear a memória de Osvaldo Cruz, em várias cerimônias e a mim foi reservada a grande honra de falar, nesta sessão solene, sobre a vida e a obra do grande Mestre, em nome da Academia Nacional de Medicina.

Osvaldo, único filho varão do Dr. Bento Gonçalves Cruz e de D. Amália Taborda de Bulhões, nasceu aos 5 de agosto de 1872 em São Luís do Paraitinga, interior de São Paulo, donde veio para o Rio em 1877, indo seu pai clinicar no bairro do

(*) Conferência realizada na sessão solene promovida pela Liga da Defesa Nacional no auditório do Palácio da Cultura, às 17 horas do dia 5 de agosto de 1960, em comemoração ao 88.º aniversário de nascimento de Osvaldo Cruz. Presidiu à cerimônia o representante do Embaixador José Sette Câmara, Governador interino do Estado da Guanabara, Dr. Gennysen Amado, Secretário de Saúde e Assistência.

Fizeram parte da Mesa o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, Presidente da Liga, o representante do Exército General Floriano Peixoto Keller, representantes dos Corpos Médicos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o Professor Amílcar Viana Martins, Diretor do Instituto Osvaldo Cruz, o representante da Universidade do Brasil, Professor Carlos Chagas, o Professor Olímpio da Fonseca, Diretor da Fundação Brasileira de Ciência e Tecnologia, o Sr. Bhering de Matos, representando o Conselho das Classes Produtoras e da Associação dos Empregados no Comércio, a Professora Laudina Trota, Diretora do Departamento de Educação Complementar da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara e o General Inácio de Freitas Rolim, membro da Diretoria da Liga, que fez um discurso de exaltação patriótica no final da sessão.

Cumprindo o ritual, antes da Conferência, entrou no recinto a bandeira nacional acompanhada da sua guarda. É a bandeira do 1.º Batalhão de Saúde do Exército, que tem como patrono «Osvaldo Cruz», por decreto do Governo Federal.

Depois da Conferência e do hino nacional executado por uma banda militar e cantado pelo numeroso auditório, saiu a bandeira e foi encerrada a sessão

Jardim Botânico. A base da sua educação e primeiras letras auriu-as de sua carinhosa progenitora, que o assistiu durante tôda a sua vida e o sobreviveu quatro anos, pois faleceu em 1921.

Oswaldo estudou nos Colégios São Pedro de Alcântara e Abílio e tirou os preparatórios no Colégio D. Pedro II, matriculando-se na Faculdade de Medicina em 1887. O seu pai foi nomeado aos 26 de janeiro de 1886, por D. Pedro II, Membro da Junta Central de Higiene Pública, e a 5 de fevereiro de 1890 foi promovido pelo Govêrno Provisório a Ajudante do Inspetor Geral de Higiene, e afinal promovido em 12 de janeiro de 1892 a Inspetor Geral, cargo que exerceu até o dia 8 de novembro, quando faleceu.

Oswaldo fêz todo o seu curso médico durante a gestão sanitária do seu pai, coisa que devia ter influído muito na sua carreira. A sua tese de doutoramento versou sôbre «A veiculação microbiana pelas águas», dedicada à memória do seu «idolatrado pai e melhor amigo». Defendida aos 24 de dezembro de 1892, foi aprovada com distinção. Como auxiliar do Instituto Nacional de Higiene (Estudos de Microbiologia) e ajudante de preparador interino da cadeira de Higiene da Faculdade, teve Oswaldo a fortuna de ser orientado, nos seus estudos, pelos grandes Mestres da época, Professores Rocha Faria e Nascimento Silva.

Oswaldo casou-se a 5 de janeiro de 1893 com D. Emilia da Fonseca, filha do Comendador Manuel José da Fonseca e montou casa na Rua Jardim Botânico nº 9, a 19 de abril de 1893, residindo no sobrado e tendo consultório no andar térreo para atender aos operários da Fábrica de Tecidos Corcovado e à clientela deixada pelo seu venerando progenitor. Do seu livro de Receita, existente no Museu Oswaldo Cruz, de Manguinhos, copiei da página referente a 1893:

Total da Clínica durante o ano	2:763\$000
Dinheiro da Clínica recebido	1:783\$000
<hr/>	
Dinheiro da Clínica não recebido	980\$000
Percentagem dos recebimentos	64%

pelo Almirante Álvaro Alberto, presidente da Liga, que agradeceu ao Professor Sousa-Araújo a sua magnífica contribuição para a homenagem à memória do grande brasileiro que foi Oswaldo Cruz.

Na manhã do mesmo dia 5 de agosto, às 10,30 horas, tinha sido promovida, pela Liga da Defesa Nacional, uma visita ao túmulo de Oswaldo Cruz, no Cemitério de São João Batista, ocasião em que falaram pela Liga o seu Presidente Almirante Álvaro Alberto, pela Universidade do Brasil, o Professor Carlos Chagas e pelo Instituto Oswaldo Cruz, o Professor Carlos Magarinos Torres. Uma rica grinalda de flôres foi colocada sôbre a tumba do saudoso Mestre pelo cientista venezuelano Dr. Manuel Salvador Mijares.

Dinheiro entrado:	
da Clínica	1:783\$000
da Fábrica	3:950\$000
das Casas	3:190\$000
do Instituto de Higiene	95\$000
	<hr/>
	9:018\$000
Rendimento mensal (média)	751\$500

Sales Guerra conheceu Osvaldo em conferência médica em agosto de 1894 e dias após foi por êle chamado para tratar uma sua filha de poucos meses, ocasião em que conheceu o «provido laboratório de análises e pesquisas» que êle tinha numa grande sala do pavimento térreo da sua residência. Vendo Osvaldo a sua surpresa, acudiu, dizendo-lhe: «foi presente do meu sogro, presente de casamento». Apreciando as altas qualidades de Osvaldo, diz Sales Guerra que desde então ligou-se a êle com grande afeto, tornando-se o seu maior amigo, segundo julgamento de Henrique Aragão.

Nesse laboratório o Professor Francisco de Castro, o «Divino Mestre», visitou Osvaldo e sugeriu-lhe que abandonasse tudo e fôsse para Paris fazer os cursos do Instituto Pasteur. Ignoro se mais alguém secundou-lhe essa sugestão. Após mais três anos de clínica, partiu Osvaldo para Paris em abril de 1897 e dali escreveu em maio a Sales Guerra, dizendo: enquanto me preparo «para estudar a minha *ingrata*, quanto adorada bacteriologia», frequento o serviço de urologia do Professor Guyon e o Curso de Higiene. Noutra carta ao seu querido amigo informava Osvaldo: «Além do Curso do Professor Guyon, aplico-me ao estudo da higiene, microbiologia, histologia patológica e química biológica, com o intuito de, quando voltar para o Rio, montar aí um laboratório... para auxiliar o diagnóstico microbiológico das diversas entidades mortíferas...» e comentando a discussão, na Academia Nacional de Medicina, dos trabalhos bacteriológicos de Sanarelli sobre a febre amarela, disse: «Quando nos libertaremos dessa peste?» dessa «mancha indelével que nos degrada e nos humilha?» Dizia ser Paris cidade ideal para se trabalhar e que aproveitava todos os seus minutos no Instituto Pasteur, no Laboratório Municipal e numa fábrica de artefatos de vidro para laboratório, onde encontrou bons amigos que facilitavam os seus estudos. Por tôda a parte, diz Sales Guerra, deixou Osvaldo a melhor fama; «de cauteloso, assíduo, trabalhador infatigável, caprichoso nas observações e rigoroso na técnica da pesquisa científica».

Encontrou como diretor do Instituto Pasteur o Professor Emile Duclaux, discípulo nº 1 do Mestre. Nesse Instituto Osvaldo foi recebido de braços abertos e foi dispensado do pagamento das taxas dos cursos e do custo do material e dos animais gastos.

nos seus estudos. Era um privilégio especial por ser êle brasileiro e porque D. Pedro II havia contribuído para a fundação do Instituto, cuja inauguração, a 14 de novembro de 1888, vem descrita à pág. 5 do Tomo 2º dos «Annales de l'Institut Pasteur», numa magnífica cerimônia com a presença do Presidente da República e de várias delegações estrangeiras, que lotavam a grande sala ornamentada com bandeiras tricolores, tendo ao fundo um estrado com o busto da República e à direita e à esquerda os bustos dos grandes subscritores, o Tsar e o Imperador do Brasil. Do discurso de Pasteur se destaca a seguinte referência: «Sa Majesté le Sultan voulait être un de nos souscripteurs; l'Empereur du Brésil, cet empereur homme de science, inscrivait son nom avec la joie d'un confrère, disait'il, et le Tsar saluait le retour des Russes que nous avions traités par un don vraiment impérial.» Na biblioteca do Instituto existe um grande busto em mármore branco do nosso Imperador, por êle oferecido ao estabelecimento em 1890. Em 1896, cêrca de seis meses antes da chegada de Osvaldo, havia sido inaugurada no Instituto, à esquerda da entrada do edificio onde êle viveu, a magnífica cripta de Pasteur, monumento erigido, diz uma inscrição, pela piedade da sua viúva e dos seus filhos. No portal da cripta estas palavras: «Ici repose Pasteur». No centro da capela está o sarcófago do grande sábio, todo de mármore prêto, apenas com estas datas: 1822-1895. Sôbre o sarcófago, no teto, em letras de ouro, se lê: «Heureux celui qui porte en soi un Dieu, un Idéal de beauté et qui lui obéit: Idéal de l'art, Idéal de la science, Idéal de la Patrie, Idéal des vertus de l'Evangile». (Estas frases figuram no panegírico feito por Pasteur à memória de Littré, a 27 de abril de 1882, quando tomou posse na Academia Francesa e Ruy Barbosa as applicou no elogio a Osvaldo em 1917). No primeiro arco, à esquerda, cães raivosos. No teto um homem sendo mordido por um dêles. À direita coelhos das primeiras experiências. No teto, sôbre o sarcófago, quatro grandes figuras femininas, em fino mosaico, representando a Fé, a Caridade, a Ciência e a Esperança. Nas paredes laterais as seguintes inscrições: «1848 Dissymetrie Molleculaire. 1857 Fermentations. 1862 Générations dites spontanées. 1863 Études sur le vin. 1865 Maladies des vers à sois. 1871 Études sur la bière. 1877 Maladies virulentes. 1880 Virus Vaccin. 1885 Prophylaxie de la Rage». Ao fundo da capela um pequeno altar separado por uma grade de bronze. À esquerda está sepultada Mme. Pasteur: «Ici repose Marie Pasteur 1826-1910». Ao lado do altar se vê, num pequeno nicho, a máscara de Pasteur em gesso.

Nessa capela, a 27 de setembro de cada ano, dia da morte de Pasteur, é rezada missa e depois todos os técnicos do Instituto,

em solene e respeitosa procissão, contornam a tumba do inesquecível Mestre.

Osvaldo, profundamente religioso e admirador da grande obra de Pasteur, quantas vêzes não teria ido, durante os seus trinta meses de residência em Paris, fazer as suas preces nessa impressionante capela?!

Osvaldo chegando ao Rio em meado de 1899, instalou o seu laboratório de análises e pesquisas na Travessa de São Francisco, onde lhe foi procurar o Mestre Francisco de Castro para convidá-lo para trabalhar na sua cátedra; Osvaldo, para não se afastar da especialização que fez em Paris, delicadamente recusou. Em outubro de 1899 foi Osvaldo comissionado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores para ir a Santos verificar a causa da doença reinante ali.

Tão ativa e multímota foi a campanha sanitária desenvolvida por Osvaldo Cruz de 1900 a 1908 que, numa simples conferência, me seria difícil analisá-la com minúcia e com a devida justiça. Limitar-me-ei a resumir o essencial sôbre cada um dos seus temas.

Peste — Osvaldo chegou a Santos no dia 23 de outubro de 1899, à noite, e instalou imediatamente, o seu laboratório de emergência no Hospital de Isolamento com material cedido pelos Drs. Adolfo Lutz e Vital Brazil enquanto não chegava o seu. O primeiro caso suspeito de peste tinha sido isolado no dia 8 e a 23 havia cinco no hospital. Em seis dias de trabalho intensivo Osvaldo terminou a sua missão, regressando no dia 29 ao Rio e no dia 12 de novembro entregava ao Ministro da Justiça o seu Relatório, dizendo que pelos dados epidemiológicos e exames do material humano e das cobaias inoculadas concluía que «A Moléstia reinante em Santos era a peste bubônica». Esse Relatório, no qual expressava a sua gratidão aos Drs. Adolfo Lutz e Vital Brazil, foi publicado em 1900 com quatro estampas em côres e um gráfico. De Santos a peste se espalhou rapidamente para São Paulo, várias cidades do Estado do Rio, portos do Sul e Norte do país. O primeiro caso no Rio de Janeiro foi verificado a 8 de janeiro de 1900 na Ladeira do Valongo e até o fim do ano atingiu a 295 o número de vítimas. O alarma foi grande, sobretudo depois da morte do Professor Francisco de Castro vitimado por peste bubônica.

O Barão de Pedro Afonso, cirurgião e professor de grande fama, introdutor da vacina jenneriana no Brasil e diretor do Instituto Vacinogênico Municipal, tomou a «Benemérita iniciativa» de fundar um Instituto Soroterápico Nacional, firmando para isso contrato com o Prefeito Dr. Cesário Alvim, que, por ato de 9 de maio de 1900 transferiu (conta Phócion Serpa) para a União

a Fazenda de Manguinhos, próprio municipal, para sede do projetado Instituto. Apressou-se o Barão a pedir do Instituto Pasteur de Paris um técnico à altura da empresa, cujo diretor, Professor Emile Roux, respondendo, indicou Osvaldo que «considerava tão competente como qualquer dos de lá». O Barão, colega de turma e compadre do pai de Osvaldo devia ter-se alegrado com essa indicação e convidou-o para «Diretor Técnico» do nóvel Instituto que foi instalado a *toque de caixa* em vários barracões existentes em Manguinhos e os trabalhos de fabrico da vacina e preparo do sôro antepetoso iniciaram-se no dia 25 de maio de 1900 e a 23 de julho, em cerimônia simples, com a presença do Ministro da Justiça Dr. Epitácio Pessoa e do Prefeito Dr. Cesário Alvim, era inaugurado o «Instituto Soroterápico Federal». Nunca encontrei melhor aplicação para o provérbio francês: «A quelque chose malheur est bon», do que neste caso. . .

No fim de 1900 vacina e sôro antipestosos de Manguinhos estavam prontos e sendo aplicados *larga manu* e em 1901 Osvaldo publicava o seu importante trabalho: *A Vacina Anti-Petosa*, com o subtítulo «Trabalho do Instituto Soroterápico Federal do Rio de Janeiro» (Instituto de Manguinhos), do qual era «Diretor Técnico», dedicado ao «Barão de Pedro Afonso, fundador e diretor do Instituto de Manguinhos». Nesse trabalho Osvaldo estudou as várias técnicas de preparo da aludida vacina, adotando a da «Comissão Alemã», de Haffkine, com bacilos mortos. Diz que o «Instituto de Manguinhos» modificou o método da dosagem da vacina e criou um novo dispositivo para a sua distribuição. Apesar de comprovada experimentalmente a eficácia da sua vacina, em caso de surto epidêmico adotava a «sôro-vacinação». De 1900 a 1904 as medidas profiláticas da peste se limitavam a transferir os doentes para os hospitais e à desinfecção dos focos. Com a reforma da Saúde Pública (Regulamento de 1904) foi possível iniciar-se campanha mais séria e eficaz. A desratização era providência mais difícil e mais cara porque exigia a impermeabilização do solo das casas. A vigilância médica dos comunicantes também exigia muito trabalho. Na sua monografia *Peste*, publicada em 1906, conta Osvaldo que de 8-1-1900 a 10-12-1905 sucumbiram de peste no Rio, 2.401 pessoas. Refere-se Osvaldo à infecção accidental do Dr. Henrique Aragão quando puncionava um bubão. O dedo ferido com a agulha apresentava, no dia seguinte, uma pústula pestosa que foi curada com o sôro de Manguinhos, enquanto que os casos idênticos ocorridos em Viena, Berlim e Lisboa terminaram com a morte dos médicos, Müller, Sachs e Câmara Pestana.

Enaltece o estudo clínico da peste feito em 576 casos internados no Hospital Paula Cândido, pelo Dr. Tavares de Macedo;

o estudo das lesões oculares feito pelo Professor Abreu Fialho; a anatomia patológica feita em 39 casos necropsiados pelo Doutor Rocha Lima; enaltece também o método de diagnóstico bacteriológico precoce da peste (16 horas) adotado em Manguinhos por Henrique Rocha e Lima e Henrique Aragão.

Febre Amarela — Em novembro de 1902 Oswaldo mostrara a Sales Guerra o 1º Relatório da Comissão Médica Americana sobre a extinção da febre amarela em Havana, pelo combate ao mosquito. A intervenção militar americana em Cuba se deu a 1 de janeiro de 1899 e terminou a 20 de maio de 1902 quando entregou o Poder ao seu 1º Presidente da República Tomas Estrada Palma. Em janeiro de 1899 governava os EE. UU. o Vice-Presidente Teodoro Roosevelt que designou interventor em Cuba o médico Dr. Leonard Wood. Na *Enciclopédia Britânica*, fonte imparcial, se lê a êsse respeito: A intervenção em Cuba visava, garantiu o Governo americano, pacificar o país, reformar os seus serviços públicos e entregá-los aos nacionais, dar-lhe uma Constituição Democrática e saneá-lo. Diz que tudo isso fôra feito, mas o mais importante foi a extinção da febre amarela que ali apareceu em 1647 e se tornara êndemo-epidêmica. A Comissão Médica Americana, chefiada por Walter Reed, recebeu das mãos de Carlos Finlay o mosquito rajado (*Stegomyia calopus*), único por êle incriminado como transmissor da doença. Confirmada essa transmissão experimentalmente, foi confiada a profilaxia da febre amarela ao Major Dr. Gorgas, que teve o sucesso de todos conhecido e dali foi sanear o Canal do Panamá.

Em janeiro de 1903 o Ministro J. J. Seabra comunicou ao Dr. Sales Guerra que ia vagar a Diretoria-Geral de Saúde Pública devido à Lei de Desacumulações. Noutro encontro, em fevereiro, convidou-o para substituir o Professor Nuno de Andrade. Sales Guerra recusou mas teve a feliz idéia de indicar para o cargo Osvaldo Cruz, que foi nomeado aos 23 de março de 1903 e tomou posse a 26 e a 1 de abril enviou àquele Ministro o seu plano de Profilaxia da Febre Amarela, dizendo: «A extinção da febre amarela é questão resolvida. A solução já foi obtida pelos médicos americanos em Cuba, onde em dois anos erradicaram uma endemia de séculos. Não se trata de um ensaio; de uma experiência, trata-se de fato consumado». Dêem-nos «dinheiro e leis que garantam a execução das medidas... que a febre amarela, no Rio, será, em breve, um mito». Disse Ruy Barbosa que Osvaldo era um predestinado e que com essa fé inabalável, essa segurança, tinha de sair, como saiu, vitorioso!

Por Aviso nº 571, de 15 de abril de 1903, o Governo organizou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela que Osvaldo confiou ao Dr. Carlos Carneiro de Mendonça. Logo no dia 20 de abril

teve início o isolamento rigoroso dos amareletos, em período febril, e foram distribuídos ao povo folhetos impressos com «Conselhos ao Povo para Evitar a Febre Amarela». Osvaldo confiava muito na propaganda sanitária e na força da persuasão. Cinco meses depois já se percebiam os resultados da campanha e estes não foram maiores porque a imprensa não colaborou com Osvaldo, pelo contrário vivia publicando doestos e críticas maldosas sobre a transmissão da doença pelos mosquitos.

Reunida em Paris, em outubro de 1903, a Conferência Sanitária Internacional para tratar do combate à Peste e à Cólera, terminou aprovando em sua sessão de 13 de novembro os métodos adotados pela Comissão Médica Americana que «livrou Havana da febre amarela», ali tão bem expostos pelo Dr. Gorgas, que fôra o executor da campanha, comprovando a ação da *Stegomya calopus* na sua transmissão e sugerindo às Nações interessadas a modificarem os seus Regulamentos nesse sentido. O Delegado brasileiro, Dr. Piza, secundou, com a experiência de São Paulo e do Rio, as afirmativas de Gorgas.

Na Conferência Sanitária Internacional realizada no Rio de Janeiro em julho de 1904 foram aprovadas as normas adotadas por Osvaldo no combate à febre amarela no Rio e a abolição da quarentena de navios nos portos nacionais e da desinfecção das roupas dos doentes na profilaxia dessa doença. No seu Relatório de 1904, Osvaldo lamentou a morte prematura do Dr. Carlos Carneiro de Mendonça, vitimado por «crudelíssima moléstia», não assistindo o resultado final da campanha que com tanta proficiência dirigiu. Em 1907 Osvaldo lamenta a partida de Rocha Lima, seu grande colaborador em Manguinhos, para Munique onde ia trabalhar como assistente do Professor Duerck no estudo da anatomia microscópica da febre amarela, em cujas lesões hepáticas tinha descoberto estrutura específica, patognomônica.

No dia 8 de março de 1907, Osvaldo dizia no seu Relatório: «Finda hoje o prazo dentro do qual a D.G.S.P. se comprometeu perante o Govêrno a extinguir no Rio de Janeiro a febre amarela sob a forma epidêmica». Dizia mais, o Govêrno Rodrigues Alves forneceu todos os elementos pedidos e hoje folgo em levar ao conhecimento de V. Excia. (o Ministro da Justiça) que, graças à vontade e firmeza do Govêrno, a febre amarela já não mais devasta sob a forma epidêmica a Capital Federal... e em futuro próximo poderemos riscá-la por completo do nosso quadro nosológico».

Em 1908, de janeiro a outubro, teve Osvaldo de interferir em Niterói para dominar um pequeno surto de febre amarela, tendo vindo de Ponta da Areia um caso que constituiu um foco no

8º Distrito, de «tão fatais conseqüências». Nesse ano registraram-se apenas quatro óbitos por febre amarela nesta cidade. Pôde assim a Saúde Pública aparecer na Exposição Nacional de 1908 em condições muito vantajosas, e com uma vasta documentação preparada com especial carinho pelo Dr. Sampaio Viana.

Em 1909 Oswaldo deixou a Direção da Saúde Pública entregue ao seu discípulo nº 1, de Manguinhos, Dr. Henrique de Figueiredo Vasconcelos, segundo relação de Henrique Aragão, reassumindo a direção do Instituto.

Ao 4º Congresso Médico Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1909, o Dr. Oswaldo Cruz apresentou uma «Memória» sobre a «Profilaxia da Febre Amarela» (folheto do *Jornal do Comércio*, 1909) e descrevendo a técnica da sua campanha declarou, parentôricamente: «Temos razão para julgar extinto o grande foco amareligeno que foi a Capital do Brasil». Nessa Memória Oswaldo Cruz, *ab initio*, diz: «foi o médico francês Louis Daniel Beauperthuy, que a 23 de maio de 1854, em artigo publicado no nº 57 do ano 4º da *Gaceta Oficial de Cumaná* (Venezuela) artigo agora tornado conhecido por Agramonte (Boston Medical and Surgical Journal. nº 25 de 18-6-1908, pp. 927-30), expôs com tal clareza e nitidez os fatos que se relacionam com a transmissão da febre amarela que ao leitor parece ter escrito aquele notável médico após as memoráveis experiências da comissão americana em Cuba».

Nessa curta Memória, Oswaldo presta homenagem a Adolfo Lutz e Emilio Ribas e aos membros da Missão do Instituto Pasteur de Paris, Marchoux e Simonet que, em São Paulo e no Rio, confirmaram a teoria havanesa, facilitando a sua campanha profilática no Rio.

No dia 5 de agosto, numa sessão solene do referido Congresso, teve lugar a «Homenagem da classe Médica ao Dr. Oswaldo Cruz», com a entrega duma medalha de ouro e de um memorial com os seguintes dizeres: «A classe médica do Brasil... espera ser esta justa homenagem confirmada pela posteridade, quando pelo voto unânime da Nação se erguer em uma das praças desta Capital a estátua do ilustre médico».

E adiante: «A glória de Oswaldo Cruz é a da sua classe; é a da sua pátria; é a dos intelectuais de todo o mundo...» Oswaldo Cruz reergueu a Cidade do Rio de Janeiro, livrando-a do tributo de vidas que pagava ao flagelo tirânico da febre amarela... Esse Memorial continha 1.052 assinaturas, sendo 10 das Faculdades e Academias e 1.042 de médicos de todo o Brasil, na seguinte ordem: Distrito Federal, 409; São Paulo, 148; Bahia, 107; Rio Grande do Sul, 59; Pará, 58; Alagoas, 45; Pernambuco,

33; Paraná, 31; Rio de Janeiro, 26; Maranhão, 22; Ceará, 21; Minas Gerais, 20; Amazonas, 19; Espírito Santo, 13; Paraíba, 13; Rio Grande do Norte, 11; Mato Grosso, 7; Piauí, 4; Santa Catarina, 3; e Acre, Goiás e Sergipe, 1 de cada.

Contratado pelo ilustre Governador do Pará, Dr. João Coelho, Osvaldo acompanhado duma brilhante equipe de dez sanitaristas, chegou a Belém em novembro de 1910 e iniciou imediatamente o combate à febre amarela. Em média registravam-se até 10 casos por dia. Em quatro meses o surto foi dominado, voltando ali Osvaldo em 1911 para encerrar a campanha, quando lhe foi oferecido um grande banquete no Teatro da Paz. A pedido do Governador Osvaldo organizou um plano de consolidação da campanha em Belém, estendendo-a a Santarém e Obidos, cujos decisivos resultados representaram mais uma vitória do grande sanitarista.

Em 26 de junho de 1913 quando Osvaldo tomava posse na Academia Brasileira de Letras, na vaga de Raimundo Correia, Afrânio Peixoto recebeu-o com o título de «Um sábio e um Poeta», dizendo: «Vós sois como os grandes poetas que não fazem versos: nem sempre êstes têm poesia e ela sobeja na vossa vida e na vossa obra». Mestre Afrânio conta que Osvaldo estava convicto que ia por caminhos certos, mas as guerrilhas, os doestes e represálias contra êle não cessavam. Então êle permitiu que viesse uma comissão de sábios europeus ensaiar, *in anima nobili*, como outros haviam feito nas Antilhas, a transmissão da febre amarela pelos mosquitos. Dentre os que se apresentaram como «voluntários conscientes do perigo, mais de um morreu». E ao necropsiá-los, dos olhos de Osvaldo escorriam lágrimas e na sua mão tremia o bisturi na dissecação. E «os vossos companheiros, disse Afrânio, sábios também, choravam e tremiam como vós...» «mas porque sofrestes, tivestes o prêmio que não falta a tôda sincera piedade. Do sangue das vítimas colhestes prova, que talvez faltasse de outra sorte, para conseguires o benefício imenso de uma redenção sanitária. Ganhaste a confiança, a tenacidade, a pertinácia, com que redimistes o Rio de Janeiro e ides redimindo todo o Brasil». Anos depois «o sábio estrangeiro» recordando a Afrânio àquele quadro, disse: «Osvaldo Cruz... é um Homem!» «É o mais belo, e o mais nobre epíteto que o homem costuma dar ao seu semelhante. Talvez porque raríssimos dêles o merecem».

Vale a pena recordar um pouco da estatística: O primeiro caso de febre amarela confirmado no Rio foi registrado a 27 de dezembro de 1849. De 1850 a 1903 morreram, vítimas dêsse mal, sòmente no quadro urbano do Rio, 58.647 pessoas, o que corresponde a cêrca de 200.000 casos.

Em 1908, quando se registraram apenas quatro óbitos, a epidemia foi considerada extinta.

Variola — Desde 1903 Oswaldo pedia uma lei, semelhante à da Alemanha de 1874, instituindo a vacinação e revacinação obrigatórias. A varíola era endêmica no Rio desde 1859 e de 1873 a 1908 causou 27.265 óbitos, somente na zona urbana. A 31 de outubro de 1904 o Governo sancionou a Lei do Congresso, cujo primeiro artigo resava: «A vacinação e a revacinação são obrigatórias em todo o país. A vacinação antes dos seis meses de vida e a revacinação de sete em sete anos». Nesse ano de 1904 houve 3.566 óbitos por varíola, baixando ao total de 390 para os três anos de intensa profilaxia: 1905, 1906 e 1907. Todos sabem que por causa da vacinação obrigatória houve uma revolta militar no Rio, contra o Presidente Rodrigues Alves e que Oswaldo muito sofreu por causa dessa providência. No dia 13 de novembro de 1904 escreveram no fôrro da cartola de Oswaldo, que se achava na sala de espera do Gabinete do Ministro da Justiça: «Sob uma CRUZ, Morto a bem do Povo». É da História.

Instituto Oswaldo Cruz — Já vimos como nasceu o «Instituto de Manguinhos». Espontaneamente o Barão de Pedro Afonso entregou a Oswaldo, no dia 9 de dezembro de 1902, a direção administrativa do Instituto. Nos três primeiros anos de atividade eclética do Instituto, Oswaldo admitiu três levas de discípulos, a maioria para fazer teses. E os trabalhos foram aparecendo e dando prestígio à Casa. O Instituto criou-se subordinado à Saúde Pública e desde 1903 Oswaldo reclamava a sua autonomia e recursos próprios. No seu 2º Relatório Geral, de 1904, pediu ao Ministro: «uma nova organização para o Instituto de Manguinhos e sua indispensável autonomia» nos moldes do Instituto Pasteur, de Paris e de numerosos outros da Alemanha. Com êsse Relatório encaminhava ao Ministro projeto de construção duma cocheira para cavalos destinados à produção de sôros. No seu 3º Relatório, de 1905, diz: «O Instituto de Manguinhos, criado para o limitadíssimo fim de preparar sôro e vacina contra a peste bubônica que então aportara ao nosso país, foi, rapidamente dilatando as suas funções até constituir-se uma instituição análoga às que não faltam em país algum civilizado...» Disse que apesar das suas instalações precaríssimas o Instituto desenvolvia múltiplas atividades, enaltecendo os estudos originais de Rocha Lima sobre a histopatologia da febre amarela e as tentativas de Henrique Aragão para obter sôros curativos para a varíola e febre amarela e terminava reclamando um hospital anexo ao Instituto. No Relatório de 1906 refere-se ao projeto do Deputado Melo Matos pedindo verba especial para o Instituto e para publicar as suas «Memórias». Nesse ano a verba do Instituto era de 120:000\$000

e a sua produção atingiu a 144:231\$000. Sàbiamente, nesses Relatórios, Osvaldo não contava que todos os restos das verbas da Saúde Pública eram aplicados nas construções do edifício principal e anexos do seu Instituto. É no seu memorável trabalho de 1940, de Henrique Aragão, que se conhece isso com a devida justiça.

No Relatório de 1907 ao Ministro Tavares de Lira conta modestamente Osvaldo: «O papel representado pelo Instituto no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia realizado em Berlim em 1907, foi o mais evidente: Ao Brasil foi conferido o mais alto prêmio estatuído: a medalha de ouro oferecida pela Imperatriz da Alemanha». Esse Congresso teve lugar de 23 a 29 de setembro de 1907 e pela Lei nº 1.802 de 12 de dezembro do mesmo ano o Governo concedia autonomia ao Instituto, e dava-lhe o nome de: «Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos». Mas por Decreto nº 6.891 de 19 de março de 1908 o Presidente Afonso Pena «num gesto de incontestável justiça para com o seu verdadeiro fundador lhe deu o nome de «Instituto Osvaldo Cruz», como recompensa pelos seus grandes serviços à ciência». Em 1909 Osvaldo demitiu-se da Saúde Pública e veio dedicar a Manguinhos toda a sua atividade. No mesmo ano criou as «Memórias do Instituto Osvaldo Cruz» já no seu 57º volume e o Curso de Aplicação, de tão grande utilidade ao país.

Em 1911 voltou Osvaldo à Alemanha a fim de representar o Brasil na Exposição Internacional de Higiene de Dresde, onde Manguinhos ganhou novos louros, sobretudo pela descoberta da Tripanosomíase Americana, por Carlos Chagas, a quem foi conferida a Medalha Schaudinn.

A 1 de julho de 1912 ingressei no Instituto como aluno e ali permaneço até hoje como pesquisador. Cheguei no período áureo de Manguinhos, tendo tido a honra de ouvir os bons conselhos de Osvaldo e de apreciar as suas grandes qualidades de cientista, de administrador, de patriota e de homem bom. Aos 11 de fevereiro de 1917 morria Osvaldo, prematuramente, em Petrópolis. A sua vida foi curta e brilhante como um meteoro. (*)

Trabalhos publicados por Osvaldo — Em sua memorável conferência feita a 20 de setembro de 1940 no Centro Acadêmico

(*) Ezequiel Dias e Sales Guerra descrevem a manifestação de desapeço a Osvaldo, que zurrava ao portão da sua casa. Uma súcia de malandros, bêbedos, assalariados, martelavam em latas, matraqueavam, uivavam, vociferavam diante da residência do regenerador sanitário do Brasil, da sua mais alta figura científica, do seu maior benfeitor! Praticavam essa infâmia canibalesca em represália aos esforços de Osvaldo Cruz por moralizar a administração municipal de Petrópolis. E num requinte de crueldade esconderam para realizar a manifestação quando estava iminente a última hora do grande higienista.

Osvaldo Cruz de São Paulo, Henrique Aragão relacionou os 43 trabalhos publicados por Osvaldo, de 1891 a 1915, sobre microbiologia, toxicologia, hematologia, entomologia, soroterapia e higiene. Ingressou como membro titular da Academia Nacional de Medicina com a sua tese sobre a «Ação Tóxica da Ricina». Como Diretor-Geral de Saúde Pública publicou de 1903 a 1908 relatórios que constituem sete grossos volumes, uma verdadeira enciclopédia sanitária. Descreveu uma nova espécie de anofelina, o *Anopheles lutzi*, como prova de gratidão àquele que o ajudara no diagnóstico da peste em Santos; descreveu dois novos gêneros da subfamília *Anophelinae* a que designou de *Chagasia* e *Manguiñosia* em homenagem ao seu discípulo Chagas e ao seu querido Instituto.

Na sua «Memória» ao IV Congresso Médico Latino-Americano, realizado no Rio em 1909, descreveu a técnica que adotou na campanha contra a febre amarela, que declarou extinta, no Rio de Janeiro, sob a forma epidêmica. O seu Relatório de 1910 sobre as «Condições médico-sanitárias do Rio Madeira» merece, pela sua importância, especial destaque. Em 1909 e 1910 publicou na Inglaterra artigos sobre o saneamento do Rio de Janeiro e sobre a profilaxia da malária no Centro e Sul do Brasil. O seu artigo sobre a profilaxia da lepra, de 1913, despertou a consciência nacional para esse problema que continua uma mancha vergonhosa para o País, e no mesmo ano, o seu Relatório sobre as «Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas», assunto a ser encarado seriamente pelos novos Governos.

No Rio Madeira — Contratado pelo Engenheiro Carlos Sampaio, representante da Madeira-Mamoré Railway e Port of Pará, para realizar uma inspeção médico-sanitária no Rio Madeira, Osvaldo, levando o Inspetor Sanitário Belisário Pena como assistente, partiu para aquela região no dia 16 de junho de 1910. Chegando ao Pará no dia 26 do mesmo mês, deteve-se em Belém três dias esperando a partida do vapor *Acre*, cujos foguistas estavam em greve. Durante esses três dias Osvaldo estudou o problema da febre amarela, ali endemo-epidêmica, expondo-o ao Governador do Estado Dr. João Coelho, que lhe declarou tomar a si «a organização e execução dos serviços da sua profilaxia», que confiou a Osvaldo. Êste chegando a Porto Velho no dia 9 de julho regressou para o Rio a 7 de agosto. Nos 26 dias que ali se demorou Osvaldo realizou uma completa e perfeita inspeção médico-sanitária na região, da qual entregou um minucioso Relatório àquele engenheiro, no dia 6 de outubro de 1910, que foi publicado em folheto (Considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira, 61 pp., Papelaria Americana, Rio, 1910). Quem, como eu, que trabalhou vários anos em Saneamento

Rural no Sul e Norte do país, poderá avaliar o grande esforço de Osvaldo para, em tão pouco tempo realizar um trabalho que ainda hoje poderá servir de modelo. Em obediência à ética médica, Osvaldo elogiou a capacidade profissional dos médicos da Companhia, Drs. Lovelace, Walcott e Whitaker, a instalação hospitalar e as habitações teladas contra mosquitos, dos empregados e trabalhadores.

Osvaldo não se limitou ao estudo da malária, escôpo principal da sua missão. Relacionou as outras doenças reinantes, tais como a pneumonia, o sarampo, a ancilostomíase (70 a 90%), a disenteria, o pé de Madura e a febre amarela. Refere que no primeiro semestre de 1910 houve: 146 casos de beri-beri com 29 óbitos (19,8%). «Moléstia grave e de profilaxia desconhecida»; 60 casos de hemoglobinúria com cinco óbitos (8,3%), de etiologia ainda discutida, relacionando-a a casos graves de malária com elevada quinização; 2,328 casos agudos de malária entre 2,588 trabalhadores (90%). Entre novembro e dezembro de 1907 essa incidência foi de 75 a 80 e entre janeiro e fevereiro de 1909 de 85% a 90%. Diz Osvaldo «o impaludismo, moléstia evitável —, é o único terror sério da região e só se hospitalizam os casos graves.» Osvaldo confirmou, no Rio Madeira, o que Artur Neiva havia verificado no Xerem e Mantiqueira: uma raça de hematozoário resistente à quinina. Dentre as medidas profiláticas propostas por Osvaldo nas suas vinte conclusões, duas entraram em vigor a partir de 1º de agosto: quinina administrada pessoalmente por um capataz para cada grupo de 50 trabalhadores e obrigação destes se recolherem aos pavilhões telados antes da hora crepuscular. Anteriormente a quinina era *oferecida diariamente* aos trabalhadores em todos os acampamentos e muitos deixavam de tomá-la. Em dezembro de 1945 verifiquei no Acre que os caboclos pintavam de amarelo as portas dos seus casebres com solutos de Plasmoquina, um produto anti-malárico muito caro e que lhes era distribuído indiscriminadamente.

Biógrafos de Osvaldo Cruz — A vida do nosso grande Mestre de Manguinhos continua sendo tema para estudos e conferências. Afrânio Peixoto foi o primeiro, ao recebê-lo na Academia de Letras em 1913, a descrever em largos lances de retórica essa vida tão curta quão preciosa. Em 1916 Sousa-Araújo publicou no *Correio de Macaé* (outubro), «Traços biográficos de Osvaldo Cruz», artigo no qual homenageou o Mestre, os seus já famosos Discípulos e a obra da Escola de Manguinhos. Depois da sua morte o seu primeiro biógrafo foi Ruy Barbosa em sua memorável conferência feita a 28 de maio de 1917 no Teatro Municipal em que disse que Osvaldo mereceu da Providência a graça de ter nascido numa época em que a Medicina passava pela maior das

suas revoluções e tomara uma direção a que o ajustavam de modo extraordinário as suas qualidades nativas. Ao terminar disse: «Este homem feito de afoitesa e de prudência, de imaginação e ponderação, de intuição e crítica, como Pasteur, era, como Pasteur, uma vontade obstinada, um vigor seguro de si mesmo, uma íe capaz de levantar montanhas». Ainda em 1917 dois discípulos de Manguinhos, Rocha Lima, na Alemanha, e Carlos Chagas, no Rio, publicavam sentidos necrológicos do Mestre e amigo. Em 1922 outros dois discípulos, Belisário Pena e Ezequiel Dias, e também Clementino Fraga, publicaram suas extensas e valiosas contribuições à biografia do grande sanitarista. Disse Belisário Pena em *Oswaldo Cruz* (Impressões de um Discípulo): «os traços frisantes e característicos do seu espírito de escol eram a simplicidade, o despreendimento, a modéstia, a bondade, a tolerância, a justiça e a energia sem violência... tornando-o o organizador e o administrador incomparável». E vinte anos depois da sua morte, em 1937, apareceram dois livros que deviam ser de leitura obrigatória nas Escolas Públicas, o de Phócion Serpa, intitulado: *A Vida Gloriosa de Oswaldo Cruz* e o de E. Sales Guerra, simplesmente intitulado: *Oswaldo Cruz*, livro de 723 páginas, enfeixando 21 artigos publicados no *O Hospital*, acrescidos de inúmeros informes daquele que foi o seu incomparável amigo, como diz o próprio Aragão. Este discípulo da terceira leva, como êle próprio se classificou, em 1940, fêz em São Paulo uma memorável conferência intitulada «Oswaldo Cruz e a Escola de Manguinhos», na qual encontrei preciosos dados ignorados de muita gente que estudou e trabalha em Manguinhos. Comemorando o cinquentenário do Instituto Oswaldo Cruz, Henrique Aragão completou a sua tarefa. Em 1955 Otávio G. de Oliveira em monografia bastante ilustrada analisou a obra sanitária de Oswaldo, e, em 1959 Sousa Araújo, no Instituto Brasileiro de História da Medicina falou sobre as suas «Recordações de Oswaldo Cruz». No final dessa conferência reclamava a ereção, nesta cidade, da estátua de Oswaldo, dizendo: «Agora que temos quatro ilustres médicos à frente do Governo, o Presidente da República e os Ministros da Saúde, da Educação e da Agricultura, é oportuno se retomar a questão».

Nestes últimos anos promoveram homenagem ao grande brasileiro o pranteado colega Professor Pereira Filho, a Sociedade Brasileira de Higiene, o ex-Ministro da Saúde Dr. Mário Pinotti e o incançável Presidente do Instituto Brasileiro de História da Medicina, Dr. Ivolino de Vasconcelos, que se bate, com denodo pela ereção da estátua de Oswaldo, planejada e anunciada com frequência desde 1909.

A última homenagem a Osvaldo — Achando-me em Paris em julho de 1951 recebi uma carta do Professor Pierre Hauduroy, Diretor do Centro Internacional de Culturas Microbianas de Lausanne, marcando-me um encontro, para discutirmos bacteriologia da lepra, em seu apartamento na Rua Osvaldo Cruz, nº 10, em que dizia: este nome deve despertar-lhe gratas recordações. Fui imediatamente visitar a aludida rua, que começa defronte do nº 105 da Rue Hanelagh e termina no Boulevard Beausejour, Bois de Boulogne. Dali fui ao Hotel de Ville, 4º andar, em cuja sala 444 consultei um grande livro de Cadastro. Copiei: «Osvaldo Cruz (rue de) XVI-ème. Muette. Rue du Ranelagh 88 p Boulevard Beausejour 31. Longuer 152 m Largeur 15,02 m. Authorisation d'Ouverture Arrête Prefectural du 27 Novembre 1928, Classement, Alignements et Nivellement A. P. du 29 Novembre 1933. Historique : Voie ouverte en 1928 dans un lotement appartenant à S. Cardoso et Sabot. 2). Era tudo.

Corri ao nosso Consulado Geral onde o meu velho amigo, hoje Embaixador Aposentado, Dr. Labienno Salgado dos Santos, me informou. Êsse Cardoso é o brasileiro, capitalista, Augusto Ferreira Cardoso, que fundou em Paris, a «Sociedade Brasileira para animação da Agricultura».

É a cidade de Paris que, em colaboração com um bom brasileiro, presta essa grande e perene homenagem ao maior dos brasileiros: Osvaldo Gonçalves Cruz.

Manguinhos — Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1960.

ÚLTIMAS VONTADES DE OSVALDO CRUZ (RESUMO)

1. Desejo com sinceridade que se não cerque a minha morte dos atavios convencionais...
2. Que o meu corpo seja envolvido em simples lençol.
3. Nada de convites para entêrrão, nem missa de 7.º dia, nem luto.
4. A meus filhos peço que se não afastem do caminho da honra, do trabalho e do dever...
5. À minha espôsa querida, tão sensível... de espirito vivaz, inteligente, graciosa... alegria do nosso lar... peço que não encare a minha morte como desgraça irreparável; peço que se consoie.
6. Quanto aos bens de fortuna que deixo, espero que sejam divididos por minha espôsa pelos filhos. Peço aos meus filhos que acatem sem discussão a divisão que ela fizer.

PERSONAGENS DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS (*)

HERBERT CANABARRO REICHARDT

HOMENAGEM A SÓCIOS FALECIDOS

O Instituto Histórico de Petrópolis realiza hoje a sua sessão magna, estatutariamente porém a 2 de dezembro, data aniversária de D. Pedro II. Reverenciamos a memória dêsse insigne varão, fundador da cidade de Petrópolis e que, por 50 anos, regeu com indiscutível sagacidade política e alta nobreza de sentimentos os destinos do Brasil.

Não avanço um conceito errôneo ao afirmar que o *Imperador*, como mais comumente era designado, de fato exercia larga atividade governamental, apesar do regime parlamentar vigente.

É que êste, instituído nos moldes ingleses, não refletia a rigidez de costumes daquele povo, que presta tôdas as deferências ao seu soberano, mas não lhe tolera qualquer iniciativa política.

Não que nossos homens públicos não tivessem a altivez e a energia de repelir intromissões indevidas, mas a tradição monárquica herdada a Portugal era diferente e os costumes de um povo não se mudam ao bel prazer dos políticos.

Além disso, sua ingerência política ou administrativa era altamente benéfica, porque o trono e seu prestígio pessoal colocavam-no acima das contingências políticas e dos interesses mesquinhos nos quais, freqüentemente, por circunstâncias várias, os homens se vêem envolvidos.

O *poder moderador* era a sua grande arma e o seu ponto mais vulnerável, por onde o atacavam os que perdiam as posições, no jôgo político, tão fundamental em qualquer regime democrático.

(*) Oração que deveria ter sido pronunciada no Instituto Histórico de Petrópolis, em 2 de dezembro de 1960.

Sábia porém usá-lo, ora discretamente, guardando para si os fundamentos de suas decisões, ora ostensivamente, como o veredito de um magistrado, quando a nação merecia essa satisfação.

Esse equilíbrio pessoal não podia deixar de refletir-se em todo o âmbito da nacionalidade, tornando-a coesa em torno de um homem que encarnava as mais nobres aspirações de um povo, na distribuição, a mais humanamente perfeita, da justiça comutativa.

Retornando, há pouco, de dois Congressos de História, na Argentina e no Paraguai, o tema que mais interesse despertou, foi sobre: *La Confederation de las Américas, Antecedentes y Orígenes*. Fazia-se, naturalmente, somente referência às Américas de origem espanhola.

Discorria-se sobre a extensa lista dos precursores da idéia unificadora. *Miranda* e a reunião de americanos em Paris em 1797. Plano e idéias de *Juan de Egaña*. Projeto de *Martinez de Rosas*. Caticismo de *Frei Camilo Enriquez*. Plano do argentino *Juan Castelli*. Mandato de Monteagudo. Idéias do paraguaio *José Joaquim Larriva*. Projeto do colombiano *Francisco Antonio Zea*. Idéias do equatoriano *Vicente Rocafuerta*. Finalmente, *Bolívar* com o célebre Congresso do Panamá.

O fracionamento dos antigos vice-reinados, nos quais Espanha agrupara seus extensos domínios na América, devem-se, não há dúvida, a fatores geográficos, mais expressivos e violentos do que em nosso país. Porém, em não menor escala, aos particularismos, que tanto extremaram opiniões, mórmente ao caudilhismo, que se arvorava freqüentemente na *ultima ratio* de argumento político.

Os fatos históricos aí estão. Pelas diferentes condições em que evoluíram os países de origem espanhola e lusitana, pode tirar-se esta conclusão: a de valor simbólico que representa um Chefe de Estado. Eis por que o Brasil uno deve um eterno reconhecimento a D. Pedro II, por suas eminentes qualidades pessoais.

* * *

Termina com esta solenidade e mandato da atual Diretoria, no biênio — 1959-1960. O seu Presidente, Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, não é demais lembrá-lo, além de ser o fundador dêste Instituto em 1938, foi seu primeiro Presidente. Com a fundação do Instituto Histórico de Petrópolis, promovida por aquêle preclaro consócio no seio da Comissão do Centenário

de Petrópolis em 1938, criou-se o ambiente propício à fundação do Museu Imperial, sugerida ao Presidente Vargas por Alcindo Sodrê, benemérito, 1º diretor e então 1º secretário do Instituto de Petrópolis. É hoje Instituição de renome internacional e de larga projeção na cultura do país.

Aproveito a oportunidade para, em nome dos membros dêste Instituto, manifestar o nosso júbilo pelo restabelecimento da saúde de S. Exa., atingido há pouco por grave enfermidade, quando, na tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizava uma conferência sobre *Paulo de Frontin*, nas comemorações do centenário de seu nascimento.

Leão Teixeira é um fascinado pela personalidade de seu antepassado, o Marquês de Paraná, um dos mais vigorosos políticos do Império.

Mergulhando no passado, está exumando uma de suas brilhantes fases, qual foi a do 2º reinado.

No cuidado com que vem preparando aquela biografia, colige com beneditina paciência os dados que completarão o quadro daquele momento histórico, dentro do qual viveu o Marquês de Paraná a sua fulgurante carreira política e o vazio produzido por seu repentino falecimento.

Promoveu ainda, por ocasião do centenário da morte daquela ilustre personagem, um curso de conferências realizadas, com invulgar brilhantismo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual eminentes historiadores estudaram-na sob vários aspectos, tôdas despertando o mais vivo interesse.

* * *

Passando à tarefa melancólica de fazer o necrológio dos sócios falecidos dêste Instituto no ano em curso, procurarei relembrar alguns de seus trabalhos e, sobretudo, prestar um preito de saudade aos companheiros desaparecidos de nosso convívio.

Faleceu em 22 de dezembro de 1959, vitimado por desastre de aviação o Dr. *Otávio Tarquínio de Souza*, quando viajava em companhia de sua dedicada espôsa, a escritora Lúcia Miguel Pereira.

Cedo interessaram-lhe as vidas dos vultos que, na década que se seguiu à independência, forjaram as vigas que haveriam de sustentar o Império por mais de 50 anos, revelando a solidez de sua estrutura, apesar das vicissitudes de uma longa e exaustiva guerra.

Uma a uma foram-lhe saindo da pena as biografias de Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Bonifácio de Andrada, Eva-

risto da Veiga, Padre Diogo Antônio Feijó revelando em cada uma cuidadosa seleção documental e pela qual lhes salientava as qualidades primordiais de caráter e de inteligência.

Foi nessas biografias que pôde ver, de corpo inteiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, o gigante da tribuna parlamentar, cuja fama passou à história, do qual não se sabe o que mais admirar, se a limpidez de caráter quando combatia tôdas as manifestações de absolutismo de que ainda se ressentiam as instituições, reminiscências de formas políticas herdadas a Portugal.

Com não menor sinceridade e inteireza insurgia-se depois contra os excessos de liberalismo, conseqüente ao *Ato Adicional*, (12 de agosto de 1834), no qual pressentia tendências desagregadoras, como, de fato, vieram a manifestar-se, de forma perigosa durante o período regencial que se seguiu.

Fui liberal, exclamava Vasconcelos, então a liberdade era nova no país; estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas: o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o sentimento que até o excesso a compromete.

Evaristo da Veiga, nas colunas da *Aurora Fluminense*, tornou-se um doutrinador. Na opinião de Levi Carneiro era o mais dotado de espírito de ordem, receioso da agitação estéril, perturbadora.

Diogo Feijó era o mais impetuoso. Contrariando a índole sacerdotal, era dotado de férrea energia. Fôra o homem talhado para o momento, o mais crítico que o Brasil atravessava, em que forças desagregadoras pareciam querer levá-lo ao caos e ao separatismo.

Esse mesmo homem que, com rara energia, soubera enfrentar revoluções que rebentavam de norte a sul, tornou-se também revolucionário, arrastado pelos ímpetos do temperamento.

Melancólico desfêcho, quando teve de entregar-se prisioneiro ao mesmo chefe militar — Caxias — a quem, quando no poder, ordenara sufocar com o maior rigor os rebelados contra o poder.

Se a essas personalidades juntarmos a figura primacial de D. Pedro I — o *Rei Cavaleiro* — os irmãos Andrada apesar das fraquezas humanas que mais lhes realçavam as qualidades e teríamos os perfis dos *Fundadores do Império*, que Otávio Tarquínio

de Scusa *reconstituiu, no ambiente febril* em que viveram, em 10 alentados volumes, com paciência, serenidade e rigor histórico.

Otávio Tarquínio de Souza tinha um temperamento arredo. Raramente era visto em palestra despreocupado. Membro d'êste *Instituto*, pouco frequentava.

Nasceu no Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1889. Seu avô, o Conselheiro Tarquínio de Souza, foi lente de direito em Recife e no Rio. Seu pai, o Dr. Bráulio Tarquínio de Sousa Amarante, foi professor de direito constitucional na Escola Naval e na Faculdade de Ciências Jurídicas.

Estudou no Colégio Koepke dirigido pelo educador João Koepke e depois no Ginásio Fluminense de Petrópolis, que tinha como diretor Silva Ramos e como vice-diretor o poeta Raimundo Corrêa.

Cláudio Ganns, a quem me referirei dentro em pouco, escrevendo-lhe o necrológio no volume 246 da Revista do Instituto Histórico, pág. 378, disse d'êlo o seguinte :

«Com êsse amplo cabedal de estudos — que é um vasto painel que vai dos primórdios da Independência, passa pelo 1º Reinado e atinge até o final da Regência. Otávio Tarquínio de Souza, pelas suas observações de sociólogo e intérprete dos acontecimentos que examinou com agudeza — sagrou-se como o melhor historiador do período estudado».

«O historiador tinha amor à pesquisa, ao documento autêntico, à rebusca dos jornais, aos depoimentos dos contemporâneos e às observações dos viajantes. Mas acima de tudo estava a sua visão de intérprete que, através da análise psicológica, procurava tirar dos acontecimentos uma filosofia e da verdade virtual a sua significação íntima, o seu segredo recôndito. Aí é que estava o principal mérito dos seus estudos».

«Aliando aos dons de escritor probo e discreto as qualidades pessoais de um perfeito cavalheiro, a morte desastrosa do ilustre intelectual repercutiu dolorosamente no seio da nossa sociedade e no círculo do nosso Instituto que êle honrava com o seu formoso talento e a sua alta capacidade construtora».

★ ★ ★

A 8 de julho (1960) *Cláudio Ganns* falecia repentinamente, no apogeu de suas faculdades, quando a cultura histórica e a pesquisa, para a qual possuía especial predileção, ainda muito d'êlo podiam esperar.

Circunstâncias especiais favoreciam-lhe essa atividade, de vez que viajava com freqüência à Europa, possuindo mesmo aparta-

mento em Paris, no Palais-Royal, próximo ao teatro da Comedie-Française e do Museu de Louvre.

O Palais-Royal é uma antiga construção do tempo de Luiz Felipe; possui, no térreo, extensas galerias de lojas e apartamentos nos pavimentos superiores, com frente para um jardim interno silencioso e calmo. Localiza-se no centro histórico de Paris, próximo ao Sena, aos museus, às bibliotecas e aos arquivos.

Estagiava também frequentemente em Madrid e foi assim que, percorrendo certa vez o *Catálogo de la Biblioteca del Palacio Real* de J. Domingos Bordena, sob a epígrafe *Manuscritos de América*, deparou com o nº 556 : *Memórias historicosmográficas de la Bahia de Todos los Santos — Capital del Estado de Brasil*, derrotero de toda sua costa, etc. . . . Escrito em idioma português — Año de 1587 y traducido al castellano». Por meio dessa simples indicação, descobriu a cópia em espanhol da famosa descrição de Gabriel Soares de Souza, sobre o Brasil, escrito naquele milênio, quando durante 17 anos esteve na Bahia onde se estabeleceu com engenho de açúcar em Jaguaribe.

Não que fôsse obra desconhecida, pois Varnhagen havia manuscado mais de vinte códices, dispersos pela Biblioteca de Évora, do Pôrto, da Academia de Lisboa, de Madrid, e até do Rio de Janeiro, um dos quais teve licença de impressão.

O que sobremodo aguça o pesquisador é o deleite da pesquisa e a referida obra, embora contraditória, ocultava o nome de seu autor e a primeira tarefa consistiria em descobrir-lhe a autoria e a segunda, pelo confronto dos vários exemplares, identificar, além da origem comum, a fidelidade da cópia.

O que dificultava essa última tarefa, era a diversidade de títulos com que se apresentavam : *Descrição Geográfica da América Portuguesa* — publicada por Fr. José Mariano da Conceição Velozo; *Notícias do Brasil*, título com que a Academia de Ciências de Lisboa lhe publicou o texto em sua *História das Nações Ultramarinas*; *Roteiro do Brasil*, publicada em Paris em 1830, pelo *Patriota Brasileiro*, com 29 capítulos, e, finalmente, a Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras. — tomo XIV, ano 1851, denominou: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, embora respeitasse os sub-títulos: *Roteiro Geral da Costa do Brasil* e *Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia*.

O valor da descoberta de Cláudio Ganns foi ter achado o manuscrito espanhol, de que se tinha notícia, mas que se julgava extraviado e só agora encontrado, passados 300 anos.

Feito o cotejo com os exemplares em português, identificou-o imediatamente, sugerindo ao Instituto de Cultura Hispânica a sua publicação, o que foi aceito, com o título:

Gabriel Soares de Sousa — Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las grandezas de Bahia (manuscrito del siglo XVI) — *Introducion de Claudio Ganns, notas finais de F. A. Varnhagen.*

Neste Instituto, uma semana antes de seu falecimento, tivemos o prazer de ouvi-lo numa conferência sôbre: *Memórias de um marinheiro francês que esteve no Brasil com Duguay-Trouin.*

Era um capiítulo de outra memória, encontrada na Biblioteca Nacional de Madrid, debaixo do título: *Voyages et Campagnes*, de autoria do marinheiro francês Louis C. de Lagrange, em que descreve as viagens que fêz de 1694 a 1740, e que culminaram com a invasão do Rio de Janeiro.

Em 31 de maio de 1940 apresentou uma moção subscrita por vários confrades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que formulou: *veemente apêlo ao Govêrno do país, no sentido da aquisição imediata dos objetos e documentos conservados no Castelo d'Eu, por serem indispensáveis à revisão da História do Brasil.*

Foi devido à sua iniciativa, portanto, que o opulento arquivo da Família Imperial se encontra atualmente sob a guarda do Museu Imperial de Petrópolis.

Dirigiu, cêrca de 10 anos a publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1941 a 1950), até a instituição de uma comissão especial, destinada àquela finalidade, continuando a fazer parte da mesma.

Foi tal a atividade que desenvolveu, que a Revista passou a ter a sua publicação rigorosamente em dia.

Nasceu Cláudio Ganns em 12 de junho de 1896 na cidade do Rio de Janeiro, onde se formou pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

Exerceu a advocacia e o jornalismo até ser convidado pelo Presidente do Estado de Sergipe, para Secretário do Govêrno em 1922.

Exerceu cargo de relêvo na Companhia de Seguros Equitativa.

Especializou-se em Direito Aeronáutico, tendo sido eleito Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico.

Era Grande-Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e orador oficial dêste Instituto no biênio 58-59.

Era bisneto do Visconde de Mauá, tendo anotado, à luz de documentação inédita, a famosa biografia do grande pioneiro do progresso no Brasil nos áureos tempos imperiais. «Completo assim, no dizer de seu grande amigo, o Dr. Henrique Leão Teixeira,

como verdadeiro historiador, a obra panegírica de Alberto de Faria, apoiando-se com isenção em documentos irretorquíveis».

Reproduzo aqui as lapidares palavras, pronunciadas à beira do túmulo:

«Descança em paz, velho amigo de tantos anos e de tantas tertúlias: a posteridade encontrará nos teus livros, nas tuas esparsas produções e principalmente em numerosos tomos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobejas provas de que não passaste pela vida em brancas nuvens e bem soubeste cumprir teus encargos e obrigações».

* * *

Claudio Ribeiro de Lessa foi outro sócio dêste Instituto falecido em 5 de julho de 1960, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Nascido no Rio de Janeiro a 25 de junho de 1906, era filho do Dr. Carlos Oscar de Lessa e D. Leonor Andrade Ribeiro de Lessa.

Era formado em medicina, não obstante, era ativo cultor da *História* e da *Geografia*. Era membro correspondente dos Institutos Históricos de Petrópolis e Paraíba; da Sociedade Capistrano de Abreu; Membro do 9º e 10º Congressos Brasileiros de Geografia, promovidos pela Sociedade Brasileira de Geografia.

Deixou numerosa produção histórica e geográfica:

D. Pedro II e Varnhagen — publ. em «Arte e Literatura» — suplemento da *Tribuna de Petrópolis*.

Os príncipes da Casa de Saxe e a nossa Marinha de Guerra.

Vida e obra de Varnhagen — publ. na Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — vol. 223 — págs. 82-297.

Crônica de uma Embaixada Luso-Brasileira à Costa d'África em fins do século XVIII.

Em impressão:

D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança — Trabalho de mineralogia e numismática.

Correspondência ativa de Francisco Adolfo Varnhagen — Visconde de Pôrto Seguro — coligida, prefaciada e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Claudio Ganns escreveu-lhe o necrológico no dia de seu falecimento. Foi seu último trabalho.

O Instituto Histórico de Petrópolis, lamenta a perda de elemento tão prestante das letras e da pesquisa histórica.

* * *

O final de minhas palavras são para o mais humilde dos membros dêste Instituto. Humilde não pelos dotes intelectuais e morais, pois os possuía *ex-abundantia*, mas por uma vocação interior que aborrecia tôda exaltação de si próprio. Alistou-se, por isso, a uma Ordem religiosa que faz da humildade a pedra angular de seu apostolado.

No escudo dos Borromeus, no palácio que se ergue na pinturesca *Isola-Bella*, no *Lago Maggiore*, ao norte da Itália, não há leões nem águias, nem outro símbolo guerreiro, mas simplesmente a palavra: «Humilitas». Essa humildade que inspirou S. Carlos Borromeu, venerado no famoso «duemo» de Milão, em cuja cripta jazem seus restos mortais.

Frei Estanislau Schaeette, O. F. M. tomou para diretriz de sua vida a S. Francisco, o *Poverello* de Assis, que no século XIII imprimia um novo sentido à cristandade — o da mais perfeita união com o Cristo, pelos vínculos do amor a tôda a criatura.

Apesar de sua origem germânica, foi frei Estanislau um autêntico petropolitano — petropolitano honorário — como o cognominaram — pelo amor que dedicou a esta bela cidade, pela paciência com que estudava, em velhos alfarrábios, a *Pré-história de Petrópolis*, como êle mesmo a denominou. Frequentador assíduo das reuniões dêste Instituto era de vê-lo, apesar da idade e das frias tardes de inverno, atento, bondoso, modesto.

Nasceu na Alemanha em 16 de novembro de 1872, veio para o Brasil em 4 de agosto de 1896 e em 20 de junho de 1956, comemorou, nesta cidade de Petrópolis, suas bodas de diamante de vida sacerdotal, tôda dedicada à missão evangelizadora.

Dava assídua assistência religiosa no meio proletário, em longínquas e modestas poróquias da Baixada Fluminense, o que, sem dúvida, lhe facultou importantes subsídios ao trabalho: *Antigas Capelas no Território do Município de Petrópolis*, publicada na *Tribuna de Petrópolis*, em 25-1-1942.

É tão minucioso que enumera datas precisas da bênção eclesiástica, nomes dos sacerdotes, batizados etc., sem esquecer os dos doadores das áreas a elas destinadas e aos cemitérios e a respectiva inscrição nos livros das paróquias.

Exercia, além disso, o magistério religioso, tendo ocupado a cátedra de Liturgia, Catequese e Teologia Pastoral, na Faculdade Teológica Franciscana de Petrópolis.

O seu tirocínio no magistério era multiforme, não limitando à doutrina teológica, tendo fundado em Blumenau, Estado de Santa Catarina, uma Escola Normal para formação de professores católicos. Tocava na perfeição o violino e o órgão.

O seu «hobby», porém, era o estudo da História. A do Brasil, conhecia como poucos, na opinião dos que com ele privaram. Seduzia-o a pesquisa. Era freqüentador assíduo do Arquivo Público e da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Numerosas são as suas contribuições à história de Petrópolis. Infelizmente, sua obra, toda ela esparsa em artigos de jornal e de revistas, corre o risco de cair no esquecimento.

Folheamos alguns de seus trabalhos, graças a tê-los reunidos em pastas a operosidade de D. Maria Helena da Biblioteca Municipal de Petrópolis.

O seu ardor missionário levava-o a longas e penosas jornadas pelos nossos sertões, despreocupado de conforto ou dos meios de locomoção. Revelava-se sempre e em tudo um perfeito franciscano; no desprendimento dos bens terrenos; na perene alegria interior. Guardou até o fim da vida o ideal que o inspirou na mocidade. Faleceu em 12 de julho de 1960.

Alguns de seus trabalhos, publicados na *Tribuna de Petrópolis*, têm os seguintes títulos:

Notícias velhas e outras mais novas.

Pesquisas Históricas (Bernardo Soares de Proença — O primeiro proprietário da Zona Urbana).

Narrativa petropolitana sobre tempos antigos.

Uma família de Colonos de 1845 (Os Maiuerm).

O seu trabalho mais volumoso é a *Pré-História de Petrópolis*.

Vai buscar as primeiras referências a estas terras, nas cartas régias de D. João V, datadas entre 1729 e 1734, que fazem menção à obra de Bernardo Soares de Proença, primeiro pré-petropolitano, construtor do Novo Caminho das Minas pela Freguesia de Inhomirim (1721) através da mata virgem, sem ônus para o tesouro real.

O primeiro, como se sabe, foi traçado pelo Guarda-mor Garcia Rodrigues Pais no ano de 1699 a 1700.

Acompanha frei Estanislau, no citado trabalho, o paulatino povoamento destas terras pelos que obtinham sesmarias e aqui vieram estabelecer suas fazendas.

O Padre Correia, que deu nome à localidade vizinha, onde possuía a *Fazenda do Padre Correia*, chamava-se Antônio Tomás de Aquino Correia. Descobre-lhe a ascendência seu pai, Manoel

Correia da Silva que era natural de Vila Mansão, bispado da Guarda-Portugal, cujo 3º filho, nascido em 12 de março de 1759, escolheria a carreira sacerdotal.

Para ter-se idéia de como aprofundava a pesquisa, debaixo de uma fotografia de velho casarão, conhecido, outrora, por «pensão Geoffrey» e que nada mais era de que o solar da Fazenda Córrego Sêco, construído em começos de 1800, lê-se a seguinte anotação em manuscrito (letra de frei Estanislau): 1º dono, Manoeu Vieira Afonso; 2º dono, Catarina Josefa; 3º, sargento-mor José Vieira Afonso; 4º, Família Imperial; 5º, hoteleiro Macedo; 6º, Mills; 7º, Geoffrey; 8º, Prista, quando foi demolido para dar lugar a edificio de apartamentos.

E assim desapareceu o mais tradicional monumento histórico da cidade, depois de passar por diversas fases de irremediável decadência. Lamentável lapso da administração pública.

Com a morte de frei Estanislau Schaette, perde não só o Instituto Histórico, mas a cidade de Petrópolis, seu probo e paciente cronista.

* * *

A hora incerta chegou para cada um de vós, caros companheiros. A luz interior que vos alumiaava apagou-se. O vosso pensamento, como a luz das estrêlas extintas, porém continua a rolar nos espaços.

TRANSCRIÇÕES

VIDA CULTURAL

O SEGUNDO MARQUÊS DE PARANAGUÁ

NELSON COSTA

Foi o segundo marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá, um dos mais eminentes estadistas do Império, tendo gozado de especial aprêço do imperador D. Pedro II e da máxima consideração da família imperial.

Os extraordinários serviços que prestou durante a guerra do Paraguai, com a organização de tropas e outras medidas que permitiriam ao país a sustentação da luta e a vitória final, bastante influíram para o prestígio de que gozou perante o povo brasileiro.

Mas não só êsses relevantes serviços prestados em tão agitado período da vida nacional lhe proporcionaram a justa nomeada: muitas outras medidas promoveu em benefício público, tendo tido várias iniciativas que honorificam a sua memória.

Era êle natural do Piauí, tendo nascido há cento e quarenta anos, no dia 21 de agosto de 1821, na Fazenda do Brejo do Mocambo, freguesia de Nossa Senhora do Livramento, depois vila e comarca de Paranaguá, naquele Estado.

Formou-se em Direito, após os preparatórios na Bahia, pela Academia de Olinda, seguindo mais tarde a carreira da magistratura.

Ingressando também na política e na administração pública, ocupou vários cargos de relêvo, tendo sido presidente das províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia.

Ainda estudante foi deputado provincial em sua terra natal, e de 1850 a 1865 representou a sua provincia na Câmara e, a seguir, no Senado, até a proclamação da República.

Em 1859 foi ministro da Justiça, no gabinete conservador organizado a 10 de agosto por Ângelo Muniz da Silva Ferraz.

Resolveu então questões existentes com a Santa Sé, relativas a novos bispados cuidando também da lei sobre casamento dos católicos.

No gabinete Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 1866, ocupou as pastas da Justiça e da Guerra e juntamente com Afonso Celso de Assis Figueiredo, depois Visconde de Ouro Preto, então ministro da Marinha, cuidou da nossa atuação na guerra do Paraguai, o que muito concorreu para o grande aprêço que lhe consagrava o Imperador Magnânimo.

Em 1879 foi ministro da Guerra, no gabinete liberal presidido pelo Visconde de Sinimbu, Luiz Vieira Cansanção de Sinimbu.

Foi presidente do Conselho e ministro da Fazenda em 1882 e três anos depois ocupou a pasta de estrangeiros, no gabinete presidido pelo conselheiro Saraiva.

O Imperador D. Pedro II o nomeou veador da Casa Imperial e conselheiro do Estado em 1879, dando-lhe também os títulos de Visconde e Marquês de Paranaguá (2°).

João Lustosa da Cunha Paranaguá começou a sua carreira política alistando-se no partido conservador, passando depois para o liberal, de que foi um dos principais chefes.

Após a queda do trono, abolido o Senado vitalício, afastou-se o segundo Marquês de Paranaguá da vida pública, tendo falecido, no Rio, a 9 de fevereiro de 1912, aos 91 anos.

A 21 de novembro de 1906 fôra escolhido presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cargo que resignou um ano após sendo substituído a 21 de novembro de 1907 pelo Barão do Rio Branco, que ali o louvou em magnífica oração.

Substituíra o conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro na presidência daquele prestigioso cenáculo e durante sua curta gestão trabalhou quanto pôde em benefício da tradicional instituição que tanto honra a cultura brasileira.

Pertenceu também à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ao Instituto Arqueológico de Pernambuco e a várias outras instituições culturais.

DOCUMENTOS

AMAZÔNIA — LIMITES

JOAQUIM MARIA NASCENTES D'AZAMBUJA

I

«A questão de limites que se abriu entre o Brasil e o Governo de S. Magestade Britanica a proposito do Vale do Rio Branco, que os ingleses pretendiam estar ocupando em alguns de seus trechos em virtude do caráter da área franqueada a quem primeiro lá chegasse, caráter que eles afirmaram existente e insofismável, o que não era verdade, provocou uma série de medidas das autoridades brasileiras, visando a manter a soberania nacional na zona questionada.

Os documentos que vão a seguir expressam as preocupações dos servidores brasileiros ante o perigo que corriam com a ousada presença dos britânicos. »

A. F. Reis.

Em 14 de junho de 1849.

Reservado.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios Estrangeiros

Ilmo. Exmo. Sñr.

Respond.o em 2 de julho de 1849.

Tendo já em conferencia dado conhecimento a V. Exa. do Officio reservado que em 27 de abril último me dirigio o Presidente da Provincia do Pará, nesta ocasião passo às mãos de V. Exa., em additamento ao meu Aviso de 12 do corrente, por copia o mesmo Officio, a fim de que pelo Ministerio a seu cargo se prestem para segurança e defesa das dilatadas fron-

Arquivo Histórico da Marinha. Lata nº XXXVIII — Officio do Visconde de Olinda a Manuel Felizardo de Souza e Mello — RESERVADO — Rio, 14-6-49.

teiras daquelle Provincia os auxilios que solicita o referido Presidente.

Deus Guarde a V. Exa.

VISCONDE DE OLINDA

Snr. Manoel Felizardo de Souza e Mello

Reservado.

Ilmo. e Exmo. Snr.

Por duas Cartas, que acabão de chegar da Cidade da Barra do Rio Negro, uma a mim dirigida pelo Comandante Militar, outra a um negociante desta praça, que m'amostrou, sou informado de que naquella Cidade circulava o boato de que os prestos e mistiços do Demerara se havião insurgido contra o Governador da Guyana Inglesa. Não ha por ora fundamento plausivel para acreditar na realidade do facto, pois segundo referem as Cartas, a noticia espalhou-se por um soldado, que desceu do forte de S. Joaquim do Rio Branco, dizendo que o ouvira a um emigrado inglez ali chegado, e vindo de Demerara pelos rios Essequibo, e Rupumury. A distancia em que se acha o Rio Negro, he remota, e muito mais a fronteira do Rio Branco, donde as noticias somente chegão com intervalos de mezes, e as respostas voltão com tardissima demora.

No estado suspensivo em que ficou a questão de limites da fronteira do Rio Branco pela occupação ingleza no ano de 1842, serios conflitos podem sobrevir por qualquer emergencia, principalmente sabendo-se o anhelos, e sofreguidão com que os Ingleses procurão ganhar uma posição fluvial, que a encarreire para o Amazonas: e a verificar-se a noticia da referida insurreccção, os conflictos na fronteira serão quasi infalliveis, ou pelo asilo de emigrados na fronteira, ou por homisiamento dos insurgidos. Julguei por tanto indispensavel desde já habilitar o Comandante Militar do Rio Negro com instruções adequadas, de que remetto copias a V. Exa. para que se digne approva-las, ou modifica-las pelo modo, que a V. Exa. parecer mais conveniente e razoavel.

Para dar estas instruções examinei a correspondencia official havida entre o governo Imperial, e a Legação Britannica nessa Côrte pela occupação do Pirára, até o accordo provisório, em que ambos os Governos convierão sobre a neutralidade do território contestado. O dito accordo aliás iniciado, e proposto

pelo governo Imperial, contem um quesito summamente obscuro, e até muito sujeito a contestações na pratica, quando estabelece o direito de se exercer em *commum* jurisdição e superintendencia no territorio considerado neutral. V. Exa. terá a bondade de examinar nas instrucções, que dei, o modo prático, que indiquei ao Commandante Militar, de applicar ao caso occorrente o mencionado quesito de jurisdição e superintendencia. Tal he a obscuridade e difficuldade pratica do dito quesito, que eu mesmo fico em duvida se indiquei o melhor.

Cabe aqui rogar a V. Exa. prova que promova perante os Exmos. Snrs. Ministros da Guerra e Marinha para que elles concorão de sua parte com os auxilios precisos para segurança, e defeza das dilatadas fronteiras desta Província.

As insignificantes fortificações, que por ahi temos, mal se prestão à defesa, por sua má construção, e estado de ruina e falta de munições, petrechos, e armamentos, pois o que existe está pela maior parte damnificado. Na fronteira da Venezuela no Alto Rio Negro temos o arruinado forte de Marabitanas; na do Peru, e no rio Solimões, o cahido, e aniquilado forte de Tabatinga. No rio Içá, e nos limites com a República do Equador, por ordem minha se está agora principiando um forte de fachinas no ponto de Santo Antonio. No rio Japurá, e na fronteira da Nova Granada, cousa alguma existe. Em todos esses pontos contestamos, ou nos contestão limites. Sôbre todos he o forte de S. Joaquim do Rio Branco o que mais seriamente exige cuidados, e que deve ser posto em completo estado de defeza, principalmente por serem Inglezes os vizinhos, que temos à braços por esse lado.

Ao Exmo. Snr. Ministro da Guerra me dirijo nesta ocasião pedindo-lhe fundos, que me habitem ao melhoramento das referidas fortificações, principiando pelas mais urgentes, e também lhe peço varios petrechos de guerra.

Pela Repartição da Marinha o indispensavel auxilio de um Vapor, que tantas vezes tenho solicitado em vão. As noticias de qualquer occorrença que haja pelas fronteiras, tardiamente chegão á esta Capital, e os recursos, que se houverem de enviar, só poderão chegar depois de 6, 8 e 10 mezes, com muito custo, e dispendio, fora de tempo, e em pura perda: um Vapor salvará estes embaraços.

Do mais que ocorrer informará a V. Exa. Deus Guarde a V. Exa. Palacio do Governo da Provincia do Pará, 27 de Abril de 1849. Illmo. e Exmo. Snr. Visconde de Olinda, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros — Jeronimo Francisco Coelho. — Conforme.

OFICIO AO CMT. DA COMARCA DO ALTO AMAZONAS

Constando-me que por ahi corre o boato de que os pretos, e mestiços de Demerára se achão sublevados contra o Governador da Guyana Ingleza, cumpre que V. Mce. procure com toda a diligencia verificar se é verdadeiro o referido boato, ou se há plausivel fundamento para acreditar-o. E como, a ser exacta essa desagradável ocorrência, poderá dar-se o caso de algum conflito pela fronteira do Rio Branco, ou seja por emigração dos Inglezes de Demerára, afastando-se do logar da revolta, ou pela evasão dos sublevados depois de vencidos ou finalmente pela appareição de forças inglezas ultrapassando a fronteira na perseguição dos mesmos sublevados; e sendo por outra parte contestado a territorio limitrophe por esse lado entre o Imperio e a Guyana Ingleza, julgo necessario para que V. Mce. esteja habilitado a sustentar os nossos direitos territoriais, a dar-lhe conhecimento do que se acha convencionado entre os dous Governos, o Imperial e o de S. M. Britannica, em resultado da discussão diplomatica havida por ocasião do estabelecimento do Missionario Inglez Youd, no Pirára em 1838, da tentativa de occupação militar do Commissario Chriskton, e da conducta abusiva do Coronel Schomburgk pela collocação de marcos em 1842.

Por essas occurencias e conflictos relativamente a limites chegarão os dous Governos a um accordo conforme consta de varias peças officiaes e documentos e authenticas, a saber:

Em nota de 8 de janeiro de 1842, dirigida por parte do Gabinete Imperial ao Snr. Hamilton Hamilton, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Grã Bretanha na Côrte do Império, diz o Exmo. Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros ao referido Sñr. Hamilton — «que o Governo Imperial reservando todos os seus titulos para os validar em tempo opportuno, concorda em fazer retirar os seus Delegados e qualquer destacamento militar do Pirára, e em reconhecer provisoriamente a neutralidade daquele logar sob a condição enunciativa pela Grã Bretanha de ficarem as tribus de indios independentes, e de posse exclusiva do terreno, até decisão definitiva dos limites contestados e que por consequencia nenhuma força ingleza possa igualmente permanecer nos mesmos pontos, onde somente se poderão achar os ecclesiasticos das duas Religiões Catholica e Protestante, empregados na civilização dos Aborigenes, e os subditos (sem caracter militar) de uma e outra corôa, que proventura seja mister empregar-se na manutenção das propriedades particulares, ou em

medidas de jurisdição, ou superintendencia e relações que podem originar-se de estado provisorio de cousas, que se trata de estabelecer, e sobre estes pontos podem os dous Governos entender-se por meio de seus Plenipotenciarios».

Em Nota de 29 de Agosto de 1842 o Snr. Ministro Plenipotenciario Hamilton Hamilton declara por parte do Governo Britannico ao Snr. Ministro dos Negocios Estrangeiros:

«Que fôra encarregado de notificar ao Governo Imperial, que concordando o Governo de S. M. Britannica nas medidas provisórias enunciadas na Nota de 8 de Janeiro (do mesmo anno) na perfeita intelligencia de que o Governo do Brasil se hade cingir rigorosamente às condições emittidas, se havia determinado a sahida do destacamento das Tropas Britannicas, que occupão o terreno disputado do Pirára, com toda a brevidade possível, expedindo-se ordens para aquelle fim ao Governador da Guyana Britannica».

O Governo Imperial em Nota de 3 de Setembro de 1842, respondendo à Nota antecedente, diz ao Snr. Hamilton:

«Que adhere perfeitamente à medida annunciada na Nota que contesta (a de 29 de Agosto)».

Enquanto pendia esta negociação, aconteceu que em Abril de 1842, o Coronel Shomburgk volta ao Pirára, e ahi arvora a bandeira Britannica, e colloca marcos com legendas na foz do Rio Tacutú, em frente do forte de S. Joaquim.

O Missionario Inglez Youd, achava-se na mesma occasião aliciando os Indios Macuxis, e uma força Ingleza existia nas proximidades pelo lado do Rupumury. O Presidente desta Provincia deu logo conta ao Governo Imperial, que passou a reclamar em Nota de 3 de Outubro de 1842, dirigida ao Snr. Ministro Hamilton no Rio de Janeiro.

O Ministro Hamilton responde em Nota de 12 do dito mez de Outubro, que vai submeter a questão ao conhecimento do seu Governo, e accrescenta que pela data do accordo feito com o Governo Imperial, sendo o facto arguido praticado por Schomburgk no mez de Abril, não podia esta ter conhecimento do dito accordo.

Finalmente em Nota do Ministro Inglez Hamilton de 30 de Janeiro de 1843, informa elle ao Gabinete Imperial por instrucções recebidas do seu Governo:

«Que as ordens para a immediata e absoluta remoção dos marcos do Tacutú, e Mahú, não poderão por falta de tempo ser

transmittidas ao Governador da Guyana Inglesa, pela mala que se expedia em 1º de Novembro de 1842; mas entretanto teve ordem do seu Governo de accrescentar para informação e satisfação do Governo Imperial que o de S. M. Britannica não deixaria de expedir aquellas ordens pela primeira oportunidade que houvesse».

Taes fôrão as questões discutidas e cujo resultado trouxe o accordo formal e explicito entre os dous Governos de se considerarem neutraes os terrenos do Pirára, até novo accordo, e demarcação definitiva, ficando os ditos terrenos unicamente sujeitos ás tribus independentes, podendo estas ser civilisadas e doutrinadas por sacerdotes das duas Religiões Catholica, e Protestante, sendo tambem permittida no territorio neutral a admissão de subditos de ambas as corôas (sem caracter militar) que seja mister empregar na manutenção de propriedades particulares, ou em medidas de jurisdição e superintendencia que podem originar-se neste estado provisorio de cousas.

Cumpre, portanto, que não só as autoridade brasileiras, na parte que lhes toca, cumprão fielmente o accordo acima especificado, mas tambem, que, no caso de qualquer emergencia, exijão das autoridades Britannicas de Demerára o mesmo rigoroso e fiel cumprimento. E como poderá agora dar-se o caso de se fazer applicação do referido accordo, a ser veridico o boato acima mencionado, julgo necessario instrui-lo sôbre o que deve praticar-se nas tres seguintes hypotheses, que offerecem probabilidades.

1ª) Se vierem asilar-se no territorio neutral do Pirára emigrados de Demerára escapando-se à sublevação.

Não se achando esta especie comprehendida no mencionado accordo entre os dous Governos, V. Mce. ordenará às autoridades brasileiras da fronteira para que intimem aos emigrados que abandonem o territorio neutral, e se passem ou para o lado direito do Rio Rupumury a Leste do Pirára, ou para o districto denominado pelo Forte S. Joaquim, áquem da confluencia dos Rios Tacutú e Mahú, e sob a protecção immediata das autoridades brasileiras, e que prestarão aos emigrados todos os auxílios e socorros do que poderem dispôr. E, portanto, em caso nenhum consentirá que os emigrados se estabeleçam no territorio neutral, e muito menos que assentem principio de alguma povoação, que lhes sirva de monumento de posse, e com que pretensão para o futuro argumentar, quando os dous Governos tenham de proceder à definitiva fixação de limites.

2ª) Se os sublevados vierem homiziar-se no territorio do Pirára.

Podendo considerar-se este caso um daqueles, em que é permittido o exercicio de jurisdicção no territorio provisoriamente neutro, deverão as autoridades Brasileiras expellir os sublevados para alem do Rio Rupumury, e os que conseguirem furtivamente passar-se para á quem da confluencia dos Rios Tucutú, e Mahú serão capturados, e remettidos para a Cidade da Barra do Rio Negro, onde serão conservados sob a vigilancia das autoridades até que o Governo Imperial resolva sobre o destino, que se lhes deve dar.

No caso de ser preciso empregar força para expulsão dos sublevados, esta somente percorrerá o territorio neutral, sem nelle estabelecer occupação, e se recolherá immediatamente que tiver conseguido a expulsão.

3ª) Se apparecerem forças inglezas em perseguição dos sublevados, que se homiziam no Pirára.

Deve considerar-se que se dá a respeito dos inglezes o mesmo caso do acordo que concede o exercicio de jurisdicção, mas he mister entender-se que essa autorização não admite o estabelecimento fixo e occupação por forças militares, e assim só poderá admittir-se a passagem transitoria e em marchas seguidas das forças inglezas quanto basta para o fim da captura dos sublevados, sem character de permanencia e fixidade nos logares contestados, e reconhecidos neutraes. Assim, pois, se este caso se dêr, a autoridade encarregada da defesa e guarda da fronteira fará neste sentido a competente intimação do Comandante das forças inglezas.

Resta-me ainda esclarecel-o sobre a extensão do territorio que se deve considerar neutral para ambos os Governos até que estes resolvão refinitiva e opportunamente á respeito dos limites e terrenos contestados, e vem a ser o territorio comprehendido desde o lugar do Pirára, onde os inglezes se estabelecêrão no tempo da occupação, e campos que se extendem desse para o Norte até a Serra, que prolonga de Oeste para Leste entre as cabeceiras do rio Mahú, e as proximidades da margem esquerda do Rio Rupumury, que corre para o Essequibo, sendo este territorio e campos limitados ao Oriente pela dita margem do Rupumury, e ao Occidente pela margem esquerda do Rio Mahú que corre para o Rio Branco, até o ponto da confluencia do pequeno rio Pirára no dito Mahú.

Em todo o procedimento que á este respeito houverem de ter as nossas autoridades das fronteiras, no cumprimento destas

instrucções, V. Mec. lhes recommendará a mais discreta circumspecção, e reflectida conducta, de modo que sustentando com decóro e dignidade os direitos do Imperio, praticando e reclamando a fiel observancia do accordo entre os dous Governos, procurem evitar conflictos violentos, que possam alterar as boas e amigaveis relações que temos com a Graã Bretanha, na intelligencia de que a recomendada moderação irá até o ponto em que depois de esgotados todos os meios de persuasão, e raciocinio, seja preciso empregar os meios materiaes somente no caso extremo de repellir qualquer aggressão, ou acto de hostilidade manifesta commettido pelas forças inglezas, ou contra as nossas forças e propriedades, ou para invasão no territorio não contestado, e evidentemente nacional.

Em outro officio desta data achará V. Mce. o mais que tenho a dizer-lhe sôbre o mesmo objeto, Deus Guarda a V. Mce. Palacio do Governo da Provincia do Pará 26 de Abril de 1849.
— Jeronimo Francisco Coelho — Snr. Tenente-Coronel Comandante Geral Militar da Comarca do Alto Amazonas.

Conforme

Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja

RIO DA PRATA — BRASIL

NOTA — Após a queda de Rosas, os dissídios políticos continuaram na Argentina, entre *Buenos Aires* e as *provincias*, ou, melhor, entre o *caudilhismo* e os que se batiam por uma *harmônica política nacional*. Nessas disputas tiveram papel de destaque *Urquiza*, *Mitre*, *Sarmiento* e outros. O *caudilhismo* não dava preponderância aos interesses do *conjunto pátrio*, do que dá bom testemunho o fato de *Mitre* ter sido levado a deixar o Comando das tropas aliadas na luta contra Lopes, na *guerra do Paraguai*, para enfrentar a *rebelião* que êle nesse momento lançou para tentar vencer.

Em 1868 a *Mitre* sucede *Sarmiento* cujo govêrno se caracterizou por evidentes progressos *culturais* e *econômicos*, não obstante certos desacertos financeiros. Após a guerra do Paraguai, surgem dissídios na política interna, entre os quais o que deu lugar ao assassinato de *Urquiza*, em 1870, e choques com o Brasil por causa das questões de *limites*. Êstes, porém, foram hábilmente neutralizados com a atuação de *Mitre*, mandado ao Rio de Janeiro como *embaixador*.

Em 1874, época de eleição de novo Presidente da República, surge mais uma *fermentação* dos dissídios entre os provinciais e os *porteños* a qual, no entanto, não eclodiu em luta armada.

O documento aqui transcrito refere-se a êsse período. Nêle se vê a *efervescência* que se manifesta na opinião pública argentina, em momento de eleição de novo presidente, *Avellaneda*, cujas atitudes, uma vez

no poder, neutralizaram os impulsos rebeldes aqui e ali manifestados. Ainda mais, e é o que principalmente nos interessa, o documento, aqui transcrito, regista a attitude discreta e atenta de nosso govêrno, evitando intrrometer-se em tais questões de exclusivo interêsse do ambiente nacional argentino.

C.D.R.

Cópia annexa ao aviso reservado nº 6 dirigido ao Ministério da Marinha em 5 de outubro de 1874.

1ª Secção nº 52 — Ministerio dos Negocios Estrangeiros.
Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1874.

Recebi antehontem o officio n. 52 de 26 de Setembro, em que V. Mcê. me informa da revolução, que ahi rebentou e das primeiras medidas tomadas pelo Govêrno para a debellar.

Já por via de Santos e da imprensa desta cidade tinha o Governo Imperial noticia de tão grave acontecimento; e bem pode V. Mcê. imaginar a anciedade, com que elle aguardava as informações officiaes dos seus agentes acreditados em Buenos Ayres e em Montevidéu. Tentei provocar essas informações pelo telegrapho, mas os telegrammas, destinados a V. M.cê e ao Sñr. Aguiar d'Andrada, não forão expedidos por haver interrupção em alguma parte da linha. Isto me explicou a falta de comunicação que eu tanto sentia.

Recomendo a V. Mcê. que não prescinda da communicação telegraphica, cifrada ou não, todas as vezes que ella seja necessaria. Os jornaes são diligentes na publicação das noticias que recebem por aquelle meio; mas o Governo Imperial não deve e não deseja ficar na dependencia da imprensa, além de outras razões, porque tem necessidade de informações seguras.

A communicação telegraphica terá o seu complemento na ordinaria, e para esta deverá V. Mcê. aproveitar todas as oppor-tunidades que se lhe offerecerem, sendo em seus officios tão claro e completo como as circumstancias exigem. E a propósito observarei que não basta referir-se V. Mcê. às collecções de jornaes que remette: quando houver nelles documento importante, deve cortal-o e grudal-o ao officio, como é de pratica e para maior clareza e brevidade no estudo da matéria. Faço esta observação, porque no officio, a que respondo, diz V. Mcê. que nos jornaes que envia encontrarei os decretos publicados pelo Governo Argen-

tino contra a revolução. A entrega dos jornaes pode ser demorada, como succede neste caso, e assim se retarda o exame de documentos que talvez exijão providencias pela nossa parte.

O Governo Imperial lamenta sinceramente a nova perturbação politica, porque passa esse país, e faz votos para que seja prompto o restabelecimento da paz e da harmonia; mas deve e que se neutral e nesta conformidade teem de proceder os seus agentes, na certeza de que causarão grave prejuízo à politica e aos interesses do seu paiz se pensada ou irrefletidamente, praticarem qualquer acto que importe a minima violação da neutralidade.

Não é nova esta politica. V. Mcê. sabe com quanto cuidado se tem o Governo Imperial conservado alheio às questões internas desses países. Estou portanto certo de que V. Mcê. nada terá feito, ou fará que nos comprometta. Não é todavia demais que eu lhe recomende inteira abstenção.

Está entendido que esta recommendação não prejudica a protecção, que V. Mcê. deve aos interesses do Estado e ás pessoas e aos interesses dos subditos Brasileiros. Esta protecção deve ser prompta e efficaz, embora prudente.

Em outro officio lhe communico que o Sñr. Ministro da Marinha reforça a divisão naval estacionada no Rio da Prata. Este reforço não eleva os nossos recursos de defesa e protecção alem do que é indispensavel, e pois, não pode dar pretexto para que nos attribuão a intenção de intervir de qualquer modo na desgraçada luta que se acha travada entre os Argentinos.

A força, assim augmentada, se dividirá de modo que preste equal serviço em Buenos Ayres e Montevideo e no rio Uruguay. A distribuição será feita pelo commandante da estação, segundo as condições dos seus navios. Para as communicações extraordinárias com o Rio de Janeiro, Montevideo e Assumpção haverá dous Transportes, um que parte daqui e outro que deve descer do Paraguay e se conservará em Montevideo.

E' indispensável a maior harmonia entre os agentes diplomaticos e os comandantes da estação e dos navios, conservando-se cada um nos limites das suas attribuições. É escusado dizer que as questões de politica e de direito são da competencia dos agentes diplomaticos, os quaes, dado o caso, deverão ser mui claros nas suas requisições e instrucções.

A posição em que V. Mcê. se acha é melindrosa e exige muito discernimento e prudência. Não podendo eu prever todas as eventualidades, devo confiar, como confio, em V. Mcê., recomendo-lhe porém, 1º, como regra principal e invariável, a mais

completa neutralidade, 2º, que, em caso de duvida e havendo tempo, consulte o Sñr. Aguiar d'Andrada por escripto ou pelo telegrapho; 3º que, si houver urgencia siga o procedimento dos outros agentes diplomaticos que se tiverem declarado e conservado neutraes; e 4º que me consulte pelo telegrapho em telegrammas cifrados quando houver necessidade e poder minha resolução aproveitar ao caso emergente.

Convém que o Sñr. Conselheiro Gondim seja informado com segurança de tudo quanto interessar ao serviço que lhe está confiado no Paraguay.

Recommende V. Mcê. aos brasileiros que se abstenhão de toda intervenção directa ou indirecta na luta actual, e entenda-se com o Sñr. Dr. Chaves para que elle expeça nesse sentido as convenientes instrucções dos agentes seus subordinados, fazendo publicar os avisos do costume.

Reitero a V. Mcê. as seguranças de minha estima e consideração. Visconde de Caravellas. Ao Sñr. Luiz Augusto de Padua Fleury, Encarregado de Negocios em Buenos Ayres.

Conforme

Barão de Cabo Frio

REBELIÕES DO PASSADO — CEARÁ, 1840

NOTA — Após a *Independência*, nossa *História* regista um período de agitações. Eram choques entre as heranças do passado *luso-brasileiro* e os surtos idealísticos decorrentes do processo evolutivo da *Civilização Ocidental*. Processo firmado por novos rumos no findar do século XVIII e início do século XIX, cujo apogeu foi marcado pela *Revolução Francesa*.

Segue-se, influyendo no mecanismo das *relações humanas*, quer entre os povos quer no âmbito peculiar a cada um dêles, o surto da *máquina a vapor* e do *telégrafo*.

No Brasil tudo isto repercute, com aspectos peculiares ao seu *ambiente*. Após a *Independência*, em virtude das agitações características das condições nacionais, houve o risco da quebra da sua *unidade* política. Felizmente isso foi evitado pela sabedoria de José Bonifácio, dando à *fundação do Império* caracter preponderante sobre quaisquer dessidências nos *modos de ver* o que como organização política, mais lhe convinha. É o que significa a aclamação de D. Pedro I. na função de *Imperador Defensor Perpétuo do Brasil* — em confirmação da aclamação do Fico — sugerida por José Clemente Pereira. Não obstante, as agitações não puderam ser evitadas. Os *pro-lusitanos*, os *republicanos*, os *esclavagistas*, segundo parece através de D. Domitília, etc. conseguem derrubar José Bonifácio do Governo, do *Ministério*. Surge então a oposição e a campanha de resistência dos Andradas, caracterizada pelo jornal *O Tamoyo*.

É um período de lutas e agitações políticas que põem em risco a *unidade do Brasil*, o qual apenas cessa com a *Maioridade de D. Pedro II*. Então, como refere Limpo de Abreu, em 1836, o que até aí preponderava nos debates e atividades era «o desencadeamento de todas as paixões».

Tal fase histórica termina com o findar da *Guerra farroupilha*, em 1845, graças à influência de personagens que se destacam, entre outros, como Caxias e Honório Hermeto Carneiro Leão. Depois, decorre o período áureo da *Monarquia*, a década de 1850, quando há *progresso sem desordem*.

Os documentos aqui divulgados revelam aspectos peculiares do período anterior, o da *desordem*, mostrando as influências individualistas, atuantes nos *bastidores*.

Atestam também que havia personagens, como Alencar, capazes de apaziguar os distúrbios. . .

Ontem era assim. Hoje por outros motivos e por excitações adequadas à nossa época, porque o *homem é o mesmo*, as cousas se passam lembrando o passado. . . *Mutatis, mutandis*. . .

C. D. R.

Ilmo. e Exmo. Senhor.

Levo ao precioso conhecimento de Vossa Excellencia, que a tranquillidade publica d'esta Provincia tem sido perturbada em diversos pontos, apparecendo em 8br^o do anno pp. uma reunião tumultuaria do povo na Villa de Baturité, que á final se debandou pelos meios brandos e conciliadores que empregou o Presidente da Provincia, cumjunctamente com alguns amigos da Ordem. Depois d'isto rebentou uma sublevação na Villa de S. Bernardo das Russas no dia 23 de Novembro do anno pp. fazendo eu partir da Capital para alli, tanto que chegou a noticia, uma força de cincoenta e cinco praças de 1^a L^a.

Achando-se o Presidente da Provincia na Villa do Sobral, a onde o chamou o Serviço Publico, como fiz constar a Vossa Excellencia, foi ahi, no dia quatorze de Dezembro, attacado por parte da tropa de 1^a L^a, conseguindo um completo triumpho, como Vossa Excellencia verá da copia incluza. No dia vinte quatro de Dezembro entrarão de surpresa no Aracaty os sediciosos de S. Bernardo reunidos aos desta Villa, e depois de aturado fogo, se puzerão em fuga, tendo-se-lhes tomado toda a bagagem.

Depois de se ter S. Excia. o Presidente da Provincia recolhido á Capital, chegou a noticia de ter sido a Villa do Cascavel, no dia vinte e sete de Dezembro, atacada por alguns desvairados de Monte-Mór Velho e d'alli, os quaes fôrão postos em fugida depois de um decidido fogo. Deos Guarde a preciosa Vida de Vossa Excia. para amparo da Marinha Brasileira.

Bordo da Escuna de Guerra — Vitoria — Surta no Porto do Ceará em 1º de Janeiro de 1841.

Illmo. e Exmo. Senhor Antonio Francisco de Paulo Cavalcanti e Albuquerque.

Dignissimo Senador do Imperio, e Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha

Caetano Alves de Souza
Capitão Ten.º e Comm.º

Documentos Navais — IHGB — Anos 1840-43 — L. 23.

DOCUMENTOS CÓPIA

Apressadamente faço êste para contar os tristes acontecimentos, de que esta Villa acaba de ser o theatro. Bem sabe que o Torres, desde que se apodera de um commando qualquer, não o larga sem fazer uma rusga. Desde que aqui cheguei que lucto por arrancar-lhe a força, que já aqui era desnecessaria, e que só servia para elle e os seos locupletarem-se. A pezar de todo o geito e brandura, não pude conseguir que elle deixasse de agastar-se, e então os seos officiaes de sua maior confiança Jacarandá, Lins e Jatahy começárão a seduzir a Tropa: tinham já tirado o destacamento de S. Pedro, e o Lins trouxe da Villa-Viçosa — contra a ordem expressa do Governo toda a força que lá tínhamos. Pretenderão com ella attacar esta Villa, quando podessem reunir alguma gente dos arrebaldes; e como ninguem se lhes prestou, cuidárão em outro plano. Estando já a Tropa aqui reunida quasi toda hontem, alliciárão alguns soldados, e o Corneta-Mór, este furtou todas as cornetas (tendo já o Torres não entregado os instrumentos da Musica), e às 8 horas da noite, aproveitando-se de escuro, tocárão chamada de campo no quartel em que a Tropa se aquartelava, quando era commandada pelo Torres, e como já tinham alguns soldados reunidos, attacárão repentinamente as ruas immediatas à Casa em que aqui resido. O perigo foi imminente; porque não se esperando tão grande attentado, ninguem estava para elle inteiramente preparado; demais não estava na Tropa do Governo uma só corneta, com que os cornetas q̃ ficarão, podessem tocar à rebate: tocou-se com tudo no sino: os officiaes fieis corrêrão ao Quartel com imminente perigo, reunirão a força que appareceo, e com ella se entrincheirárão nos bêcos e ruas oppostas àquellas, onde estavam os rebeldes. Estes

já a este momento fazião fogo de diversas partes, e tinham tirado da cadeia o criminoso de morte Campello. No primeiro ataque atraído, e repentino matarão dois soldados, e ferirão cinco, e destes um gravemente. Os nossos tomáráo posições, e sustentáráo o fogo, que durou toda a noite com poucos intervallos. Ao amanhecer fugirão vergonhosamente na carreira, deixando dois soldados mortos na porta do Torres, e dizem que o infame Lins leva uma perna quebrada. Parece-me que a gente com que corrêão não passaria de cincoenta homens: o Governo tem hoje aqui ao pé de trezentas bayonetas, e cuido que até amanhã reunirei quatrocentos Guardas Nacionais. Custa-me aconter a indignação d'este povo pacifico contra malvados, que à sangue-frio aterrão uma população inteira, sacrificio as vidas innocentes dos Defensores do Throno Augusto do Monarcha Brasileiro. O Torres fugio com seo irmão Lucas, e este carregou com dois contos de réis da Nação, que existião na mão d'elle como Pagador nomeado por mim. Achou-se dentro da casa do Torres um sargento balleado dos rebeldes. Agora mesmo chega a noticia de que a gente dos rebeldes foi encontrada ainda perto d'esta Villa commandada pelo infame Jacarandá, e que ião cinco ou seis feridos. Vou mandar á traz d'estes malvados: se na Cidade apparecer Torres, Jatahy, Lins, Lucas e Joaquim Bezerra, mande os metter immediatamente à bordo da Escuna. Muito cuidado na segurança publica da Cidade; eu chegarei ahi brevemente com bastante força. Deos Guarde a Vossa Mercê — Residencia do Governo do Ceará na Villa do Sobral 15 de Dezembro de 1840. José Martiniano de Alencar. — Senhor Capitão Tenente Commandante da Escuna — Victoria.

Está conforme

Caetano Alves de Souza.
Capp.^m Ten.^e e Comm.^e

Documentos Navais — IHGB — Anos 1840-43 — L. 23.

Nº 2 — Illmo. e Exmo. Senhor.

Levo ao preciozo conhecimento de Vossa Excellencia que esta Provincia já vai gozando de algum socego, devido ás energicas providencias, de que tem lançado mão o actual Prezidente, o qual lançando em parte hum véo de esquecimento aos sediciosos do Aracaty e S. Bernardo, depois de estes haverem deposto as armas em consequencia de uma especie de perdão que a elles se lhe déra. À bordo d'esta Escuna se achão alguns dos

comprehendidos nas diversas commoções que aqui teem apparecido, e entre estes um tal — Abreo — de S. Bernardo, que, tendo-se retirado para esta Villa, em virtude do perdão ou esquecimento que tivéra, não hesitou em reincidir no crime de sedição, e já estava reunindo alguns incautos, quando foi de novo prezo pelas forças legaes n'aquelle ponto estacionadas.

Não terminarei este officio sem me manifestar a Vossa Excellencia o pasmo e admiração extrema, que cauzou a mim e aos habitantes de boa-fé d'esta Capital, a summa clemencia e brandura, de que tem uzado o Senador Alencar para com os Officiaes, e mais pessoas que promoverão a sedição de Sobral, mostrando d'esta arte possuir uma alma nobre, e um coração grande. Forçozo porem me he affirmar a preciosa Pessoa de Vossa Excellencia que ainda não julgo de todo restabelecida a Ordem Publica n'esta Provincia, o que breve participarei a Vossa Excellencia.

Deos Guarde a Vossa Excellencia.

Bordo da Escuna de Guerra — Victoria surta no Porto do Ceará em 31 de Janeiro de 1841.

Illmo. e Exmo. Senhor Antonio Francisco de Hollanda Cavalcanti d'Albuq.^o Senador do Imperio, e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha.

Caetano Alves de Souza.
Capitão Ten.^e e Comm.^e

PROF. PIRAJÁ DA SILVA

Na Capital de São Paulo, faleceu em 1º de março próximo passado, o ilustre brasileiro, Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva, professor emérito da Universidade da Bahia e sócio honorário do I. H. G. B.

A perda sofrida pela Medicina Brasileira é das maiores que ela tem experimentado ultimamente, pois, o renome universal do Prof. Pirajá da Silva deitava sobre a nossa Ciência uma luz de intenso fulgor. A glória científica de Pirajá da Silva é das mais legítimas. É ele o descobridor incontestável do verme *Schistosoma Mansoni*, cuja descoberta levada a feito, em 1908, na Bahia, em condições primárias de investigação, revelou a sua capacidade invulgar de pesquisador no campo da biologia e da clínica.

Nasceu Manuel Augusto Pirajá da Silva, na cidade de Camamu, Estado da Bahia no dia 28 de janeiro de 1873, filho do Bacharel Eduardo Augusto da Silva e D. Maria Veridiana da Silva Pirajá. Estudou preparatórios em Salvador, Colégio Professor Manuel Florêncio, matriculando-se em 1891 na Faculdade de Medicina, formando-se em 1896. Defendeu tese sobre doenças infecciosas, matéria na qual, mais tarde, se tornou mestre.

Casou-se em 1898 com D. Elisa da Silva Rocha. Estêve na Amazônia onde pensou em fazer clínica, lá porém não permaneceu. Voltando a Salvador foi nomeado Assistente da Cadeira de Clínica Médica, a cargo do Prof. Anísio Circondes de Carvalho, tornando-se um verdadeiro homem de laboratório. As conquistas científicas mundiais obtidas através da pesquisa microscópica, refletiam em sua alma como um estímulo único para os seus estudos. O ano de 1908 foi o seu momento feliz de pesquisador, descobrindo em doente hospitalizado e identificando o *Schistosoma Mansoni*, assim chamado em homenagem a Patrick Manson, de Londres. A sua descoberta levou-o, no fim desse ano, à Europa. Lá viu coroada de sucesso a sua pesquisa, apesar dos debates que ela levantou.

Em 1911 foi nomeado professor da Cadeira de História Natural da Faculdade de Medicina da Bahia e depois Professor de Parasitologia, no ensino da qual foi aposentado em 1937.

Por interesses de estudos fêz várias viagens à Europa, em cujos meios científicos de Londres, Paris e Hamburgo era tratado como grande tropicalista brasileiro.

A sua vocação para biologia, levou-o a amar a historiografia brasileira. Estudou a obra de Martius e de Gabriel Soares, em profundidade, estando ambos os livros anotados por êle, nas novas edições, incluídas na Coleção Brasiliana.

Muitas instituições científicas e culturais, nacionais e estrangeiras, cobiçaram o seu vulto para figurar em seus quadros sociais, o I. H. G. B., também o fêz. Manuel Augusto Pirajá da Silva foi sócio honorário do Instituto, eleito no dia 26-6-940, por proposta assinada por J. C. Macedo Soares, Max Fleiuss, J. de A. Figueira de Mello, Feijó Bittencourt, Radler de Aquino, General Francisco José Pinto, Alfredo Nascimento Silva, Alfredo Ferreira Lage, Virgílio Corrêa Filho, H. Canabarro Reichardt, Oliveira Vianna.

A Revista registra com pesar o seu desaparecimento.

M. X. Vasconcelos Pedrosa.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JANEIRO DE 1961

- Pimenta (José de Mello) — De Sagres à Índia Portuguesa. Gráfica Biblos Ltda. Editôra São Paulo, 1960. 220 págs.
- Política de Desenvolvimento da Amazônia. Vols. I e II. Presidência da República. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. SPVEA — 1954-1960. 210-468 págs. Oferta do Superintendente Waldyr Bouhid.
- Dunlop (Charles J.) — Rio Antigo. Vol. III — Editôra Rio Antigo Ltda. Rio de Janeiro, 1960. Gráfica Laemmert Ltda. 138 págs. Oferta do autor.
- Harris (ChauneY D.) — An Annotated World List of Selected Current Geographical Serials in English. University of Chicago. November, 1960. Illinois.
- Marinello (Juan) — Revolucion y Universidad. Gobierno Provincial Revolucionario de la Habana. 1960. 27 págs.
- Documentos para la Historia del Libertador General San Martín — tomos de I a VIII. Instituto Nacional Sanmartiniano y Museo Historico Nacional. Buenos Aires. Rep. Argentina. 1960. Tomo I — 469 págs. Tomo II — 641 págs. Tomo III — 587 págs. Tomo IV — 707 págs. Tomo V — 583 págs. Tomo VI — 537 págs. Tomo VII — 611 págs. Tomo VIII — 429 págs.
- Roverano (Andrés A.) — Santa Fé La Vieja. Ministerio de Educacion y Cultura, 1960. Santa Fé, Rep. Argentina.
- Ramos (Alberto Escalona) — Cronologia y Astronomia Maya — Mexico. (Com un anexo de historias indigenas) — Mexico, 1940. 403 págs.
- Lins (Augusto Emilio Estellita) — «Curriculum Vitae», 1960. Vitória. Espirito Santo.
- Franco (José L.) — Documentos para la Historia de Venezuela. Homenaje del Gobierno Revolucionario de Cuba. A Venezuela en el Sesquicentenario de su Independencia. 1810-1960. La Habana. 347 págs.

- Anales de la Universidad de Chile — nº 119 — año CXVIII
— tercer trimestre de 1960. Homenaje al sesquicentenario,
1810-1960. Santiago de Chile. 320 págs.

*Da Presidência da República. Serviço
de Documentação. (Doação)*

- Antecedentes Históricos (1549-1896) — 1º vol. (1897-1945)
— 2º vol. Coleção Brasília. Imprensa Nacional, 1960. Rio
de Janeiro. 336 e 275 págs. 2 vols.
- Mensagens. 1957-58. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro,
1960. 149 e 142 págs. 2 vols.
- Síntese Cronológica — vols. I e II. Imprensa Nacional, 1960.
Rio de Janeiro. 466 e 443 págs. 2 vols.
- Resenha do Govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek de
Oliveira (1956-1961) tomo II — (1956-1961) tomo IV.
Imprensa Nacional, 1960. Rio de Janeiro. 370 e 302 págs.
2 vols.
- Diário de Brasília. 1956-57. Coleção Brasília — vols. IV e
VII. Imprensa Nacional, 1960. Rio de Janeiro. 247 e 445
págs. 2 vols.
- Operação Pan-Americana. Documentário III e Compilação
de Documentos VI. Imprensa Nacional, 1958-1960. Rio
de Janeiro. 110 e 330 págs. 2 vols.
- Brasília — História de uma Idéia. Coleção Brasília — III-A.
Imprensa Nacional, 1960. Rio de Janeiro. 169 págs. 1 vol.
- Programa de Metas — del Presidente Juscelino Kubitschek
de Oliveira. Situación del plan de fomento economico el
31 de diciembre de 1958. Imprensa Nacional, 1959. Rio
de Janeiro. 89 págs. 1 vol.
- Oliveira (Juscelino Kubitschek de) — Uma Campanha De-
mocrática. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro.
257 págs. 1 vol.
- Oliveira (Juscelino Kubitschek de) — Síntese das Realizações
do Governador. Quatro anos do Govêrno de Minas Gerais
(1951-1955). Livraria José Olympio Editôra. Rio de Ja-
neiro, 1959. 388 págs.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 1961

- Vidal (Carlos) e Lucas (Galvão) — Angiopneumografia —
III. Contribuição da Angiopneumografia para o estudo da

fisiodinamia respiratória dos pulmões. Lição proferida em 30 de março de 1960. Biblioteca de Altos Estudos. Academia das Ciências de Lisboa, Ottos Gráfica Ltda. Lisboa, 1960. 60 págs.

- Calógeras (J. Pandiá) — A Política Monetária do Brasil. Companhia Editôra Nacional. Tradução de Thomaz Newlandete Neto. Brasiliense, vol. 18. (Grande formato). São Paulo. 530 págs.
- Navarro (José Gabriel) — El Arte en la Provincia de Quito. Instituto Panamericano de Geografía e Historia Plan Piloto del Ecuador. Mexico, 1960. 98 págs.
- Almeida (Antônio Paulino de) — Memória Histórica sobre S. Sebastião. São Paulo. 230 págs. Oferta do autor.
- Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro — nº 12 — 1959. IBGE. Rio de Janeiro. 280 págs.
- Castro (M. Vianna) — A Aristocracia Rural Fluminense. Gráfica Laemmert Ltda. Editôra. Rio de Janeiro. 25 págs.
- Arquivo Histórico do Itamaraty — parte III — 35 Pareceres do Conselho de Estado. 36 Documentos Históricos — 1ª série, vols. 1822-1930. 37 Documentos Históricos — 2ª série, avulsos, 1822-1930.
- Introdução do Ministro Horácio Láfer. Seção de Publicações. MRE. Imprensa Nacional, 1960. Rio de Janeiro. 219 págs.

Doação do Conselho de Desenvolvimento

- Plano de Desenvolvimento Industrial. Documento nº 1. 34 págs. Rio de Janeiro.
- Relatório do Grupo de Trabalho encarregado da Revista da Legislação da Energia Elétrica. Documento nº 7. 60 págs. Rio de Janeiro.
- Cooperação Econômica entre os Estados Unidos e o Brasil. Vol. III — Documento nº 11. Rio de Janeiro.
- Política Monetária e Fiscal. Documento nº 13. Rio de Janeiro, 1956.
- Mecanização da Agricultura. Documento nº 14. 49 págs. Rio de Janeiro.
- Fundo Federal de Eletrificação. Documento nº 16. 54 págs. Rio de Janeiro, 1956.
- Exportação de Carne e Aspectos Gerais da Economia Pecuária. Documento nº 17. Rio de Janeiro, 1957.

- Exportação de Minérios de Ferro. Relatório final. Documento nº 18. Rio.
- Exportação de Minérios de Ferro. Documentação. Documento nº 18. Vols. I e II. Rio.
- Financiamento dos Serviços Municipais de Abastecimento d'Água. Documento nº 19. Rio de Janeiro, 1917.
- Análise do Esforço Financeiro do Poder Público com a Educação (1948-1956) — Documento nº 20. Rio de Janeiro. 59 págs.
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre Fixação de normas a serem adotadas pela Indústria Automobilística. Documento nº 22. Rio de Janeiro. 12 págs.
- Educação para o Desenvolvimento. Documento nº 20. Rio de Janeiro. 92 págs.
- Serviços Telefônicos. Documento nº 26. Rio de Janeiro, 1959. 83 págs.
- Material Ferroviário. Documento nº 30. Rio de Janeiro, 1959. 153 págs.
- Assistência Técnica e Provimento de Recursos Financeiros ao Desenvolvimento da Formação de Pessoal Técnico no Brasil. Meta 30 (1957-1959. Documento nº 31. Rio de Janeiro, 1959. 139 págs.
- Problemas da Pequena e Média Empresa. Documento nº 33. Rio de Janeiro, 1960. 112 págs.
- Grupo Executivo de Modernização da Agricultura Gemag. Documento nº 34. Rio de Janeiro, 1960. 64 págs.
- Revisão do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos. Rio de Janeiro, 1956.
- Grupo de Trabalho de Fomento à Exportação (FOEXP). Subgrupo: Matérias Primas. Gêneros Alimentícios. Manufaturas. Transportes e Problemas Correlatos. Rio de Janeiro, 1959. 11 págs.
- Relatório do Primeiro Ano de Atividades. 1959-1960. Rio de Janeiro. 60 e 50 págs.
- Plano de Desenvolvimento Econômico. 1957. Estudos e Relatórios. Energia — vol. II. Meta de Energia Elétrica. Rio de Janeiro. 227 págs.
- Programa de Metas. 1959. Rio de Janeiro. 401 págs.
- Meira (Lúcio, Ministro) — Os efeitos promocionais da indústria automobilística. (Separata de Economia Brasileira — vol. IV — ns. 1-2. Rio de Janeiro. 39 págs.

- Geicon — Legislação — julho-novembro de 1958-1959. Rio de Janeiro.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO DE 1961

- Plano de Desenvolvimento Econômico, 1957. Estudos e Relatórios. Energia, vol. II. Meta de Energia Elétrica. Rio de Janeiro. 227 págs.
- Programa de Metas. 1959. 401 págs. Rio de Janeiro.
- Meira (Lúcio, Ministro) — Os Efeitos Promocionais de Indústria Automobilística. Estimativa dos benefícios e custos sociais da sua implantação no Brasil. Separata de Econômica Brasileira. Vol. IV — ns. 1 e 2, 39 págs. Rio de Janeiro.
- Geicon — Legislação — novembro, 1959-julho 1958. Rio de Janeiro.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — A Escola Politécnica da Bahia sob a administração do Estado de 1940-1944. Bahia, 1957. Fundação Gonçalo Moniz. 196 págs.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — 25 Anos de Rotary na cidade do Salvador. Histórico organizado pelo ex-Governador. Bahia, 1959. Tipografia Manú Editôra Ltda. 279 págs.
- Guimarães (Archimedes Pereira) — O Instituto de Tecnologia da Bahia. História, finalidades, recursos e realizações — 6ª, 7ª e 8ª partes. Bahia, 1953-1960.
- Reis (José Carlos) e Poliakoff (Jean) — O Óleo de Dendê. Bahia, 1960. Fundação Gonçalo Moniz. 54 págs.
- Wagley (Charles) — A Revolução Brasileira. Tradução de Archimedes Pereira Guimarães. Livraria Progresso Editora. Bahia, 78 págs.
- Torres (Otávio) — Indice do Diccionario Bibliografico Brasileiro do Dr. Augusto Vitorino Alves do Sacramento Blake por ordem alfabética dos sobrenomes e por Estados com anexos dos estrangeiros que viveram no Brasil. Bahia. Fundação Gonçalo Moniz. 194 págs.
- Memória del II Congreso Inter-Americano. Asociacion Interamericana Pro Democracia y Libertad. Maracay 22 al 26 de abril de 1960. Imprenta Nacional. 341 págs. Caracas. Venezuela.
- Política 1954-1960 — Desenvolvimento da Amazônia — 1º vol.: Balanço das Atividades da SPVEA — 1954-1960.

- 2º vol.: Nova Política de Desenvolvimento. Presidência da República. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Gráfica Editôra Livro S. A. Rio de Janeiro. 1º vol. 210 págs. 2º vol. 221-470 págs. Oferta do Superintendente Dr. Waldyr Boihid.
- Branche (Henri Boullier de) — Inventário Sumário dos Documentos da Secretaria de Estado da Marinha. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1960. 56 págs.
- Garrison (Curtis W.) e Arbauch (Dorothy) — Coleções de Manuscritos, Documento de Arquivo e Filmes. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1960. 28 págs.
- Peckham (Howard H.) e Wiley (Bell Irvin) — O Registro Nacional de Manuscritos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 23 págs.
- Torres (João Camillo de Oliveira) — A Formação do Federalismo no Brasil. Vol. 308 Brasiliana. Companhia Editôra Nacional. 381 págs. São Paulo. Adquirido por compra.
- Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution. Publication 4392. Washington, 1960. 693 págs.
- Pereira Júnior (José Anthero) — Apontamentos Arqueológicos — ns. 1, 2, 3 e 4 — julho, agosto, setembro e outubro de 1960 — São Paulo.
- Mascarenhas (Nelson Lage) — Um Jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva) — Brasiliana, vol. 309. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 469 págs. Adquirido por compra.
- Romero (Gonzalo) — Reflexiones para una interpretacion de la Historia de Bolivia — Buenos Aires, 1960. Imprenta Lopes. 175 págs. Oferta do Ministério das Relações Exteriores.
- Chaves (Júlio Cesar) — El Presidente Lopes. Vida y Gobierno de Don Carlos. Editorial Ayacucho. Buenos Aires. 1955. 364 págs. Oferta do Ministério das Relações Exteriores.
- Leite (Duarte) — História dos descobrimentos. Coletânea de esparsos. Organização, notas e estudo final de V. Magalhães. Godinho. Edições Cosmos. Fascículo nº 17. Lisboa, 1959.

- Bastos (Abgvar) — A Conquista Acreana. Coleção Araújo Lima. SPVEA nº 11 — 1ª série. 62 págs. c/ ilustrações. 1960. Rio de Janeiro.
- Documents Diplomatiques Français (1871-1914) — 1e série (1871-1900) — tome XVI (18 novembre 1899 — 30 décembre 1900) — Imprimerie Nationale. Alfred Costes, 1959. Ministère des Affaires Étrangères. Commission de Publications Documents Relatifs aux Origines de la Guerre de 1914. Paris.
- Charnier (Henri) — As Transferências dos Documentos das Prefeituras para os Arquivos Departamentais. Rio de Janeiro, 1960. Arquivo Nacional. 44 págs.
- Branche (Henri Boullierde) — Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 1960. Arquivo Nacional. 39 págs.
- Os Franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820). Rio de Janeiro, 1960. Arquivo Nacional. 42 págs.
- Duarte (Clenício da Silva) — Estudos de Direito Administrativo — vol. I — DASP — Serviço de Documentação. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1960. 604 págs.
- Peixoto Júnior (Augusto do Amaral) — A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro em 1959. Composto e Impresso por Irmãos Di Georgio & Cia. Ltda. Editôra. Rio de Janeiro. 353 págs.
- Rothenberg (Gunther Erich) — The Austrian Military Borders in Croatia, 1522-1747. Illinois Studies in the Social Sciences. Vol. 48. The University of Illinois Press. Urbana, 1960.
- Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo. Estudios y Resúmenes de Discusiones celebradas en el Seminario de San Juan. Puerto Rico. Union Panamericana. Washington, D.C. 1960.
- Antropologia de Mesoamerica, Symposium de la American Anthropological Association — primera parte. «Edición de Gordon R. Willey, Evon Z. Vogt y Angel Palerm.» Union Panamericana. Woshington, D.C. 1960.
- Rheingantz (Carlos G.) — Titulares do Império. Arquivo Nacional. Vol. 44. 1960. Rio de Janeiro.
- Bastide (Roger) — O Candomblé da Bahia. (Rito Nagô) — Brasileira. Volume 313. Companhia Editôra Nacional. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo. 370 págs. São Paulo.

- França (Mário Ferreira) — Notícia Histórica do Sanatório Naval em Nova Friburgo. Imprensa Naval. Rio de Janeiro. 1961. Oferta do autor.
- Pueyrredon (Carlos A.) — La Revolucion de Mayo segun amplia documentation de la epoca, 1810. Ediciones Peuser. Buenos Aires. Rep. Argentina, 1953.
- Vieira (Adalberto Boanerges) — Do Berço ao Túmulo. Editorial Bibliográfico do Brasil Ltda. livraria Freitas Bastos. S. A. Rio de Janeiro, 1960. 120 págs.
- Cailllet-Bois (Ricardo R.) — Archivo del Brigadier General Juan Facundo Quiroga — tomo II (1821-1822). Adver-tencia de ... Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires. Republica Argentina. 280 págs.
- Cardoso (Armando Levy) — Toponimia Brasília — Biblio-teca do Exército — Editôra. 1961. Rio de Janeiro. 476 págs.
- Cardoso (Armando Levy) — Amerigenismos — Tomo J. Biblioteca do Exército — Editôra. 1961. Rio de Janeiro. 396 págs.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JANEIRO
DE 1961

- Américas — outubro de 1960 — vol. XII — nº 10 — 44 págs. Rio de Janeiro.
- Engenharia — Órgão oficial do Instituto de Engenharia — ns. 211, 212 e 214 — junho, julho e setembro de 1960 — vols. XVIII-XIX anos XVIII-XIX. São Paulo.
- Revista DAE — Departamento de Águas e Esgôtos — nº 38 — setembro de 1960. — ano XVIII. São Paulo. 123 págs.
- Fôlha Democrática — 15 e 20 de dezembro de 1960 — c/ suplemento — ns. 178-179 e 180-181 — ano XIII. Bangu. Rio de Janeiro.
- Endeavour — nº 76 — vol. XIX — outubro de 1960. Lon-dres. 179-236 págs.
- AEC — Revista mensal da Associação dos Empregados no Comércio — dezembro de 1960 — nº 130 — ano XIII. Rio de Janeiro. 24 págs.
- Boletim Paulista de Geografia — julho de 1960 — nº 35. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo. 87 págs.

- Lista Diplomática — setembro-outubro de 1960. Rio de Janeiro.
- Casa de las Americas — vol. I — nº 2 — agosto-setembro de 1960. La Habana. 93 págs.
- Revista Marítima Brasileira — outubro, novembro e dezembro de 1959 — ns. 10, 11 e 12 — ano LXXIX. Rio de Janeiro. 468-656 págs.
- Bulletin of The New York Public Library — november, 1960 — vol. 64 — nº 11. New York.
- Bulletin Société Suisse des Américanistes — septembre de 1960 — XI^{me} année — nº 20. Geneve — Suisse.
- Notícia — semanário ilustrado — ns. 48 e 50 — 12 e 26 de novembro de 1960 — ano I. Luanda — Angola.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — dezembro de 1960 e janeiro de 1961 — ns. 210 e 211 — ano XVII. Rio de Janeiro.
- Bolamense — Órgão de Propaganda Regional de Cultura e de Turismo — ns. 48 e 49 — ano V julho e agosto de 1960. Bolama.
- Brasil Futuro — um jornal a serviço do Brasil — ano I — novembro de 1960 — n. 6. Rio de Janeiro, GB.
- Revista da Faculdade de Letras — III série — n. III. Universidade de Lisboa. 1959. 236 págs. Lisboa.
- Revista Brasileira de Estatística — julho-dezembro de 1959 — ns. 79-80 — ano XX. Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro.
- Catalogo — Libros del Mês — septiembre-octubre de 1960 — Madrid.
- Revista das Academias de Letras — ns. 72, 73 e 74 — 1958, 1959 e 1960 — anos XIX, XX e XXI. Rio de Janeiro.
- Revista Historica — Publicacion del Museo Historico Nacional — agosto de 1960 — ns. 89-90 — tomo XXX — año LIV — 2^a época) — Montevideo. 1960. 573 págs.
- Boletín Bibliografico de la Secretaría de Hacienda y Crédito Publico — ns. 183-184 e 185 — agosto e setembro de 1960 — Mexico.
- Brazila-Esperantisto — januaro, aprilo, 1960 — ns. 550-53-54. A. Jaro.
- INRA — Revista mensual ilustrada — año I — octubre de 1960 — nº 9. La Habana — Cuba.

- El Avance — 25 de noviembre e 2 e 9 de diciembre de 1960 — año I — ns. 23, 24 e 25 — Miami, Fla. Viernes.
- The Geographical Journal — vol. CXXVI — part 3 — september 1960 — The Royal Geographical Society, London. 261-388 págs.
- Livros de Portugal — outubro de 1960 — nº 22 — Lisboa.
- Art and Auctions International Art Dealers and Collectors Guide — vol. 5 — nº 90 — 15 de november 1960. Rotterdam. Holland.
- Mella — mayo, 15 de 1960 — nº 174. Revista de la Voz de la Juventud — año XVI. La Habana.
- Fraternalitatis Lumen — ano V — nº 13 — 1960. Roma.
- Revista de Historia de las Ideas — nº 2 — octubre de 1960. Instituto Panamericano de Geografia e Historia. Quito. Ecuador.
- Revista do Livro — nº 19 — ano V — setembro de 1960. Instituto Nacional do Livro. c/ Índice do nº 1 ao 16 e suplemento. Rio de Janeiro GB.
- Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto — vol. XXXIX — ns. 2, 3 e 4 — Imprensa Portuguesa. 1956-57. Pôrto.
- Catalogue nº 16. Bibliothèques Célèbres Livres Rares. Librairie Salet. Paris VII^e. 1960.
- Universidad Pontificia Bolivariana — vol. XXIV — abril-julio, 1960 — nº 86. Publicacion trimestral. Medellin. Colombia.
- Katalog Verlags. Walter Gruyter & Cia. 1960. Berlin.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — nº 10 — vol. VI — Outubro de 1960. Rio de Janeiro. 120 págs.
- America Indigena — Organo trimestral del Instituto Indigenista Interamericano — vol. XX — nº 4 — octubre de 1960. Mexico, D.F.
- Catalogue nº 812 — Books Ancient & Modern on a Large Variety of Subjects. Francis Edwards Ltd. 1960. London.
- Bibliografia Bibliotecologica por Ema Linares. Bibliografia series nº 49. Union Panamericana. Washington, DC. 1960.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências — 30 de junho de 1960 — nº 2 — vol. 32. Rio de Janeiro. 163-298 págs.

- Bulletin of The Geological Institutions of The University of Uppsala — vol. XXXVIII — parts 2, 3 e 4 — Uppsala, 1960. 89-203 págs.
- Revista de Direito da Procuradoria Geral — nº 9 — 1960. Rio de Janeiro, GB. 500 págs.
- Revista Geográfica — nº 51 — tomo XXV — julho-dezembro de 1959. Instituto Panamericano de Geografia e História. Rio de Janeiro.
- Catalogue nº 811. Incunabula English Books before 1700. History of Trade and Educations Economics and Early Dictionaries. Francis Edwards Limited. London. 1960. 100 págs.
- Boletin de la Academia Nacional de la Historia — abril-junio de 1960 — 170 — tomo XLIII — Caracas. Venezuela. 197-426 págs.
- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch-heft — 3 e 4 — 1960. Frankfurt/M.
- Ocidente — nº 472 — dezembro de 1960 — vol. LIX. (Revista Portuguesa Mensal) — Lisboa. 307-240.
- Boletin del Archivo General de la Nacion — tomo XXX — nº 4. Mexico.
- Bulletin of The Institute of Historical Research — volume XXXIII — nº 88 — november, 1960 University of London. London.
- El Avance — 23 de diciembre de 1960 — nº 27 — año I — Miami. Fla. Viernes. 28 págs.
- Anais da Academia Portuguesa da História — II série — vol. 10. Lisboa, 1960. 242 págs.
- Livros de Portugal — novembro de 1960 — nº 23. Lisboa.
- Art and Auctions International Art Dealers and Colletors Guide — december, 1960 — nº 92 — vol. 4. Rotterdam. Holland.
- Catalogo. Libro del mês diciembre de 1960 — Instituto Nacional del Libro Español. Madrid.
- Accion Indigenista — ns. 84, 85 e 86 — junio, julio e agosto de 1960. Instituto Nacional Indigenista. Mexico, D.F.
- El Avance — 20 de enero de 1961 — año I — nº 31. Miami Fla. Viernes.
- Catalogue nº 814 — Arts Grafts. A Catalogue of Books Francis Edwards Limited. London. England.

- INRA — Revista mensual ilustrada, año I — noviembre de 1960 — nº 10. La Habana.
- Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico nº 10 — 1960. Rio de Janeiro. Ministério da Guerra. 340 págs.
- Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay — tomo XXII — año 1955. Montevideo. Oferta do Instituto Rio Branco. 891 págs.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 1961

- Notícia — semanário ilustrado nº 52 — ano I — 10 de dezembro de 1960. Luanda. Angola.
- Cuba, 1960 — julio-agosto de 1960. Departamento de Asuntos Culturales. Cuba. 199 pp.
- A Lâmpada — abril e junho de 1960. — ano XXX, nº 107. Instituto Néo Pitagórico. Curitiba. Paraná. Curitiba.
- Geographical Review — january, 1961 — number 1 — volume LI. The American Geographical Society of New York. 158 págs.
- Bulletin of The New York Public Library — december 1960 — vol. 64 — nº 12. N.Y.
- Boletim de la Unesco para las bibliotecas — vol. XIV — nº 6 — noviembre-diciembre de 1960. Paris. Francia.
- Livros de Portugal — nº 24 — dezembro de 1960 — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros. Lisboa. 29 págs.
- Revista de História — Publicação trimestral — julho-setembro e outubro-dezembro de 1960 — ns. 43 e 44 — ano XI — de 1 a 288 e 289 a 567 págs. São Paulo.
- Ciencias Políticas y Sociales — Revista de la Escuela Nacional de Ciências Políticas y Sociales — julio-septiembre de 1960 — nº 21 — año VI. Universidad Nacional Autónoma de Mexico. 377-535 págs. Mexico.
- Boletim Bibliografico de la Secretaria de Hacienda y Credito Publico — 15 de septiembre de 1º e 15 de octubre de 1960 — ns. 186, 187 e 188. Mexico.
- The New Leader — january, 2 — 1961 — vol. XLIV — number 1. New York.
- Boletim do IBA — Instituto Brasileiro de Acústica — outubro de 1960 — nº 30. Rio de Janeiro.

- Boletín Informativo — Departamento de Estado Libre Asociado de Puerto Rico — septiembre de 1960 — nº 1 — año VII. San Juan. Puerto Rico.
- Pen Clube de São Paulo — XXXI Congresso de São Paulo — Oração de encerramento — julho de 1960 (English Summary) nº VI. São Paulo.
- Pen Clube de São Paulo — XXXI Congresso Internacional dos Pen Clube. (Aniversário) — Conferências. Homenagens — V — novembro de 1960. São Paulo.
- O Eco — jornal — 14 e 21 de janeiro de 1961. — ns. 1170 e 1171 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- El Avance — 13 de enero de 1961 — año I — nº 30. Miami. Fla. Viernes.
- The Florida Historical Quartely — vol. XXXIX — nº 2 — octubre de 1960. The Florida Historical Society Florida. 107-201 págs.
- Cuadernos de Historia Diplomatica — nº 2 — 1955. Universidad de Zaragoza. España. Oferta do Instituto Rio Branco. 352 págs.
- Przegląd Geograficzny Polish Geographical Review. Polish Academy of Sciences. Institute of Geography. (Supplement). Vols. XXXI-XXXII. Warszawa. 1959-1960.
- Przegląd Geograficzny Polska Akademia Nauch Instytut Geografii. Tom XXXI — zeszyt 2 — 3/4 — tom XXXII zeszyt 1 e 2. Werszawa. 1959-1960.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Vol. LVIII — Gráfica Canton Ltda. 1960. São Paulo. 667 págs.
- Catalogue nº 813 — 1960. Francis Edwards Limited. London. England.
- Studia Geograficzne nad Aktywizacja Małych Miast. Polska Akademia Nauk. Instytut Geografii Prace Geograficzne nr. 9. Warszawa, 1957. 526 págs.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — outubro de 1960 — nº 10 — vol. VI. Rio de Janeiro, GB. 120 págs.
- Katalog Verlags nachtrag — 1959-1960, 15 de july. Walter de Gruyter & Co. 144 pp.
- Tempo Presente — ns. 17 e 18 — II ano — set./out. de 1960. Revista Portuguesa de Cultura. Lisboa. 184 págs.

- Aufruf Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Alexander von Humboldt — Hommission, 1960. 40 págs.
- Catalogue nº 812. Books Ancient & Modern on a large Variety of Subjects. Francis Edwards Ltd. London, 1960.
- Katalog Antiquariats Amerika F. A. Brockhaus. Stuttgart.
- Annual Report of the American Historical Association for the year, 1959 — vol. I. Washington, DC. 51 págs.
- Art and Auctions International Art. Dealers and Collectors Guide — vol. V — nº 91 — 30 de November, 1960. Holland.
- Últimas Notícias Esteno-Dactilográficas — nº 16 — julho-agosto de 1960 — ano IV. Rio de Janeiro.
- Division of The Illinois State Geological Survey. Circulares: 297, 298, 299, 300 e 301. Urbana, 1960. University of Illinois Library.
- Contributions from the Museum of Paleontology — vol. XV — ns. 9, 10, 11 e 12 — july, august, september, 1960. University of Michigan. Ann Arbor.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exatas, Fisicas y Naturales — julio, 1960 — nº 42 — vol. XI. Bogotá. Colombia. 119 págs.
- BBB — Revista dos Editores — vol. VIII — ns. 10-11 — novembro-dezembro de 1960. Rio de Janeiro.
- Art and Auctions International Art. Dealers and Collectors Guide — vol. nº 4 — nº 93 — 30 de december, 1960. Holland.
- Estudios Americanos — Revista de Sintesis e Interpretacion — enero de 1960 — vol. XIX — nº 100. Sevilla. Espanha.
- Jornal of Inter-American Studies. October, 1960 — nº 4 — vol. II. School of Inter-American Studios. University of Florida. Gainesville. Florida.
- Bibliografia Brasileira de Educação — vol. 8 — nº 2 — abril-junho de 1960. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro.
- Boletin del Archivo Historico de Miraflores — julio-agosto de 1960 — nº 7 — año II. Imprenta Nacional. Caracas — Venezuela. 167 págs.
- Estudio — Organo de la Academia de Historia de Santander — ns. 258 a 262 — año XXIX — novembro de 1960. Bucaramanga. 191 págs.

- Notícia — semanario ilustrado — 3 e 17 de dezembro de 1960 — ns. 51 e 53 — ano I. Luanda.
- Boletín Cultural — agosto-septiembre de 1960 — ns. 9 e 10 — año I. Cuba.
- Boletín del Archivo General de la Nación — noviembre de 1959 — nº 187 — tomo XLIX. 259 pp.
- Saúde — maio e junho de 1960 — ns. 149 e 150 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro — junho e julho de 1960 — ns. 1 e 6 — ano XXVIII — vols. LV-LVI — Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão — 15 de dezembro de 1960 — nº 24 — ano 6. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- O Eco (jornal) — 28 de janeiro de 1961 — nº 1171 — ano XXXIII. Guaratinguetá. S. P.
- Contributions from The Museum of Paleontology ns. 13, 14 e 15 — november-december de 1960. The University of Michigan. Ann Arbor.
- Anales de la Academia Argentina de Geografia — nº 2 — ano 1958. 210 págs. Buenos Aires.
- Anales del Instituto Nacional de Antropologia e Historia — tomo XII — nº 41 de la Coleccion — 1959. Secretaria de Educacion Publica. 1960 — Mexico D. F.
- Lista Diplomática — novembro e dezembro de 1960. MRE. Rio de Janeiro.
- Oriente-Occidente — vol. III — nº 4 — agosto de 1960. Unesco. Paris. Francia.
- El Avance — 5 de enero de 1961 — año I — nº 29. 32 págs. Viernes.
- Revista de História — nº 4 — año I — outubro de 1960. Caracas. Venezuela. 103 págs.
- Revista DAE — Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo — nº 39 — dezembro de 1960 — ano 21. Secretaria da Viação e Obras Públicas. São Paulo. 70 págs.
- Revista Colombiana de Folclore — vol. II — nº 5 — segunda epoca — año 1960. Instituto Colombiano de Antropologia. Imprenta Nacional. Bogotá D.E. 1960. 197 págs.
- Revista de la Universidad del Zulia — año sesquicentenario de la Independencia Nacional — segunda época — abril-

- mayo-junio de 1960 — nº 10 — año 3. Maracaibo. Venezuela. 153 págs.
- Brasil em Marcha — (jornal) — 3 de fevereiro de 1961 — ano I — nº 1. Rio de Janeiro.
- Almanaque Saúde — ano XX — 1961. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro.
- Notícia — semanário ilustrado — ano I — nº 54 — 24 de dezembro de 1960. Luanda.
- Catalogo Martinus Mijhoff. Publications The Hague. Imprenta Nacional. 1960. Cuba. La Habana.
- Boletim (folheto) — Instituto Brasil Estados Unidos — fevereiro de 1961. — nº 212 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- BBB — Revista dos Editores — Boletim Bibliografico Brasileiro — janeiro-fevereiro de 1961 — nº 1 — vol. IX. Rio de Janeiro.
- Boletim of The Geological Institutions of The University of Uppsala — vol. XXXIX — numbers 1 e 2. 1960. Uppsala.
- The Commonwealth of Puerto Rico — Washington.
- Noticias de Yugoslavia — ns. 4 e 5 — julio-agosto — nº 8 — novembre — año I. Belgrad.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — nº 12 — dezembro de 1960. — vol. VI. Rio de Janeiro, GB. 122 págs.
- Boletim Informativo do Japão — 1º de Janeiro de 1961 — nº 1 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- O Eco (jornal) — 4 de fevereiro de 1961 — nº 1172 — ano XXXIII. Guaratinguetá. S. P.
- Art. and Auctions International Art Dealers and Collectors Guide — vol. 4 — nº 94 — 16 january 1961. Holland.
- El Avance — 27 de enero e 3 de febrero de 1961 — año I — ns. 32 e 33. Miami. Fla.
- Revista de Educação — agosto e setembro de 1960 — nº 45 — ano XVIII. Ministério da Educação e Cultura de Goiás. Goiânia — Goiás.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO
DE 1961

- Journal of Inter-American Studies — vol. III — january, 1961 — n. 1. Florida. 146 págs.

- Revista do Clube de Engenharia — n° 293 — janeiro de 1961. Engenharia Editôra S. A. Rio de Janeiro. 58 págs.
- Noticiário Columbia — n° 113 — outubro, novembro e dezembro de 1960 — ano XIII. Rio de Janeiro. 16 págs.
- Noticiário das Nações Unidas — ano X — n° 12 — ano XI — n° 1 — 1960-61 — dezembro-janeiro. Rio de Janeiro.
- Anales de la Universidad de Chile — cuarto trimestre de 1960 — n° 120 — año CXVIII. Santiago de Chile. 270 págs.
- Boletín de la Universidad de Chile — n° 16 — octubre de 1960. Santiago de Chile. 48 pp.
- O Brasil em Marcha — 10 de fevereiro de 1961 — ano I — n° 2. Rio de Janeiro.
- Engenharia — ano XIX — vol. XIX — outubro de 1960 — n° 215. Rio de Janeiro. 116 pp.
- O Éco — jornal — 11 de fevereiro de 1961 — n° 1173 — ano XXXIII. Guaratinguetá. SP.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — série 77^a — ns. 10-12 — outubro-dezembro de 1959. Lisboa.
- INRA — Revista mensal ilustrada — año I — diciembre de 1960 — n° 11. La Habana.
- Verde Olivo — órgano de las fuerzas armadas revolucionarias — año I — n° 37 — 27 de novembro de 1960. La Habana.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro — ano XXIX — 8 de fevereiro de 1961 — n° 8844. Niterói. Estado do Rio.
- Bibliografia Cartográfica — 1960 — série A. Mapoteca. Serviço de Documentação. MRE. Caderno datilografado c/ 64 págs.
- Fôlha Democrática — jornal — 31 de janeiro de 1961 — ns. 182-183 — ano XIII. Bangú. Rio de Janeiro.
- Jornal de Campo Grande — ano I — n° 1 — 31 de Janeiro de 1961. Campo Grande.
- Revista Marítima Brasileira — janeiro a junho de 1960 — ns. 1 a 6 — ano LXXX. Rio de Janeiro. 279 págs.
- Deutsche Bibliographie Deutsche Buch — heft 5, 1960. — Frankfurt /M. 519-625 págs.
- O Éco — 18 de fevereiro de 1961 — n° 1174 — ano XXXIII — Guaratinguetá. São Paulo.

- Noticias da Indonésia — 17 de janeiro-fevereiro de 1961 — ns. 9 e 10. Rio de Janeiro. 32 págs.
- Revista Militar — fevereiro de 1958-59. Oferta do Professor Paulo Henrique da Rocha Corrêa. São Paulo.
- Boletín de Historia y Antigüedades — mayo-junio de 1960 — vol. XLVIII — ns. 547-548. Bogotá, DE — Colombia.
- Boletín de Historia y Antigüedades — julio-agosto-septiembre de 1960 — vol. XLVII — ns. 549-550-551. Bogotá, DE, Colombia.
- Boletim Bibliográfico — 1º semestre de 1959 — nº 1 — vol. 9. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico — 2º semestre de 1959 — n. 2 — vol. 9. Rio de Janeiro.
- The New Leader — january, 23 — vol. XLIV — number 4 — 1961. New York.
- Boletim Informativo do Japão — 15 de janeiro de 1961 — nº 2 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- BBB (Boletim Bibliográfico Brasileiro) — Revista dos Editôres — vol. IX — nº 1 — janeiro, fevereiro de 1961. Rio de Janeiro.
- Catalogo Buch Hansa — nr, 1 — Jan. Febr., de 1961. Germany.
- Historia Paraguaya — Anuario del Instituto Paraguayo de Investigaciones Historicas. — vol. 3 — 1958. Asuncion — Paraguay.
- Brasil em Marcha — 24 de fevereiro de 1961 — ano I — nº 4. Rio de Janeiro.
- Verde Olivo — organo de las fuerzas armadas revolucionarias — año I — nº 37 — 27 de novembro de 1960. La Habana.
- Boletín del Archivo General de la Nacion — segunda serie — tomo I — nº 1. Mexico, DF.
- O Éco — jornal — 25 de fevereiro de 1961 — nº 1.175 — ano XXXIII. Guaratinguetá. S.P.
- Catalogo nº 5. Eylasa. Libros Americanos. Montevideo, 1961.
- The New Leader — 9 e 16 de january — 1961 — ns. 2 e 3 — vol. XLIV. New York.

- Acción Indigenista — ns. 87 e 88 — septiembre y octubre de 1960. Boletín Mensual do Instituto Nacional de Indigenista. México, DF.
- Noticia (semanario ilustrado) — ano II — nº 56 — 7 de janeiro de 1961. Luanda. Angola.
- Sorocaba — Boletim mensal do Instituto Histórico e Geográfico e Genealógico — 15 de fevereiro de 1961 — nº 17 — ano VII. Sorocaba.
- Lista das Publicações recebidas pelas Bibliotecas Thomas Jefferson. Rio de Janeiro. Catalogue XVIII. Geography & Cartography. Amsterdam. Holland.
- Boletim mensal das observações meteorológicas, organizado pelo serviço meteorológico — fevereiro e março de 1960 — ns. 2 e 3 — ano XXVII. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba — ns. 4 e 5 — São Paulo, 1960.
- Boletín nº XXV — octubre de 1960 — Libreria Científica y Literária «Lacueva». Buenos Aires. Rep. Argentina.
- Correio do IBECC — Boletim trimestral do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — nº 10 — outubro de 1960. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library — january, 1960 — vol. 65 — number 1. The New York Public Library. New York.
- America Indigena — nº 1 — vol. XXI — enero, 1961. Mexico, D.F.
- The New Leader — january, 30 — 1961 — vol. XLIV — number 5. New York.
- O Brasil em Marcha — ano I — nº 5 — 3 de março de 1961. Rio de Janeiro.
- Catalogue of Macmillan — New York books in the Social Sciences 1961-62. The Macmillan Company. New York.
- Carta mensal. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio — janeiro, 1961 — ano VI — nº 70. Rio de Janeiro.
- Korean Survey — january-february de 1961 — ns. 1 e 2 — vol. 10. Washington.
- The New Leader — february 6 — vol. XLIV — nº 6. 1961. New York.

- Katalog 168. Antiquariats. Heinrich Stenderhoff. Munsteri Westf.
- A Pequena Obra da Divina Providência — janeiro de 1961 — nº 34. Rio de Janeiro.
- Historical Abstracts — Bibliografia Mundial de Publicaciones Periodicas — vol. 3. 1957.
- Anales de la Universidad de Chile. Año CXVIII — cuarto trimestre de 1960 — nº 120. Santiago de Chile. 270 págs.
- Rodovia — ano XXII — nº 244 — vol. XXXII. Revista Brasileira de Técnica e Divulgação Rodoviária. Rio de Janeiro. 72 págs.
- Revista de Aeronáutica — ano 2 — nº 12 — setembro-outubro de 1960. 56 págs. Rio de Janeiro.
- Verde Olivo — ano I — nº 42 — 31 de diciembre de 1960. La Habana. 161 págs.
- INRA — año II — nº 1. Enero, 1961. La Habana. 106 págs.
- The United States National Museum — Annual Report for the year Ended — June, 30 — 1960. Smithsonian Institution. 175 págs.
- Boletín Cultural — ns. 11 e 12 — octubre e noviembre de 1960 — año I. Republica de Cuba.
- Vida Universitaria — ns. 121 e 122 — año XI — septiembre e octubre de 1960 — Universidade de Habana.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe — 5 de fevereiro de 1961. — nº 14.155 — ano XLII. Aracajú. Sergipe.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro — nº 8.865 — ano XXIX — 8 de março de 1961. Niterói. Estado do Rio.
- Revista de Aeronáutica — ano 2 — nº 11 — julho-agosto de 1960. Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal — december, 1960 — vol. CXXVI — part. 4. The Royal Geographical Society London. 390 a 580 págs.
- Il Sedicesimo — ano III — ns. 3 e 4 — diciembre de 1960. Bollettino Bibliografico Trimestrale della Casa Editrice la Nuova Italia. Firenze.
- Boletín Indigenista — diciembre de 1960 — nº 4 — vol. XX. Mexico, D.F. c/índice.

- Revista de Aeronáutica — ano 3 — n: 13 — 31 de diciembre de 1960. Rio de Janeiro.
- Notícia — ano II — ns. 58 e 59 — 27 e 28 de janeiro de 1961. Luanda. Angola.
- O Eco (Jornal) — 4 e 11 de março de 1961 — ns. 176-177 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- O Brasil em Marcha — (jornal) — 10 de março de 1961 — nº 6 — ano I. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The Geological Institutions of The University of Uppsala — vol. XXXIX — numbers 3-5. 1961. Uppsala. 69 págs.
- Obra Revolucionária — ns. 20 e 21 — 23 a 25 — 28 a 31. La Habana. (duplicatas) 62 exs.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO 1961

1º trimestre	JANEIRO	FEVER.	MARÇO	TOTAL
<i>Biblioteca</i>				
Obras recebidas	39	33	32	104
Jornais nacionais e estrangeiros recebidos	11	11	12	34
Revistas nacionais e estrangeiras recebidas..	66	82	85	233
Catálogos	7	5	5	17
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados..	1.625	974	1.709	4.308
Documentos recebidos ...	—	—	3	3
<i>Mapoteca</i>				
Mapas consultados	723	590	386	1.699
Mapas recebidos	—	—	—	—
<i>Museu</i>				
Visitantes	18	12	34	64
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Obras consultadas	2.692	3.682	4.362	10.736
Jornais consultados	243	164	462	869
Revistas consultadas	1.804	908	3.417	6.129
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas, telegramas recebidos	56	37	92	185
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	83	64	124	271

ÍNDICE

VOL. 250

Janeiro a Março de 1961

Págs.

I — TRABALHOS ORIGINAIS

1. *Trabalhos de Cláudio Ganns:*
 - A — *Memória de um marinheiro francês, no século XVII* 3
 - B — *Mapas portugueses do Século XVII (Brasil e África)* 20
 - C — *A presença da Espanha no Brasil* 23
 - D — *Arquivo do Instituto Histórico* 38
2. *Povoamento da Acreânia — José Moreira Brandão Castelo Branco* 118

II — CONFERÊNCIAS

3. *Oswaldo Cruz — Sua vida e sua obra. Heraclides César de Souza Araújo* 257
4. *Personagens do Instituto Histórico de Petrópolis — H. Canabarro Reichardt* 273

III — TRANSCRIÇÕES

5. *Vida cultural — O Segundo Marquês de Paranaguá. Nelson Costa* 284

IV — DOCUMENTOS

6. *Amazônia — Limites* 286
7. *Rio da Prata — Brasil* 294
9. *Retecções do passado — Ceará, 1840* 298

V — SÓCIOS FALECIDOS

10. *Prof. Pirajá da Silva — M. X. Vasconcelos Pedrosa* .. 303

VI — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

305

VII — ESTATÍSTICA

326

